

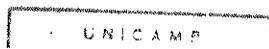
RACHEL SILVEIRA WREGE

**A EDUCAÇÃO ESCOLAR JESUÍTICA NO
BRASIL-COLÔNIA: UMA LEITURA DA
OBRA DE SERAFIM LEITE "HISTÓRIA DA
COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL"**

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação

1993



RACHEL SILVEIRA WREGE 925

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por RACHEL SILVEIRA
WREGE e aprovada pela Comissão Julgadora em

30/08/93

Data: Campinas, 30 de agosto de 1993

Assinatura: _____



**A EDUCAÇÃO ESCOLAR JESUÍTICA NO
BRASIL-COLÔNIA: UMA LEITURA DA
OBRA DE SERAFIM LEITE "HISTÓRIA DA
COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL"**

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação

1993

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO na Área de Concentração: *Filosofia e História da Educação* à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Dermeval Saviani, 1944-5

Comissão Julgadora:

unizar

Maria Helena Flikin.

LS.

DEDICATÓRIA

Para *Dermeval Saviani*, pela sua integridade, sensibilidade e por ser exemplo de vida!!!

À *Noemi*, que além de ser a minha querida mãe, é educadora e amiga em todos os momentos!!!

RESUMO

Esta dissertação faz um estudo interno da Obra "História da Companhia de Jesus no Brasil", de autoria do Pe. Serafim Leite. Com o objetivo de oferecer uma contribuição significativa para a História da Educação no Brasil é que este trabalho se justifica, sendo que procura analisar a descrição que Serafim Leite faz a respeito das instituições escolares jesuíticas no Brasil-Colônia, a partir das informações coletadas ao longo de toda a sua Obra.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: O ESTABELECIMENTO DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL: A CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS	13
1. A Organização Administrativo-Burocrática da Companhia de Jesus	14
2. Os Propósitos da Vinda dos Jesuítas ao Brasil	17
3. O Plano dos Colégios de Meninos	18
4. A Implementação das Instituições de Ensino	21
4.1. Problemas iniciais dos encargos financeiros da instrução	23
4.2. As primeiras instituições de ensino no Brasil	32
5. A Instrução Jesuítica Rumo aos Séculos XVII e XVIII	62
CAPÍTULO II: A DIFUSÃO DOS COLÉGIOS E DAS CASAS DE ENSINO: ASPECTOS GERAIS	64
1. As Fazendas dos Colégios Jesuíticos, e o Trabalho Escravo	64
2. O Incremento do Cargo de Provincial, a Existência Jesuítica Estrangeira na Colônia e, a Criação da Província do Brasil e da Vice-Província do Maranhão e Grão-Pará	67
3. O Ideário Pedagógico das Casas de Ensino, dos Colégios e, a Estrutura do Ensino	73

4. O Ensino Superior: as Relações Entre o Problema da Equiparação dos Títulos Acadêmicos, a Influência Estrangeira e a Seletividade Educativa	83
5. O Financiamento da Educação Escolar	124
CAPÍTULO III: A EXPANSÃO DO ENSINO: ASPECTOS ESPECÍFICOS DE CADA INSTITUIÇÃO ESCOLAR	134
1. Bahia	137
2. Nordeste	173
3. Oeste	193
4. Sul	197
5. Norte	244
6. A Expulsão dos Jesuítas da Colônia: As Repercussões para a Educação Escolar na Visão de Serafim Leite	257
CONSIDERAÇÕES FINAIS	261
BIBLIOGRAFIA	268

INTRODUÇÃO

A História da Educação Escolar Jesuítica no Brasil-Colônia não pode ser elaborada sem que antes se estudem os textos do Pe. Serafim Leite, principalmente, a sua Obra "História da Companhia de Jesus no Brasil". Este trabalho tem a finalidade de realizar este estudo, uma vez que constato tal Obra como referência para os historiadores da educação brasileira, ao tratarem da educação escolar jesuítica. Se a menção aos textos de Serafim Leite não se reveste por si mesma de maior importância, ao menos aparece como uma constante nas bibliografias de História da Educação. Um estudo, então, de conjunto de tal Obra é necessário, por ter o propósito de percorrer internamente o texto do referido historiador, que até o momento tem sido utilizado sob a forma de consulta, em razão da extensão de seus sete tomos, considerando o fato de que os historiadores da educação via de regra não têm o objetivo de se aprofundar especificamente no assunto desejando apenas estudar um ou outro colégio ou temáticas gerais.

Ao entrar em contato com a Obra "História da Companhia de Jesus no Brasil" pude constatar que dos seus dez tomos apenas sete se referem à descrição da atuação dos jesuítas no Brasil; sendo assim os volumes de I a VII correspondem ao conteúdo propriamente que Serafim Leite desenvolveu. Os tomos VIII e IX são compilações de alguns documentos de fonte primária e, principalmente de livros e cartas que os jesuítas escreveram e que Serafim Leite achou oportuno constar na Obra e que utiliza no interior dos sete primeiros tomos; a leitura que faz destes dois tomos não contém informações diferentes em relação ao que Serafim Leite escreve nos sete tomos, por isso, não incluí o seu conteúdo na minha exposição. O tomo X é índice dos nove tomos, e como há dados interessantes acerca da biografia do autor no prefácio, aproveitei esta parte deste tomo.

De um modo geral, a Obra de Serafim Leite, além da descrição das instituições escolares, trata do processo de catequese jesuítica sobre os índios; da existência da manipulação de medicamentos pelos padres e a influência que receberam dos índios quanto à elaboração de ervas curativas. Vinculada à catequese acha-se presente o estabelecimento das primeiras leis, que se centravam no problema da regulação entre índios e colonos, no tocante à liberdade indígena. Como parte da catequese podemos incluir a introdução do teatro jesuítico, sendo que os padres elaboraram por escrito, algumas peças que foram encenadas por índios e alunos jesuítas nos aldeamentos, nos colégios e nas igrejas principais das vilas, para a pregação dos princípios religiosos dos jesuítas e dos costumes europeus. Esses assuntos, como veremos, apesar de terem sido tratados em capítulos específicos, convergem para as temáticas da educação escolar e da catequese que são compreendidas na Obra de Serafim Leite como principais.

Da existência de estudos acerca do assunto por parte dos historiadores da educação que dispõem de um interesse geral por todos os períodos da História da Educação Brasileira é que decorre a minha preocupação específica de estudar a educação escolar jesuítica, a partir da leitura da Obra de Serafim Leite. Sendo assim, tive disponíveis, até então, para um estudo inicial dos empreendimentos jesuíticos no Brasil, textos que fazem uso de algumas partes da "História da Companhia de Jesus no Brasil". Entre os principais, encontram-se autores não tão recentes e outros atuais. Têm-se os estudos de Laerte Ramos de Carvalho, Tito Lívio Ferreira, Fernando de Azevedo, Luiz Antonio Cunha e de Maria Luísa Santos Ribeiro.

Embora não apresente um estudo sobre o período histórico de nosso interesse, Betty Oliveira faz breves referências a Serafim Leite, ao tratar da passagem da

educação escolar jesuítica para as reformas educacionais introduzidas no Brasil por Marquês de Pombal¹.

Laerte Ramos de Carvalho também se detém no estudo das Reformas Pombalinas, mencionando pouco o texto de Serafim Leite e, chama a atenção do leitor para que suspeite das informações deste historiador, por ser jesuíta. Em outro trabalho, cujo objeto de exposição é a educação escolar jesuítica e a catequese, este autor se baseia com mais insistência em Serafim Leite, ao expor sistematicamente a atuação jesuítica no Brasil durante os duzentos e dez anos de permanência da Companhia de Jesus. De Serafim Leite, ele retira informações concernentes aos objetivos da catequese e do ensino, vinculados ao processo de colonização de Portugal no Brasil. Para tanto, não há exposição pormenorizada das instituições de ensino².

O texto de Tito Lívio Ferreira é incluído neste trabalho em razão de se fundamentar, sobretudo, na Obra de Serafim Leite. Assim como o historiador da Companhia de Jesus no Brasil, Tito Lívio Ferreira é apologético na descrição que faz dos jesuítas. O seu trabalho se compõe tanto por assuntos como pela descrição de alguns colégios. Os temas que o autor aproveita de Serafim Leite versam sobre: a divulgação da fé e dos costumes europeus sob a incumbência dos jesuítas; o arrolamento da curriculação dos colégios jesuíticos, o seu regime disciplinar e, acima de tudo, ele dá bastante valor para a descrição da tentativa de criação da Universidade do Brasil. Quanto à exposição de alguns colégios, tenho a dizer que Tito Lívio Ferreira se mantém descritivo conforme é Serafim Leite e, nas tentativas de interpretação, se caracteriza pelo excesso de elogios à educação escolar jesuítica³.

¹ Cf. B. OLIVEIRA, *As Reformas Pombalinas e a Educação no Brasil*, p.37, 39-41.

² Cf. L. R. de CARVALHO, *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*, p.105, 107-108, 111 e "Ação missionária e educação", in: *História Geral da Civilização Brasileira*, v.1, p.138-144.

³ Cf. Tito Lívio FERREIRA, *História da Educação Lusobrasileira*.

Fernando de Azevedo, em seu livro "A Cultura Brasileira", revela também um posicionamento apologético quanto ao tratamento das escolas dos jesuítas. Para isso, tem por base o texto de Serafim Leite ao apresentar a fundação dos primeiros colégios na Colônia, prendendo-se à justificativa da educação escolar jesuítica voltada para a colonização. Ele descreve a expansão da criação dos colégios, ocorrida no século XVII apenas mencionando os nomes dos colégios e as datas de fundação, para descrever, em termos gerais, os colégios da Bahia e Rio de Janeiro, privilegiando-os ao afirmar que foram as instituições educacionais mais significativas. Na abordagem sobre estes colégios, Fernando de Azevedo se detém na demonstração dos cursos oferecidos e, principalmente, se dedica a descrever as defesas de teses dos cursos de Filosofia e Teologia⁴.

Os trabalhos de Luiz Antonio Cunha, Maria Luísa Santos Ribeiro e Betty Oliveira diferem dos outros autores apresentados. Além de serem atuais, mostram-se críticos em relação à atuação dos jesuítas no âmbito da educação escolar. Maria L. Ribeiro arrola a obra de Serafim Leite na bibliografia final de seu livro, sendo que na composição do seu texto acerca do período jesuítico da educação escolar no Brasil, não há indicações do conteúdo de Serafim Leite. Quero com isto esclarecer que os dois primeiros tomos da "História da Companhia de Jesus no Brasil" não são incluídos no texto de Maria Luísa S. Ribeiro, no entanto, são mencionados na bibliografia final, o que nos faz concluir que se constituíram como leitura secundária, de auxílio⁵.

Ao contrário de Maria L. S. Ribeiro, Luiz A. Cunha tem como referência básica os nove tomos da Obra de Serafim Leite, conforme ele registra em nota de rodapé: "Utilizei, como fonte principal, a obra monumental, em 9 tomos, de Serafim Leite,

⁴ Cf. *Op.cit.*, p.501-549.

⁵ Cf. M. L. RIBEIRO, *História da Educação Brasileira: a organização escolar*, p.19-36, 178.

História da Companhia de Jesus no Brasil, ...". Podemos resumir o aproveitamento que L. A. Cunha faz da Obra citada constatando que ele expõe a organização do ensino, mediante a leitura realizada sobre o Colégio da Bahia. Quanto às outras instituições de ensino, percebo que o autor estudou as partes do texto do Pe. Leite que se direcionam para a descrição do ensino. Por ser o seu texto sintético, é claro que não existe uma apresentação de cada colégio, seminário e casa de ensino; há sim uma abordagem das características comuns dos vários estabelecimentos escolares. Como o texto de Cunha se destina a apresentar a história do ensino superior no Brasil, os cursos de Filosofia e Teologia dos colégios jesuíticos recebem um destaque, por isso, são brevemente descritos a partir de cada instituição escolar⁶.

Em função do que presenciamos no que concerne à utilização da Obra de Serafim Leite pelos historiadores da educação brasileira, podemos compreender que é imprescindível dispormos da leitura de toda a "História da Companhia de Jesus no Brasil". Até mesmo Ana M. M. Lins que não trabalha diretamente com as informações de Serafim Leite, dedica um parágrafo de seu texto para alertar o leitor sobre a importância do estudo da Obra de Serafim Leite:

"Padre Serafim Leite, considerado um dos maiores estudiosos das atividades da Companhia de Jesus no Brasil, influencia a maioria dos historiadores que se preocupam em investigar a face pedagógica e missionária da Companhia"⁷.

Entretanto, a autora segue um outro direcionamento:

⁶ L. A. CUNHA, *A Universidade Temporã: o ensino superior da Colônia à era de Vargas*, p.19-36.

⁷ A. M. M. LINS, *A Burguesia sem Disfarce: a defesa da ignorância versus as lições do capital*, p.10.

"Constata-se na historiografia deste período uma outra corrente cuja preocupação tem sido avaliar a importância da Companhia de Jesus no Brasil tendo como referência, sobretudo, as suas atividades mercantis"⁸.

"Esta tese, mesmo considerando de extrema importância o caminho apontado pelas duas escolas, consorcia-se, no entanto, com a segunda, por compreender que a análise da Companhia de Jesus pela sua função temporal, permite uma compreensão mais objetiva da natureza das relações na sociedade brasileira neste período em estudo. Permite igualmente uma compreensão mais real do trabalho educacional dos jesuítas"⁹.

Temos a ponderar com relação ao texto de Ana M. M. Lins que ela, ao optar por esta "segunda escola", se centra na contextualização dos jesuítas, voltada para a fase final da prática desses padres, ao discutir o conflito entre a Companhia de Jesus e as Reformas Pombalinas. Sendo assim, não há um tratamento referente à exposição das instituições escolares, por conta da própria escolha metodológica que a autora faz. Segundo o seu parecer, a análise da Companhia de Jesus à luz do contexto histórico e dos motivos que levaram à expulsão dos jesuítas, permite uma compreensão mais adequada da atuação dos jesuítas. Concordamos com a opção de Ana M. M. Lins. Porém, é possível também realizarmos uma compreensão do real do mesmo assunto a partir da análise crítica das informações contidas na Obra de Serafim Leite, se transformarmos a sua apologia e descrição em motivo de elucidação dos reais objetivos da Companhia de Jesus.

Portanto, neste trabalho procuro, de certa forma, seguir a "primeira escola" que Ana M. M. Lins menciona, pois não se tem porque omitir a riqueza de dados que Serafim Leite oferece a respeito de cada instituição escolar jesuítica, informações estas não trabalhadas pela autora que acabamos de mencionar, por causa da sua opção pela

⁸ Ibid.

⁹ Ibid.

"segunda escola" de historiadores que trabalham na perspectiva de traçar as ordenações gerais da Companhia de Jesus.

O método de análise de Serafim Leite é o principal entrave que percebemos na "História da Companhia de Jesus" e o que suscita a diferença entre a interpretação jesuítica e a minha. Penso que o histórico de vida deste historiador nos explica por que ele adotou, no seu trabalho, um estilo as vezes apologético e, quase sempre descritivo na abordagem de toda a sua Obra. Este autor, tendo nascido em Portugal e vivendo aproximadamente quarenta anos no Brasil, julgou-se na condição de escrever sobre os jesuítas no tempo em que o Brasil era Colônia de Portugal. Parece-me que Serafim Leite, enquanto jesuíta, possuía o cargo de historiador na Companhia de Jesus porque como ele mesmo escreve¹⁰:

"...tendo-lhe sido dado a escolher entre o Oriente Português e a América Portuguesa. Preferiu-o, porque, amando entranhadamente o Brasil, onde passou, secular, os melhores anos da sua juventude, julgou que êsse conhecimento directo lhe facilitaria a interpretação de certos pormenores da evolução do Brasil, ao passo que a sua qualidade de português o levaria a interpretar, igualmente com justiça, a actividade da sua Pátria na colonização do Brasil. Entre estas duas tendências do coração, procurou o equilíbrio da verdade, sobreposto a paixões irredutíveis"¹¹.

A ocupação do cargo de historiador dos jesuítas no Brasil possibilitou a Serafim Leite o contato com intelectuais, religiosos e políticos de sua época, sendo que, a meu ver, foram vínculos que reforçaram ainda mais o seu modo de conceber a História. A aproximação do Pe. Leite com o Pe. Provincial de Portugal em 1932, deu surgimento à proposta de escrever a história dos jesuítas no Brasil-Colônia, sendo o respectivo

¹⁰ SERAFIM LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t.I, p.XI, t.X, p.XI, t.VI, p.XI.

¹¹ SERAFIM LEITE, *Op. cit.*, t.I, p.XI.

historiador o indicado, pelo fato de ter vivido em Portugal e no Brasil. Pelos agradecimentos que ele confere nos prefácios de todos os tomos da Obra é que podemos observar a sua amizade para com padres e intelectuais de Roma, Portugal, Brasil, Espanha, França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Equador, México e Estados Unidos. Nestes países a pesquisa foi feita ou foram enviadas sugestões para a composição dos dez tomos da "História da Companhia ...". O intelectual brasileiro Afrânio Peixoto foi o que mais contribuiu para o trabalho e, a publicação da Obra foi viabilizada, em grande parte, pelo então Ministro da Educação do Brasil, Gustavo Capanema. Com menos expressão, mas ainda significativa, Serafim Leite agradece a Sérgio Buarque de Holanda e a Gilberto Freyre¹².

Vale enfatizar o apoio político em 1949 a Serafim Leite do Presidente do Brasil, Eurico Gaspar Dutra, dado da seguinte maneira:

"... e a conclusão deste livro deu oportunidade com a data de 1949, a numerosos telegramas e cartas congratulatórias, entre as quais agradece as dos Srs. General de Exército Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República do Brasil, ..." ¹³.

Tendo-se em vista a religiosidade de Serafim Leite e os referidos vínculos estabelecidos com padres, intelectuais e políticos, o método histórico adotado pelo escritor da Companhia de Jesus no Brasil não poderia, é claro, contrariar os princípios e a atuação dos jesuítas. Serafim Leite chama de "método moderno" a descrição que faz sobre a Companhia de Jesus, dando a entender que está atualizado e avançado na escrita da História. Este "método moderno", assim denominado na década de 40, tinha o fundamento em Ranke. Mesmo Serafim Leite não fazendo esta associação, ele cita

¹² SERAFIM LEITE, *Op. cit.*, t.X, p.XI, t.III, p.XXI, XX, XVIII, t.X, p.XIV, t.V, p.XXI, t.I, p.XXV.

¹³ *Op. cit.*, t.X, p.XV, t.III, p.XXI.

Ranke, em meio a outras informações, o que me fez pensar que o historiador dos jesuítas conheceu e aplicou as idéias do fundador da Historiografia Positivista¹⁴:

"... os Padres eram os depositários de confiança nos empreendimentos grandiosos, protectores na defesa dos fracos, e intermediários nas calamidades públicas. E, enquanto isto se realizava nas povoações do litoral, seguiam o caminho do Sul e do Oeste, na incessante penetração e alargamento do Brasil, cumprindo à letra o que diz Ranke, um dos iniciadores dos métodos científicos da história moderna, que a 'conquista se transformava em missão, e a missão em civilização'"¹⁵.

Podemos inferir que Serafim Leite incorpora a interpretação de Ranke a respeito do método de análise a ser utilizado no estudo do papel desempenhado pelos jesuítas no processo de catequese, associado a padrões de civilidade a serem introjetados nos colonizados. Este é apenas um exemplo que evidencia o uso do método de Ranke na "História da Companhia de Jesus no Brasil". Serafim Leite tem a pretensão de esclarecer que o fator subjetivo, existente no seu carinho para com o Brasil, não o impossibilitou de realizar uma descrição objetiva, pois, diz ele que se apóia na documentação. Isto significa que Serafim Leite acredita que os documentos escrevem a própria História, pois independem do historiador e, que qualquer tentativa de interpretação não expõe com exatidão os fatos, por se respaldar em teorias, pertencentes à Filosofia e não à História. Continua o historiador a escrever que interpretar a História consiste em se realizar "literatura fácil", que impede a visão clara da descrição. Portanto, a História, para Serafim Leite, independe de teorias porque é necessário que as informações permaneçam em si mesmas. Por isso é que são várias as passagens dos prefácios da Obra de Serafim Leite em que ele destaca a importância de documentos inéditos, da cronologia e de

¹⁴ Cf. *Op. cit.*, t.X, p.XI.

¹⁵ *Op. cit.*, t.VI, p.XII.

jesuítas de destaque. Provém daí um entendimento da descrição da História enquanto permanente, não devendo ser sujeita a revisões¹⁶:

"... enquanto não fôr suficientemente conhecido o conteúdo dos Arquivos, é ainda o método nas pesquisas, com base na minúcia e no documento, que tem o principal condão de aumentar o depósito das noções certas, tendendo assim a completá-las e a incorporá-las ao conhecimento humano permanente"¹⁷.

Os princípios da independência do sujeito em relação ao objeto de pesquisa e a rejeição à interpretação não são mantidos por Serafim Leite ao abordar a atuação dos jesuítas no Brasil. Percebemos que a descrição se faz presente na Obra, tendo como conseqüência a não explicitação das razões e dos motivos acerca dos acontecimentos. De outro lado, o elogio à Companhia de Jesus é notório em alguns momentos em que Serafim Leite se desvencilha dos documentos e atribui juízos de valor. Desta feita, ele afirma que os jesuítas foram os colaboradores ou implementadores das:

"... primeiras manifestações artísticas, literárias e científicas, as primeiras entradas ao sertão, os primeiros choques de raças, as primeiras batalhas para moldar, em formas elevadas, a moralidade individual e pública do Brasil"¹⁸.

"Os Jesuítas, pelas condições particulares da América, não puderam ser o que foram na Ásia, apenas missionários; foram também colonizadores. Contribuíram para erguer sobre um mundo primitivo a vida superior com que o Brasil se enfileira hoje entre as grandes nações modernas"¹⁹.

¹⁶ Cf. Op. cit., t.I, p.XIV-XVI, t.V, p.X-XI, t.VI, p.XI.

¹⁷ Op. cit., t.V, p.XI

¹⁸ Op. cit., t.II, p.VII.

¹⁹ Op. cit., t.III, p.XII-XIII.

Ao longo do meu texto, o leitor perceberá continuamente as passagens em que Serafim Leite é descritivo e, por conseguinte, não explica a História, e os trechos em que é apologético. Tanto na descrição como nos elogios por ele traçados aos jesuítas há sempre uma tentativa de interpretação de nossa parte, quer criticando a apologia, quer tentando extrapolar os limites descritivos presentes na "História da Companhia de Jesus no Brasil".

O meu texto se destina a desenvolver um estudo interno da Obra de Serafim Leite concernente a todas as informações relacionadas às instituições escolares. Para não haver fragmentação nas informações, li os sete tomos que compõem a Obra, procurando coletar informações dos colégios também nos trechos de Serafim Leite que faziam parte de capítulos que não estavam vinculados ao tratamento dos colégios. A delimitação que estabeleci é necessária, em razão da minha opção em privilegiar a História das Instituições Escolares. Também, tal escolha se deve ao fato de que a educação catequética consistiu em objeto de estudo por parte de Luiz F. B. Neves e José M. de Paiva. Abordá-la seria realizar uma pesquisa que já foi feita. Ademais, sou de parecer que os antropólogos dispõem de elementos de análise mais adequados para a compreensão do processo de aculturação dos índios aos costumes europeus, do que os historiadores da educação. A princípio, tínhamos o objetivo de pesquisar a educação escolar na catequese, ao constataremos a existência de escolas de instrução elementar e doutrinária nos aldeamentos indígenas, criadas pelos jesuítas, ainda mais que este aspecto da doutrinação sobre os índios não é explorado, com profundidade, pelos estudiosos que mencionei. Entretanto, Serafim Leite não descreve os pormenores dessas escolas; ele só menciona o ensino de rudimentos do português e da doutrina cristã jesuítica para os filhos dos índios. Sendo assim expor cada escola dos aldeamentos não

tem consistência²⁰.

A partir da descrição de Serafim Leite pude levantar grande quantidade de informações sobre as instituições escolares, as quais constituem o objeto do presente texto. Para efeitos de exposição da leitura que fiz da Obra estudada, esta dissertação se divide em três capítulos. O capítulo I introduz o leitor nos propósitos da vinda, em 1549, dos jesuítas ao Brasil. Exploro o plano das casas de meninos de Nóbrega, a sua substituição pelos colégios e casas de ensino bem como exponho as dificuldades financeiras assim consideradas pelos jesuítas, para a criação dos estabelecimentos de ensino. Cabe ainda neste capítulo a exposição dessas primeiras instituições escolares. No capítulo II o objeto de estudo é a expansão do ensino ocorrida nos séculos XVII e XVIII. Abordo os princípios norteadores da pedagogia jesuítica, o problema da equiparação dos graus acadêmicos com o ensino superior, a conhecida "questão dos moços pardos", o impedimento de Portugal quanto à intenção de se fundar uma Universidade no Brasil e, as problemáticas fontes de recursos para o encargo dos colégios. Por fim, o capítulo III complementa o capítulo II porque nele é analisada cada instituição escolar do período da expansão do ensino em articulação com os problemas políticos locais, além de dar destaque para a relação delas com as incursões estrangeiras.

²⁰ Cf. L. F. B. NEVES. *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*. J. M. de PAIVA, Colonização e Catequese.

CAPÍTULO I

O ESTABELECIMENTO DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL: A CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS

A Companhia de Jesus é criada, na mesma época do advento das grandes navegações e das descobertas de territórios de além mar pela Coroa Portuguesa. Sendo essas terras de além mar passíveis de exploração comercial, o Rei de Portugal D. João III incumbe os padres jesuítas portugueses de realizar um processo de catequese e de ensino nas colônias dominadas pela Metrópole Portuguesa, a fim de atenderem a uma problemática religiosa, e ao mesmo tempo colonizadora, qual seja, o combate do Protestantismo em vias de ascendência na Europa, de forma a garantir o predomínio do Catolicismo ao menos nas colônias portuguesas de exploração comercial¹ Serafim Leite ao aprovar a atuação jesuítica em conjunto com o processo de colonização sobre as colônias de Portugal, firma-se enquanto um defensor do predomínio português em terras de além mar associado ao objetivo religioso de garantir o Catolicismo. Neste limitado quadro contextual é que o autor passa imediatamente a considerar a estrutura e o funcionamento da Companhia de Jesus, tanto no âmbito de sua central em Roma, como no Brasil, uma das colônias de Portugal.

¹ Cf. SERAFIM LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t.I, p.IX-X.

1. A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVO-BUCROCRÁTICA DA COMPANHIA DE JESUS

Em 1539 Inácio de Loiola ao fundar a Companhia de Jesus, introduz nesta Ordem Religiosa, princípios militares que aprendera, anteriormente, quando foi capitão do exército de Navarra. O ideário militar prescrito por Inácio de Loiola aos padres jesuítas, tirado de seus escritos por Serafim Leite, resumia-se no seguinte trecho:

"Que era a Companhia de Jesus? Que pretendia? Vai no-lo dizer a Fórmula do Instituto, incluída na Bula de aprovação: 'Qualquer que na nossa Companhia, que desejamos seja assinalada com o nome de Jesus, quiser militar como soldado de Deus, debaixo da bandeira da cruz, e servir ao único Senhor e ao Romano Pontífice, Vigário seu na terra, depois de fazer voto solene de castidade perpétua, assente consigo que é membro de uma Companhia, sobretudo fundada para, de um modo principal, procurar o proveito das almas, na vida e doutrina cristã, propagar a fé, ...'"².

Serafim Leite visualiza a incorporação de princípios militares na Companhia de Jesus como uma influência dotada de positividade, por causa da extrema organização e disciplina, próprias de uma formação militar. Tenho a considerar, a partir da obra de Serafim Leite, que a rigorosa disciplina hierárquica instituída no interior da organização da Companhia de Jesus proveio da mesma influência militar de Inácio de Loiola, em que o cargo de Pe. Geral representava a função de maior poder decisório na Ordem, tanto é que era dotado de poderes vitalícios, cabendo-lhe o encargo de decidir sobre o envio dos padres para as várias províncias (colônias e metrópoles) onde a Companhia de Jesus atuava. O escritor da Companhia de Jesus no Brasil ao estabelecer a hierarquização de funções no interior da Ordem Jesuítica deixa subentendida a escala de

² Ibid, p.3-6.

poderes de mando conforme o cargo ocupado. Serafim Leite opina a este respeito através do argumento de que tal organização hierárquica era essencialmente respeitosa em relação à maioria dos jesuítas subservientes ao Pe. Geral, sendo interessante a existência desta liderança para a manutenção da Ordem Religiosa. Segundo Serafim Leite ao Pe. Geral também cabia a elaboração das leis gerais da Ordem e, como exemplo disso, as bases legislativas norteadoras da Companhia de Jesus, as "Constituições", foram por ele feitas. As respectivas leis, ao se originarem do Pe. Geral, passavam por um processo de consulta e apreciação dos padres representantes das províncias nas reuniões congregacionais e, voltavam para que o mesmo Pe. Geral as refizesse, levando em conta as sugestões advindas das várias províncias. É talvez acertado o leitor concluir que o envio dessas leis provisórias para os padres das províncias opinarem acerca delas não implicou em modificações definitivas das mesmas. Tal circulação de idéias e de posicionamentos que ocorreu no processo de elaboração das "Constituições", foi útil apenas para que os jesuítas se iludissem, pensando que o poder central da Companhia de Jesus fosse participativo. Entretanto, esta participação, pelo visto, não era aproveitada pelo Pe. Geral, porque coube a ele elaborar e finalizar a redação das "Constituições". Pode-se compreender que elas é que garantiam a aplicabilidade de um esquema hierárquico de mando na Companhia de Jesus. Este padre, situado em Roma, submetia-se somente ao Papa, sendo que os demais padres da Companhia de Jesus deviam-lhe obediência total. Vê-se que o poder de mando concentrava-se praticamente em um único superior³.

Abaixo do Pe. Geral, em cada província, existia um padre superior, chamado "Pe. Provincial", encarregado de supervisionar o funcionamento das casas de ensino e dos colégios da Ordem Jesuítica. O trabalho de supervisão das casas de ensino e dos colégios, colocado por Serafim Leite, na verdade, se caracterizava como controle

³ Cf. *Ibid.*, p.3-6, 11-16.

mediador entre a Companhia de Jesus de Roma e Portugal para com a educação escolar jesuítica no Brasil. Sendo assim, a avaliação dos colégios constituía a medida mais importante tomada pelo Pe. Provincial, que recaía sobre os administradores escolares, os "reitores", que tinham de melhorar sempre o rendimento dos professores e dos alunos. Afirma Serafim Leite que no Brasil, o Pe. Provincial não cumpria a ordenação do Pe. Geral de fazer visitas em todas as casas e colégios pelo menos a cada dois anos dada a extensão do território colonial, em que um só provincial não conseguia cumprir com todas as visitas colocadas pelo Pe. Geral. Além dos cargos ocupados pelos padres, sejam administrativos ou de ensino, havia a Congregação Provincial, constituída por padres representantes das regiões do Brasil e que buscavam formular pedidos ao Pe. Geral nas reuniões da Congregação Geral, que ocorriam em Roma. Os jesuítas do Brasil eram bastante prevenidos em se tratando de não deixarem escapar as suas solicitações, pois, em caso de não haver encontros da Congregação Provincial, um padre, ou seja, um "procurador", ia para Roma realizar o mesmo tipo de trabalho⁴.

Serafim Leite salienta que Inácio de Loiola fez questão de deixar sua influência na Companhia de Jesus não só em termos de organização dela, como além disso, quando escreveu os fundamentos religiosos, os "Exercícios Espirituais", a serem seguidos por todos os partícipes diretos e indiretos da Companhia de Jesus, que contém os temas do homem como criatura de Deus, devendo a estes "Exercícios" obediência para o atingimento da perfeição cristã⁵.

⁴ Cf. *Op. cit.*, t.I, 11-16, t.II, 458-498, 500.

⁵ Cf. *Op. cit.*, t. I, p.11-16.

2. OS PROPÓSITOS DA VINDA DOS JESUÍTAS AO BRASIL

O atrelamento entre o processo de colonização portuguesa no Brasil e a instauração do ensino e da catequese a partir de 1549 não é omitido na obra de Serafim Leite. O respectivo vínculo está presente no texto deste historiador na qualidade de união necessária aos propósitos colonizadores de Portugal. Por conseguinte, este estudioso revela a sua defesa no fato de ter existido o ensino e a catequese jesuítica com o objetivo de transmitir valores europeus, enquanto sinônimos de civilidade em contraposição à condição selvagem dos índios. Vemos, portanto, que a educação escolar estava a serviço da política colonizadora e, que Serafim Leite assume a mesma posição dos colonizadores jesuítas da época:

"Quando as circunstâncias e o conhecimento progressivo da terra permitiram ou aconselharam a Portugal o tratar de-propósito da colonização do Brasil, erigindo-o em Governo Geral, El-rei chamou os Jesuítas e confiou-lhes a missão da conquista espiritual desse novo Estado. No Regimento de Tomé de Sousa, falando dos aborígenes, mostra Portugal expressamente a sua intenção: 'o principal intento meu é que se convertam'"⁶.

O historiador a que fazemos referência escreve que o Pe. Manuel da Nóbrega vem para o Brasil a fim de direcionar os primeiros passos dos padres jesuítas, a mandado do rei de Portugal D. João III, com a licença de Inácio de Loiola e com a concordância do Governador Geral do Brasil, Tomé de Sousa. Até 1552 o Brasil não se constituía como Província da Companhia de Jesus, sendo que Nóbrega devia obediência ao Provincial de Portugal. Em 1553, a Província do Brasil passa a existir, pois ficava

⁶ Op. cit., t.II, p.3-6, t.I, p.17-21.

muito difícil para o Provincial de Portugal acumular a administração de dois lugares distantes, ficando o Brasil prejudicado, porque era evidente que o Provincial, residindo em Portugal, priorizava a Metrópole em relação à Colônia em termos de sua atenção. Ele procurava comandar os jesuítas do Brasil, a partir de Portugal, mas a falta de comunicação e a distância foram os argumentos mais fortes para se criar a Província do Brasil. Em 1553, com a criação desta Província por tal organização religiosa, delineia-se o plano administrativo dos colégios, das casas de ensino e das aldeias, que se estabeleceu por setores geográficos, através da divisão entre Rio de Janeiro, responsável pela região sul; Bahia, que coordenava a parte central e Pernambuco com a responsabilidade dos trabalhos jesuítas do norte e nordeste da Colônia. A superintendência regional de todas as atividades dos padres ficava sob a incumbência dos reitores dos colégios do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Os padres, então, que atuassem nas aldeias dessas regiões tinham de se submeter às ordenações dos respectivos reitores. Entendo que esta submissão referida por Serafim Leite demonstrava a predominância da educação escolar sobre a educação catequética; era a educação escolar que dava as coordenadas para a catequese⁷.

3. O PLANO DOS COLÉGIOS DE MENINOS

Serafim Leite oferece ao leitor poucas informações a respeito do plano dos colégios de meninos. Ele somente insere esses colégios como existentes nos primeiros anos da estada dos jesuítas e dá a entender que não prescreviam a diferenciação entre catequese e ensino; parece que ambos se identificavam, porém, o conteúdo educacional

⁷ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.17-21, t.II, p.455-457, 512, 528.

era preponderantemente catequético, porque os jesuítas estavam preocupados em combater os costumes indígenas e em convertê-los à fé católica, mediante o ensinamento da doutrina e de rudimentos da leitura e escrita para crianças e adolescentes de sangue indígena. Os filhos dos colonos tinham, então, que se adequar a este tipo de ensino voltado para a pacificação aborígene, pois havia de se garantir, primeiramente, a permanência colonizadora portuguesa. A partir daí é que se explicou a não criação imediata do ensino superior no Brasil, mesmo com a insistência de Nóbrega em criá-lo para a formação de padres, por estarem em falta. No entanto, o motivo principal da sua não criação residia na falta de condições de manutenção do ensino superior porque o rei de Portugal enviava aos padres apenas alimentos, ferro para a sua comercialização na Colônia, vacas e escravos negros, condições tidas como insuficientes pelos padres⁸.

Serafim Leite num tom apologético afirma que à Companhia de Jesus coube a dimensão educacional em primazia, tanto catequética como escolar, jamais comparada a outras ordens religiosas que se instalaram no Brasil, no mesmo período. O estabelecimento da catequese e dos colégios foi sendo feito gradualmente, no século XVI, sendo expressivo no início desse processo o ensino elementar e doutrinário instalado no Colégio da Bahia. A cautela dos padres no empreendimento de escolas tinha a justificativa da falta de segurança da burocracia da Coroa Portuguesa, onde o dinheiro perdia-se nos seus meandros, entre os funcionários públicos não afeitos aos jesuítas e, além desses padres não receberem o subsídio real, deixando-os desassistidos, os mesmos funcionários lhes cobravam impostos de que estavam isentos.

"A primeira contradição grave surgiu no campo econômico. Sendo instituição eclesiástica, a Confraria dos Órfãos devia ficar, segundo a legislação do tempo, isenta de impostos. Ora, os oficiais de El-Rei começaram a exigir 'dízimos de peixe e mantimentos dos meninos; e porque o P. Nóbrega não consentiu que se pagassem; se queixavam

⁸ Cf. Op. cit., t. I, p.22-37.

alguns'. Murmuraram outros de que os Padres tivessem casas, terras e escravos"⁹.

A Confraria dos Órfãos foi uma instituição jurídica criada por Nóbrega para angariar fundos de manutenção de sete meninos órfãos, provenientes do Colégio dos Meninos Órfãos de Lisboa, que aportaram na Bahia em 1550 com a finalidade de integrar os meninos índios na doutrina catequética, uma vez que já vieram doutrinados de Lisboa e habilitados para esta função. Com este dado a mais, o problema entre o envio de jesuítas pelo rei e o descaso financeiro de manutenção dos mesmos ficou agudizado. O que estava ocorrendo, mesmo Serafim Leite não assumindo com evidência, era que de um lado a Companhia de Jesus fazia-se fundamental para a colonização, mas de outro quem promovia este processo não queria arcar com o ônus econômico da doutrinação. Este problema gerou o primeiro conflito dos jesuítas da Colônia com a Corte Real, exigindo dela que os seus funcionários não cobrassem os impostos, por não terem legitimidade para tanto¹⁰.

De acordo com a exposição de Serafim Leite o conflito dos jesuítas, em particular de Nóbrega com a Corte Real chegou a um ponto em que os funcionários públicos reais os acusaram de desvio de dinheiro para o sustento dos meninos órfãos. A lógica do argumento desses funcionários consistia na constatação de que se os padres destinavam o dinheiro real para outros fins que não os do próprio sustento, eles tinham condições de auto-sustento e, além disso, de pagar impostos de que estavam então isentos. A situação se contemporizou com a ida de Nóbrega para o sul, ficando Vicente Rodrigues e Luiz da Grã no lugar dele¹¹.

⁹ Op. cit., t. I, p.22-33, 38, t.II, p.505-508.

¹⁰ Cf. Op. cit., t. I, 34-44.

¹¹ Cf. Op. cit., t. I, 38-44.

Mediante uma abordagem de fundo patriótico português Serafim Leite expõe que este plano de Nóbrega de instrução elementar combinada com doutrinação, que visava atender a um objetivo unificador da moral e da língua portuguesa entre órfãos, colonos e índios, foi secundado e substituído pela implementação de colégios e casas de ensino, voltados para a educação escolar de filhos de colonos, separada dos índios, que daí em diante passaram a freqüentar a escola da própria aldeia, enquanto que se vê nitidamente a localização dos colégios nas vilas. Esta mudança também foi sentida mediante a criação do ensino de Humanidades, antes de pouca monta na forma de curso de latim. O grau superior de Filosofia e Teologia vem incrementar a instituição de colégios, de modo diferente, portanto, dos colégios de meninos.

Serafim Leite por supor que o leitor dispõe de um conhecimento prévio acerca dos colégios de meninos não se detém na explicação do plano e dos objetivos educacionais destas instituições¹².

4. A IMPLEMENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Descreve Serafim Leite que com a extinção dos colégios de meninos em todas as províncias da Companhia de Jesus, no Brasil vigoraram casas de ensino e colégios, de modo a fornecerem educação escolar em vários locais da Colônia. Quando o

¹² Op. cit., t.I, p.38-44, 197, 198, 223-227, 251-252, 254-255, 258, 451-456, t.II, p.368-372. Para um melhor estudo desta fase da educação escolar colonial, consultar L. A. MATTOS, *Primórdios da Educação no Brasil*. O leitor acostumado com a linguagem de Luiz A. de Mattos, certamente perceberá que não utilizo a palavra "recolhimento" que é empregada por ele ao se referir a estas primeiras instituições educacionais jesuíticas. Não farei uso desta palavra porque Serafim Leite não a menciona, pois penso que é do vocabulário próprio do L. A. de Mattos e que os historiadores da educação brasileira adotaram. Para este tipo de instituição Serafim Leite adota várias terminologias como "casa de meninos", "escola", "colégio de meninos (de Jesus)" e "seminário". À palavra recolhimento ele reserva apenas às instituições de moças órfãs.

historiador da Companhia de Jesus no Brasil remete à existência de casas de ensino e de colégios, ele menciona de uma maneira esparsa e desorganizada as diferenças entre estes dois tipos de instituições escolares. Procurei ordenar as características das casas de ensino em comparação com os colégios, em alguns aspectos: as casas de ensino localizavam-se em capitâneas que dependiam economicamente de outras mais desenvolvidas e populosas. Por isso, as casas seguiam a mesma lógica, isto é, ficavam subordinadas financeiramente a um colégio; elas eram de pequeno porte e ofereciam apenas aulas de doutrina cristã e de rudimentos da escrita e leitura da língua portuguesa, sendo que algumas tinham o curso de latim, que constituía parte do ensino de Humanidades. Portanto, estas casas, funcionavam com objetivos mais doutrinários do que de instrução maciça, mesmo porque o seu alunado constituía-se de índios, podendo haver também alguns filhos de colonos e antigos órfãos incorporados à Companhia de Jesus os quais não retornaram a Portugal. Os filhos de colonos e estes ex-alunos órfãos depois completavam os estudos nos colégios centrais. Um trecho da obra de Serafim Leite resume a diferença entre casa e colégio¹³:

"A distinção fundamental, entre colégio e casa, que o não seja, é pois de caráter económico; terá outra distinção ainda no que toca a estudos; os colégios terão alunos de casa e de fora e estudos secundários e superiores. As casas, só escolas elementares para os de fora - como complemento da catequese"¹⁴.

Segundo Serafim Leite, os padres, residindo nas casas, aproveitavam para realizar atividades missionárias com índios que se localizavam proximamente. Assim,

¹³ Cf. *Op. cit.*, t. I, p.107-109, 189-191, 199-205, 44-45.

¹⁴ *Op. cit.*, t.I, p.109.

uniam instrução elementar e missionária, tendo em vista o núcleo constituído pela casa de ensino, meio bastante econômico e que requeria um número menor de padres¹⁵.

4.1. Problemas iniciais dos encargos financeiros da instrução

Ao dedicar parte extensa da sua obra ao sustento das formas de sobrevivência dos padres na Colônia, Serafim Leite destaca que já de início, os jesuítas do Brasil entraram em conflito com as ordenações das "Constituições" da Companhia de Jesus, pois, enquanto elas somente permitiam a posse de terras para a construção de escolas e o pedido de esmolas a particulares, os padres da Colônia precisavam de mais condições, dadas as características áridas da situação em que a economia local se encontrava. Era imprescindível a posse de terras não só para a construção dos colégios, como, sobretudo, para o cultivo de hortifrutigranjeiros e de bovinos para a própria manutenção da atividade educacional. Além do que, os jesuítas necessitavam de trabalhadores que viessem a prestar serviços em dadas terras, o que na época era feito por escravos negros, pois, a Colônia não oferecia outros meios de subsistência aos padres, nem ao menos o angariamento de esmolas era possível pelo fato dos colonos não terem ainda desenvolvido alguma riqueza. Serafim Leite justifica a posse de terra por parte dos jesuítas porque a economia ainda estava por se fazer, sendo assim, considerando-se que os jesuítas encontravam-se num processo de catequese e ensino, eles mesmos tinham que decidir sobre o melhor jeito de sustentação missionária e educacional, sem se envolverem com serviços braçais. Devido à escassez de recursos, os jesuítas conseguiram do Pe. Geral e do rei de Portugal exceção para adquirirem o

¹⁵ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.189-191, 223-227, 273-275, 281-284, 528.

pretendido, isto é, começaram a possuir verdadeiras fazendas com escravos negros, destinadas a sustentar os colégios, as casas e os aldeamentos indígenas, com a seguinte argumentação, exposta por Serafim Leite¹⁶.

"Não podiam, pois, os Jesuítas ganhar o próprio sustento com ocupações alheias ou impeditivas do seu fim próprio, nem podiam confiar só na caridade dos fiéis"¹⁷.

Detalha Serafim Leite que entre as respectivas três frentes de atuação dos padres, os recursos eram assegurados e concentrados pelos colégios, que ao se garantirem, enviavam o restante para as casas e aldeamentos, que eram em termos legais e econômicos, dependentes e submetidos aos colégios. Esta informação oferece mais uma vez condições para a compreensão de que os colégios se constituíam em centros de destinação e, principalmente, de decisão do que era prioritário em termos de ensino e de catequese¹⁸:

"... no Brasil do século XVI, dividiam-se as propriedades dos Jesuítas em três grandes secções ou entidades jurídicas, possuidoras de bens, correspondentes aos três Colégios da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, fazendo-se depender de cada qual as aldeias e residências mais próximas"¹⁹.

Em 1564 os recursos dos colégios são ainda mais implementados através da instituição do plano real da redízima. Esta redízima, de autoria do rei de Portugal,

¹⁶ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.107-109.

¹⁷ *Op. cit.*, t.I, p.108.

¹⁸ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.107-109.

¹⁹ *Op. cit.*, t.I, p.109.

significava a arrecadação por toda a Colônia pelos funcionários públicos, de dez por cento dos dízimos pagos pelos colonos, em função da produção existente nas fazendas. A princípio, o Colégio da Bahia teve a exclusividade no recebimento da redízima, mas depois ela estendeu-se para todos os colégios considerados reais, de dotação régia. Podemos concluir que a dotação régia, significava que o rei de Portugal ordenava o seu pagamento, sendo que por causa disso, os jesuítas o consideravam um pouco proprietário dos colégios, tanto é que ele era mencionado como fundador dessas instituições, em momentos oportunos das festas. Enquanto fundador, além de ser respeitado, os padres colocavam-se à sua disposição para quaisquer solicitações, tornando-se flexíveis aos mandos e desmandos reais. Não estavam de acordo com esta redízima os funcionários públicos, ao não efetuarem o pagamento aos padres em 1570. Para escapar da prática desses pagadores, o rei de Portugal retira-lhes esta função e, de imediato, choca-se com o governador Geral do Brasil porque a redízima passaria a ser paga pelo dinheiro alfandegário, fonte da qual o governador dispunha integralmente para administrar a Colônia e, que logicamente, não pretendia dividi-la com os jesuítas²⁰.

Como o Governador Geral não se mostrou favorável à concessão da décima parte da alfândega e, por conseguinte, o rei de Portugal não estava sendo eficaz na resolução do problema, Serafim Leite escreve que os padres recorreram ao Pe. Geral em 1579, com a proposta de não receberem apenas a redízima sobre a produção de açúcar nos engenhos e, sim, todo o dízimo, em contato direto deles com os colonos, mediante a cobrança do produto. Assim, penso que os jesuítas desempenhariam o papel de cobradores de impostos, e, além do mais, atuariam comercialmente na venda do açúcar. Pelo seu próprio teor interno, incoerente com os propósitos religiosos da Companhia de Jesus, não houve o implemento de tal proposição. Naquele momento, a alternativa segundo o historiador, foi proposta pelo Pe. Visitador de Roma mediante o

²⁰ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.113-119, 121, 123-124.

projeto original de venda de mosteiros e igrejas européias e que o dinheiro seria revertido para os colégios do Rio de Janeiro e Bahia; no entanto, mais este plano não se efetivou²¹.

Aponta Serafim Leite que os jesuítas, no século XVI, realizaram as suas missões e o ensino conforme a sua vida financeira permitiu, devendo-se à escassez de recursos o motivo pelo qual justificavam o caráter comedido e principiante da catequese e do ensino. Em termos reais, os padres sempre esperavam o dinheiro inconstante do auxílio real; também eles é que tinham de buscar a redízima nas fazendas distantes, e pouco produtivas, dada em açúcar²².

Ainda assim, a Companhia de Jesus conseguia alguns recursos com o Pe. Procurador, que era o mesmo para Portugal e o Brasil; mas na condição de Colônia adquiria-se pouco, pois a Metrópole tinha prioridade. O sentido implícito do que Serafim Leite escreve a respeito da atuação do Pe. Procurador consiste no fato deste ter exercido um cargo que envolvia delicadeza e habilidade para tentar conseguir verbas para o Brasil. Segundo Serafim Leite em alguns momentos foi proveitoso o trabalho desse padre, como a concessão de verbas do rei para a construção do Colégio da Bahia, considerando-se que conquistou o rei, o provincial de Portugal e o Pe. Geral, para tal empreendimento²³.

Num trato desordenado mas compreensível, pude depreender que Serafim Leite revela um desvio no decorrer do trabalho do Pe. Procurador, isto é, se este jesuíta contribuiu para que o Colégio da Bahia fosse construído, ele também realizou compras em Portugal no nome do Colégio e não prestou conta delas e, muito menos, as enviou. Quando tratava-se de mandar as compras que realmente os jesuítas estavam precisando, as contas eram muito elevadas se comparadas à quantidade e qualidade dos produtos! Estes problemas fizeram com que os jesuítas do Brasil retirassem a intermediação do Pe.

²¹ Cf. *Op. cit.*, t. I, p.113-119, 121, 123-127.

²² Cf. *Op. cit.*, t.I, p.124-127.

²³ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.131-134, 139-140.

Procurador, e comprassem diretamente os produtos em Portugal. O descaso da função do procurador era notório para os padres da Colônia, com o agravante de que ele era um padre jesuíta. Enquanto articulador do envio de mercadorias de Portugal para o Brasil, o Pe. Procurador cometia enganos também nisso, pois os produtos vinham trocados, ou seja, mercadorias necessárias iam para outros colégios da Companhia de Jesus de Portugal e, deles provinham o que os padres do Brasil não precisavam. A descrição destes problemas cometidos pelo Pe. Procurador nos faz achar que havia falta de controle das contas públicas do rei de Portugal; a burocracia, de certa forma, dera chances para tais transações comerciais com destinação incerta, mas ganho acertado²⁴.

A substituição do Pe. Procurador não resolveu o problema financeiro dos jesuítas do Brasil. É importante ressaltar que o Pe. Serafim Leite defende, de um modo geral, o ponto de vista oferecido pelos padres jesuítas do Brasil. Ele assume a defesa do rei português apenas nos momentos em que ele contribuiu financeiramente para o desenvolvimento dos trabalhos jesuíticos no Brasil. Além disso, o historiador se coloca ao lado de Portugal quando se trata da colonização do Brasil, em parte feita pelos jesuítas. De outro modo, há instantes na "História da Companhia de Jesus no Brasil" em que o leitor percebe Serafim Leite incorporando os problemas dos jesuítas do Brasil, ocorridos por conta da falta de auxílios financeiros da Coroa Portuguesa e, assim, volta-se contra o rei português. O autor, então, de certa forma, força a tentativa de fazer com que o leitor se convença de que o rei português agia com desprezo quanto à manutenção dos jesuítas e, por causa disso Serafim Leite coloca a Companhia de Jesus do Brasil como vítima de uma situação criada pela Metrópole. Por conseguinte, este escritor refere-se à Coroa Portuguesa enquanto possuidora, ao máximo, das contas enviadas à Colônia. Um mesmo montante de dinheiro e de produtos tinha que se dividir em três partes: para a manutenção dos colégios, para os estudantes internos e para os padres que

²⁴ Cf. *Op. cit.*, t. I, p.141-144.

busca de verbas pelos padres, propõe a existência de um padre feitor, que se destinasse a cuidar de toda a parte financeira da Companhia de Jesus no Brasil. Entretanto, a disparidade entre projetos ideais e as limitações reais fazia-se presente, o que acarretou para os padres a responsabilidade de angariar fundos de sustento para os seus trabalhos, já que a redízima chegava aos colégios de maneira inconstante e, o relacionamento com os padres de Portugal e com a Coroa Portuguesa era moroso em termos de conquista de verbas²⁶.

A realidade apresentada, em função do que encontrei na obra de Serafim Leite pode oferecer a interpretação de que se por um lado os jesuítas do Brasil se encontravam numa situação financeira pouco favorável, por outro fez com que eles buscassem outras formas de sobrevivência, levando-os a um certo ajuste e amadurecimento daquilo que era viável de se realizar. Havendo dificuldades de ordem financeira, os padres não desanimaram, pelo contrário, esses problemas deram origem a um empenho direcionado para soluções que não envolveram a clemência de esmolas, nem a dependência imediata da redízima e de particulares. Aqui é oportuno considerar as duas características mais importantes dos jesuítas que residiam na Colônia: a persistência e a autonomia, ou seja, a vontade que tinham de se tornar independentes financeiramente em relação ao rei de Portugal:

"Se os padres, em vez de estarem a dar aulas, tivessem que andar nesse peditório, quem não vê a desorganização, que tal sistema traria ao andamento normal do Colégio"²⁷.

"Requeriam bens. E naturalmente avultados, sob pena de ficar tudo em pouco."²⁸.

²⁶ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.146-147.

²⁷ *Op. cit.*, t.I, p.108.

²⁸ *Op. cit.*, t.I, p.107.

Serafim Leite ao concordar com o firme propósito de persistência e autonomia dos jesuítas do Brasil dá o parecer de que realmente eles necessitavam de terras, a serem obtidas por herança de particulares, por compra, troca e, no caso de serem originárias do rei ou do Governador, eram ganhas na forma de sesmarias, quer dizer, todas aquelas formas incultas de terras destinavam-se para a Companhia de Jesus. Tanto cuidado os padres depositavam na posse das terras que as cadastraram e tombaram, objetivando com isso a certeza da exclusividade de seu uso pela Ordem Jesuítica, a fim de afastar colonos e índios que estavam requerendo as terras²⁹.

Podemos pensar que o aparato territorial e econômico adquirido pelos jesuítas associado ao voto de pobreza exigido pela Ordem Jesuítica tivesse sido de difícil ajuste. Pensar assim é um engano. Porém, Serafim Leite diz que o problema foi solucionado após um enunciado do Pe. Geral, ao reconhecer que os jesuítas tinham a posse de terras como o principal meio de manutenção da Companhia de Jesus na Colônia. Este enunciado resolvera realizar a distinção entre as condições coletivas e as pessoais do jesuíta. Esclarecendo: as primeiras referiam-se à Companhia de Jesus enquanto instituição, enquanto que as outras direcionavam-se ao jesuíta individual. Deste modo, na qualidade de instituição, a Companhia de Jesus mesmo ao ter terras, não admitia a menção de ser rica porque, segundo o Pe. Geral, a disposição da economia jesuítica revertia-se unicamente para a população, na feição catequética e escolar. Quanto ao jesuíta em particular, ele formava-se somente como religioso da Companhia de Jesus, sendo que sozinho não dispunha de bens; era, portanto, pobre. Observemos como Serafim Leite descreve a pobreza religiosa³⁰.

²⁹ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.149-161.

³⁰ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.149-161, 109-110, 7-10.

"E sob o ponto de vista da pobreza religiosa? É simples. Se estas rendas dos Colégios, garantiam, por um lado, a estabilidade do apostolado, deixavam intacto, por outro, o voto de pobreza. Os Colégios possuíam colectivamente. E só êles podiam possuir"³¹.

"O Jesuíta, cada qual, pessoalmente, não podia possuir nada, nem, de facto, possuía. Ao professor, mesmo que não fôsem votos solenes, desfazia-se livremente dos bens que tivesse; abdicava dos que pudesse vir a ter; e não dispunha dos bens próprios dos Colégios, senão em obediência às Constituições, a cuja guarda se comprometeu com a máxima liberdade"³².

A transcrição desses trechos da Obra do padre historiador nos remete para a conclusão de que o conteúdo da fé achava-se presente na posse das terras, determinando os limites formais de sua utilização. O voto de pobreza não permitia que nelas existissem animais de luxo como coelhos e pombas, mas concedia a criação de vacas, plantações de frutos portugueses e coloniais e o cultivo do algodão. No século XVI, os padres não foram donos de engenhos, como medida precautória de envolvimento em atividades competitivas com os colonos, para um não comprometimento moral do relacionamento de ambas as partes. Portanto, os jesuítas, ou faziam uso da terra dentro dos limites apontados ou então as arrendavam a particulares e alugavam casas para conseguirem fundos a serem aplicados na organização técnica das terras e fazendas. Ainda, havia troca de favores entre colonos e jesuítas quando a Companhia de Jesus ganhava as propriedades, mediante a licença do Pe. Geral. Após o falecimento do doador, os padres aumentavam a quantidade das terras em troca da realização de muitas orações em favor da alma do determinado benfeitor³³.

³¹ Op. cit., t.I, p.109

³² Op. cit., t.I, p.109-110.

³³ Cf. Op. cit., t.I, p.149-161, 173-182.

4.2. As primeiras instituições de ensino no Brasil

Com o fim do Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia em 1556, Serafim Leite descreve que o Colégio, com outro objetivo, emergiu situado nas casas que anteriormente alojavam os meninos órfãos de Lisboa e os padres. No início, a inviabilidade financeira da construção de um edifício adequado fez com que as casas recebessem uma reforma para ali o Colégio se acomodar. Significando o Colégio de Meninos a primeira fase da instrução na Bahia, com a extinção desse tipo de ensino, a segunda fase da educação escolar passa a vigorar, caracterizando-se pela instalação do ensino de Humanidades e dos graus superiores de Filosofia e Teologia, conforme as "Constituições" da Companhia de Jesus. Logo, os padres, situando-se na Colônia, distantes de Portugal, sentiram o que significava atuar num lugar onde não tinham condições de providenciar material de construção, para que o Colégio funcionasse em prédio adequado, que ostentasse o mínimo de pompa. Esta pompa é referenciada por Serafim Leite como algo importante no interior da Companhia de Jesus se lembrarmos que os colégios jesuíticos europeus possuíam esta característica, ressaltada como sinônimo do sagrado. Serafim Leite parece concordar com a pomposidade, na construção das instituições de ensino jesuíticas. Voltando ao que Serafim Leite transmite, o desejo demonstrado em 1553 da existência do ensino funcionar em dependências adequadas, tornou-se real apenas em 1590. O problema todo residia na economia dos mercadores, que buscavam, com exclusividade, os materiais de construção na frota Brasil-Portugal, cobrando por estes, preços exorbitantes. Isto se devia à falta de interferência governamental em dado intercâmbio. Ao entrar em negociações com o rei de Portugal, a Companhia de Jesus no Brasil modificou as relações comerciais com a Metrópole, não dispondo mais seu comércio de livre arbítrio no estabelecimento dos preços. A Coroa

missionavam em qualquer parte da América Portuguesa. Este último dado traduzia-se no fato de que nem todo o dinheiro real da Província do Brasil era de seu uso. Portanto, os padres realmente não deviam contar com as verbas vindas da Metrópole, que além de não mandá-las para os jesuítas darem prosseguimento aos seus trabalhos, não facilitava a compra de produtos por eles na Colônia, por serem mais caros, o que os levava a efetuar as compras em Portugal daquilo que estivessem necessitando. Sendo assim, concluo que Portugal lucrava com a elevação dos preços dos produtos que vendia na Colônia e, obtinha outras mercadorias quase que de graça. Quanto à Companhia de Jesus, com exceção das vezes em que os jesuítas do Brasil iam para Portugal em busca de preços mais em conta, na maioria dos casos, pela dificuldade prática de locomoção e de distância, o jeito era enviar ao rei de Portugal ou à Companhia de Jesus de lá mercadorias típicas valiosas produzidas nas fazendas jesuíticas, sendo que em troca eles mandavam remédios para as farmácias dos colégios, que muitas vezes nem cobriam os custos dos produtos enviados para Portugal²⁵.

Serafim Leite ainda acrescenta que os padres do Brasil ao perceberem as confusões financeiras dos padres portugueses nas contas do rei de Portugal, instituíram nas dependências dos colégios e das casas de ensino o controle de entrada e saída de quaisquer produtos e, dos gastos, mediante um livro de registros. Este livro se destinava a evitar acusações de desvios de verbas por parte de pessoas de fora, auxiliava a averiguação de possíveis roubos e, nele os padres organizavam a quantia do subsídio para as casas e aldeias que dependiam da instituição escolar. Como os produtos existentes nos colégios tinham a isenção de impostos, a precaução de seus roubos era marcada por um cuidado premente. Os jesuítas, desejavam aproveitar todo o tempo nas atividades educacionais e missionárias, mas isso nem sempre era possível. O Pe. Geral, por compartilhar de tal clareza e, principalmente, por querer aliviar o ônus do trabalho de

²⁵ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.141-144, 131-134, 139-140.

Portuguesa passa a gerenciar a alta dos produtos, financiar em parte os meios de construção e, exilados portugueses no Brasil pagam pela diminuição de suas penas e a metade deste dinheiro é empregada na construção do Colégio. Em consequência desses esforços, o prédio ficou acabado em 1590³⁴.

Pelos detalhes da arquitetura do prédio, pesquisados por Serafim Leite, compreende-se que o Colégio tinha o ensino como preocupação central. Contudo, a instrução não era exclusiva, ao constatar-se que na instituição de ensino havia compartimentos que se destinavam à enfermaria. Nela doentes ricos se abrigavam e pagavam pelo tratamento de sua saúde, ao contrário das pessoas pobres que recebiam os mesmos cuidados gratuitamente. Os idosos também ocupavam parte dos compartimentos da enfermaria até morrerem, por não terem outro local de assistência. A enfermaria do Colégio, apesar de precária em termos de habilidades e capacitação médica, constituía o único local de atendimento às pessoas residentes na Bahia. Então, a prestação médica ficava sujeita ao amadorismo dos jesuítas, que não tinham formação para tanto. Eles realizavam este tipo de serviço por conta de seu zelo religioso e assistencialista, mais por pena dos velhos e doentes do que por obrigação ou dever. Quanto a este assunto, Serafim Leite enxerga com admiração a atitude dos jesuítas de cuidarem dos doentes, mesmo eles não tendo formação para tanto. Esta falta de preparo dos jesuítas em cuidados médicos, acredita este historiador, era suprida pela vontade de ajudar³⁵.

Com as características próprias de Colégio, criou-se o ensino de Gramática Latina, grau subsequente ao ensino elementar. Serafim Leite atenta o leitor para a extrema importância de relevar-se que o ensino elementar existiu com licença especial no Brasil, em face do desconhecimento dos rudimentos da cultura européia pelos índios, consequente à inexistência dos portugueses na Colônia antes. Desta feita, o

³⁴ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.45-53, 71.

³⁵ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.53, 58, 64, 59.

ensino elementar não constava como grau de ensino no Plano de Estudos da Companhia de Jesus, o "Ratio Studiorum", nem em termos práticos os colégios jesuíticos ofereciam tal modalidade de instrução. Por isso, as ordenações do Pe. Geral caminhavam em direção à que este Plano fosse seguido em termos fundamentais, ficando o restante por conta das necessidades sentidas pelos padres. A grosso modo, o "Ratio Studiorum" consistiu, desde 1599, no plano de estudos da Companhia de Jesus, onde se achavam os princípios norteadores do ensino para os colégios. No século XVI havia disposições transitórias do Pe. Geral destinadas a gerenciar as instituições de ensino³⁶.

A instrução elementar foi a primeira a ser criada no Colégio da Bahia ainda na sua primeira fase, tendo em vista a urgência de contato dos índios com o universo lingüístico e moralizador dos colonos. Deixou-se o ensino de Humanidades para quando o Colégio foi de fato instituído em 1553 e, seguiu diretamente o modelo curricular e metodológico do "Ratio Studiorum", através da ministração das matérias "Retórica", "Humanidades" e "Gramática Latina", tradicionalmente ensinadas nos colégios europeus. A base dos estudos era a leitura dos autores clássicos da Antigüidade, como Cícero, Virgílio, Ovídio, Demóstenes e Homero. Para o aprendizado da Gramática Latina, os poucos alunos deste grau de ensino tinham que estudar uma cartilha do Pe. Manuel Álvares, além do treino da língua entre eles na aula, restando a fala do português apenas nos intervalos. No Brasil, em termos excepcionais, e por conseguinte, no Colégio da Bahia, o grego não foi estudado no século XVI, devido à imediatez de dedicação ao estudo da língua tupi, sem a qual não haveria comunicação com os silvícolas. Com tudo isso, a dedicação de professores e alunos fazia-se imprescindível, durante duas hora pela manhã e o mesmo tanto de horas à tarde; a partir de 1586 origina-se do Pe. Geral o

³⁶ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.45-53, 71.

mandato para que o horário se alargasse em meia hora para cada período, reservado à resolução das dúvidas dos alunos, com vista à melhoria da qualidade do ensino³⁷.

Mediante a exposição do Pe. Serafim Leite, concluí que o controle da fala constante da língua encontrava-se presente no Colégio da Bahia e, não bastando apenas isso, os alunos tinham que se prestar a disputas entre si nos dias de sábado; eram as "sabatinas", pois a extensão do conteúdo das disciplinas não concedia tempo para a realização da avaliação do desempenho escolar durante a semana. O rigor em todo o processo de medida do desenvolvimento intelectual do alunado e a falta de filhos de colonos no Brasil que freqüentassem em número razoável o curso de Humanidades, fizeram com que os padres interrompessem as suas aulas entre os idos de 1560 e 1564. Há de se chegar à observação de que o Colégio da Bahia pretendia fornecer um padrão de instrução conforme o dado nos colégios jesuítcos da Europa, mas a falta de alunos demonstrou que as peculiaridades locais exigiam outro tipo de instrução e, modo de ministrá-la. O leitor há de concordar comigo que a transposição de modelos de ensino não se fazia assim tão diretamente!³⁸.

Enquanto que as Humanidades representavam o grau intermediário entre o ensino elementar e o ensino superior, a Filosofia e a Teologia constituíam o próprio grau superior, como enuncia Serafim Leite, sendo que os alunos cursavam-nas nesta seqüência. Estando firmado o Colégio da Bahia, o curso de Filosofia, também chamado de Artes ou Ciências Naturais, principiou em 1572, com a seguinte gradação de disciplinas: Lógica, Física, Metafísica, Ética e Matemática, que se distribuíam em três anos de estudos, conforme o Colégio de Coimbra e o Colégio Romano. Os mesmos motivos ocorridos no curso de Humanidades são apontados como causa da escassez do alunado neste curso, contudo, os padres não procederam ao se fechamento e, sim,

³⁷ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.71-75.

³⁸ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.72-75.

buscaram medidas menos drásticas porque a experiência demonstrou que outras resoluções seriam mais razoáveis. Soluções, mais leves, foram apontadas pelo Pe. Visitador, em conformidade com as necessidades e limitações presentes na Colônia e, possibilitaram uma amenização dos critérios de avaliação do rendimento escolar dos alunos, ao eliminarem do processo avaliatório a exigência do esclarecimento de conceitos e definições. Ainda, o Pe. Visitador teve o cuidado de ordenar um mínimo de frequência de dez alunos externos para o seu funcionamento, o que fez com que o curso de Filosofia funcionasse intermitentemente, quando cobrisse esta quantidade, a fim de que os professores não se desgastassem; isto fazia com que não houvesse uma continuidade direta dos alunos nos estudos³⁹. Tenho a certificar que os jesuítas sabiam muito bem economizar, pois, não gastavam com o ensino quando não havia alunos suficientes:

"Geralmente havia um curso de Artes, de quatro em quatro anos e, durava cada curso três anos e às vezes quatro"⁴⁰.

Por conseguinte, ficou mais fácil a aprovação dos alunos e, a partir de 1598, há a constatação de que passou a existir um número dobrado de alunos no curso de Filosofia:

"O Pe. Visitador, em 1586 (...) Facilita, porém os estudos, dando licença para se suprirem as glosas, 'onde não haja definições ou as suas explicações', que se não perguntariam nos exames"⁴¹.

"O curso de Artes, em 1593, começou com 20 estudantes e, em 1598, com 40. Acentuavam-se os progressos"⁴².

³⁹ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.75-76.

⁴⁰ *Op. cit.*, t.I, p.76.

⁴¹ *Op. cit.*, t.I, p.76.

⁴² *Op. cit.*, t.I, p.76.

Na Obra que estamos expondo, o Colégio da Bahia aparece dispendo desde 1595 do curso mais elevado existente nos colégios da Companhia de Jesus, qual seja, o curso de Teologia, dividido em Teologia Moral e Teologia Especulativa. A primeira destas, procurava envolver os alunos em assuntos de ordem prática da Teologia, que se traduziam em problemas cotidianos a serem resolvidos teologicamente; deles, os mais comuns sempre incidiam na concordância sobre o período mais adequado para a ministração de batismos e de casamentos entre os índios, pois, os padres não sabiam medir o quanto os índios estavam amadurecidos para a vida cristã. Como o casamento e o batismo formavam o cerne de sustentação do coroamento da vida cristã sobre os índios, era de suma importância a temperança dos padres, que para evitar precipitações contavam com a liderança de padres em Portugal, sem a permissão dos quais não realizavam os sacramentos. Mais importante do que os temas do dia-a-dia encarregados ao curso de Teologia Moral do Colégio, era o assunto pertinente à liberdade dos índios porque os padres mostravam-se seus defensores, contra as investidas dos colonos para a escravização indígena⁴³. Serafim Leite tem a preocupação, na sua exposição, de preservar a idéia dos jesuítas defendendo a liberdade indígena. Em momento oportuno ficará demonstrado, a partir do que compreendi do próprio texto de Serafim Leite, que a liberdade indígena era defendida pelo jesuítas apenas como um princípio, pois na prática, os aldeamentos jesuíticos eram redutos de escravização indígena e, as fazendas da Ordem Jesuítica também.

Sugere Serafim Leite que o curso de Teologia Moral revestia-se de um conteúdo eminentemente prático, por isso, devia ser cursado primeiramente. Quer dizer, os jesuítas eram de parecer que o fato desta Teologia ser prática, era mais fácil de ser assimilada pelos alunos, daí a sua colocação no início e a presença de um maior número

⁴³ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.76-78.

de alunos freqüentadores. Podemos concluir que o curso de Teologia Dogmática ou Especulativa formava somente os alunos que tinham conseguido transpor todos os obstáculos de avaliação existentes no Colégio da Bahia e isto é comentado pelo Pe. Leite como uma norma pedagógica positiva e interessante porque tinha-se a garantia de que os alunos que se formassem neste grau de ensino tinham condições de terem uma atuação sacerdotal ou profissional eficiente. Cursavam-no só aqueles que tinham altas qualidades intelectuais, com condições de apreender os vários dogmas constituintes da Companhia de Jesus⁴⁴.

Creio que a seletividade educacional situava-se no âmbito de uma hierarquia de graus de ensino e, principalmente, numa demonstração do que a Companhia de Jesus entendia por excelência no ensino. Esta maneira de conceber a disciplina intelectual foi reforçada com a negação da vinda de mais padres portugueses ao Brasil pelo Pe. Geral. Desse modo, os jesuítas do Colégio da Bahia viram-se incumbidos de encontrar alunos que viessem a se tornar professores jesuítas, devido à falta de portugueses que assumissem tal encargo. Entretanto, era lei geral da Companhia de Jesus que hereges, homicidas, casados, escravos e, religiosos anteriormente de outras ordens não pudessem em hipótese alguma, exercer o sacerdócio jesuítico, sendo assim, uma parte dos pretendentes à missão era excluída de início, pois não tinha a permissão nem de cursar o noviciado⁴⁵.

Sentindo o ônus desta responsabilidade, o Colégio da Bahia passa a exigir mais conhecimentos dos alunos, com o reitor não tolerando esparecimentos e esmorecimentos de professores e alunos; no entanto, penso que tudo se realizava em ambiente bastante sutil. Os alunos, muitas vezes, nem percebiam que estavam sendo avaliados, mediante a realização de provas competitivas entre eles mesmos, dotadas de

⁴⁴ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.76-78.

⁴⁵ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.7-10, 82-83, 85, 87, 88-90.

uma positividade extrínseca. Nelas havia a concepção de avaliação como atividade lúdica que aparentasse como algo agradável e cativante aos sentimentos dos alunos, o que comprova que os estudos não eram interessantes em si; precisavam de um estimulante externo e competitivo, como incentivo ao aprendizado. Mal sabiam os alunos que o lúdico na avaliação poderia reprová-los!⁴⁶.

Conforme o que encontrei na obra de Serafim Leite, os padres não conseguiam prender a atenção de alguns alunos, que demonstravam o descaso que tinham acerca da instrução através de maus comportamentos. Daí, o meio eficaz encontrado pelos jesuítas foi a prática dos açoites, apoiada então pelo Governador do Brasil, Mem de Sá. Inteligentemente, a Companhia de Jesus não se comprometia a empregá-los, deixando a tarefa para o "Corretor", pessoa contratada pelos padres com essa função determinada, pois, todo o cuidado de acusação e de processos judiciais era estritamente urgente. É importante notar a vinculação dos tipos de castigos como adequados ao desenvolvimento etário das vítimas. Serafim Leite oferece ao leitor a gradação das idades, dos castigos e, suas implicações, e há de se deixar claro que este escritor dá destaque para este tipo de prática, visualizando-a em termos de aprovação:

"Um dos fins, com que Mem de Sá instituiu tronco e pelourinho em cada vila, foi para mostrar que tinham o mesmo que os cristãos e para o meirinho meter os moços no tronco, quando fogem da escola, explica o mesmo Governador"⁴⁷.

"... que não recebessem açoites os estudantes de 16 anos para cima, e não se castigassem por ninguém da Companhia, mas pelo Corrector, como ordenavam as Constituições (...) Os menores podiam ser açoitados, os médios receberiam apenas palmatoadas, e os grandes nem palmatoadas nem açoites. Seriam somente repreendidos, primeiro em particular, depois em público. Se não aproveitasse a repreensão, nem houvesse emenda, seriam então expulsos. Ninguém poderia receber castigos corporais dos

⁴⁶ Cf. Op. cit., t.I, p.82-83, 85, 87, 88-90.

⁴⁷ Op. Cit., t.I, p.89.

professores ou prefeitos; pertencia ao Reitor determinar quais alunos poderiam ser castigados, quais não; só depois é que se entregavam ao Corrector⁴⁸.

Observo que a exclusão do acesso ao ensino não se consubstanciava em termos exclusivos para os que haviam freqüentado o Colégio. Existiam os que nem podiam se inserir nos estudos, como os escravos negros, por terem de trabalhar nas piores condições, que não ofereciam o mínimo de tempo para a freqüência aos bancos escolares e, os jesuítas não faziam empenho para que esta situação se revertesse, pois eles também dependiam do esmero dos negros em suas fazendas, a fim de disporem de tempo livre para o cultivo intelectual. Conclui-se que, na realidade, a Companhia de Jesus no Brasil criou um aparato financeiro, entre outros motivos, para livrar-se do trabalho manual nas lavouras⁴⁹.

Nas entrelinhas dos escritos de Serafim Leite, percebe-se que para filhos de colonos e para os mestiços, alunos do Colégio da Bahia, o privilégio da educação escolar dava-se também na esfera do lazer, embora fosse disciplinado, controlado pelos padres e objetivado a fins praticistas de tornar o aluno mais rendoso nos estudos. Pode-se afirmar que os jesuítas, ao promoverem um certo lazer aos alunos, tinham o bom senso de dosar o rígido esquema do cotidiano escolar com períodos curtos de descanso, que ocorriam no meio da semana, levando os alunos para uma casa de campo que o Colégio dispunha para este fim. Também, eles se aliviavam um pouco das aulas antes das festas solenes e dos dias santos, comemorados nas dependências da respectiva instituição escolar. As festas solenes mereciam um destaque no Colégio da Bahia porque deixavam os alunos estimulados pedagogicamente, tornando menos dispendioso o trabalho dos professores nas aulas, uma vez que os alunos se mostravam mais esforçados, atentos e

⁴⁸ Op. cit., t.I, p.89- 90.

⁴⁹ Cf. Op. cit., t.I, p.80, 90-91.

comportados, como condição para poderem, um dia, participar diretamente das solenidades, pois sabiam muito bem acerca do estilo selecionador da educação jesuítica. As festas solenes davam-se em ocasião da formatura dos alunos internos e externos do curso de Filosofia, em que as personalidades importantes de governador e bispo tinham posição de honra. Além do conteúdo ideológico veiculado intencionalmente para os alunos que não tinham ainda cursado a Filosofia, as festas solenes oportunizavam o contato próximo dos padres com políticos e pessoas importantes da cidade e, daí o Colégio da Bahia conseguir prestígio e, principalmente dinheiro⁵⁰. Este prestígio, para Serafim Leite, quer dizer, a certeza de que os jesuítas estavam conseguindo desenvolver as suas atividades de ensino.

Assumindo a perspectiva protecionista da Companhia de Jesus, Serafim Leite tem a dizer que quanto às férias longas, ou seja, anuais, os alunos que já eram jesuítas, os chamados "alunos internos", permaneciam sob a tutela dos padres, mudando-se apenas do Colégio para alguma aldeia, com o objetivo de auxiliar o trabalho de catequese e, principalmente, para aprenderem a língua tupi. Acresce-se ao trabalho de catequese, a obrigatoriedade da santificação, por meio da meditação do livro "Exercícios Espirituais" de autoria de Inácio de Loyola. Exercendo ambas atividades no período de recesso escolar, é óbvio que se conclua que os alunos internos não gozavam de férias, apenas não tinham aulas. Isto demonstra a falta de contato deles com os familiares e, sobretudo o receio dos padres jesuítas em deixar esses alunos tomarem afeição pelos valores da sociedade colonial, nocivos à vida religiosa, que porventura, poderiam ocasionar a desistência do sacerdócio. Na verdade, penso que nem os jesuítas acreditavam em resultados duradouros da inculcação dos princípios doutrinários sobre os alunos. Numa mostra de fragilidade da doutrinação, os padres eram de parecer que

⁵⁰ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.93-99.

estando os alunos envolvidos com a missão, era certa a continuidade deles na Companhia de Jesus⁵¹.

De acordo com o Pe. Serafim Leite, em se tratando das solenidades de formatura dos alunos do curso de Filosofia, no presente momento eles ostentavam a titulação de mestres em Artes, que tinham direito como resultado da conclusão de seus estudos. Subentendo de Serafim Leite que este orgulho ficou pendente por volta de 1583, devido à mesquinhez do Pe. Geral em não querer conceder os títulos aos alunos do Colégio da Bahia, pois ele obedecia, acima de tudo, à lógica da dominação cultural de Portugal sobre o Brasil. Entendo que os alunos da Colônia não poderiam dispor de uma titulação correspondente à mesma qualidade do universo cultural existente em Portugal. As justificativas do Pe. Geral, de tal medida, não incidiam, é claro, acerca das conseqüências educacionais; elas buscaram escapar-se pela via de sua praticidade, afirmando que o Brasil não necessitava de padres altamente qualificados, mas de simples catequistas, destinados a transmitir a doutrina aos índios⁵²:

"A resposta de Roma ao postulado da Congregação foi que 'não parece necessário no Brasil tal promoção, porque não seria essa faculdade de nenhuma utilidade'"⁵³.

Travou-se um conflito de autoridade da Coroa Portuguesa e do Pe. Geral com os padres da Colônia, principalmente com o Padre Provincial Marçal Beliarte, que continuou ordenando a concessão dos títulos de Mestre aos formandos em Filosofia, sem licença do Pe. Geral. Com a mudança do provincialismo do Pe. Beliarte para o Pe. Pero Rodrigues, a titulação de Mestre passou a ser dada em 1597 com a aprovação do Pe.

⁵¹ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.93-99.

⁵² Cf. *Op. cit.*, t.I, p.93-99.

⁵³ *Op. cit.*, t.I, p.99.

Geral. Tendo este objetivo tanto Marçal Beliarde como Pero Rodrigues, ele foi conquistado, mediante a legalidade da Companhia de Jesus de Roma, com o esforço de Pero Rodrigues, devido a uma melhor habilidade de relacionamento com o Pe. Geral, através do argumento de que os jesuítas professores precisavam do título para dar aulas, exigência esta da própria Ordem Religiosa e, que antes não era cumprida por culpa da mesma. Em sua maneira de pensar, Serafim Leite se põe contra a decisão do Pe. Geral de proibir a concessão do título de mestre, pois como sempre, defende a opinião dos jesuítas do Brasil. Mais uma vez o leitor tem de pensar que o argumento de fundo prático se faz presente, com base na necessidade de um quadro próprio de padres, pois o mesmo Pe. Geral que não o aceitava, também não desejava enviar padres portugueses ao Brasil. Vejamos o que Serafim Leite escreve sobre o Pe. Provincial Pero Rodrigues⁵⁴:

"Investido na responsabilidade do mando, apalpou as possibilidades e necessidades da terra, e pediu, por sua vez, para Roma, os poderes de conferir graus de Mestre em Artes. Alegava, como motivo suficiente, o mesmo que se tinha proposto antes, a saber, a conveniência de dar também esse grau aos Padres da Companhia, que, sendo destinados a Professores, o não tivesse ainda. Mais feliz do que Marçal Beliarde, alcançou ele, em 1597, a faculdade de conferir essa prerrogativa acadêmica"⁵⁵.

Considero que apesar dos títulos voltarem a ser oferecidos aos alunos internos do Colégio da Bahia, a realidade da falta de catequistas nas aldeias acabava por corresponder à concepção limitada do Pe. Geral sobre os destinos missionários no Brasil. Isto significa que o Pe. Geral não precisou adotar medidas legais para proibir a concessão dos títulos de mestre em Artes e, de doutor aos formados em Teologia. Bastou somente não enviar número suficiente de padres portugueses para que os alunos internos, naturais

⁵⁴ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.93-99, 100, 82-83, 85, 87, 88-90.

⁵⁵ *Op. cit.*, t.I, p.100.

do Brasil, recebessem uma breve formação para uma imediata atuação catequética, concluindo-se que eram realmente poucos os que conseguiam se titular⁵⁶.

No levantamento que fiz acerca da formação dos padres, ao longo do século XVI, o encargo do reitorado do Colégio da Bahia foi ocupado por jesuítas que não tinham concluído o curso de Teologia. Se alguns de seus reitores encontraram-se nestas condições, a falta de formação completa agravava-se no âmbito do professorado. Até 1564, não vigorando ainda as "Constituições", ficava sob a responsabilidade dos padres eleger quem ficaria no comando de determinada instituição. Notei, através do texto de Serafim Leite, que como se mostrava precária a preparação dos padres, na escolha do candidato, apelava-se para quem possuísse carisma e o máximo de religiosidade, sendo que se formava uma composição consensual entre os padres de quem seria eleito. O historiador em estudo não trata a falta de formação dos padres desta maneira. Nisto ele não oferece um parecer, apenas descreve o ocorrido. A interpretação que coube a esta característica dos jesuítas do Brasil é minha. Vemos que com a vigência das "Constituições", a escolha dos reitores pelos padres cessa e, começa a operar-se pelo Pe. Geral. A escolha dos reitores antes se dava através de uma composição entre os padres, que acabavam elegendo o padre mais amigo, carismático e destinado a atender aos seus desejos particulares. Segundo o entendimento de Serafim Leite, com a passagem da nomeação dos reitores pelo Pe. Geral, nem ao menos os anseios particulares dos jesuítas se atendiam, pois algumas ordenações de padres para tal função não foram felizes, por causa da inadequação entre as peculiaridades do colégio ao qual se destinavam e, os costumes e falta de propostas pedagógicas apropriadas, principalmente, quando a origem deles era estrangeira, sem contato anterior com o ambiente no qual iriam atuar⁵⁷.

⁵⁶ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.83, 82, 85, 87, 88-90.

⁵⁷ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.53, 58, 64, 59.

Como o Colégio da Bahia preponderou e se firmou como centro de estudos da Colônia desde o seu início, conforme a opinião do historiador da Companhia de Jesus no Brasil, esta instituição de ensino formou-se enquanto foco de atenção e orientação para os outros colégios. Tão afeito a esta informação encontra-se Serafim Leite que "viaja" profundamente pelos colégios e casas de ensino, tendo como ponto de partida o Colégio da Bahia. Depois de adentrar-se em cada detalhe deste Colégio, o autor não se esquecendo de que a Bahia era o centro geográfico e político da Colônia, direciona-se um pouco mais ao sul, na região administrativa do Rio de Janeiro, precisamente até nos pormenores do Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente, localizado primeiramente em São Vicente, depois em São Paulo de Piratininga, então criado pelos jesuítas em 1549, sendo que a capitania existia desde 1532. Este Colégio, a princípio correspondeu àquela fase dos colégios de meninos, onde na Ilha de São Vicente os padres agruparam órfãos de Lisboa, filhos de fazendeiros e meninos índios, para o recebimento da doutrina e, para serem alfabetizados no português, reservando-se aos alunos brilhantes o aprendizado da língua latina. Este colégio, assim como o da Bahia, funcionava em regime de internato; tinha como professor um jovem gramático em desterro no Brasil. Esta instituição, mesmo sendo internato, não formava necessariamente para o exercício do sacerdócio. Os seus administradores denominavam-se "mordomos" e também havia um "provedor", talvez pelo seu zelo e cuidados práticos do dia-a-dia destinados aos meninos integralmente. Contudo, percebo que o motivo mais forte para a existência dos mordomos e do provedor era a desincumbência administrativa da casa pelos padres eruditos, a fim de cuidarem apenas da educação dos meninos. Enquanto colégio de meninos, existia uma confraria que tinha a função de administrar os bens da instituição, que foram doados por um irmão que entrou para a Companhia de Jesus. Essas terras tinham a produção de algumas culturas de sustento para o determinado estabelecimento de educação. É preciso esclarecer que a existência da Confraria justificava porque os jesuítas não constavam, juridicamente, como

proprietários de terras, quer dizer, esta organização concedia aos meninos o direito de serem donos, sendo que é claro que os jesuítas detinham a sua administração. Quanto ao rei de Portugal, ele somente efetuava o pagamento aos padres porque eram considerados funcionários públicos a serviço da Coroa Portuguesa; entretanto, as verbas reais que seriam para a manutenção dos padres, eram destinadas aos meninos pela própria Companhia de Jesus da Colônia⁵⁸. A menção a funcionários públicos para os jesuítas feita pelo rei português é enfatizada por Serafim Leite, porque eles assumem para este autor, um grau maior de relevância, na medida em que tinham o reconhecimento, em parte, da autoridade política.

Serafim Leite preocupando-se continuamente com os meios de sobrevivência dos jesuítas, pois concorda que sem recursos os trabalhos não iam adiante, descreve que os anos de 1553 e 1554 marcaram os jesuítas de São Vicente, por não terem como continuar no local, por causa dos poucos meios de sustentação. A solução foi mudarem-se para Piratininga, pertencente à capitania de São Vicente. Aparecendo São Vicente de um modo confuso na obra de Serafim Leite, é importante diferenciar que havia uma vila de São Vicente onde a instrução estava localizada, existindo a capitania de São Vicente que aglomerava tanto a respectiva vila como demais vilas. Incertamente, o historiador parece demonstrar que os padres se fixam em Piratininga apenas por algum tempo, pois em 1585, eles se mudam de lá devido a condições econômicas ruins à vida dos jesuítas por conta de fatores intrínsecos de gastura de terras e da falta de padres. Quanto a problemas externos à Companhia de Jesus, os padres tiveram conflitos com o capitão local e, principalmente, a estada deles se viu interrompida porque a Vila de São Vicente foi destruída por piratas ingleses e invadida por índios que não desejavam a presença portuguesa. Serafim Leite faz questão de transmitir que a rejeição que os capitães locais tinham com relação aos jesuítas era fruto de uma má vontade desses

⁵⁸ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.251-252, 254-255, 258, 253.

políticos; assim, ele omite uma provável vontade política dos padres de quererem dominar politicamente a vila de São Vicente. Observe o leitor os motivos da saída dos jesuítas de lá, colocados por Serafim Leite⁵⁹:

"Tal isolamento denunciava já a decadência de S. Vicente, 'por se lhe fechar o pôrto e a barra, e estar gasta a terra'"⁶⁰.

"Também por êste tempo (que era o de Manuel Teles Barreto) surgiram dificuldades à vida da Companhia, e houve escassez de missionários de confiança para se colocarem nas residências"⁶¹.

"Seis anos depois, foi queimada a vila de S. Vicente pelos piratas ingleses de Cavendishi incluindo o cartório"⁶².

"... assim de Santos se enviou um precioso socorro a Piratininga, cercada em 1596 pelos Índios"⁶³.

Tenho a concluir que a itinerância na fundação de colégios e casas de ensino constituía uma marca dos empreendimentos jesuíticos no setor, em função dos padres não hesitarem em deixar o local quando a política era-lhes desfavorecedora juntamente com a proteção militar fraca, unidas a outros aspectos já então mencionados. Este certo nomadismo jesuítico acabava por gerar a divulgação dos trabalhos da Companhia de Jesus em vários pontos geográficos da Colônia. Tal característica se fez sentir outra vez, em 1585, com a ida dos padres de Piratininga para Santos, motivados pelo fato de lá haver maior proteção militar contra os ingleses, bem como por existir uma economia em fase de crescimento, como demonstra um primeiro contato dos padres:

⁵⁹ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.253-267.

⁶⁰ *Op. cit.*, t.I, p.261.

⁶¹ *Op. cit.*, t.I, p.261.

⁶² *Op. cit.*, t.I, p.261.

⁶³ *Op. cit.*, t.I, p.264.

"Esta primeira ida dos Jesuítas a Santos, foi cômeco de muitas outras, sobretudo à proporção que S. Vicente decaía, e Santos, graças ao seu maravilhoso pôrto, crescia e prosperava"⁶⁴.

Mesmo a obra de Serafim Leite não confirmando o extremo interesse dos jesuítas por incentivos financeiros e apoio político, para o leitor conhecer esses padres, não se pode excluir estes aspectos fundamentais da Companhia de Jesus no Brasil. Portanto, vejo que aliado ao incentivo financeiro estava o de ordem política em Santos, também pertencente à capitania de São Vicente, sendo a situação ideal para a acomodação dos jesuítas. Há evidências de que Santos mantinha-se como a vila mais importante porque o desenvolvimento econômico atraía um elevado contingente populacional, ávido de receber educação sistematizada. Tanto isso é verdade, que a população santista transferiu os vereadores da vila de Santos para um local provisório, enquanto que, o jesuítas foram instalados na casa onde a Câmara se situava; tudo isto foi feito com o auxílio dos próprios vereadores e do capitão. Este fato é entendido por Serafim Leite como algo excelente, pois só assim os jesuítas adquiriam prestígio. Mesmo com a prestação mais forte do serviço militar de toda a região, Santos foi invadida em 1591 pelos mesmos ingleses, que até mesmo se abrigaram durante o saque nas dependências da casa dos jesuítas. Estes, saídos de lá pelos condicionantes da situação, encerraram as aulas temporariamente. Aproveitaram, então, os piratas para roubar todo o dinheiro guardado pelos padres para a construção de sua casa própria. Como o Pe. Geral recomendou a estada dos jesuítas no local se possível, eles lhe obedeceram e, em caso de quererem sair de lá, tinham a permissão de recorrerem ao Pe. Provincial, cabendo-lhe a decisão final. Com a retirada dos corsários e, dado o apoio da população, a Companhia

⁶⁴ Op. cit., t.I, p.262.

de Jesus continuou em Santos, mesmo porque o restante da capitania havia sido incendiado⁶⁵.

Consta nos escritos do padre Serafim Leite que por volta de 1600, passadas as afronta estrangeiras, na capitania de São Vicente funcionaram duas casas de ensino: a de Piratininga e a de Santos, favorecidas por políticos locais. A casa de ensino de Santos recebeu prédio novo, planejado por um irmão jesuíta arquiteto, a partir de esmolas, ou seja, de doações da iniciativa particular. A manutenção ocorria mediante a mesma origem, pois inexistiam dotações de renda. Estes meios de sustento possibilitavam o oferecimento de doutrina e ensino elementar, para filhos de colonos e de índios⁶⁶.

Ainda na capitania de São Vicente, pertencia-lhe Maniçoba, correspondente a Itu nos dias atuais, onde os padres montaram uma casa de ensino fundamental, pouco relevada na obra de Serafim Leite⁶⁷.

Diz o mesmo historiador que Ilhéus era o ponto de passagem obrigatória dos jesuítas, entre a Bahia e São Vicente. O fato de somente se definir como caminho inquietava os moradores de Ilhéus, ao conhecerem os jesuítas e, provocou da parte deles a exigência de uma casa de ensino e de catequese em que os padres se estabelecessem com fixidez. Lembro-me que Serafim Leite, com constância, induz o leitor a achar que a população estava sempre prestes a solicitar o ensino jesuítico, como se pretendesse ter os jesuítas sempre presentes. O tipo de casa que se iria constituir, dependente do Colégio da Bahia, sugere os seus fins. No interior de suas dependências ministrar-se-iam primeiras letras para filhos de colonos e de lá os padres destinar-se-iam a missionar junto aos índios. No caso, os indiozinhos, provavelmente, não freqüentariam o ensino elementar da

⁶⁵ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.253-267.

⁶⁶ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.253-267.

⁶⁷ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.273-275, 281-284.

casa de ensino porque Serafim Leite parece descrever as aldeias situadas um pouco distantes da instituição escolar, o que não exclui a possibilidade de instrução no próprio local de catequese, qual seja, com os índios Tupiniquins, que eram de fácil pacificação e cristianização, ao contrário dos aimorés⁶⁸.

Ainda demonstra Serafim Leite que aqueles que desejavam receber instrução levaram a sério a construção da casa; a providência, desde 1563, para tanto foi dos moradores que conseguiram junto ao Governador Geral, açúcar gratuito e, com a sua venda adquiriram verbas para eles próprios trabalharem na constituição de uma casa de ensino elementar. Indo os padres em 1563 para Ilhéus, esta casa conclui-se apenas em 1572 por conta da falta de experiência e lentidão dos moradores no seu processo de acabamento, interferido também por interrupções constantes, devido a invasões no local, de índios aimorés⁶⁹.

Na descrição do ensino em Porto Seguro, datando de 1552, os jesuítas fizeram-se presentes com uma pequena casa de primeira letras e de catequese, dependente do Colégio da Bahia até 1556, na forma de casa de meninos. Esta casa foi dotada de meninos órfãos em sua primeira fase, o que interpretamos a probabilidade do oferecimento do ensino para colonos e, sobretudo, a índios, porque como bem pode-se lembrar os órfãos vieram ao Brasil para integrar os índios na cultura dos colonos portugueses. No entanto, em Porto Seguro, os respectivos meninos provenientes de Portugal, não se mostraram fiéis à Companhia de Jesus, pois simpatizaram-se por meninas índias, dando a elas mau exemplo de cristandade que, de acordo com Serafim Leite, demonstra a fraqueza deles. Acima de tudo, na realidade, pode-se pensar que havia pouca influência dos dogmas, e uma visão ingênua dos padres do Brasil de que esses meninos tinham sido doutrinados em Portugal. Infere-se que, de certa maneira, os padres

⁶⁸ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.189-196.

⁶⁹ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.189-191.

portugueses de Portugal não conseguiram avaliar que seus trabalhos trariam conseqüências danosas à moral colonial e à instrução em Porto Seguro. Acusa o Pe. Leite que o comportamento desregrado dos meninos foi um dos motivos que causou a manutenção da casa de ensino em caráter intercalado e, deixou-se de fundar um colégio, pretendido e demandado pelos colonos. Além do problema moral, houve o fator secundário da falta de verbas à constituição de uma instrução sólida. Juntamente com o problema financeiro, Serafim Leite vincula as condutas irregulares à precariedade do ensino⁷⁰:

"Aquêles quatro homens deveriam ser o núcleo da Confraria do Menino Jesus, que se tentava organizar para a instrução e educação dos meninos; mas não prosperou, porque as condições morais e económicas da terra revelaram-se precárias"⁷¹.

A partir do estudo da descrição que Serafim Leite faz, dá para se chegar à conclusão que contribuirá para a situação difícil do ensino em Porto Seguro a resistência dos aimorés de forma a impedir a presença da cultura portuguesa veiculada pela escola. Ainda, sou de parecer que com o objetivo de expulsão dos padres, a Câmara de Vereadores e o capitão local eram concordes que a presença dos valores jesuíticos entrava em choque com a necessidade de uma economia escravizadora dos índios. A posição dos colonos gerou a decisão de bloquear a saída dos padres da casa de ensino para irem missionar, a fim de que os valores religiosos contra a escravização indígena não viessem à tona. Percebi que como era difícil a atuação da Companhia de Jesus em termos de ensino elementar e de seu posicionamento quanto à escravização indígena, este dado também contribuiu para que os jesuítas se manifestassem de maneira inconstante

⁷⁰ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.197-205, 223-227.

⁷¹ *Op. cit.*, t.I, p.198.

no local, mesmo após 1556 com a passagem de casa de meninos para, casa de ensino, que ficou a partir de então atrelada financeiramente ao Colégio do Rio de Janeiro⁷².

Pude retirar da obra de Serafim Leite que na região fronteiriça, no sul, entre os limites territoriais de Espanha e Portugal, os jesuítas do Brasil infringiram, a partir de 1551, o Tratado de Tordesilhas, que estabelecia o Paraguai como sendo dos domínios da Espanha, sem a concordância do rei português, do Provincial da Companhia de Jesus de Portugal e do Pe. Geral de Roma, pois a invasão dos jesuítas em território alheio provocaria problemas de ordem diplomática. O que os jesuítas pretendiam era a colonização portuguesa do local, contrariamente à permanência dos castelhanos naquelas terras. Sendo assim, o leitor há de convir que os respectivos padres se excederam no ideal colonizador, ao se estabelecerem em local que não tiveram licença do rei de Portugal e nem do Pe. Geral. Serafim Leite me deu a impressão de defender tal propósito dos jesuítas do Brasil, por meio de uma linguagem difusa e complexa, confundindo o leitor, ao levá-lo quase à conclusão de que as terras do sul eram de Portugal e que os espanhóis estavam se iludindo quanto à posse delas⁷³.

Acrescenta Serafim Leite que em 1580 portugueses e castelhanos se reajustam no Paraguai em razão de ambos constituírem um único reinado. Conseqüente à união das coroas ibéricas, a demarcação de terras do que seria dos castelhanos e dos portugueses não se estabeleceu rigidamente, ou melhor, foi de certa maneira irrelevante para Castela. Um certo descaso para com as respectivas terras ofereceu a oportunidade de invasão da parte dos portugueses e, de seus jesuítas, mediante uma licença provisória do Pe. Geral, por este entender que tanto fazia, no momento da união das duas coroas ibéricas, atuarem jesuítas portugueses ou espanhóis. Não concordou com este posicionamento o rei Filipe II, por ser de parecer que as colônias, com os domínios

⁷² Cf. *Op. cit.*, t.I, p.199-205, 223-227.

⁷³ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.333-355.

políticos estabelecidos, não deveriam ser invadidas. Dando ouvidos ao que o rei ibérico dissera, o Pe. Geral modifica em 1607 as ordens que havia dado aos padres portugueses, tornando a missão do Paraguai em província, com o trabalho de padres da Espanha e, proíbe a continuidade dos jesuítas portugueses naquelas partes. Quanto ao ensino, deixaram no Paraguai uma residência de ensino elementar e de doutrina para os índios, que depois tornou-se colégio com a iniciativa dos padres da Espanha⁷⁴.

Enquanto o Paraguai representava uma região de conflito entre portugueses e castelhanos por se localizar um pouco além do extremo sul da Colônia, o Rio de Janeiro aparece situado na obra de Serafim Leite como região mais central, embora abarcasse a superintendência deste extremo sul, além do Espírito Santo, Ilhéus, Porto Seguro, São Vicente e São Paulo. A ida de padres da Companhia de Jesus seguiu concomitante à chegada de colonos em 1552 e, teve o propósito de assegurar a colonização portuguesa, ameaçada por constantes invasões francesas. Ao lado da missão, os padres firmaram-se com a instituição de um colégio a partir de 1573, e em 1581 organizam uma frente de batalha formada de mulheres e de alunos do Colégio conforme relata o historiador. Os jesuítas se resguardam do perigo de batalha ao se incumbirem exclusivamente de rezar e, torcer para que os franceses fossem embora do Rio de Janeiro. Os padres ficaram contentes ao presenciar a saída, por decisão própria, dos franceses, que temeram o aparato bélico empreendido pelos padres. A importância deste acontecimento deve-se ao fato de formar-se de mulheres e alunos, vestidos imponentemente como militares, dando a aparência de solidez e bravura! A formação de uma força militar feminina e de alunos explica-se porque o governador e os homens de lá estavam fora, em batalhas contra índios. Talvez Serafim Leite tenha exagerado quanto à atuação militar dos alunos e das mulheres, colocando sobre a educação escolar uma

⁷⁴ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.333-355.

capacidade de resolver problemas de ordem social. Ficando no lugar do governador local um padre, ele planejou este esquema⁷⁵:

"Ele, com os Jesuítas, e a própria mulher de Salvador Correia de Sá, D. Inez de Sousa, organizaram a defesa, colocando-se a própria D. Inez à frente dum batalhão de mulheres: pondo chapéus militares na cabeça e empunhando arcos e flechas, encheram as fortalezas, dando a impressão de estarem guarnecidas. Os estudantes do Colégio juntaram-se num batalhão semelhante"⁷⁶.

"Pela cidade havia extraordinário rumor de militança: multiplicavam-se os toques de caixa e acendiam-se, pela calada da noite, fogos na praia. Os Franceses perderam a esperança de tomar a cidade"⁷⁷.

Somadas a essas circunstâncias norteadoras do Colégio do Rio de Janeiro, do que li da obra de Serafim Leite extraí que o seu cotidiano dotava-se de um certo grau de autonomia, quer dizer, dispunha de vida própria, mesmo sendo relativamente determinado pelos limites econômicos e sociais do espaço e tempo no qual se inseria. Esses limites emergem já de início, na fase de construção do Colégio, que principiou em 1567, percorrendo um extenso percurso até 1602, ano em que ficou pronto o edifício desta instituição de ensino. Desde 1573 o ensino não deixou de ser oferecido, porém existiu em prédio rudimentar, na forma de curso elementar e de Humanidades, para alunos internos e externos e, a partir de 1583 fundou-se o curso de Teologia Moral para esse mesmo público. Considerando-se o esforço dos jesuítas de fazerem valer um ensino que não dispunha de local adequado, segundo a ótica e os padrões estabelecidos por eles e que Serafim Leite assume, as razões da demora na prontidão do Colégio foram de ordem econômica e política. A meu ver Nóbrega era o principal articulador político entre

⁷⁵ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.362-365, 368-369, 375-378, 380, 381-389, 394-396. t.II, p.457.

⁷⁶ *Op. cit.*, t.I, p.396.

⁷⁷ *Op. cit.*, t.I, p.396.

a Companhia de Jesus da Colônia e o rei de Portugal. Por conseguinte, penso que a sua morte em 1570 abalou o relacionamento com a Metrópole porque os jesuítas não se ocuparam em preparar um substituto, dotado do mesmo carisma⁷⁸.

Expondo a situação econômica dos jesuítas, Serafim Leite escreve que o abalo produzido pela falta de Nóbrega veio acompanhado de incertezas quanto à posse efetiva das terras doadas por Estácio de Sá, que garantiriam a subsistência dos trabalhos jesuíticos; essas incertezas se traduziam na falta de legalização enquanto propriedades da Companhia de Jesus. A inexistência de dinheiro e de normas comerciais da parte do rei de Portugal para com os jesuítas, fez com que os jesuítas acumulassem dívidas com os comerciantes de materiais de construção, o que ocasionou a ruptura de tratos e de promessas de pagamento bem no momento da construção do Colégio, além do que não havia mão-de-obra disponível. O historiador faz questão de expor o descaso do rei de Portugal para com o ensino jesuítico na Colônia. Sendo assim, somente quando a existência do funcionamento do ensino em prédio adequado estava completamente distante do alcance financeiro dos jesuítas é que o rei deu as ordens para a criação de verbas, sem onerar os cofres da Coroa Portuguesa, mediante a utilização dos recursos provenientes de metade das multas locais do Rio de Janeiro⁷⁹.

Conforme a demonstração de Serafim Leite, além da manutenção do Colégio do Rio de Janeiro em local impróprio, no mais os padres não chegavam a ver o pagamento da redízima, pois não a recebiam dos funcionários públicos. O autor que estamos estudando refere-se a esses funcionários públicos como pessoas desonestas e, mais, sem o mínimo de compreensão e de apoio aos trabalhos jesuíticos. Desse modo, a rejeição aos jesuítas, para o historiador, era de ordem pessoal. Continuando com a exposição de Serafim Leite, a maneira pela qual a missão e o ensino sobreviveram no

⁷⁸ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.397-401.

⁷⁹ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.397-401.

Rio de Janeiro, no século XVI, consistiu no arrendamento de algumas terras que os jesuítas possuíam, em troca da cobrança e do recebimento da metade do que os particulares produziam nessas terras, além desses concederem a garantia de arcarem com o ônus do imposto para o rei de Portugal, porque o alugamento das propriedades da Companhia de Jesus a terceiros não ficava desincumbido de tal encargo. Os jesuítas também contavam, para preencher o orçamento diário, com o aluguel de casas na própria cidade do Rio de Janeiro, como mais uma alternativa de ganho, pois se as verbas não vinham de uma fonte, acabavam chegando de outra, de tal modo que a catequese e o ensino tinham a possibilidade de constância⁸⁰.

Serafim Leite ao concluir, resume que os empreendimentos jesuíticos cobriam os principais centros regionalizados da Colônia, mesmo em se tratando do século XVI ter significado para eles o início dos seus trabalhos. Nas regiões central e sul, como pôde-se observar, a missão e o ensino firmaram-se. Em algumas partes do Norte esse tipo de atuação realizou-se anos depois, precisamente a partir de 1575 em Sergipe e, ainda, de maneira tímida porque os padres vinham da Bahia, esporadicamente, não se sentindo estimulados a permanecer no local, por conta das dificuldades do ambiente. O mesmo historiador, ao começar a descrever a definida região por Sergipe, principia a dissertar sobre os motivos da colonização tardia do Norte. Essa demora estava relacionada às constantes invasões francesas ocorridas no século XVI e devido à existência de índios revoltosos que pendiam a ajudar os franceses. Serafim Leite vê com honrarias a ida dos padres portugueses para lá, com o objetivo de pacificar os índios, cativando-os para o lado português. Ao chegarem, os padres tiveram que conviver também com o problema dos colonos portugueses que por escravizarem os índios não queriam a presença dos padres no local, atitude interpretada por Serafim Leite como infeliz da parte dos colonos. Mas para Portugal a colonização dessas terras era

⁸⁰ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.410-413, 417-418.

fundamental considerando-se que Sergipe era o local de passagem da Bahia para toda a região norte da Colônia. Para tanto, serviram a estes propósitos a criação de uma casa de ensino elementar e de catequese. Devido a todos os problemas colocados, Sergipe foi colonizada apenas em 1589, precisando, ainda, vir índios catequizados da Bahia para travarem luta contra os índios de Sergipe para que a colonização fosse possível⁸¹.

Serafim Leite dá mostras de sempre vincular a precariedade do ensino sendo devida à economia local pouco desenvolvida. Por isso, destaca que cessado o problema da invasão francesa e, amainados os conflitos entre índios e colonos, a casa de ensino teve a chance de desenvolvimento nos limites de ser casa, porque mesmo os moradores desejando a instalação de um colégio, ele não veio a efeito exatamente por Sergipe ainda não possuir desenvolvimento econômico suficiente, alunos o bastante e, também, a Bahia e Pernambuco, próximos de Sergipe, dispunham de colégio. Pois bem, em Pernambuco, desde 1550, os padres fundaram a casa de meninos e, ao lado, uma igreja, para marcar a instituição elementar de ensino para filhos de colonos e de índios como caracteristicamente religiosa. Como vimos, Serafim Leite destaca a união entre religiosidade e ensino, mediante a existência de uma igreja anexa à instituição escolar. Nessa fase em que a educação escolar ainda configurava-se sob a forma de casa de meninos, percebi que o rei de Portugal e a iniciativa privada de moradores, contribuíram igualmente para o seu sustento. Não se deu o mesmo quando da construção do Colégio a partir de 1574 uma vez que o rei de Portugal, pelo visto, não desejava a expansão do ensino em Olinda, pois não concedeu verbas e faltou com o auxílio no angariamento de mão-de-obra para a construção da respectiva instituição. Este problema levou os próprios estudantes a assumirem o trabalho de construção do Colégio. Para os estudantes terem os materiais para o trabalho, os padres ficaram com dívidas, em face das constantes retiradas daquilo que precisavam. Apesar de tal esforço, pode-se observar que em 1607 o

⁸¹ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.439-450.

prédio não estava ainda concluído; havia sido construído apenas um local de pequeno porte. O historiador vem a demonstrar que houve uma disparidade entre o tamanho pequeno do Colégio e a economia já em crescente desenvolvimento. Pode-se deduzir, conforme Serafim Leite que a inexistência de um prédio de maior porte impedia a expansão do número de vagas demandadas pela população⁸²:

"Ambicionando o povo de Pernambuco, para a sua terra, um Colégio em forma, começou a instar por êle. Para mostrar vontade eficaz, e para que El-Rei se movesse e desse a dotação conveniente, concorreu logo com esmolas e com o seu trabalho para que fôsse realidade"⁸³.

"Todos trabalhavam. Até os meninos estudantes, a-pesar do Padre, que dirigia as obras, lhes ir à mão nisso, quando sentiam vir as carrêtas pelas ruas, iam atrás delas e ajudavam a descarregar às costas o ladrilho, telha e madeira; não havia quem os tirasse de trazerem água do poço para amassar o barro. A-par do trabalho, os donativos; ..."⁸⁴.

"Constava o Colégio, então, de 19 câmaras assobradadas. Todavia não bastavam para as necessidades crescentes do Colégio, em conformidade com o desenvolvimento da terra. Pensou-se pois noutra maior. Para êsse Colégio futuro, diz a **Informação do Brasil**, havia 166 cruzados de esmola, 'que lhes fêz El-Rei D. Sebastião e, por se pagar mal e por não haver tanta comodidade de oficiais e cal, o edifício não se começou"⁸⁵.

"Assim, quando em 1597 estêve em Pernambuco, o P. Pero Rodrigues pôde escrever com verdade que o Colégio estava apenas principiado"⁸⁶.

O interessante do leitor apreender dos determinados trechos não é tanto o desenvolvimento da construção do edifício do Colégio, destacado como informação fundamental por Serafim Leite, e sim os seus dados adjacentes, ou seja, os que dizem

⁸² Cf. *Op. cit.*, t.I, p.439-456.

⁸³ *Op. cit.*, t.I, p.454-455.

⁸⁴ *Op. cit.*, t.I, p.455.

⁸⁵ *Op. cit.*, t.I, p.456.

⁸⁶ *Op. cit.*, t.I, p.456.

respeito ao aspecto formativo do alunado, que se colocara em atividades manuais, que embora não fazendo parte do currículo evidente e interno do Colégio, o fato da Companhia de Jesus inserir-se enquanto partícipe da Colônia, forçava-a a realizar atividades que não constavam como sendo dela. Provavelmente, os alunos e os padres tiveram que equacionar os estudos com a construção do Colégio, fazendo com que a escola jesuítica da Colônia fosse diferente das escolas européias. No texto de Serafim Leite constam também como atividade extra-escolar a atuação dos alunos no presídio da cidade, onde tinham a oportunidade de levar comida e de pregar a doutrina⁸⁷.

Levando-se em conta o problema do edifício escolar ser pequeno, mesmo assim as suas aulas principiaram no ano de 1568, lembrando-se que antes da sua existência houve uma casa de meninos. Observei que este Colégio seguiu a lógica comum dos demais colégios, quer dizer, passou a funcionar mediante a criação do ensino elementar. Em 1570 há a abertura do curso de Humanidades e, como era de se esperar, em 1576 a Teologia Moral é implantada não com objetivos unicamente acadêmicos, mas além desses limites, era para servir a uma prática de moralização da sociedade pernambucana, por acreditarem os padres que a comercialização do açúcar acarretava graves desajustes morais que precisavam ser consertados⁸⁸. Para Serafim Leite, a moral cristã tinha mesmo de ser implementada no interior da sociedade pernambucana, sendo que os jesuítas eram os únicos capazes de realizar este trabalho.

"As aulas começaram logo com entusiasmo; e àqueles dois cursos juntou-se daí a pouco, não com a mesma regularidade, o de casos de consciência, estudo necessário numa terra, onde o grande movimento comercial do açúcar poderia implicar dúvidas morais, de solução difícil"⁸⁹.

⁸⁷ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.484-486, 489-495.

⁸⁸ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.457-459.

⁸⁹ *Op. cit.*, t.I, p.458.

Para se atingir o objetivo da moralização social, expõe Serafim Leite que os Casos de Consciência se proliferaram entre os moradores de Olinda e, também, os padres se preocupavam em divulgá-los para outros religiosos, como os beneditinos e os franciscanos, compondo parte de sua formação, mas principalmente, para que auxiliassem os próprios trabalhos jesuíticos no setor. Serafim Leite acredita na preponderância das idéias religiosas da Companhia de Jesus em relação às outras ordens religiosas, que eram influenciadas pelos jesuítas. Sou de opinião que os padres reconheciam que um determinado tipo de economia gerava uma forma de pensar e de conceber o mundo; no entanto, queriam reverter esta condição mediante a introdução do elemento religioso. Dispondo de uma concepção idealista de homem, os padres acreditavam ser possível alterar o modo de ser dos homens pela persuasão do discurso. Travava-se um embate de forças entre a crença de que a economia originava uma certa desmoralização e, a religião era possível de solucioná-la⁹⁰.

O Colégio de Olinda tornava-se festivo e visivelmente alegre com a promoção de competições literárias e declamatórias entre os alunos. O autor do "História da Companhia de Jesus no Brasil" ao tratar do aspecto festivo da educação escolar jesuítica analisa as festas literárias e religiosas, enquanto características que davam vivacidade à instituição escolar. Entretanto, ele não observa que os jesuítas tinham a capacidade de unir o útil ao agradável. No meu entender o útil dizia respeito à presença de políticos pernambucanos nessas festividades, na qualidade de personalidades almeçadas pelos padres, que deveriam, por conseguinte, reconhecer o colégio como instituição de peso na cidade. O agradável consistia nas próprias características internas das festas para que os alunos não sentissem o processo de avaliação sobre si; entretanto este processo era percebido por quem se colocava na posição de espectador, no caso pais

⁹⁰ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.457-459.

de alunos e políticos, enquanto uma atividade pedagógica lúdica e instrutiva. Serafim Leite só expõe as competições festivas como estímulos pedagógicos agradáveis⁹¹.

Serafim Leite dedica uma parte de seu texto para explicar que a manutenção de todas as atividades do Colégio era garantida através do cultivo de terras próprias da Companhia de Jesus e, do aluguel de casas na cidade de Olinda, no intuito de se precaver da instabilidade dos fundos da redízima em açúcar que os padres também recebiam⁹².

Sabiam os jesuítas que o Rio Grande do Norte constituía-se como ponto estratégico em termos de localização geográfica, pois oferecia o acesso direto para Portugal, de acordo com as informações do historiador. Para a promoção do relacionamento com os padres da Metrópole é que a missão catequética junto a índios foi criada. Pela leitura que faço do que Serafim Leite escreve, os jesuítas pretendiam estreitar os laços de contato com a Companhia de Jesus de Portugal para terem maiores garantias financeiras junto ao rei. Aliado à catequese, esteve um plano de fundação de uma casa de ensino, sendo que o que de concreto existiu foi o ganho de terras, onde produziam-se alimentos e criavam-se gados, visando-se o acúmulo de rendas para a construção da casa de ensino. Entretanto, Serafim Leite não evidencia a existência da referida instituição de educação⁹³.

⁹¹ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.457-459.

⁹² Cf. *Op. cit.*, t.I, p.466-469.

⁹³ Cf. *Op. cit.*, t.I, p.528.

5. A INSTRUÇÃO JESUÍTICA RUMO AOS SÉCULOS XVII E XVIII

Fazendo o leitor uma retrospectiva breve, no século XVI pôde-se visualizar o início da instrução jesuítica no Brasil-Colônia, o seu estabelecimento nos principais centros econômicos e populacionais, os limites da atuação dos padres, que foram marcados também pela economia colonial dependente das decisões da Corte, à exploração de suas riquezas. Portanto, a instrução vinculou-se à própria condição do Brasil ser Colônia. É interessante enfatizar que no respectivo século, os jesuítas tiveram a preocupação central de divulgar a instrução elementar, pois o objetivo da vinda deles consistiu no atrelamento da instrução e da catequese com o processo de colonização portuguesa. Em termos mais precisos, era necessário contactar os índios com a língua portuguesa; daí a aproximação que se fez da instrução com a catequese. Aos poucos, tal junção passa a se descolar, já com o término dos colégios de meninos e com a instituição de alguns colégios de fato, salvo as casas de ensino. Em certo sentido, os colégios representaram a separação da convivência entre colonos e índios em seu interior, pois enquanto que os primeiros freqüentaram-nos exclusivamente, aos índios reservaram-se apenas algumas casas de ensino, situadas próximas das aldeias. Também nestas havia filhos de colonos, no entanto, eles acabavam por se diferenciarem dos silvícolas, pela continuidade que davam aos seus estudos, nos colégios. A respeito de tal dualidade na educação escolar, Serafim Leite não oferece dados, entretanto, precisei adquirir paciência para levantar as informações na obra dele, que me levaram a concluir que o ensino foi submetido à uma separação. É característico na Obra que estamos estudando a dispersão das informações.

Acrescento ainda que no século XVI a instrução distinta para colonos e para índios ocorreu, de maneira leve, mediante a existência da instrução média e superior em poucos colégios, nos séculos XVII e XVIII o acesso à formação instrutiva

diferenciou-se, porque os colégios se multiplicaram e, portanto, a educação elevada aflorou e proliferou em razão do desenvolvimento econômico e cidadão, onde os colonos passam a almejar a instrução média e superior. Restou aos índios a simples continuidade da educação elementar e catequética nos seus núcleos habitacionais.

CAPÍTULO 2

A DIFUSÃO DOS COLÉGIOS E DAS CASAS DE ENSINO: ASPECTOS GERAIS

Em termos gerais, a educação escolar jesuítica no Brasil-Colônia, informa Serafim Leite, representou nos séculos XVII e XVIII, a continuidade das experiências educacionais do século anterior. Sendo assim, não houve um rompimento do que se estava fazendo, pelo contrário, ocorreu a implementação da prática da educação escolar, no entanto, com ênfase na instrução média e superior, pelos motivos anteriormente elencados. O que quero dizer é que os jesuítas já estavam acostumados com a realidade de possuírem colégios e sabiam do aparato que se requeria para a posse dos mesmos. Mesmo Serafim Leite não se posicionando, percebi nos entremeios de sua obra que os padres ao promoverem a expansão dos trabalhos mediante a criação de mais colégios, envolveram-se com maior intensidade nos problemas econômicos e políticos dos locais onde instituíram as suas práticas.

1. AS FAZENDAS DOS COLÉGIOS JESUÍTICOS, E O TRABALHO ESCRAVO

A meu ver o período correspondente entre 1600 e 1759 se caracterizou pelo esforço feito no sentido de instituir os índios e os negros no interior da perspectiva do trabalho como forma de disciplinamento, regramento da vida cotidiana e enquanto

dignificador do homem. O próprio Serafim Leite é quem coloca o trabalho como forma de educar os índios em normas de civilidade. Percebo que esta maneira de doutrinar as pessoas envolvidas relacionava-se indiretamente com os colégios e casas de ensino, na medida em que o trabalho escravo existia nas fazendas pertencentes a estas mesmas instituições, para a garantia do seu funcionamento e qualidade do ensino, permitindo aos alunos e aos jesuítas tempo livre para uma atividade, preponderantemente, mental. E ainda, os padres achavam que ao inserirem de tal maneira os índios e os negros no mundo do trabalho, estavam realizando uma boa ação, pois pensavam estar desenvolvendo a humanização do trabalho desses sujeitos, devido à redução do período diário de suas atividades, menor do que o tempo estipulado pelas fazendas dos colonos porque a diminuição do trabalho não afetava a produtividade em razão da introdução de técnicas que aceleravam e avolumavam o produto. Os padres acreditavam que a introdução de tecnologia agrícola e a diminuição do tempo de serviço faria com que os colonos também fizessem o mesmo, qual seja, promoveriam, por conseguinte, a humanização do trabalho escravo. Esta é a idéia desenvolvida por Serafim Leite, mostrando-se favorável à tecnologia agrícola feita pelos jesuítas para a diminuição do tempo de serviço. Temos a considerar que, além de ser relativa esta diminuição tão enfaticamente afirmada no texto do autor, este aproveita para, mais uma vez, dar honras àqueles jesuítas, ao visualizar como excelente a iniciativa deles de fazer com que os índios e os negros trabalhassem menos. Fica evidenciado o seu elogio, quando ele estabelece comparação com as fazendas dos colonos que não possuíam a mesma tecnologia, ao menos é o que se encontra na sua Obra. É claro que o historiador não apresenta o motivo dos jesuítas terem tido meios melhores de produção agrícola, mas ao extraírmos do próprio texto dele as doações que os padres recebiam de várias origens,

podemos entender porque a Companhia de Jesus teve condições de investir na instrumentalização do trabalho¹:

"Como homens cultos sabiam os Padres que a riqueza material vem da terra, e, depois dela, do trabalho; e que há maior riqueza onde a terra é melhor nos seus elementos de atmosfera, solo e sub-solo; e, em igualdade de terras, onde o homem trabalha mais e sabe trabalhar melhor. Quer dizer: sabendo que a produção económica está em relação directa com o valor da terra, e da capacidade de trabalho e do método com que se trabalha, introduziram a disciplina do trabalho nas suas fazendas, não com castigos e violências, mas pela simples força do exemplo e da autoridade respeitada e amada; e enquanto os colonos usavam métodos antiquados, a Companhia de Jesus era invocada pelos Governadores e dada aos demais por modelo estimulante do progresso, (...) enquanto os Colonos continuavam ainda com o velho processo do pilão, manual que fatigava o operário e estragava o grão"².

Chama Serafim Leite a atenção para o fato de que a constituição das fazendas da Companhia de Jesus desempenhou a importante função de atrair o povoamento de seus arredores, promovendo uma marcante colonização. Penso que desse modo, a missão catequética e os colégios promoviam a colonização portuguesa em termos ideológicos, enquanto que, o povoamento referia-se a uma forma visível do processo de colonização. O estilo diferenciado das fazendas jesuíticas acabava por repercutir no principal problema dos padres com os colonos, isto é, o referente à liberdade dos índios. À medida que instrumentais eram introduzidos nas terras dos jesuítas, isto desincumbia um grande emprego de mão-de-obra indígena, sobrando mais tempo para que os índios fossem catequizados, mesmo que trabalhassem nas fazendas. Resulta desse favorecimento, a defesa pelos padres de uma certa liberdade indígena. Contrariamente a isto, a falta de condições de colocação de tecnificação nas fazendas que

¹ Cf. *Op.cit.*, t.V, p.IX, XII-XV.

² *Op.cit.*, t.V, p.XII.

eram dos colonos, obrigava-os a escravizarem os índios por todo o tempo, não restando a estes a ocupação, em termos de tempo, em atividades religiosas, indo de encontro aos propósitos dos jesuítas³.

2. O INCREMENTO DO CARGO DE PROVINCIAL, A EXISTÊNCIA JESUÍTICA ESTRANGEIRA NA COLÔNIA E, A CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DO BRASIL E DA VICE-PROVÍNCIA DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ

Considero relevante a exposição da existência de provinciais, função própria da Companhia de Jesus, na medida em que está relacionada à preponderância de Portugal sobre a Colônia, que a maioria de seus provinciais originavam-se de famílias nobres de lá, chegando ao Brasil com uma formação parcial, quer dizer, de um modo geral, eram jesuítas que entravam de onze a dezesseis anos de idade na respectiva Ordem Religiosa, iniciavam os estudos teológicos em Coimbra e, sobretudo em Évora e, como eram solicitados a virem para a Colônia, acabavam nela os estudos e, enfim, ordenavam-se. Em termos aproximados, nos séculos XVII e XVIII, os provinciais de origem portuguesa constituíram cerca de 70% do total. Quanto ao restante, parte proveio da própria Colônia, e parte, de outras nacionalidades onde a Companhia de Jesus era atuante, como sicilianos, espanhóis, angolanos e irlandeses; eles vinham para a Colônia com a formação teológica concluída em seus países ou em Portugal. É interessante observar que a influência de todos esses padres, na supervisão e fiscalização do ensino e

³ Cf. *Op.cit.*, t.V., p.IX, XII-XV.

da missão, não se efetivou apenas no provincialismo, pois antes de ocuparem o mais alto cargo existente na Companhia de Jesus em termos de província, eles tinham de somar no seu currículo a docência no ensino de Humanidades, no grau superior e, grande parte deles atuou como reitores do Colégio da Bahia e do Rio de Janeiro. O reitorado nestas duas instituições servia de passagem e de garantia ao cargo, por ser muito prestigiado. No que se refere aos nascidos na Colônia, não se tem algo a dizer porque formavam-se à semelhança dos estudos em Portugal⁴. Estes dados expostos por mim, não são encontrados prontamente na obra de Serafim Leite. Precisei ler a biografia de cada provincial, para depois elaborar as características comuns entre todos eles. De maneira bastante descritiva, o autor apresenta uma extensa biografia desses provinciais, dando ênfase para o local do nascimento, origem familiar e formação escolar dos mesmos.

Dessas descrições podemos inferir que nos séculos XVII e XVIII a relevância dada à origem dos provinciais foi muito forte, convertendo-se em um posicionamento preconceituoso quanto à capacidade dos jesuítas nascidos no Brasil de ascenderem à ocupação de provinciais. O fato dos provinciais nascidos no Brasil terem sido poucos revela que o pensamento metropolitano relacionava a nacionalidade do jesuíta a postos ocupacionais no interior da Companhia de Jesus. Em se tratando que o provincial era fundamental, pois ele era incumbido de verificar as normas pedagógicas do "Ratio Studiorum" em uso nas escolas jesuíticas da Colônia, a preferência era para os nascidos na Metrópole. A conclusão de haver uma espécie de impedimento para que os jesuítas do Brasil se tornassem provinciais é minha. Penso que uma das causas do não acesso ao cargo era devido à falta de formação teológica completa dos nascidos no Brasil.

⁴ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.247, 125, 124, 133, 28-29, 120, 30-31, 10, 3-32, 61-72, 115-138.

A leitura da obra de Serafim Leite nos faz concluir que a padronização existente em todas as casas de ensino e nos colégio da Colônia não foi abalada com o fato do Maranhão e o Pará terem sido separados administrativamente do Brasil a partir de 1621, porque as diretrizes eram as mesmas para ambas as regiões. A razão de tal repartição no interior da Colônia explica-se pela circunstância de Portugal submeter-se à união da sua Coroa com a da Espanha e, como o reinado espanhol tinha a preponderância, passou a comandar a vida das colônias portuguesas, sendo que no caso do Brasil o rei espanhol decidiu dividi-lo em dois estados. Nas palavras de Serafim Leite este importante acontecimento está assim referenciado e, embora não explicita a sua origem ocasionadora, demonstra, que a princípio a Companhia de Jesus não se alterou em termos de divisão em províncias, apesar de existir uma divisão administrativa no interior da mesma Colônia⁵:

"A conquista do Maranhão operou-se no período filipino. Quer dizer: a tendência de Espanha, para a divisão da América em governos separados, teve aqui a sua repercussão, ainda que não expressa"⁶.
 "A carta régia de 13 de Junho de 1621 criou o Estado do Maranhão independente do Brasil"⁷.

Afirma Serafim Leite que havendo a divisão administrativa entre o Estado do Maranhão e Grão-Pará e o Estado do Brasil, em termos de Companhia de Jesus, o

⁵ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.209-210, t.III, p.99-101, 104-107. Esta divisão administrativa da Colônia, vale frisar, não atingiu de maneira evidente a organização da Companhia de Jesus na Colônia, pois o Brasil continuou a ser considerado pela Ordem Religiosa como Província e, o Maranhão e o Pará também permaneceram na qualidade de missão da Província. Por isso, não vou utilizar a menção aos dois estados e, sim à Colônia com um todo; continuo fazendo referência ao Maranhão e ao Pará enquanto missão, como de costume.

⁶ *Op.cit.*, t.III, p.104.

⁷ *Op.cit.*, t.III, p.104.

Brasil continuou a ser província exclusiva e o Maranhão e Grão-Pará permaneceram como antes, na qualidade de região missionária da então província até 1677. Quero dizer que estando o provincial na ativa, o vice-provincial não existia na escala burocrática da Companhia de Jesus. O seu cargo vinha à tona no momento em que o provincial havia falecido, era preso por incursões estrangeiros como refém e por justificativas plausíveis da ausência do titular. Tanto isto parecia ser verdade, segundo Serafim Leite, que quem o assumia encontrava-se, anteriormente, na atividade de reitor ou vice-reitor do Colégio da Bahia, que por dirigir o Colégio Máximo da Colônia tinha a incumbência de estar condicionado, pelas "Constituições", a dirigir a Companhia de Jesus na Colônia, caso o provincial faltasse. Sendo assim o vice-provincial ocupava o cargo de provincial no direcionamento conjunto da Província do Brasil e da missão do Maranhão e Grão-Pará, com atributos de provincial. Por conseguinte a missão do Maranhão e Grão-Pará não se alterou com a criação de seu estado, pois permanecia dependente da Província do Brasil e de seu provincial⁸.

A discussão que vem a seguir aparece enfaticamente na obra de Serafim Leite.

Antes de 1677, mesmo defendendo o Pe. Geral convictamente a permanência da dependência da missão do Maranhão e Grão-Pará à Província do Brasil, os seus padres achavam que ser dependente do Brasil não era vantajoso, pois a missão ficava completamente desassistida, devido a dificuldades de comunicação e de transporte com a Província. Era mais fácil que a determinada missão se submetesse a Portugal, o que sugeria a criação de uma província separada da província do Brasil. Esta outra província não foi criada, apesar de suscitar entre os padres de ambas as partes da Colônia inúmeras discussões em torno de como ficaria a subdivisão de poderes para o provincial,

⁸ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.XIII, 25, 14, 31.

caso a vice-província fosse criada e se seria melhor que dependesse de Portugal ou do Brasil. Mesmo com a não criação, naquela época, de uma vice-província, o problema da dependência da Missão do Maranhão e Grão-Pará continuou na ordem do dia. Em 1677 ao ocupar João Paulo Oliva o cargo de Pe. Geral no lugar do padre anterior, dispôs de orientação favorável ao atrelamento da Missão a Portugal e resolve atender aos jesuítas locais⁹:

"... a 15 de Dezembro de 1677, o Geral João Paulo Oliva ordena que a Missão do Maranhão fique dependente da Província de Portugal e não da do Brasil"¹⁰.

No entanto, Portugal não achou por bem ficar com o encargo e com a responsabilidade da Missão do Maranhão e Grão-Pará, mesmo porque não tinha como suprir a falta de seus padres. Também suponho que houve um certo receio de os jesuítas promoverem a separação política do Maranhão e Grão-Pará em relação ao Brasil:

"... que o Maranhão recorresse a Portugal para os provimentos das coisas urgentes, não para **desmembramento da Missão**, da Província do Brasil, que não foi ouvida, como nem Portugal. Era o mesmo argumento do P. Pedrosa. E acrescentava outro, o do provimento de sujeitos, que Portugal não podia dar, tantos como era mister, e, mesmo que pudesse, não seriam línguas como os do Brasil"¹¹.

"Resultado: em 1683, o P. Geral seguinte (Noyelle) ordena que a Missão do Maranhão fique dependente do Brasil como antes"¹².

⁹ Cf. *Op.cit.*, t.IV, p.214-222, 143.

¹⁰ *Op.cit.*, t.IV, p.217.

¹¹ *Op.cit.*, t.IV, p.219.

¹² *Op.cit.*, t.IV, p.219.

De acordo com Serafim Leite, ficou decidido que o Brasil deveria cobrir e assistir à Missão do Maranhão a partir de 1683, data em que volta a existir o regime administrativo anterior, discordando os padres maranhenses e paraenses disso. Diziam eles que a missão era melhor assistida quando foi dependente de Portugal e, sobretudo, porque daria maior destaque vincularem-se à Metrópole e, com a vantagem de não terem que se submeter a um superior (o provincial) que por sua vez tinha que auscultar os padres de Portugal. Haveria, portanto, um menosprezo da missão, inclusive, a falta de prioridade orçamentária. Acho na verdade, que o que os padres do Maranhão e Grão-Pará colocavam em questão era a escala hierárquica e burocrática criada entre os jesuítas de uma mesma Colônia:

"Ficava ainda de pé um problema. Não sendo a Missão *sui iuris*, mas dependente da Província do Brasil, que poderes tinha o Superior dela?"¹³

Tenho a esclarecer como solução possível, para o conflito entre os padres da Missão do Maranhão e da Província do Brasil que, o Pe. Geral cria em 1727 a Vice-Província do Maranhão e Grão-Pará. Desde então, a conotação que se dava ao vice-provincial enquanto substituto do Provincial é modificada, passando a significar o governo da nova vice-província. É oportuno aqui que eu faça menção ao Serafim Leite como escritor extremamente confuso, pois ele não avisa o leitor da modificação na função do vice-provincial. Do estudo das partes da obra dele que compõem o assunto é que pude deduzir que aconteceu tal alteração. Sendo assim, o vice-provincial passou a existir permanentemente e com função específica. Vemos que o Pe. Geral buscou um meio termo para a acomodação dos padres do Brasil e do Maranhão. Pode-se concluir que a vice-província passou a gozar de um certo grau de autonomia em relação às

¹³ Op.cit., t.IV, p.219.

decisões da Província por dispor de um vice-provincial, mas não se viu completamente descolada da Província porque não chegou a se constituir com o mesmo poder¹⁴.

Da exposição feita, concluo que o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará foram originados no período filipino, ficando a Companhia de Jesus imune a esta transformação política. Serafim Leite informa que o trono português se revigora em 1640 e torna-se independente do rei da Espanha. Mas a separação entre os dois estados permanece na Colônia. Talvez esta separação tenha estimulado o estabelecimento de uma vice-província na Colônia. No entanto, não posso relacionar, com certeza, a criação do Estado do Maranhão com o fato da Companhia de Jesus ter feito tal divisão, na forma de vice-província, pois o Estado do Maranhão emergiu em 1621 e a vice-província em 1727!

3. O IDEÁRIO PEDAGÓGICO DAS CASAS DE ENSINO, DOS COLÉGIOS E, A ESTRUTURA DO ENSINO

O leitor deve se lembrar que desde o princípio de instalação das casas de ensino e dos colégios, ainda no século XVI, as fontes pelas quais os jesuítas deram base a sua pedagogia foram evidenciadas, porque prescindindo delas, a educação escolar jesuítica não teria adquirido forças para se manter sob a forma de instituição de peso social, pois nem ao menos se caracterizaria. É compreensível admitir-se, sem rigor, que os padres, ao obedecerem as normas colonizadoras viam-se, na Colônia, imbuídos de uma ética europeizante, por conseguinte, a leitura deles acerca da Colônia era parte

¹⁴ Cf. *Op.cit.*, t.IV, p.220, 221, 223.

integrante da cultura importada de Portugal. Sendo assim, o ideário pedagógico jesuítico transposto para os colégios da Colônia, que no seu começo foi marcado pela leitura dos autores antigos, tomou vulto maior com a expansão do ensino, nos séculos XVII e XVIII. As fontes pedagógicas se ampliaram e passaram a incluir autores europeus e escritores regionalizados, como os próprios portugueses e, alguns jesuítas situados na Colônia¹⁵. Serafim Leite se refere a isso, de uma maneira geral.

Sou de opinião que para quem tinha a oportunidade de estar próximo desse material, mediante a sua leitura, como os jesuítas e os alunos, adquiria plenas condições de se atualizar dentro daquilo que a Colônia oferecia. Várias eram as procedências e influências culturais que estavam presentes nos colégios e casas de ensino, não sendo simples estabelecer, com precisão, quais delas tinham o predomínio, mesmo porque Serafim Leite não se pronuncia sobre o que era mais importante. Eu apenas posso mencionar que os autores eram lidos equilibradamente, e é claro que os livros de autoria dos padres da Colônia recebiam uma importância menor se comparados aos europeus.

Quero apenas lembrar que o ensino elementar recebeu uma autorização especial do Pe. Geral para que funcionasse amplamente em todas as instituições de ensino dos jesuítas na Colônia, dado que este grau de ensino não constava no "Ratio Studiorum" e nem existia nos colégios jesuíticos europeus. No Brasil, o ensino rudimentar, do ler, escrever e contar, fez-se necessário, pois não existiam outras escolas que dessem conta desta falta. Portanto, a expansão do ensino na Colônia, que se deu nos séculos XVII e XVIII, não só fez crescer o ensino de Humanidades, de Filosofia e Teologia como também promoveu a expansão do ensino elementar, na medida em que

¹⁵ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.152, 157-158, 164, 166-168, 170-172.

todas as instituições de ensino jesuíticas continuaram a ser abertas mediante a criação inicial dos estudos elementares.

Ao se deparar com o texto de Serafim Leite, o leitor percebe que o curso de Humanidades, chamado de "Latim" ou "Latinidade" no século XVI, nos séculos seguintes configurou-se com solidez a partir da existência do Plano de Estudos da Companhia de Jesus, o "Ratio Studiorum" em 1599. Portanto, este plano deu suporte a este grau de ensino, nos séculos XVII e XVIII. As leituras fundamentais do curso constituíram-se de autores antigos e vinham de Portugal, conforme as normas do "Ratio Studiorum" e do Colégio de Évora. A mesclagem na organização dos estudos, a partir destas duas proveniências explica-se pelo fato do "Ratio Studiorum" ter vigorado somente a partir do século XVII e, por isso, na Colônia, como as normas para os estudos se estabeleciam por disposições transitórias de Roma, a Companhia de Jesus de Portugal era quem tomava a iniciativa de coordenar a curriculação escolar dos colégios da Colônia, de acordo com o dizer do historiador dos jesuítas no Brasil. Depois da implementação do "Ratio", observei que Serafim Leite mantém as influências anteriores, unidas à curriculação atualizada, que não possuía novidades, apenas confirmava o que vinha sendo ministrado nas aulas¹⁶.

A confluência de ambas curriculações expressa os autores que eram estudados nas disciplinas ministradas, de acordo com a seguinte ordem, que vai constar aqui de uma maneira diferente em relação à exposição de Serafim Leite, pois na Obra dele essa curriculações estão separadas. Resolvi uni-las para ficar uma exposição mais fácil ao leitor:

10. classe de Gramática: Isócrates, Crisóstomo, S. Basílio, Cícero, Virgílio, Ovídio, Quinto Cúrcio, Justino, César e Pe. Cipriano Soares.

¹⁶ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.151-152, 157.

2º. classe de Gramática: Esopo, Epitecto, Crisóstomo, Cícero, Virgílio, Ovídio, Aurélio Víctor, Eutrópio.

3º. classe de Gramática: Cícero, Virgílio, Ovídio, Fedro.

4º. classe de Gramática: Cícero, Fedro, Catão e Gramática Latina.

5º. classe de Gramática: rudimentos de Gramática Latina e Cícero.

Humanidades: Luciano, Teofrasto, Homero, Cícero, César, Salústio, Floro, Virgílio, Horácio, Ovídio e o estudo da Gramática Grega.

Retórica: Demóstenes, Luciano, Plutarco, Herodiano, Homero, Sófocles, Eurípedes, Cícero, Plínio ou Pacato, Tito Lívio, Cornélio Tácito, Patérculus, Valério Máximo, Suetónio, Virgílio, Horácio, Séneca, Claudiano, Juvenal, Pérsio, Marcial¹⁷.

Entendo que o curso de Humanidades ou de Latim justificava a sua terminologia por dispor exatamente do estudo da língua latina e das Humanidades, embora compusesse parte do conteúdo e, não a totalidade do que se deveria estudar. É importante ressaltar que quanto às classes de Gramática vale a mesma observação, quer dizer, nelas estudavam-se, sobretudo, os autores antigos, servindo o estudo da língua latina como subsidiário à leitura desses autores que tinham de ser lidos em suas línguas originais, geralmente, no grego ou no latim, diferentemente do século antecedente em que não havia tal exigência. Justifica Serafim Leite a razão desta falta de exigência no século XVI em função da necessidade de haver padres imediatamente atuando no processo de colonização portuguesa, através da catequese; eles não podiam, então, onerar-se com o aprendizado de grego e do latim, acrescentando-se o dado que tinham de saber a língua tupi. Além de se veicularem as línguas portuguesa e tupi no século XVI, e, mais a grega e a latina desde o século XVII, há indícios na obra de Serafim Leite de que depois do "Ratio Studiorum" vigorar, o hebraico passou a ser estudado no curso de

¹⁷ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.151-152, 157.

Humanidades. Apesar de não se ver transparentemente o ensino de História nesta modalidade de ensino, percebo que ele ventilava-se no entremeio dos autores clássicos da Antigüidade com o objetivo de oferecer o mínimo de explicação acerca da época e lugar em que se situaram¹⁸.

Na descrição do historiador em exame, para o estudo desses autores lançava-se mão de dicionários explicativos de um determinado termo de difícil compreensão, os quais eram úteis para o entendimento do que estava contido nos livros dos autores antigos. Além disso, os alunos dispunham da leitura das interpretações dos textos clássicos, elaborados por padres da Colônia, de Portugal e, da Europa de um modo geral. Serafim Leite utiliza a palavra "comentário" para definir a elaboração desses textos pelos jesuítas, o que significa que os alunos eram conduzidos a apreender o conteúdo dos clássicos conforme os encaminhamentos interpretativos desses padres. Dos jesuítas professores, os alunos contavam com o recurso de exercícios escritos após a leitura dos textos para facilitar-lhes a tradução dos originais para o português. Observei que os comentários dos padres compunham o que se chamava de livros-texto, onde o crivo em relação a determinada menção e exposição dos autores se fazia presente e, mais, já vinham de Portugal adulterados, mesmo considerando-se que se estudavam na língua original¹⁹.

A graduação do autores estabelecia-se como pude ver, no interior das matérias de ensino, que se organizavam seqüencialmente, isto é, o aluno tinha que ter sido aprovado na matéria anterior para continuar a seguinte. Os alunos começavam a freqüentar as gramáticas da 1^a. a 5^a., depois cursavam as Humanidades e, por fim, a Retórica, caminhando das disciplinas básicas até a mais complexa. Os graus, ou melhor,

¹⁸ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.155, 152, 157, 161, 162, 169-170.

¹⁹ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.152, 157, 154-156.

a gradação dessas matérias não era sinônimo de ano escolar, pois elas formavam uma espécie de ciclo, em que o aluno podia cumprir mais de uma matéria no ano, segundo o que escreve Serafim Leite. Portanto, grau de estudo ou classe era diferente de ano escolar. Geralmente, o aluno que conseguia não ser reprovado em alguma matéria, em quatro anos via-se desincumbido do curso. Fazendo-se as contas do tempo de permanência dos alunos quando findavam o curso de Humanidades, eles já haviam completado seis anos de escolaridade, incluindo-se as primeiras letras. Existiam dois tipos de alunos, os internos e os externos, que marcavam a separação do curso em duas turmas, a fim de não haver contato dos alunos internos com os de fora, para se prevenirem de acidentes de ordem moral²⁰. Este dado é explorado por Serafim Leite, que aprova a separação dos alunos, enquanto uma medida cuidadosa dos jesuítas daquela época, pois havia-se de resguardar os alunos internos de qualquer envolvimento com valores inadequados à vida religiosa.

Merece destaque o tratamento dado por Serafim Leite no que se referia à educação matemática. Sendo oferecida nos colégios e casas de ensino a partir da chegada dos padres à Colônia, da maneira simples enquanto instrução rudimentar de operações iniciais ou algarismos como se chamava, no século XVII este ensino mudou com a instituição de mais colégios e com a vigência do "Ratio Studiorum". A matemática prosseguiu através da sua ministração na instrução elementar e, a partir de 1605, nos colégios da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco o ensino da Aritmética emergiu, possivelmente no curso de Humanidades, pois não era fornecido no curso elementar que já possuía uma parte de matemática, nem a nível superior²¹. Digo, possivelmente, porque Serafim Leite não precisa em que curso a Aritmética era ministrada.

²⁰ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.154-156.

²¹ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.163.

Segundo Serafim Leite, 1757 foi o ano na Colônia que possibilitou a reformulação dos estudos matemáticos, pois a matemática assumiu um grau de relevância que não dispunha anteriormente, ao existir como faculdade e, portanto, como curso superior ao lado da Filosofia e da Teologia, exclusivamente no Colégio Máximo da Bahia. Mais interessante do que saber que a matemática constitui-se em grau superior, é conhecer os seus fundamentos, encontrados na obra do historiador. Percebi que em termos educacionais, a faculdade de matemática da Bahia possuía, notoriamente, a influência de jesuítas professores formados em Matemática pelo Colégio de Santo Antônio de Lisboa e pela Universidade de Coimbra, os quais trouxeram a experiência como docentes destas instituições, principalmente, na transmissão da produção intelectual européia. Esses padres foram os responsáveis pela introdução teórica de uma matemática aplicada e estreitamente relacionada com a Física Experimental; sendo assim, concluo que a matemática não era exclusivamente racionalista. Continuando a explicação de Serafim Leite, a aplicabilidade da Matemática jesuítica é frisada por Serafim Leite. A ênfase exagerada de sua referência talvez tenha o motivo de esclarecer que a pedagogia jesuítica no Brasil não assumiu uma conotação apenas teórica. Sob o nome de Matemática tinham vez o livro "Compêndio dos Elementos de Matemática necessários para o estudo das Ciências naturais e Belas Letras", de autoria do Pe. Inácio Monteiro, com a edição de 1754 do Colégio das Artes de Coimbra; os escritos de Boscovich, de Cláudio, Kircher, Newton e Descartes²².

Serafim Leite ainda acrescenta que o compêndio do Pe. Inácio Monteiro trazia o entendimento da matemática conforme a exposição de Euclides, fonte segura para o ensino da matemática no Colégio da Bahia. Com a afirmação de que 'sem Euclides não há Aristóteles' o autor deste compêndio confirma a base das suas

²² Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.163, 164, 167, 166, 168.

informações. Penso que a concepção de Euclides acerca da matemática não contrariava os princípios teológicos jesuíticos, ou seja, a visualização das leis divinas concebidas pela Companhia de Jesus, além do que dava margem para que os escritos de Aristóteles chegassem aos alunos de maneira selecionada. As disciplinas que Inácio Monteiro atribuía à Matemática vêm destacadas a seguir e avalio que é interessante o leitor contrastar este material utilizado no Colégio da Bahia, com outro do Colégio do Rio de Janeiro, que apesar de ter autor diferente, corresponde quase ao mesmo conteúdo dado no Colégio da Bahia²³:

"O Compêndio de Inácio Monteiro abrange, dentro da Matemática, elementos de Aritmética, Geometria, Secções cônicas, e Trigonometria; dentro da Física, noções de Estática, Mecânica, Hidrostática, Aerometria, Hidráulica, Óptica e Electricidade."²⁴

"Os **Elementos de Matemática** de Rogério Boscovich, publicados em 1752, já se achavam no Colégio do Rio em 1759, e constam do Inventário de sua Biblioteca: Aritmética, Geometria plana e dos sólidos, Trigonometria plana e esférica, elementos das secções cônicas por método novo, a transformação dos lugares geométricos, as leis da Continuidade, e acerca de alguns mistérios do infinito."²⁵

Fazendo um trabalho de comparação constatei que o método novo que a biblioteca do Colégio do Rio de Janeiro faz alusão ocorreu concomitantemente à constituição da Faculdade de Matemática no Colégio da Bahia. É a partir deste novo método, baseado em Euclides, que as disciplinas mencionadas surgiram dotando-se de uma base aplicada, de maneira proposital, contrastada com a concepção racionalista de uma matemática abstrata, sem aplicabilidade imediata. Pois bem, esta modificação

²³ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.166-167.

²⁴ *Op.cit.*, t.VII, p.166.

²⁵ *Op.cit.*, t.VII, p.167.

operou-se na Colônia antes da reforma dos estudos da Universidade de Coimbra, que aconteceu apenas em 1772. É preciso fazer-se tal afirmativa por ser idéia comum identificar-se o novo método matemático com a reforma dos estatutos da Universidade de Coimbra. Digamos que estes dois fatos tenham tido alguma relação, por integrarem um certo ajuste dos colégios jesuíticos às necessidades do desenvolvimento científico operante na Europa, e sem o que, a Companhia de Jesus perderia ainda mais a sua credibilidade social. Penso que tal mudança a nível institucional e com a atenção, desde 1730, para o emprego da ciência na construção de tecnologia, os jesuítas, sendo um italiano e outros portugueses, viram-se capazes de elaborar um observatório astronômico na cidade do Rio de Janeiro, muito útil aos colonizadores, na medida em que deu condições de elaboração da cartografia e, da latitude e longitude de toda a Colônia. De acordo com a leitura da obra que estou estudando dá para se concluir que mesmo antes da construção do observatório astronômico, o aspecto prático da pedagogia jesuítica, embora secundário, formava alguns alunos, tanto internos como externos, parece que de uma maneira um pouco intuitiva, ou seja, mediante a observação do que os irmãos jesuítas matemáticos faziam. Devido a este ensino, os alunos desenvolviam a construção de navios, prédios, cais, guindastes, pontes e canais²⁶.

Considero a expressão ensino ministrado nos colégios da Companhia de Jesus como exclusivamente "livresco" arriscada para o caso do Brasil se se levar em conta as informações de Serafim Leite a este respeito. Como disse anteriormente, mesmo Serafim Leite tendo se excedido ao considerar a praticidade da matemática jesuítica, um pouco de veracidade acredito que exista em seu texto, ainda mais que ele demonstra alguns resultados práticos do uso desta matemática:

²⁶ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.164, 167, 166, 168, 165, 171.

"A curiosidade da ciência aplicada, que o ensino das Matemáticas produziria no meio colonial brasileiro, de formação incipiente, mas progressiva, ajuíza-se pelas referências daquele tempo como esta, da aptidão do Capitão José de Góis de Moraes, filho do Capitão-mor Pedro Taques de Almeida, que sabia tirar 'a rais quadra (sic) de cabeça e por pena'; a perícia dos Irmãos pilotos da Companhia, os seus construtores navais, a obra dos seus arquitectos; e ainda outras obras, cais e guindastes no Rio e na Baía, canais e pontes na Fazenda de Santa Cruz e noutras paragens dos Estados do Rio e Espírito Santo; e em S. Paulo a Ponte Guaré, feita pelos mesmos Jesuítas, que constitui a maior manifestação de engenharia civil, neste género, em terras paulistanas, até ao tempo da Independência.²⁷

Acompanhando o leitor o meu raciocínio há de se apontar os limites desta matemática jesuítica prática. Pois ela respondia às necessidades prementes da Colônia, sendo que os jesuítas possuíam habilidades para tanto mas a desenvolviam dentro dos limites religiosos permitidos. A reforma, então, dos estudos não retirou as estruturas filosóficas da Companhia de Jesus; o que ela fez resumiu-se na introdução de uma matemática um pouco mais prática, que fosse condizente com o Teocentrismo. O texto que segue, extraído da obra de Serafim Leite, incorre no inconveniente de ser extenso, mas é muito elucidativo do momento por que passavam os jesuítas e o ensino na Colônia:

"Durante muito tempo o estudo da Matemática andou unido ao da Física e nesta se impuseram aos mestres as teorias físicas de Aristóteles. Por elas se pautavam algumas interpretações escriturísticas, o que criava evidente embaraço às pesquisas ou aceitação das experiências do mundo físico, até se formar a mentalidade positiva de que as Letras Sacras, no que se refere ao mundo físico, nunca estão em contradição com os factos; e o certo é que os factos, isto é, as experiências físicas destruíram as teorias do mundo de Aristóteles e Ptolomeu. E por isso a XVII Congregação Geral de 1751 tratou da reforma dos estudos no sentido das novas ideias. Novas no campo apenas das Ciências Naturais e da Física Experimental, porque o

²⁷ Op.cit., t.VII, p.165-166.

dos primeiros princípios já pertence à Filosofia. Uma vez assentes, e fora de controvérsia, as novas ideias físicas entravam nas escolas,...²⁸.

4. O ENSINO SUPERIOR: AS RELAÇÕES ENTRE O PROBLEMA DA EQUIPARAÇÃO DOS TÍTULOS ACADÊMICOS, A INFLUÊNCIA ESTRANGEIRA E A SELETIVIDADE EDUCACIONAL.

A meu ver mais duradouros e constantes do que a Faculdade de Matemática foram os cursos, também superiores, de Filosofia e Teologia. Na Colônia, sendo originados desde o século XVI com início tímido, nos séculos seguintes esses cursos vieram a contribuir significativamente para a formação de um quadro de pessoal formado para servir aos propósitos coloniais. Desse modo, a amplitude do ensino superior estava estritamente relacionada à expansão do ensino, quer dizer, não foi exclusivamente o ensino elementar e intermediário que se difundiram. Mas, nem todos os alunos que haviam cursado as Humanidades tinham chances de assistir às aulas de Filosofia, pois uma pré-seleção era feita, tendo em vista a escolha de pessoas consideradas aptas²⁹. A análise que faço do estilo seletivo da educação escolar jesuítica é, fundamentalmente, oposta à que Serafim Leite faz. Este autor conduz o pensamento, que dispõe acerca do assunto, de forma a dar a entender ao leitor que a seleção dos candidatos ao ensino superior era pertinente, pois representava rigor. O leitor presenciará adiante que procuro desmontar esta idéia veiculada na obra de Serafim Leite, através de

²⁸ *Op.cit.*, t.VII, p.166.

²⁹ *Cf. Op.cit.*, t.VII, p.149-150.

algumas informações que ele, sem perceber, oferece. Ainda tenho a observar que o conteúdo deste item se encontra muito espalhado nos escritos do respectivo historiador.

Dou início à exposição, chamando a atenção para o fato de ser muito importante diferenciar os alunos que já tinham sido alunos do curso de Humanidades nos próprios colégios jesuíticos dos que não haviam sido. Quanto aos alunos, externos e internos, dos respectivos colégios, pode-se dizer que era mais fácil de conseguirem uma vaga no curso de Filosofia, pois eles faziam antes um ano de Lógica, equivalente ao primeiro ano de faculdade e, só depois, prestavam a prova que lhes dava ou não o privilégio do prosseguimento dos estudos³⁰.

De acordo com o Padre Leite a partir do início do século XVIII foi possível existirem pretendentes que não tinham convivido anteriormente no ambiente estudantil dos colégios da Companhia de Jesus, pois o curso de Humanidades acabou por ser absorvido na forma de aulas particulares, dadas por religiosos seculares, por expadres de alguma outra ordem não jesuítica e, os próprios religiosos supriam este ensino para os seus religiosos. Estas aulas particulares, com o objetivo de formação geral ou especificamente religioso, existiam paralelamente aos colégios jesuíticos, não retirando deles o alunado porque a demanda era extensa. Levemente, Serafim Leite opina a respeito das aulas de Humanidades terem se dado também fora da instituição escolar dos jesuítas. Ele me deu a impressão de não aprovar este esquema particular. Segundo as palavras do historiador, nos locais onde faltavam os padres jesuítas, os carmelitas e os franciscanos abriram esta modalidade de ensino, com o apoio do subsídio do rei de Portugal. Mas, o que interessa depreender da existência de várias proveniências do ensino de Humanidades, sem retirar dele a nítida preponderância dos colégios da Companhia de Jesus, é que os alunos formados nessas instituições paralelas recebiam um

³⁰ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.175-176, 180.

tratamento mais rigoroso ao quererem cursar a Filosofia sob a orientação dos padres jesuítas. Podemos concluir que por causa do ensino superior só existir nos colégios da Companhia de Jesus, isto tornava ainda mais a educação escolar jesuítica seletiva, pois a procura era elevada em relação à quantidade oferecida deste grau de ensino. Esses alunos tinham de enfrentar uma avaliação que não existia para os que tinham se enquadrado anteriormente nos cursos elementar e de Humanidades; este exame qualificava-se como de "competência" ou "aptidão" e tinha a sua elaboração conforme ordenações dos estatutos do Colégio das Artes de Coimbra, correspondendo a este padrão de exigência, que estava além das condições apresentadas pela maioria dos candidatos. Vale lembrar que informações deste tipo não são omitidas por Serafim Leite, elas no entanto, se compõem de outra maneira, conforme a interpretação do historiador³¹.

Serafim Leite escreve que os alunos que passavam na prova de competência adquiriam o direito de freqüentar o primeiro ano de Filosofia, que incidia sobre o conteúdo de Lógica; assim, eles se igualavam institucionalmente aos outros alunos³². Neste caso, a palavra "direito" está de acordo com o que o escritor da Companhia de Jesus no Brasil entende por acesso à educação superior:

"No século XVIII, quando já eram mais as escolas particulares de Latim, se os alunos delas desejavam frequentar o curso de Filosofia, público, prestavam no Colégio exame de competência antes de serem admitidos, conforme aos Estatutos do Colégio das Artes, de Coimbra, que era a Lei do Brasil"³³.

³¹ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.149, 150.

³² *Op.cit.*, t.VII, p.149, 150.

³³ *Op.cit.*, t.VII, p., 150.

Feito o primeiro ano de Lógica, tanto os alunos de fora que tinham passado por um processo de seleção, como os que não tiveram como exigência tal requisito, eram submetidos a um exame com uma única chance, sem qualquer outra oportunidade de passar. Chamo de cinismo dos padres jesuítas o fato de que aos reprovados era "permitido" fazer novamente a prova, mas não para serem reconsiderados e admitidos, e sim para terem a confirmação de que não seriam aproveitados como alunos do ensino superior. O trecho seguinte de Serafim Leite demonstra textualmente esta realidade³⁴:

"Ano de Lógica: Todos o devem estudar; o seu exame só se fará uma vez, isto é, não se repete; e só serão admitidos a novo exame os rudes, mas para se convencerem da sua inaptidão para estudos maiores"³⁵.

Os alunos aprovados para o curso de Filosofia estudavam, principalmente, os livros de São Tomás de Aquino para através desta leitura entenderem Aristóteles, de acordo é claro com o crivo estabelecido por São Tomás. Com isto estou querendo dizer que o filósofo antigo não era lido em sua forma clássica e pura, pelo contrário, delineava-se um cerceamento para o seu pensar. Na verdade, os alunos tinham acesso ao material de São Tomás e, não de Aristóteles. Não bastando apenas a interpretação de São Tomás, os leitores do curso de Filosofia viam-se cercados pelo conteúdo apresentado nos livros dos professores do Colégio das Artes de Coimbra e da Universidade de Évora. Quanto a Coimbra, o livro mais significativo era o "Cursus Conimbricensis", fonte de comentários acerca do mesmo Aristóteles. Dos autores destacados achavam-se o português Baltasar Teles em "Summa Universae Philosophiae"; Arriaga, da Universidade de Praga, em seu

³⁴ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.175,176, 180.

³⁵ *Op.cit.*, t.VII, p.175.

escrito "Cursus Philosophicus" e, o Pe. Antonio Vieira, autor do trabalho "Curso de Filosofia". Em termos genéricos um ou outro escritor europeu entrava na listagem dos livros filosóficos que deviam ser foco de atenção da parte dos alunos e professores. A confluência, portanto, sobretudo de autores europeus e portugueses e, em menor quantia, de um jesuíta marcado pela cultura colonial, reunia o conjunto do que se constituía em matéria de estudo³⁶.

Nem todos os alunos conseguiam se formar em Filosofia, por causa da seletividade também existente no decorrer do curso. Faço idéia de que os que se formavam em Filosofia encontravam-se marcados pelo seu histórico escolar enquanto medida para conseguir uma vaga nos dois últimos anos de Teologia, que era a Teologia Especulativa. porque Serafim Leite descreve que o aluno de rendimento médio não tinha a possibilidade de mudar de atitude e vir a ser exímio nesse curso de Teologia, pois o seu desempenho no curso de Filosofia e nos dois primeiros anos da Teologia valia-lhe pontos contrários ou a favor para a permanência nos colégios jesuíticos. Assim, da mesma maneira que os alunos não eram barrados de início no curso de Filosofia, salvo para este curso os alunos de fora como pôde-se ver, na Teologia os jesuítas faziam uso do mesmo procedimento, ou seja, aqueles que foram nomeados como regulares ou medianos no curso de Filosofia prosseguiram cursando a Teologia Moral e se continuassem estudando como tal e não melhorassem, daí eram impedidos de realizar a complementação do curso de Teologia. Entendo que a seletividade educacional nesta etapa da escolaridade dos alunos era o marco divisório entre aqueles que possuíam um rendimento mediano e, os alunos considerados exemplares, chamados "insígnies" pelos padres jesuítas. Esta separação significava que tanto alunos internos como externos, com qualificativos menos plausíveis, estudavam uma Teologia prática, que tratava de problemas cotidianos à luz de

³⁶ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.213, 216, 219, 220-223.

resoluções teológicas, existentes no plano dos costumes morais próprios da economia colonial. Por isso, este curso de Teologia Moral denominava-se também de "Casos de Consciência" e correspondia à formação breve dos alunos em Teologia³⁷.

Acrescento ainda que aos alunos internos de rendimento mediano e que por isso não participavam das conversas teológicas que o curso de Teologia Dogmática suscitava, restava-lhes a nomeação para o cargo de coadjutor espiritual que era o mesmo que casuísta, professo, teólogo ou irmão. A eles competia o exercício de cuidados práticos da Ordem Jesuítica e de promover a correção de valores tidos como nocivos à cristianização dos colonos, índios e negros. Portanto, esses teólogos atuavam estritamente naquilo para o qual se formavam e, ainda, em casos difíceis nem precisavam utilizar os seus próprios recursos, dada a forma incompleta que tinham, pois os padres das Universidades de Coimbra e Évora colocavam-se a par dos acontecimentos e, enviavam prontamente o modo de resolver as questões. Vemos aí a interferência da intelectualidade portuguesa num trato teórico das questões morais da Colônia. Por conta da praticidade deste tipo de Teologia, ela existia enquanto curso apenas nos colégios da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco; digo que a forma popular da Teologia Moral estava na sua difusão em termos de atingimento da população local, nas casas e nos colégios; quer dizer, em qualquer instituição jesuítica educacional os "Casos de Consciência" eram marcantes na forma de palestras, tanto é que ocorriam semanalmente, e eram proferidas por um irmão especializado. A popularidade da Teologia Moral era tamanha que os religiosos de outras ordens tinham de receber noções dela no Colégio da Bahia, segundo ordens do arcebispo. Os colégios dispunham de material escrito por padres portugueses, europeus e da Colônia, onde se encontravam as diretrizes e, acima

³⁷ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.175-176, 180.

de tudo, casos de feliz resolução. Eram uma espécie de guia prático de Teologia. Também, nas casas e nas aldeias os padres não deixavam faltar livros a respeito³⁸.

É importante prestarmos atenção que em função do caráter moralizador do curso de Casos de Consciência, os alunos externos tinham a oportunidade de se formar neste curso breve e prático de Teologia, que embora não lhes servisse diretamente porque não seriam teólogos, exercia sobre eles a função social de estabelecer um rígido padrão de comportamento moral, veiculado quando ocupavam o governo³⁹.

Serafim Leite sugere que a Teologia Moral era levada a sério pela Companhia de Jesus dada a tamanha importância que tinha, claramente percebida por ter se associado ao Direito Canônico. Este Direito era responsável pela elaboração das leis de regulação entre a Igreja, o Governo e a população. Na época como não havia a desvinculação dessas três instâncias, o que a Companhia de Jesus produzia vinha a efeito. O exemplo mais típico do que estou apresentando foi a difícil situação em que se colocavam os índios, escravizados pelos colonos, e defendidos contra isso pelos teólogos e pela própria lei, feita exclusivamente pelos jesuítas, com a aprovação do rei de Portugal. Ainda um outro exemplo cabe colocar através do Direito Canônico que eram as constantes cobranças ilegais de impostos que chegavam aos portões das instituições jesuíticas e, eram bloqueadas pelos padres coadjutores espirituais encarregados de provar a sua isenção⁴⁰.

A seletividade educacional, nas circunstâncias da época não era motivo de questionamentos, ao menos no interior da Companhia de Jesus ou pela exposição de Serafim Leite a este respeito. Na Obra do autor ela é descrita como algo normal sobre a

³⁸ Cr. *Op.cit.*, t.VII, p.175-176, 180-182, 187.

³⁹ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.175-176, 180.

⁴⁰ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.183-184.

vida dos alunos, não tomando para si o ônus do pouco tempo de aprendizado da maioria que compunha os graus elementar, de Humanidades e de Teologia Moral, que era obstaculizada de se manter no curso de Teologia. Sem meandros, parece que se tinha a visão de ser a culpa só dos alunos, por não terem se dedicado o quanto deveriam. Esta afirmação fica revestida de maior firmeza e gravidade se se pensar que o sistema educacional jesuítico era seletivo para os próprios jesuítas, parecendo a olhos vistos um contra-senso. O pior é que não era!

Vejamos como se dava a seletividade para a freqüência ao curso de Teologia Especulativa, tanto para os alunos internos como para os externos:

"Dos estudos internos da Companhia, a Teologia Especulativa ou Dogmática é o mais alto curso. Não eram admitidos a ele todos os estudantes. Havia uma como selecção natural ou eliminatória, a começar na Lógica (Menor e Maior), expressa para o Brasil em Carta de '2 de Setembro de 1600, o P. Geral Aquaviva ao Provincial Pero Rodrigues:
Teologia: Os **medianos** estudam-na só até ao 2º. ano. (Curso Breve); os de talento **insigne**, também o 3º. e 4º. ano (Curso Longo)"⁴¹.

A diferenciação na ocupação de cargos da Companhia de Jesus fazia valer a hierarquia dos graus de estudo para os componentes da Ordem, que se traduzia para uma igual hierarquia de funções porque nem todos os jesuítas podiam se realizar em altos cargos de comando, pois não havia número suficiente para o seu aproveitamento. Chego a esta conclusão ao observar na Obra de Serafim Leite que os cursantes da Teologia Dogmática representavam o grupo dos poucos que se aproximavam de documentos importantes da Companhia de Jesus, de seus dogmas e de questões teológicas complexas. Ao contrário do estudo de problemáticas teológicas de peso no curso de Dogmas, tanto os alunos deste como os de Moral, enfim, todos os alunos de

⁴¹ Op.cit., t.VII, p.175.

Teologia eram obrigados a receber aulas sobre a História da Igreja, traduzidas em assuntos como os concílios, vida de padres importantes, história sacra e profana; sermões de autoria do Pe. Vieira deviam ser estudados com cautela porque através deles os alunos tinham a interpretação considerada correta acerca do Velho e Novo Testamentos. Desse autor também lia-se com a maior atenção o seu tratado de Cristologia e de Eclesia em latim. Nessa parte do curso de Teologia é interessante mencionar que Serafim Leite faz referência de que este autor que vivia na Colônia era mais respeitado e os seus escritos mais utilizados do que escritores como Bayardi, Bonucci, Estancel, Faletto e Inácio Rodrigues⁴².

O procedimento para a escolha dos candidatos valia para os alunos externos também, com a diferença de que eles cursavam o mais alto grau de ensino dos colégios da Companhia de Jesus, em separado. Este tipo de informe do Pe. historiador é constante em seu texto, quer dizer, ele sempre está preocupado em descrever a maneira pela qual o ensino era oferecido. A justificativa pensada pelo historiador para esta separação encontrava-se nos fins destinados a este aluno diverso. Penso que até nisso, os jesuítas eram reservados e exigentes, pois a divisão de classes entre internos e externos devia-se ao melhor preparo que os futuros jesuítas precisavam para o exercício do sacerdócio e da docência nesse mesmo ensino superior, enquanto que os alunos externos recebiam um preparo não tão acurado, em função de se tornarem depois governantes, mais preparados do que os alunos medianos; no entanto, estudavam teologia para atuarem praticamente, daí a não preocupação excessiva com a formação dos externos. O tempo de formação em Teologia Dogmática era igual para ambos, ou seja, dois anos; só que para os alunos internos o curso era intensivo, com mais leituras e cobranças. Tudo porque esses alunos tinham de prestar um exame, encomendado diretamente para a

⁴² Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.175-177, 188-189, 169-171.

ministração de aulas no ensino superior, é o que Serafim Leite chama de exame "ad gradum", que os alunos externos não prestavam, por não serem jesuítas e não poderem, portanto, ser professores jesuítas⁴³:

"O Curso de Teologia Especulativa ou Dogmática algum tempo foi duplo: um público para os estudantes de fora, outro particular para os estudantes de casa, quer para mais intensidade dos estudos, porque era a escola dos futuros mestres e a habilitação requerida para o exame final e mais alto da Companhia, que era o *ad gradum*⁴⁴.

Fazendo uma relação do conteúdo curricular, Serafim Leite expõe que o curso de Especulação estava planejado para seguir com leituras até o 4º. ano, sobretudo, de São Tomás, seguidas de escritos de Francisco Suárez e Molina, como autores internacionais, e incluía-se o "Tratado de Teologia" do Pe. Antonio Vieira. Este material permanecia, em parte, nas prateleiras das bibliotecas dos colégios da Bahia, Maranhão e Rio de Janeiro, locais que possuíam o curso, com a justificativa de que os exímios alunos não chegavam a fazer o 4º. ano de Teologia por causa da premência de atuarem na catequese junto aos índios, sem o que estes estariam entregues à própria sorte. Defendendo tal justificativa, de forma incompleta, Serafim Leite descreve que havia uma reação contrária do Pe. Geral quanto à falta de pessoal formado porque ele não estava em contato com as dificuldades enfrentadas pela Companhia de Jesus atuando em uma colônia. Nesse sentido, percebo contradições: por um lado a Companhia de Jesus era desejosa de formar qualificadamente uns poucos jesuítas, por outro, este impulso não se dava por satisfeito. Os ideais jesuíticos tornavam-se incoerentes com a realidade escassa da catequese que precisava de catequizadores. O fato dos jesuítas viverem em um

⁴³ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.175-176.

⁴⁴ *Op.cit.*, t.VII, p.176.

sistema econômico colonial se encarregava de tornar o ensino seletivo e, se se pensar que já havia uma seletividade interna nos colégios, conclui-se que os alunos que se formavam em Teologia eram pouquíssimos! Para a maioria dos alunos internos, o exame *ad gradum* não tinha, portanto, a possibilidade de realização, sendo que legalmente eles eram impedidos pela própria Companhia de Jesus de ministrar aulas e, no entanto, eles as ministravam⁴⁵.

Esclareço que para os alunos internos, ocorria que esta política de formação precária se comparada à existente na Europa, parecia ser condizente com os propósitos que o rei de Portugal intentava implantar na Colônia, qual seja, o de não só dominar politicamente o Brasil, como também fazer o mesmo no interior das atividades educacionais e culturais, tendo por um de seus efeitos a não terminalidade dos alunos no mais alto curso da Companhia de Jesus. Esta não finalização, de certa forma, ocasionara, ainda que não verbalmente, uma discordância entre a realidade do Brasil ser Colônia e, daí haver uma exigência rápida de catequistas e, o padrão estabelecido pelos padres de Roma na qualificação dos jesuítas para o ensino superior:

"Pela penúria de Padres, deixava-se às vezes de fazer o 4^o. ano de Teologia, mas as ordens de Roma são sempre apertadas e insistem em que o quadriênio de Teologia deve-se ter na íntegra, resolvendo-se a dificuldade, de qualquer maneira, menos à custa dos estudos"⁴⁶.

A solução encontrada por Portugal para suprir a falta de padres não foi o investimento na formação em massa de padres com o curso completo de Teologia. Com um raciocínio colonizador e, por conseguinte dominador, próprio de uma Metrópole em relação à Colônia, o jeito foi enviar padres intelectualmente completos, tanto de Portugal

⁴⁵ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.176-177, 175.

⁴⁶ *Op.cit.*, t.VII, p.176.

como de outros países afeitos ao pensamento dominante, que por sua vez, reproduzia-se gerando uma seletividade ainda mais crescente no ensino superior. Podemos concluir que o estrangeirismo jesuítico no ensino colonial estava intimamente conexo à privação de nascidos no Brasil ao respectivo grau de ensino. Estava claro na mente dos portugueses quem era nascido na Colônia, incluindo-se os mamelucos ou mestiços, por disporem de um parentesco português. Sendo assim, os índios puros eram considerados brasileiros e, os negros como provenientes de seus locais de origem: a palavra "estrangeiros" reservava-se aos que não se encaixavam nessa classificação. Esta observação é importante quando se faz menção aos padres estrangeiros e, principalmente, a quem era considerado aluno de algum colégio jesuítico da Colônia, que além de não ser índio, nem negro, não podia ser de origem hebraica⁴⁷.

O determinado vínculo entre a falta de pessoal nascido no Brasil que fosse altamente qualificado e a existência de padres estrangeiros na Colônia registrou-se em alguns fatos elencados por Serafim Leite. Entendo que nesta parte o historiador volta a ser confuso na exposição. Além disso, ele relaciona muito subentendidamente a baixa qualificação dos padres do Brasil com a vinda de padres estrangeiros. Ele não lamenta o problema da formação dos padres do Brasil, apenas a justifica como já vimos. Para a infelicidade dos jesuítas de origem colonial, o ano de 1663 marcou o destino de suas carreiras, por ser nomeado Jacinto de Magistris para o cargo de Visitador, que atuaria como verificador das atividades dos padres na Colônia, com o atributo de ordenar a realização do que o Pe. Geral lhe atribuía. Este padre, de origem estrangeira, portanto não sendo natural de Portugal e nem do Brasil, trouxe a experiência de ter sido procurador da Província do Malabar, localizada na Índia. O Pe. Geral fez uso de seu poder supremo ao elencar Jacinto de Magistris para ser visitador da Colônia, feito que

⁴⁷ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.236, 238-239, 241.

agradou ao rei de Portugal e, preocupou e entristeceu os padres da então Colônia, como evidência da consonância de Roma com Portugal para o atendimento das propostas educacionais colonizadoras. Esta função era bastante adequada para o que se estava propondo, uma vez que ela era responsável pelo relacionamento entre os padres de Portugal e da Colônia, articulando-se ainda com o rei de Portugal; portanto, o visitador transitava livremente no ambiente da Coroa Real e nos meios institucionais jesuíticos da Colônia⁴⁸. Vejamos como Serafim Leite aborda esses vínculos:

"Ao voltar do Brasil a Lisboa, o P. Jacinto de Magistris foi recebido com veneração na Côrte, e El-Rei escreveu os seus louvores ao Geral, oferecendo-lhe o seu patrocínio ou para ele voltar ao Brasil ou para ir para a Índia, como o P. Geral determinasse"⁴⁹.

Pela leitura feita da Obra de Serafim Leite percebi que a nomeação de um visitador estrangeiro sobrepujou, por absurdo que tenha sido, uma lei da própria Companhia de Jesus, que estabelecia como norma a inexistência do cargo de visitador se realizar por padres de outra origem que não a da Metrópole e Colônia. Os jesuítas, feitores de tal lei, não se submetiam a ela⁵⁰!

"Tratando o P. Jacinto de Magistris do seu embarque com o Conde de Óbidos, Vice-Rei do Brasil, declarou-lhe este que no Brasil os estrangeiros não podiam ser superiores, de acordo com a lei então vigente; lei que aliás se não cumpria, porque o P. José da Costa, estrangeiro, era Provincial do Brasil"⁵¹.

⁴⁸ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.40, 33, 35, 41, 36-37, 43, 51, 69, 87.

⁴⁹ *Op.cit.*, t.VII, p.40.

⁵⁰ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.40, 33, 35, 41, 36-37, 43, 51, 69, 87.

⁵¹ *Op.cit.*, t.VII, p.34-35.

Fazendo-se uma tentativa de perceber criticamente o que apenas Serafim Leite descreve, o leitor pensará que este visitador, conquistando a antipatia dos padres da Colônia, além de não dar mostrar de se importar com a referida lei, pois oficialmente estava amparado por autoridades políticas, se impôs na forma de mandatário autoritário do Pe. Geral, em razão de não ter a confiança dos padres, subalternos. O visitador ordenou assim, que os padres saldassem dívidas que tinham para com Portugal e o Japão. Contudo, a medida mais forte a ser seguida competia à área escolar, qual seja, a de que não se aceitassem mais alunos de origem da Colônia que quisessem se tornar jesuítas, do que se conclui que o ensino superior viu-se sem eles, de 1662 a 1664. De Magistris apenas repetira o que havia feito na Índia, enquanto política de incremento da proveniência de estrangeiros nas colônias portuguesas. A desculpa era que os jesuítas da Colônia estavam formando muitos jesuítas locais⁵².

Quem pretendia, então, ser jesuíta neste período não foi possível, nem viável foi a permanência dos já jesuítas de naturalidade colonial, em atividades de liderança e de alta administração da Companhia de Jesus da Colônia, considerados, por este visitador, desprovidos de virtude religiosa para assumirem tanta responsabilidade. Continuando a descrição do historiador, os jesuítas do Brasil foram afastados, para ocupações de ordem mais prática, sendo distribuídos dispersivamente pelas aldeias e casas de ensino, provavelmente devido à insegurança da respectiva autoridade. Com todas essas ordenações, o que Jacinto de Magistris na verdade realizou foi o chamamento de padres de Portugal para exercerem os trabalhos que eram anteriormente realizados pelos padres da Colônia. Dava-se o estímulo para que o Colégio da Bahia formasse

⁵² Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.236, 238-239, 241.

jesuítas ainda alunos que viessem de Portugal para cursarem o noviciado, em substituição ao excessivo número de alunos da Colônia, considerado pelo Pe. Geral⁵³.

Há indicações de que os objetivos de De Magistris se efetivaram porque deram início à uma reação contrária, através de uma representação escrita pela Câmara de Vereadores da Bahia em 1665 ao rei de Portugal, em atitude de reclamação quanto ao preconceito de se educar padres coloniais. Os jesuítas locais tinham o seu vigor respaldado na idéia de liberdade, ocasionada em consequência da desvinculação do trono português do de Castela. Esta liberdade levava à defesa daquilo que era próprio do local, contra tudo o que se traduzia num certo estrangeirismo. Da parte dos padres jesuítas, esse assunto resolveu-se com o mesmo entusiasmo, numa ação que demonstrou que eram capazes de decidir por si o futuro do ensino e da formação dos padres da Colônia, por meio da deposição do visitador, sem a devida licença de quaisquer autoridades externas⁵⁴. Quanto a esta liberdade dos padres do Brasil, Serafim Leite sugere que ela tenha se dado em função das idéias em vigor, como se supôs, de libertação do trono português em relação ao espanhol. Sendo assim, ele retira dos jesuítas a responsabilidade das idéias que estavam tendo.

Seis padres, tanto de naturalidade da Colônia, como de Portugal, somados ao provincial que era estrangeiro, depuseram o Pe. Visitador de Magistris e, tiveram como consequência uma tremenda repreensão do Pe. Geral em 1667, quando cinco deles foram impedidos por causa de seus atos insubmissos, de serem padres de decisões e de governança na Companhia de Jesus; aos demais, como não foram encontrados no momento da notícia, não se viram privados do respectivo chamamento. Ainda, o Pe. Geral afirmou ter aceitado a admissão de nascidos na Colônia ao sacerdócio e, de que

⁵³ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.40, 33, 35, 41, 36-37, 43, 51, 69, 87, 239, 241.

⁵⁴ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.45, 47, 44-46, 50-51, 53-54.

não retirou os padres da procedência de altos cargos. Com tudo isso, o resultado dos acontecimentos fora positivo em relação aos argumentos dos padres coloniais, pois o Pe. Geral teve de abafar a opinião pública de manifestantes da população. Para a desmoralização deste Pe. Geral e do Pe. Visitador contribuiu a irregularidade que ele cometeu no tratamento dado à dívida que a Companhia de Jesus da Colônia e de Portugal tinha com o Japão, isto é, o Brasil teria de arcar também com a parte que competia a Portugal pagar do Colégio de Santo Antão de Lisboa⁵⁵. No que se referiu a esta atitude dos jesuítas de deposição do Pe. Visitador, Serafim Leite se mantém bastante narrativo, sem quaisquer indícios de posicionamento. No entanto, ao não defender o Pe. Visitador, e nem a justificativa do Pe. Geral, pode-se concluir que Serafim Leite, de certa forma, vai ao encontro do que os jesuítas faziam, ou seja, de deposição de um Pe. Visitador estrangeiro.

A exigência legal de que o ocupante do posto de visitador deveria ser um português de Portugal ou da Colônia cumpriu-se quando Antonio Vieira dispôs-se a ser visitador da colônia, depois de ser quase obrigado a exilar-se na Índia Oriental pela pena imposta a ele pela Inquisição. Ele terminou não indo para onde a Inquisição pretendia, devido a complicações de sua saúde e, permaneceu em Portugal. Cumpridas as exigências inquisidoras, em 1688 este padre vem para a Colônia com a mais alta ocupação, ao invés de se tornar confessor da Rainha da Suécia, a convite dela. Ao se posicionar no que se referia à hierarquia de funções da Companhia de Jesus relacionada com a naturalidade dos padres, fez com que se cumprissem as normas do rei de Portugal. Elas atribuíam para a ocupação dos cargos de visitador e provincial a preferência dos padres serem originalmente de Portugal ou da Colônia. Entretanto, o ordenamento régio tratou de não se esquecer de constar em suas cláusulas o estabelecimento de uma quantia

⁵⁵ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.41, 57, 59, 45, 44-47, 50-51, 53-54.

inferior de padres nascidos na Colônia em relação aos portugueses. Diante dessa norma, Vieira simpático a ela a cumpriu e demandou a vinda de padres da metrópole⁵⁶. Como parte do tipo de exposição de Serafim Leite, ele, é claro, parece se mostrar favorável à deposição do Visitador estrangeiro, mas não à lei que limitava a admissão de nascidos no Brasil pois ele me deu a impressão de ser legalista.

Compreendi que o plano de se trazer cada vez mais padres de Portugal não era consensual no interior da Companhia de Jesus; nem todos os padres pensavam como Vieira. Alexandre Gusmão foi o expoente máximo de opinião inversa, o que elucidou o entendimento de que os padres entre si não formavam um acordo. Enquanto Vieira defendia a existência de padres portugueses na Colônia e, que tivessem o domínio das línguas angolana e tupi, Alexandre Gusmão, como fundador do Seminário de Belém da Cachoeira, mostrava-se afeito à constituição de um grupo de padres. Acreditava ele que a instituição por ele criada teria condições de formar um número razoável de padres, para que a Colônia não dependesse de padres de Portugal. Esta autonomia em relação a Portugal não teve sustentação porque era próprio da Colônia ter que se submeter ao rei português. É desta maneira que Serafim Leite coloca esta dependência, como algo natural da Colônia em relação à Metrópole. Tratando-se mais do parecer de Gusmão, ele, opostamente a Vieira, não visualizava como sendo de máxima importância o ensino das línguas da Colônia na formação dos padres, por ter vivido sempre no interior da instituição escolar, não sentindo a sua necessidade⁵⁷.

Mostrando-se ao lado de Vieira, Serafim Leite escreve que até 1691, ano em que Vieira deixou de ocupar a função de Visitador, o direcionamento quanto à limitação de nascidos na Colônia ao sacerdócio continuou de maneira eficaz. Evidencio

⁵⁶ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.73-74, 96, 78.

⁵⁷ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.73-74, 96, 78.

que a posição de Vieira foi característica, quer dizer, ao mesmo tempo em que resolvera a vida dos pretendidos ao sacerdócio que fossem da Colônia, não deixou escapar os estrangeiros de origem duvidosa e comprometedora da colonização portuguesa no local. Ele tinha a clareza de que somente admitir trazer, de fato, exclusivamente portugueses era uma atitude cuidadosa, em face da ameaça da Espanha de invadir os territórios do Brasil. A dada preocupação recebeu a sua atenção a partir de 1677, em justificativa da tentativa de se colonizar o Rio da Prata e o Amazonas com a ajuda de padres de confiança do rei de Portugal, porque essas regiões estavam servindo de moradia para os castelhanos⁵⁸.

De acordo com o estudioso da Companhia de Jesus no Brasil no ano seguinte ao da saída de Vieira das participações referentes à escolha dos destinos do sacerdócio na Colônia, o provincial coloca à Companhia de Jesus de Portugal a necessidade de padres portugueses no Estado do Maranhão, sempre mais escassos do que no Brasil; que o circuito das destinações desses padres se fizesse apenas entre Brasil e Portugal e, que para as outras colônias portuguesas se enviassem missionários europeus, que então não viriam para a Colônia. O resultado disso foi desvantajoso para os padres que viviam há algum tempo na Colônia, em ocasião dos missionários italianos e da Europa Central, em número menor do que o esperado, acomodarem-se nos colégios, procurando torná-los semelhantes às escolas européias, principalmente, em matéria de hábitos e costumes⁵⁹.

A situação apontada por Serafim Leite sobrecarregou os jesuítas da Colônia no cuidado das aldeias, ficando assim a distribuição deles e dos padres estrangeiros:

⁵⁸ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.85, 93, 98-99, 96-97, 100, 102, 104, 94, 101, 95, 109.

⁵⁹ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.85, 93, 98-99, 96-97, 100, 102, 104, 94, 101, 95, 109.

"No grupo do Brasil sucedeu que, tirando alguns poucos estrangeiros, que aceitaram de coração alegre a vida anónima das Aldeias, os mais tendiam à vida dos Colégios, com a ideia implícita de que o Brasil do século XVII já não era país de Missões. Sorriam-lhes mais os cargos de governo e de ensino ou as missões rurais, pelas vilas ao redor dos Colégios: critério prematuro no século XVII, com o Brasil ainda cheio de Índios, e que levava como consequência, dada a existência efectiva das Aldeias, que o peso da catequese recaísse quase todo sobre os Portugueses (filhos do Brasil e de Portugal). E assim insensivelmente começaram a coexistir duas categorias de Jesuítas do Brasil, os dos Colégios e os das Aldeias; e nas disputas sobre a liberdade dos Índios notava-se que a não favoreciam tanto como os outros Padres, os que nunca tinham visto Índios, nem aprendido a sua língua"⁶⁰.

A divisão entre os padres estrangeiros e os coloniais era mais acentuada no Brasil e, menos no Maranhão, isto é, neste último Estado a distribuição dos jesuítas era homogênea em relação ao Brasil conforme a observação que faço de uma estatística apresentada por Serafim Leite. Mas, tanto no Maranhão como no Brasil as funções dos padres eram díspares. O texto transcrito oportuniza a idéia de que as funções nobres de ensinar foram reservadas a muitos estrangeiros, como parte daquela proposta de trazê-los para tanto, a fim de dirigirem o ensino, sendo que a prática árdua da catequese incumbira-se aos missionários da Colônia, sem a completa formação em Teologia. A preservação dos estrangeiros do contato do que era particular da Colônia, os aborígenes, fazia-os agir do mesmo jeito de quando viviam na Europa.

A distinção dos tipos de trabalho para os padres estrangeiros e para os da Colônia não existiu com tanto ímpeto na Missão do Maranhão e Grão-Pará como ocorreu no Brasil, porque lá a colonização e a presença dos religiosos estava ainda numa etapa inicial, na metade do século XVII, enquanto que no Brasil os jesuítas haviam criado as

⁶⁰ Op.cit., t.VII, p.101.

suas bases. Como a Missão do Maranhão e do Pará não tinham quase padres da Colônia, os de origem estrangeira foram muito bem-vindos. Desta descrição de Serafim Leite concluo que, por isso, é que o protesto no Brasil, contra os padres estrangeiros de tomada de ocupação, não se manifestou no Maranhão e Grão-Pará⁶¹.

Tenho a expor da Obra em estudo que esta Missão do Maranhão e Grão-Pará Serafim Leite se esforça em apontar todos os empenhos dos padres do Maranhão e Grão-Pará de busca por uma formação teológica razoável, dando o autor razão a estes padres. Sendo assim, os padres pretenderam utilizar uma lei de 1574 que previa o envio de alunos jesuítas para terminarem os estudos em Évora ou em Coimbra, mas de fato ninguém se encaminhou neste sentido. O que se fez valer consistiu na chegada de alguns padres estrangeiros, provenientes daquela leva que chegou à Colônia no século XVII. Mas a quantia desses padres não foi bastante, através da comprovação de que alunos pretendentes a jesuítas, do Maranhão, rumaram para os colégios da Companhia de Jesus de Portugal na esperança de receberem instrução gratuitamente, considerando-se que a Missão do Maranhão e do Pará não tinha meios financeiros para formá-los na Colônia. Desprezavam a Ordem Jesuítica e o Padre Geral esta Missão segundo Serafim Leite, na avaliação que faziam do ambiente maranhense e paraense, porque lá os padres possuíam pequena lavoura e criação de gados, não dando conta de sustentar a obra missionária. Porém, o motivo mais forte de suas desconsiderações foi de fundo moral; não sendo as áreas habitadas, pela falta de desenvolvimento econômico e, ficando as terras e os aldeamentos distantes longe uns dos outros, os padres não se agrupavam para o fortalecimento espiritual contra as tentações daquilo que chamavam de "mundo terreno". Isto, os jesuítas de Portugal não desejavam para os alunos da Colônia que iam estudar lá! A Companhia de Jesus de Portugal argumentou que além disso, esses alunos não

⁶¹ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.242-245.

levavam o estudo a sério, pois gastavam muito para viver às custas dela e, se alongavam anos a fio nos estudos. A forma de bloqueá-los foi bastante prática. Simplesmente, sabendo Portugal que o Maranhão e o Pará não podiam manter os alunos sob a dependência da Metrópole, esta lhes impôs o ônus financeiro do encargo dos alunos, o que inviabilizou a formação de um quadro sacerdotal para a região missionária⁶².

Com um mínimo de padres estrangeiros e da Colônia, pela própria condição escassa de quem missionasse no Maranhão e Grão-Pará e, dada a situação financeira da região, o caminho viável foi a criação de um seminário em 1736 destinado à formação de catequistas, visando atender a um maior número de índios e colonos com a doutrina⁶³.

Apesar de Serafim Leite não clarificar, encontrei nas entrelinhas do que ele escreve o seguinte: a iniciativa conjunta do rei de Portugal e da Companhia de Jesus portuguesa, de investirem no envio de seus padres ou que proviessem da Europa não foi bem conduzida, dada a pequena quantia dos mesmos na Colônia, tanto no Brasil como no Maranhão e Grão-Pará. Talvez a intenção das autoridades fosse realmente a de produzir um alarde, iludindo os padres coloniais só para eles não formarem um grande número de sacerdotes qualificados. Serafim Leite dá alguns indicadores sobre a ilusão de que estou tratando ao destacar a origem dos poucos padres estrangeiros, numa longa passagem de sua Obra:

"Sobre a presença de Jesuítas estrangeiros no Brasil a estatística mostra que o seu contingente nunca foi abastado. No primeiro período (século XVI) era sobretudo de espanhóis, ..."64.

⁶² Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.242-245.

⁶³ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.244-247.

⁶⁴ *Op.cit.*, t.VII, p.246.

"Além dos espanhóis ainda no século XVI chegou ao Brasil algum inglês ou irlandês, que a perseguição religiosa na Inglaterra impedia de voltar à pátria. Também chegou no século XVI algum italiano como primícias de outros (incluindo sicilianos) que vieram a constituir depois a mais valiosa contribuição de Jesuítas estrangeiros no Brasil durante o século XVII. Com eles alguns Padres da Europa Central e das Províncias belgas (Flandro-Belga e Galo-Belga) entre os quais se conta algum francês"⁶⁵.

"No século XVIII sobressaem dois pequenos grupos: o britânico: algum filho da Irlanda Católica, e vários da Inglaterra e Escócia, protestantes, que passando pelo Brasil se converteram ao Catolicismo; e o grupo imperial, oriundo dos países da Europa Central, pedidos pela Rainha de Portugal D. Maria Ana de Áustria, a rogos das Provinciais do Brasil e dos Vice-Provinciais do Maranhão,..."⁶⁶.

Na época é bem provável que os padres tenham se preocupado em comparar aproximadamente o seu grande contingente com a existência de jesuítas estrangeiros:

"As percentagens dos Jesuítas estrangeiros são: na Província do Brasil, média geral, 6, 30 por cento, média final 4, 20 por cento; na Vice-Província do Maranhão e Pará, média geral 9, 60 por cento, final 8, 30 por cento"⁶⁷.

A escolaridade seletiva dos colégios jesuíticos devia-se, portanto, às normas pedagógicas rígidas da Companhia de Jesus, que eram exercidas pelos jesuítas portugueses e reforçadas pelos padres estrangeiros. A falta de padres para o exercício do sacerdócio pode encontrar explicações nesta composição de normas e estrangeirismo incidindo sobre o ensino jesuítico. É por isso que o contexto educacional da Colônia

⁶⁵ Op.cit., t.VII, p.246.

⁶⁶ Op.cit., t.VII, p.247.

⁶⁷ Op.cit., t.VII, p.247.

imperado no século XVII, pelos colégios de maioria jesuítica, mostrou evidentemente a sua face, precipuamente com a expansão numérica de seus institutos. Pôde-se assistir a um forte mecanismo interno dos próprios jesuítas da Colônia de seletividade educacional, bem como a iniciativa, na mesma direção, da parte dos políticos e religiosos de Portugal, mediante, a limitação dos nascidos na Colônia ao sacerdócio. A promulgada ida de padres estrangeiros que não se concretizou, como mostra a última citação, foi útil apenas para fazer com que os padres não se preocupassem com a formação quantitativa de sacerdotes. Em conclusão, a seletividade educacional conseguiu ser mantida pelo rei português e pela Companhia de Jesus de Portugal através da promessa, jamais cumprida, mas acreditada pelos padres da Colônia, de virem jesuítas. Ainda resta tratarmos dessas questões em sua demonstração histórica mais significativa: a tentativa de criação da Universidade do Brasil no Colégio da Bahia, na segunda metade do século XVII. Formulo para a exata compreensão do plano de origem desta Universidade, duas perguntas fundamentais: por que haveria de ser criada? Quem almejou a sua existência?

Refere-se Serafim Leite que a época pensada para a instauração de uma universidade não deveu-se, com exclusividade, por ocasião das características descritas da educação escolar colonial. O seu tempo também foi circunstanciado pelas invasões holandesas na Bahia, ocorridas antes da respectiva idéia; isto me faz pensar que o projeto de Universidade pretendeu ser conversado e implementado antes do que comumente se deu. Ao penetrar no universo exposto por Serafim Leite das faculdades de Filosofia e Teologia em voga desde o século XVI, emerge no meu entendimento, além do problema da escolha dos candidatos, um assunto especialmente delicado, relativo ao ensino superior: a titulação ou, com igual sentido, a concessão dos graus acadêmicos. Nesse século, quando não se visualizava a origem de uma universidade, o grau acadêmico de mestre em Artes foi dado, com certeza, aos alunos externos. O problema convergia todo para a titulação dos alunos internos! Como eles eram aproveitados pela Companhia de Jesus, existia uma determinação dela que a titulação dos mesmos não era obrigatória, em

outros termos, não se concedia porque o fato de disporem dela, estimulava-os a ficarem pretensos à vaidade, característica prejudicial à observância religiosa e, ia de encontro com os valores da própria Ordem Jesuítica. Este impedimento fora colocado pelo Pe. Geral de Roma a partir desse argumento. Conseqüentemente os alunos depois de formados exerciam a docência superior sem os seus títulos e, o sacerdócio também. Porém, digo que a Companhia de Jesus de Roma foi capaz de não ser tão rígida em seus preceitos morais quando lhe interessou. O quadro apresentado transformou-se quando em 1597 ela percebeu que o seu ensino no Brasil perdia prestígio por conta dos professores não serem titulados. Portanto, a utilidade dos graus sobrepôs-se em relação à moral religiosa e, passaram a ser dados aos internos⁶⁸.

O oferecimento dos títulos passou a ser fornecido amplamente aos alunos, mas esses tinham de pagar por isso, de maneira esquisita a meu ver, na forma de propinas, que eram obrigados a entregar para os professores participantes da formatura, como atitude indispensável: do contrário, não recebiam o título! Na época, pelo visto, mediante a leitura do texto de Serafim Leite, tal prática era comum, tanto é que era tida como um componente normal ao andamento das solenidades. Esta era uma visão da época e pelo que me pareceu, Serafim Leite é influenciado por ela, pois ele não formula críticas a esta prática de gratificações, muito pelo contrário, elogia a Companhia de Jesus do Brasil por seguir o modelo português de exame dos alunos e de formatura. Aproveito também para dizer que este mesmo autor dá um destaque especial às solenidades de formatura porque envolviam pomposidade, característica extremamente valorizada por ele. Acho necessário frisar que os professores gratificados eram os mesmos que avaliavam e ofereciam os votos da titulação aos alunos. Os poucos alunos pobres de Filosofia ficavam sujeitos a uma avaliação mais pesada e conviviam com uma situação

⁶⁸ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.191-193.

delicada, por não terem como cumprir a ordem de concessão de propinas para quem iria resolver seu futuro, ficando dependentes da boa vontade do avaliador, sem garantias legais de objetividade. Este aspecto é mais um dado revelador da composição dos jesuítas com o ensino para pessoas abastadas, e está registrado por Serafim Leite:⁶⁹

"Manuel de Lima, Professor da Universidade de Évora, que esteve no Brasil como Visitador em 1610, determinou que o Curso de Artes se não iniciasse sem haver pelo menos 15 candidatos de fora, com outros de Casa bastantes para 'ocupar um Mestre três anos'. E deixou estas ordens, todas de praxe universitária, a começar na das propinas, gratificação que o doutorando das Universidades européias dava aos Lentes pela sua intervenção e presença na solenidade do doutoramento:

Não se dê grau de Mestre em Artes senão àqueles que derem propinas, salvo algum, por pobre houvesse delas condonação dos mesmos mestres"⁷⁰.

Adianto que o século XVII é importante ser estudado, pois dá-se início ao tema complexo da equiparação dos graus acadêmicos, ou seja, uma série de discussões são introduzidas pelos jesuítas e pela população do Brasil em relação a Portugal para que os diplomas e os títulos dos cursos de Filosofia e Teologia, oferecidos pelos colégios jesuíticos da Colônia, tivessem a mesma validade no Exterior. O resultado deste desejo, como apontarei, demonstrou os entraves sofridos pela Colônia em relação à preponderância do ensino ministrado na Metrópole. Por conseguinte, considero a equiparação dos títulos acadêmicos como questão importante para o estudo da educação escolar colonial porque representou o limiar do que se podia fazer na área educacional e, principalmente, do que não seria viável. Sendo assim, titulação não era sinônimo de

⁶⁹ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.191-193.

⁷⁰ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.192-193.

equiparação, ela era oferecida na Colônia, no entanto, não tinha validade no Exterior, ou seja, não tinha equiparação, por causa de uma seletividade mais ampla, ocasionada pelo rei de Portugal e pelas Universidades de Coimbra e Évora. Em seus termos a equiparação significava a igualdade na validade das titulações obtida na Colônia em relação às concedidas em Portugal. Para efeito prático, o aluno que adquirisse os graus acadêmicos equiparados poderia exercer a sua função, com as regalias proporcionadas pela sua condição, tanto na Colônia como em Portugal⁷¹.

Seguindo a equiparação dos graus acadêmicos é que a história do ensino superior na Colônia assumiu um teor diferente do que havia acontecido até o momento, não sendo a mesma a partir da segunda metade do século XVII. Avalio desta forma o assunto enquanto que Serafim Leite não faz tal pronunciamento. A Universidade de Coimbra, detentora única do reconhecimento das titulações deixou em 1565 de ser exclusiva na previsão de seus estatutos, dando a possibilidade da Universidade de Évora se equiparar a ela. Enquanto isso, a Câmara de Vereadores da Bahia juntamente com desembargadores locais, numa ação de representarem os interesses dos moradores na Colônia, reconhecem em 1662 o anseio de darem origem a uma universidade nas dependências do Colégio da Bahia, o que lhe daria o pré-requisito de conseguir a mesma equiparação conseguida pela Universidade de Évora. Os estudantes do Brasil e do Maranhão achavam-se com os mesmos direitos reais ou civis que os alunos de Portugal⁷².

Uma vez estabelecida a meta de criação de uma universidade, os agentes de tal ação se estabeleceram, bem como os contrariadores situados longe das fronteiras coloniais. Temos a concluir que o rei de Portugal e, sobretudo, a Universidade de Coimbra não pretendeu concorrer com uma universidade, ainda mais sendo colonial,

⁷¹ *Op.cit.*, t.VII, p.194-198.

⁷² *Cf. Op.cit.*, t.VII, p.194-198.

tendo motivos suficientes para tanto, considerando-se que as ameaças a Coimbra eram constantes na averiguação que fazia dos intentos da imaginada Universidade do Brasil, que não só era desejosa de se igualar à Universidade de Évora, como também requeria a equiparação com a Universidade que a impediu de vir a existir. O projeto modernizador e avançado na época não foi a cabo, por conta dos limites e regras colocados por Portugal. Serafim Leite não avança neste sentido, de analisar criticamente o obstáculo de criação da Universidade no Brasil como uma forma de imposição cultural de Portugal para se auto-predominar na Colônia. Suavemente ele coloca o desejo veemente da população baiana de pretender a existência da Universidade, que não foi satisfeito. Não dá para afirmar se Serafim Leite se identifica com este sentimento dos baianos. À educação escolar tudo ficou como antes em termos da falta de equiparação, no exterior, de seus cursos de Filosofia e Teologia. Na realidade, continuou valendo somente o 1º ano de Filosofia do Colégio da Bahia, do Rio de Janeiro e Pernambuco, de acordo com os critérios da Universidade de Coimbra. Penso que ao garantir a sua supremacia e, estando distante de perigo, esta Universidade quando negou o pedido de criação da Universidade do Brasil, quis deixar um singular assistencialismo colonizador, de economia dominante, quando conferiu uma certa bondade à Colônia, ao conservar o título de mestre em Filosofia, válido no território colonial e, a idéia nova do grau acadêmico de doutor aos formandos em Teologia, com os mesmos limites. Porém, vê-se que o Pe. Geral usou de maior rigor do que Coimbra, pois ele rechaçou os títulos de doutorandos que seriam válidos apenas na Colônia. Pode-se concluir que, com tal medida, não houve doutores na Colônia, com o respectivo título⁷³.

Da tentativa de criação da Universidade do Brasil, não se pode visualizar exclusivamente o seu efeito prático de não ter existido. Serafim Leite faz uma exposição

⁷³ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.194-198.

que valoriza o aspecto positivo e aparente da não criação da Universidade do Brasil. Por isso, o meu caminho de observação procura ir mais fundo, a partir das próprias informações do historiador, não trabalhadas e analisadas por ele. Concluo que em 1662 já estava nascendo um espírito nacional porque daí então os chamados "brasileiros" sentiram-se capazes e desejosos de gozarem de um pouco de autonomia cultural em relação ao Colonizador. Junto com o ideal universitário, elaborava-se o projeto de quem fosse originário da Colônia formar-se-ia na Universidade e depois seria aproveitado em funções governamentais ou de ensino. Com astúcia, este discurso nacionalista não era transmitido para Portugal, e sim justamente o contrário, comprovação de que se sabia que não era conveniente dizer-se tudo aos governantes portugueses⁷⁴:

"Na segunda metade do século XVII, tratou-se de fazer que a Faculdade fosse de direito real ou civil, e também a de Teologia, no mesmo pé de igualdade com a Universidade de Évora. O que teria duas consequências imediatas: uma de lustre para os que se formavam nestas Faculdades poderem dizer que o eram por uma Universidade; outra para os que desejavam ir a Coimbra formar-se em Cânones, Direito Civil e Medicina, gozarem nela dos privilégios da Universidade Eborense. O Brasil julgava-se com direito à regalia, porque já então dispunha de juventude mais abundante e a guerra contra a Holanda desenvolvera a consciência da sua própria importância dentro da Comunidade Portuguesa, manifestada no seio das Ordens Religiosas com a formação de Províncias autónomas ou pelo menos com a preocupação dos filhos da terra prevalecerem nos cargos mais vistosos dela, ou nos postos mais eminentes de ensino"⁷⁵.

As palavras da Câmara de Vereadores expressavam o argumento justificador da criação da Universidade ao rei de Portugal, com muita cautela:

⁷⁴ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.194-198.

⁷⁵ *Op.cit.*, t.VII, p.194.

"Seja V. A. servido mandar reparar um dano tão afrontoso para os filhos do Brasil, conceder-lhes o exercício, pois sem ele não haverá filho dele que continui os estudos, porque se por eles não hão-de ser premiados e terem esperanças de servirem a V.A. na pátria, como o fazem os das outras, cessará o Estudo, quando por tantas vezes temos pedido a V. A. nos conceda aos filhos deste Estado os privilégios, que têm e gozam os da cidade de Évora, e que possam os Religiosos da Companhia de Jesus, que os ensinam, dar-lhes o mesmo grau que na dita cidade se dá aos dela, pois os Senhores Reis de Portugal os criaram pera aumentos de seus vassallos. Da grandeza de V. A. esperamos nos conceda uma e outra mercê, pois todas se dirigem ao serviço de V. A., que Deus nos guarde pera aumento de seus vassallos"⁷⁶.

Acho interessante considerar que o exercício de uma cidadania viva, no entanto, inexistente custou aos portugueses radicados na Colônia a privação de haver desembargadores trabalhando na Bahia de origem colonial, tendo que ser estrangeiros. Presencia-se que o rei de Portugal não se convenceu a mudar de idéia através do recado e pedido a ele feito pela Câmara de Vereadores que, provavelmente, subestimou a habilidade dele em desvelar os verdadeiros intentos coloniais⁷⁷.

Tratando-se da política interna do ensino jesuítico após o desfecho da não criação da Universidade do Brasil, é adequado concluir que a Câmara de Vereadores, os desembargadores e os colonos tiveram clareza ao insistir na existência da mesma, por outro lado, na mesma medida, os jesuítas não interpretaram lucidamente o porquê do obstáculo quanto à existência da Universidade. Esta falta de profundidade veio à tona com o dizer, da parte dos padres do Colégio da Bahia, de que a Universidade recebera a negativa de Portugal em ocasião de haver moços pardos estudando nos graus superiores dos colégios jesuíticos da Colônia. A respectiva interpretação foi liderada pelo Pe. Provincial da época, Antonio de Oliveira, decidindo-se pela exclusão total dos moços

⁷⁶ Op.cit., t.VII, p.197.

⁷⁷ Cf. Op.cit., t.VII, p.197-198.

pardos ao grau superior no Colégio da Bahia, como reação àquilo que acreditava terem ocasionado. Segundo Serafim Leite a posição deste padre foi ainda mais reforçada quando ele entrou em contato com a Corte Portuguesa e, escutou da parte de um ministro régio o argumento de que a Universidade não seria criada por causa da presença de alunos pardos no ensino superior. Nas outras ordens religiosas passou a valer a mesma regra: os sofrendores de tal limite, não entendendo os motivos que os impediam de estudar, reclamam em 1688 ao rei de Portugal e ao Pe. Geral acerca dos fatos ocorrentes porque estavam certos de que no Brasil não conseguiriam resolver a sua exclusão com o Pe. Provincial e, de fato, o rei de Portugal e o Pe. Geral respondem aos apelos dos moços e, até mesmo, afirmam estranhar as atitudes dos jesuítas do Colégio da Bahia. Se um ministro da Corte do próprio rei se mostrou estar do lado do Pe. Provincial e se o rei se posicionou contra a decisão do Provincial, isto prova que não havia consenso entre os componentes da Corte Real. Neste estranhamento encontravam-se implícitas argumentações tanto da autoridade colonial, como das do exterior. Da parte da Colônia, os moços pardos eram considerados culpados pela inexistência do ensino superior, por conta de seu mau-comportamento, eram vadios e briguentos, o que gerava a rejeição deles pelos colonos que tinham seus filhos no Colégio⁷⁸:

"Por esta razão o P. António de Oliveira, ao ser nomeado Provincial, excluiu-os geralmente da frequência dos estudos superiores do Colégio da Baía, cidade de que era filho"⁷⁹.

Ainda, Serafim Leite, imparcial, expõe narrativamente que mantendo-se o mau-comportamento dos moços pardos, usado como argumento para a sua exclusão, já

⁷⁸ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.194-198, 201, 203. t.V p.77-78, 71, 75-78.

⁷⁹ *Op.cit.*, t.VII, p.201.

não se confirma nas observações e respostas dadas ao Colégio da Bahia, do Pe. Geral e do rei de Portugal. Diziam eles que o Pe. Provincial bloqueava os alunos, devido à cor parda e, não porque eram vadios e briguentos. No cotidiano escolar, estes alunos tinham um comportamento adequado; penso que os jesuítas e os pais dos filhos de colonos resolveram se implicar com a tez diferenciada deles, que se viam em situação complicada, considerando-se que não eram negros, portanto, escravos, mas também não eram conforme os alunos filhos de colonos. No fundo, sugiro que a miscigenação racial, de portugueses brancos com escravas, fora utilizada em relação à falta de uma vida universitária na Colônia. Vê-se que nesta situação, o rei de Portugal e o Pe. Geral tiveram uma "visão mais ampla" do que estava ocorrendo, facilmente inteligível se atentar-se que eles mesmos haviam originado esta situação, por conta de terem estimulado as vocações estrangeiras no Brasil e no Maranhão, a limitação dos nascidos no Brasil e no Maranhão ao ensino superior e, mediante, o fato de que por detrás de uma aparente bondade, o rei português e o Pe. Geral ao veicularem a presença de sacerdotes estrangeiros na Colônia, influenciaram os padres coloniais com tal pensamento estrangeirista e dominante, indo de encontro a uma parcela de nascidos no Brasil e no Maranhão que queriam seguir o sacerdócio⁸⁰. O entendimento que tenho a respeito deste assunto baseia-se nos escritos do historiador que venho estudando, no entanto, o vínculo estabelecido é entre o estrangeirismo jesuítico a limitação dos nascidos ao sacerdócio, a questão dos moços pardos e a não criação da Universidade.

Vemos, portanto, que aquilo que se chamou de estranhamento do Pe. Geral e do rei de Portugal, na verdade era próprio do planejamento dessas autoridades, para que fossem visivelmente defensores do ensino superior, aos nascidos na Colônia e, às ocultas o impediam de fato. Dessa forma, pelo jeito, os padres do Brasil foram usados

⁸⁰ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.201, 203. t.V, p.71, 75-78.

para veicular os propósitos educacionais metropolitanos. Sou de opinião que este artifício, colocado em prática, teve o seu vigor possivelmente porque sem ele a Câmara de Vereadores da Bahia, juntamente com colonos e desembargadores, não teria aceitado a não criação da Universidade do Brasil. Era preciso desviar o foco de atenções dos colonos, por meio de tal desgaste, fazendo-os acreditar que a Universidade não fora criada por causa da tez dos moços pardos. Na verdade, a argumentação do Provincial do Brasil era contraditória, pois os colonos então não iriam reclamar dos moços pardos se soubessem que tudo isso redundaria em resposta negativa da Universidade que tanto pretendiam. A rejeição dos colonos para com os moços pardos era uma realidade, no entanto, ela foi destacada de seu contexto pelo Provincial, para servir de justificativa a esses mesmos colonos para a não existência da Universidade.

Tanto é que no desenrolar dos acontecimentos provou-se que os dados alunos não se comportavam mal, porém estavam em grande quantidade nas faculdades do Colégio da Bahia. É claro que a existência da Universidade só iria alargar mais ainda o acesso desse pessoal à instrução, que estava a mais, de acordo com os limites estabelecidos por Portugal e, ainda forçaria a ocupação de cargos no governo, provocando uma competição com as profissões exclusivas dos brancos, pois o ensino superior significava para os moços pardos o meio de ascenderem socialmente⁸¹. Como se afirmou, os colonos desejavam a criação da Universidade, porém, não queriam se ver ao lado dos moços pardos no ensino superior, muito menos no momento em que partiam para a carreira profissional, através da medida por eles apresentada de que os moços pardos somente poderiam caminhar nos estudos até o fim dos primeiros rudimentos da escrita e da leitura. Em termos do que aconteceu, parece que o Pe. Provincial correspondeu à ordenação dos colonos porque retirou os moços pardos de todos os cursos

⁸¹ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.201-204, 218-219, 246. t.V., p.71, 75-80.

do Colégio da Bahia. Esses moços teriam, portanto, que ocupar profissões de fundo manual e, não intelectual como exigiam os cargos de governo.

De acordo com o texto de Serafim Leite, observemos o que diz sobre este problema e como há um posicionamento do autor:

"Que a exclusão dos Moços pardos se justificou mais pelo número dos que entravam que pelo mau exemplo que davam aos Brancos: era informado que muitos procuravam melhorar a fortuna da sua cor na estudiosa aplicação, com que aspiravam excedê-los, e seria estímulo mui honesto para o procedimento dos brancos a emulação dos pardos"⁸².

Tenho a apreciar que o ensino superior tomou um caminho oposto à dimensão universitária. Além da Universidade não ter sido aprovada, as vagas de admissão ao ensino superior não aumentaram e, sim, permaneceram com a mesma quantidade limitada, sendo privativas do segmento social escolhido pelos jesuítas. Neste momento, emerge uma discussão entre o que se entendia por público e particular em educação conforme o registro das informações⁸³:

"... se as Escolas eram públicas não deviam eles ser excluídos; sendo porém particulares, não podiam os Padres ser obrigados a ensinar senão aos que quiserem admitir:..."⁸⁴.

Serafim Leite escreve que Portugal não ordenou a obrigatoriedade da escolaridade à população, deixando os critérios da ampla abertura ou não do ensino de acordo com a vontade dos jesuítas. Pode-se dizer que nesse momento histórico, os

⁸² Op.cit., t.VII, p.203.

⁸³ Cf. Op.cit., t.VII, p.201-204.

⁸⁴ Op.cit., t.VII, p.203.

jesuítas, refletindo os interesses colonizadores, não desejaram a existência de alunos pardos e, os excluíram a seu bel-prazer, pois não havia lei que os proibisse de tal intento⁸⁵. Passado o perigo da criação da Universidade do Brasil, em 1688 o ensino no Colégio da Bahia é obrigado a admitir os moços pardos, de acordo com a ordem do Pe. Geral, ainda que de maneira condicional, sendo assim limitada.

A exclusão dos moços pardos do mais elevado grau de estudos não ocorreu apenas no Colégio da Bahia pelo que li nas informações esparsas de Serafim Leite. Nesta instituição específica é que foram retratadas as dificuldades enfrentadas por esses alunos e, permaneceram no registro para quem se interessasse pelo seu estudo. Relembrando, o limite aos moços pardos se deu em todos os colégios da Colônia, inclusive nos de outras ordens religiosas. Por isso, em 1697 o Pe. Geral se refere aos colégios em geral para que voltassem a aceitar os alunos. Acrescento que equivocadamente, ele coloca como condição de admissão que esses alunos obrigatoriamente tinham de ser nascidos em condições financeiras excelentes, como prova de nobreza e, portanto, de educação esmerada, representando os preceitos contidos nas leis gerais da Companhia de Jesus. Sendo assim, esta norma existia desde o início da constituição da Companhia de Jesus e, vem reafirmada com a chamada do Pe. Geral, deixando evidente que alunos pobres não eram bem-vindos aos colégios jesuíticos e a tez, quando duvidosa, deveria estar recheada de distintivos econômicos. Como veremos, Serafim Leite se mostra descritivo na passagem em que relata a situação dos moços pardos depois da proibição deles ao ingresso no ensino superior⁸⁶;

"...e a 6 de Abril de 1697 o P. Geral dá nova norma para a entrada na Companhia referente aos mamelucos ou mestiços: podiam entrar todos,

⁸⁵ Cf. *Op.cit.*, t. VII, p.201-204. t.V, p.76-80.

⁸⁶ Cf. *Op.cit.*, t. VII, p.201, 203, 239. t.V, p.75.

fora do 4^o. grau, se fossem de bons costumes e de 'nobreza certa e antiga'; para os de baixa condição, de educação em geral deficiente, requeria-se licença sua particular, licença que se concedia quando razões sólidas a aconselhavam"⁸⁷.

Levando-se em consideração que o Pe. Geral utilizou o determinado critério econômico no caso dos moços pardos ampliando-o também no caso dos mestiços de índia com colono, pode pensar que eles eram de origem pobre, ao menos, grande parte deles. As Constituições da Companhia de Jesus relacionavam pobreza com falta de educação e, sendo o critério prévio para esses alunos um certo nível de costumes, os pobres possuíam provavelmente outros hábitos não contemplados, no caso, tinham de enfrentar a licença especial do Pe. Geral para conseguirem ou não estudar, ficando a decisão por conta da vontade dele. Serafim Leite me dá a impressão de também unir educação com riqueza. Após as normas do Pe. Geral quanto à frequência de moços pardos nos colégios jesuíticos, Serafim Leite não informa se a maior parte dos alunos desta origem vieram a continuar os estudos. Destaco a atuação do Pe. Antonio Vieira no assunto dos moços pardos, pois ele ocupava um posto de Visitador da Colônia. Ele efetivamente agiu, não no sentido exato desse termo, mas muito mais para que esses alunos ficassem submetidos às ordenações do Pe. Geral, além de não apressar o parecer esperado do rei de Portugal, que seria favorável aos moços pardos no ensino superior. Este Visitador demorou tanto para providenciar o parecer do rei, que quando chegou não teve mais validade, pois as ordens da Companhia de Jesus de Roma já estavam em funcionamento⁸⁸.

Conforme desenvolve Serafim Leite, como Visitador, não bastando o desprezo que demonstrou pelos moços pardos, Antonio Vieira ainda chama a atenção dos

⁸⁷ Op.cit., t.VII, p.239.

⁸⁸ Cf. Op.cit., t.VII, p.239, 201-204, 206-208.

colonos baianos, que desejavam a existência da Universidade, com a seguinte argumentação: a colonização portuguesa acabara por determinar que os alunos não podiam dispor de um ensino universitário devido à necessidade prática e imediata de atuarem na catequese ou em cargos de governo. A partir do meu entendimento, o Pe. Vieira concebia a prática bastando-se a si mesma, como se a catequese e a governança constituíssem a própria Universidade. Pensando bem, Vieira desvalorizava a instrução escolar e se importava com o aprendizado dos alunos no ato de viverem, pois o fato dos jesuítas serem formados no grau superior de maneira completa, provocaria neles o gosto por atividades intelectuais, em detrimento do trabalho prático de catequistas, junto aos índios. Serafim Leite concorda integralmente com esta concepção de Antonio Vieira e, ainda a incrementa ao afirmar que o aprender com a própria atividade catequética significava estar cursando um doutorado em nível elevado, jamais comparável aos estudos superiores feitos na instituição escolar. A concepção de ensino praticista de Vieira está demonstrada pela historiografia de Serafim Leite, com as palavras deste padre⁸⁹:

'E espero eu dos que sairem dêste nosso também Real, Teólogos, Filósofos e Humanistas, que quando chegarem ao Grão Pará e Rio das Almas, e se virem naquela imensa **Universidade** de Almas: espero, digo do seu espírito e ainda do seu juízo, que esquecidos das Ciências, que cá deixam, se apliquem todos à conversão. Quando o Filho de Deus fez a sua missão a este mundo, a que ciência entre todas e sobre toda aplicou a sua Sabedoria infinita? (...) À ciência somente da salvação, e essa ensinada não aos grandes do mundo senão à peble: (...). E à vista deste exemplo verdadeiramente formidável, quem haverá que queira ser graduado em outra ciência?'⁹⁰

⁸⁹ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.206-208.

⁹⁰ *Op.cit.*, t.VII, p.207.

O que tenho ainda a expor é que em meio à exclusão dos moços pardos da escolaridade tradicionalmente concebida, os não excluídos obviamente continuaram a sua escolaridade nos colégios da Companhia de Jesus. Não se pode esquecer que em 1688 o Maranhão e o Pará não eram Brasil, porém, faziam parte da Colônia, sendo que, na área educacional as suas instituições, em termos de ordenação, andavam conforme o Brasil, ao seguirem o "Ratio Studiorum" e os estatutos da Universidade de Coimbra, como expõe Serafim Leite. Ainda no mesmo ano um fato importante aconteceu na Missão do Maranhão e Grão-Pará, quer dizer, foi criado um curso de Filosofia. No tocante ao estabelecimento dos critérios para o oferecimento da titulação de mestre em Filosofia, reconheço que Coimbra era efficientíssima em supervisionar o procedimento dos títulos tanto na Província como na Missão do Maranhão e Grão-Pará. Traduzindo em expressão mais clara, esta Universidade cuidava do estabelecimento das dificuldades para a concessão do título⁹¹.

Certifica Serafim Leite que em Coimbra, os alunos de Filosofia defendiam para a obtenção do título de licenciados ou bacharéis, o que se conhecia como "Conclusões Filosóficas", significando teses, por escrito, de três páginas. Havia banca examinadora para as duas modalidades de formação filosófica e, a diferença em sua composição consistia em existir para o bacharelado dois padres jesuítas e um professor da Universidade; de outro modo, para os licenciados observo uma exigência mais firme, talvez, porque a Companhia de Jesus desse ênfase na qualidade da formação docente, sendo que para isso eram necessários três padres jesuítas e dois professores da Universidade. Este exato modelo, os jesuítas da Colônia foram obrigados a seguir à risca, a partir da existência do ensino superior no Brasil em 1575 e, no Maranhão e Pará em 1688. Dadas as peculiaridades locais, principalmente, em face da falta de uma

⁹¹ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.209-210.

Universidade, os examinadores de fora escolhiam-se dentre as personalidades importantes da região, que fossem graduadas em Filosofia, por alguma instituição escolar jesuítica. Serafim Leite faz questão de revelar que como critério adequado para a escolha destes avaliadores, além do já mencionado, era muito válida a informação de que levavam uma vida moralmente adequada, mediante informações de pessoas da cidade. Também, inúmeras vezes, religiosos de outras ordens vieram a compor a banca. O número de páginas apresentado pelos alunos era o mesmo que em Coimbra, porém, uma página em branco tinha que aparecer em anexo e, antes da defesa, os candidatos mandavam para a Universidade de Coimbra todo este material, a fim de passar por uma avaliação pelos professores de lá, com o objetivo de averiguação do conteúdo escrito. Penso que a página vazia servia justamente para a liberação ou não da defesa da tese, conforme as conveniências ideológicas, que podiam ou não se dar na Colônia⁹²:

"Constam as teses de quatro páginas, três impressas, a última em branco; e nesta as licenças manuscritas e autógrafas do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra: ..." ⁹³.

Finalizada esta etapa, continua Serafim Leite a descrever que a banca examinadora colocava-se a postos, sendo que o aluno apresentava as "Conclusões" frente a ela e, geralmente, o prelado, o governador geral da Colônia e o governador local (capitão) faziam questão de prestigiar o evento, ainda mais depois que as vilas e cidades cresceram, adquiriram urbanidade e formavam-se famílias importantes, cujos filhos se graduavam em Filosofia⁹⁴.

⁹² Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.210-212, 213, 219, 216, 220-223, 209.

⁹³ *Op.cit.*, t.VII, p.209.

⁹⁴ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.213, 216, 220-223.

Percebi na Obra de Serafim Leite que o poder aquisitivo de quem recebia o título de mestre contava muito para os avaliadores, nos colégios da Colônia, e que os avaliadores de fora deixavam os alunos quase que comprar deles os títulos, pois no momento da defesa esses examinadores favoreciam a aprovação de alunos vadios e desleixados com os estudos, para em troca, receberem grande quantidade de propinas, norma existente nas universidades portuguesas, porém, lá não se excediam. Serafim Leite assegura que os referidos moços estudavam em outra localidade que não a da família, pois tinham o sustento garantido pelos pais ou tios, vivendo na farra durante o curso de Filosofia e, no seu final davam um jeito, todo especial, de se formarem para conseguir enganar os familiares, aparecendo como bons alunos na hora da titulação. Considero que a mesma sorte, provavelmente, não existia para os poucos alunos pobres, se é que constavam no rol do alunado, por ser imprescindível o seu maior esmero já que não tinham meios de engordar os examinadores com presentes. É isto exatamente o que valia para se formar, por impressionante que fosse; havendo uma observação um tanto longa a respeito, vejamos o texto de Serafim Leite⁹⁵:

"Os Examinadores deviam possuir ciência e autoridade (não bastava um só destes elementos) e haviam-se de nomear com prudência, mediante informações idôneas..."⁹⁶.

Entretanto, na realidade era o:

"Ofício atreito aos embates da complacência ou até da corrupção. O novo Visitador José de Seixas, Professor da Universidade de Évora e Reitor do Colégio das Artes de Coimbra, achou os Estudos decadentes em 1677, desde as Letras Humanas à Teologia. Parecia-lhe que os Examinadores

⁹⁵ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.210-212.

⁹⁶ *Op.cit.*, t.VII, p.211.

deviam de ser homens de maior integridade, 'para não darem elogios magníficos a quem uma censura austera antes havia de reprimir. Via com desgosto como os estudantes externos, à força de gratificações, se coroavam de louros com desonra das Escolas. (...) E ainda para vincar melhor a altura e dignidade dos estudos, Vieira deixou por escrito a ordenação de que 'se for necessário, obriguem-se com juramento os Examinadores de fora a não levar maior propina da que lhes está taxada'. (...) Porque os alunos, se nem sempre estudavam bem, em chegando a hora de colar grau não queriam ficar mal"⁹⁷.

Sendo assim, Serafim Leite ao querer acertar esta permissividade dos Colégios prossegue com a exposição. Sendo assim, a astúcia na combinação entre os alunos ricos e os examinadores aproveitadores da situação, não foi tão avante a partir também de 1688, quando o Pe. Vieira, ao ser Visitador de Colônia, normatiza o montante de propinas a ser entregue aos examinadores de fora, pois o problema não residia na doação de gratificações e, sim, em seu volume aumentado. Desse modo, os convidados para a composição das bancas deveriam tomar parte delas com o compromisso moral e direcionado para a avaliação, sem interesses de outra ordem. Quanto ao respectivo tipo de aluno, Vieira passou a orientar os pais no sentido de que os seus filhos, em se tratando de estudarem longe de seus locais de origem, morassem com parentes ou pessoas amigas e conhecidas da família, com certa idade, para a continuidade da autoridade paterna, que segundo os jesuítas, resolvia no momento em que os alunos precisavam cumprir os requisitos dos estudos. O leitor tem a concluir, em função desses dados de Serafim Leite que aos que pareciam desejar estudar fora de casa para ficarem livres do controle familiar, teriam de se debater com uma circunstância ainda mais delicada, por não poderem questionar uma autoridade não tão íntima quanto o núcleo familiar⁹⁸.

⁹⁷ Op.cit., t.VII, p.211-212.

⁹⁸ Cf. Op.cit., t.VII, p.210-212.

Presencio que a existência de alunos vadios, aliada aos medianos e moderados, nos enuncia para quem os jesuítas abriam o ensino superior, enquanto que, os moços pardos não tiveram chance de cursá-lo, num certo período, sendo que depois de 1697 o acesso deles foi duvidoso como se expôs! Se se pensar que os alunos vadios eram de famílias abastadas e isso garantia-lhes os estudos e, ficando provado que os moços pardos enxergavam os estudos enquanto ascensão social, por isso tinham de se destacar entre os demais colegas, mas no entanto, eram pobres e, portanto, considerados deseducados, podemos inferir que nos colégios jesuíticos o fator econômico predominava sobre o esforço pessoal do aluno, na hora do processo de seleção ao ensino superior, o que comprova também porquê dava-se ênfase a selecionar os principiantes do curso de Filosofia, e, não os finalizantes.

Entretanto, havia um contra-senso não resolvido pelo discurso jesuítico, e, menos ainda por Serafim Leite, isto é, se para os padres a pobreza dos moços pardos era sinônimo de má-educação, como esses mesmos padres consideravam a riqueza como sendo correspondente de costumes nobres, se os alunos ricos eram por eles tidos como vadios? Resposta objetiva para a questão não se dispõe, prova de que o Padre Serafim Leite utiliza as palavras no seu texto conforme o que tende a defender a respeito da Companhia de Jesus no Brasil.

Fazendo uso da Obra de Serafim Leite também retirei de seus escritos que o término da concessão das titulações em Filosofia não ficava a cargo dos colégios da Colônia; a Universidade de Coimbra tinha o trabalho de imprimir as teses defendidas no Brasil e no Maranhão, sendo boas ou de qualidade duvidosa, assegurando e controlando, então, a totalidade das elaborações intelectuais dos alunos. Por conseguinte, os alunos, além de muitos não serem estudiosos, eram limitados de informações e, a partir dessas

características, partiam para o estudo da Teologia, do militarismo, da magistratura e da medicina, chegando a atuar em profissões relacionadas a estas áreas de ensino⁹⁹.

5. O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Mencionara-se um pouco atrás que no contexto da época as instituições de ensino jesuíticas na Colônia orientavam-se em seus caracteres de serem públicas e privadas. O público, vale lembrar, definia-se pelo acesso à escolaridade a quem quisesse estudar nos colégios da Companhia de Jesus. Mas, este "público" era submetido no terreno profissional, ao financiamento privado, permitido pelo rei de Portugal e pelos jesuítas de lá, mediante a não obrigatoriedade do ensino à população colonial, além do que ficava a cargo dos padres da Colônia tornar ou não o acesso à escolaridade amplamente viável. O caráter privado, portanto, seletivo da educação escolar jesuítica, unia-se nesta igual direção, no campo financeiro. Este financiamento particular constituía como uma das várias condições de acesso ao ensino. Dada a iniciativa de Portugal, o Real Colégio das Artes de Coimbra foi o padrão a ser copiado pelos colégios da Colônia, mas, só no que se referia à curriculação, para o transparecimento de uma falsa igualdade entre a educação escolar da Colônia e da Metrópole¹⁰⁰.

Quanto ao gerenciamento de custos, o auxílio régio direcionava-se exclusivamente para o Colégio de Coimbra. Deste privilégio não usufruíram os colégios da Colônia e, neles a falta de envio direto do financiamento consistia na distinção dos

⁹⁹ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.209-210, 218-219, 246.

¹⁰⁰ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.141-143.

fins escolares para a Metrópole e para a Colônia. Referente à primeira, a cobertura financeira do ensino pelo rei, tornava-o gratuito. À Colônia, o auxílio régio chegava com a ordem de ser usado em atividades missionárias, ou seja, na educação predominantemente assistemática; o sistema escolar deveria ficar com as sobras, desobrigando os padres de oferecerem instrução a todos, apesar deles não seguirem tal ordenamento, ao se constatar como os colégios concentravam as verbas¹⁰¹:

"O Real Colégio das Artes de Coimbra, da Companhia, público, foi o padrão, para Portugal e terras novamente descobertas na América, África e Ásia, que importava também cultivar e evangelizar com Colégios igualmente públicos. Mas com esta diferença. O subsídio, que El-Rei, ou na linguagem moderna o Estado, dava aos Mestres de Coimbra, era a título de ensino; o que dava aos Mestres dos Colégios ultramarinos, de fundação real, era a título de missões.

E com isto se estabelecia obrigação diferente. Em Coimbra, subsídio escolar com ônus jurídico de ensinar a todos que o pretendessem dentro do estatuto da instituição; no Brasil, subsídio missionário, que não levava consigo o ônus jurídico de ensino a todos indiscriminadamente, senão apenas o de formar Sacerdotes para a catequese da nova terra que se cultivava, ..."102.

O ensino público conforme concebido na citação alicerçava-se no oferecimento da instrução não unicamente para os alunos jesuítas e, sim, principalmente no fato de abarcar alunos externos, que não pretendiam ser sacerdotes, mas tinham pela escola jesuítica o conceito de que era o meio para depois seguirem estudando na Europa, objetivando se tornarem profissionais liberais e, também para terem uma formação cultural geral, humanista. A estes alunos externos o ensino gratuito fazia-se real¹⁰³.

101 Cf. Op.cit., t.VII, p.141-143.

102 Op.cit., t.VII, p.141.

103 Cf. Op.cit., t.VII, p.141-145.

Para os alunos internos, jesuítas, necessário tornava-se o pagamento de sua estadia, ainda que simbólico, considerando-se que estes alunos eram mais caros do que os externos, por permanecerem integralmente na instituição escolar¹⁰⁴.

Analiso que a gratuidade do ensino aos alunos externos que não pretendiam se inserir na Companhia de Jesus, ainda que não fosse onerante aos seus freqüentadores, era desigual em relação aos alunos internos, como expôs-se anteriormente. Sendo assim, a formação simplificada de tais alunos também pode ser interpretada pela via financeira, já que não se precisava efetuar qualquer pagamento. Em compensação, os alunos não permaneciam todo o tempo na escola, como os internos e, nem se preparavam para o rigoroso ingresso como sacerdotes e professores da Companhia de Jesus.

É pertinente o leitor destacar de onde provinham tanto os alunos internos como os externos. Eles, de uma maneira geral, identificavam-se em suas origens, pela profissão de seus ascendentes, bem como pelo segmento social a que estavam relacionados e, de acordo com a raça. Serafim Leite não clarifica o modo pelo qual estes três componentes se entrecruzavam. Pensando na primeira categoria, os respectivos alunos formavam-se de filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, criadores de gado, oficiais mecânicos e de mineiros. A profissão dos familiares vinha acompanhada da tez branca, mameluca ou parda, e ainda mais os alunos podiam ser de origem nobre ou burguesa. Na escolha de quem podia freqüentar os colégios jesuíticos revestem-se de maior nitidez os sujeitos impedidos de cursar as aulas. Os alunos pardos, mesmo que tivessem sofrido reprimendas, constavam como alunos, identificação não concedida àqueles que se originavam de raças puras, no caso, os negros e os índios. Os pardos ou mamelucos, dentre os poucos que se escolarizavam, provavelmente, o fizeram

¹⁰⁴ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.141-143.

porque o pai era de meio razoavelmente abastado, pois apesar do ensino ser gratuito, a nobreza ou a burguesia eram levadas a sério para a escolha desses alunos pardos, como coloquei em momento anterior; vejamos um trecho da Obra de Serafim Leite acerca desta temática¹⁰⁵:

"... no Brasil a diferenciação colocava-se praticamente no plano de raças, mantendo os Brancos o predomínio da política e da cultura, através de cujo sangue, o Índio e o Negro, conjugando-se com o Branco, aspiravam a entrar na classe branca com a denominação de Mamelucos e Moços Pardos"¹⁰⁶.

Serafim Leite dá a entender e, eu evidencio que os negros e os índios não tinham o privilégio específico de filiação a pessoas que possuíssem autoridade para a sua colocação nos grandes colégios. Muito pelo contrário, a localização dos índios em aldeamentos e, a situação de trabalho deles na lavoura obstaculizava qualquer acesso à instrução, de grau superior principalmente. É importante diferenciar a condição de instrução indígena da que o negro possuía. Os filhos dos índios não cursavam o grau superior, mas tinham algum tipo de ensino elementar, enquanto que, o negro era obrigado a ser explorado durante todo o tempo, o que lhe roubava o tempo para os estudos, restando a ele alguma doutrina de vez em quando nas missas que assistia. A escravidão, mencionada em relação à instrução, aparece assim deferente no texto de Serafim Leite, com a seguinte justificativa deste autor¹⁰⁷:

¹⁰⁵ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.143-145.

¹⁰⁶ *Op.cit.*, t.VII, p.143.

¹⁰⁷ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.143-145.

"Tudo isto é matéria vasta de estudo e discussão para os especialistas da Sociologia e da Política. Toca-se nela aqui, apenas para se compreender com a distribuição da educação e instrução estava subordinada ao facto social brasileiro, isto é, à coexistência no Brasil do elemento livre e do elemento servil. Os Índios, já encorporados à civilização, se não eram cativos e portanto escravos no mesmo pé de igualdade que os Negros, viviam num regime à parte, o dos Aldeamentos, ..."108.

"Os Escravos Negros não eram livres para buscarem a instrução média e superior, e claro está que os senhores não os compravam para os mandar aos estudos e fazer deles bacharéis ou Sacerdotes"109.

Trabalho estas citações da seguinte forma: dez por cento de impostos sobre a atividade produtiva da Colônia iam para o rei de Portugal, como dízimo religioso e civil. A união entre o civil e o religioso explicava-se em razão da Igreja Católica estar vinculada ao Governo, acima de tudo, em termos econômicos e políticos, isto desde antes da incursão portuguesa no Brasil. O Governador Geral desta então Colônia era também o dirigente religioso porque correspondia ao que Portugal estabeleceu. A Ordem de Cristo constituída por integrantes da Igreja e do Governo e, sendo administrada pela pessoa do rei, tinha a função de organizar o trabalho e a produção econômica das colônias de Portugal. É assim que explico, a partir das informações confusas de Serafim Leite que o envio do dízimo do Brasil para Portugal, era revertido novamente para a Colônia, a fim de ser utilizado no trabalho missionário. Aí os jesuítas constituindo o maior número de missionários recebiam este benefício e, tinham o privilégio singular de não pagarem os dízimos de suas terras, norma que não valia para os religiosos das demais ordens religiosas. A partir de 1573, todos os religiosos não pagavam impostos sobre quaisquer mercadorias. Há de concluir que quanto aos dízimos, os jesuítas os tinham triplamente:

108 *Op.cit.*, t.VII, p.144.

109 *Op.cit.*, t.VII, p.144.

quando não pagam o referente às suas terras, no momento em que realizavam transações comerciais e quando ganhavam parte do dízimo destinado às atividades missionárias¹¹⁰.

Serafim Leite diz que aparentemente o dízimo significava uma quantidade excessiva para a obra missionária jesuítica; entretanto, os padres tinham direito a parte deste dízimo, ou seja, à sua décima parcela, ficando o outro tanto para Portugal. Era a redízima destinada para atividades catequéticas e, realmente ela foi muito útil ao incremento da educação escolar, mediante a menção de que desta se fazia nos colégios da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, como receptores de "dotação régia". Escrevendo de maneira mais clara, esclareço que a redízima reconhecida nos colégios enquanto dotação régia, na verdade, chegava às instituições de ensino como provenientes da ajuda do rei de Portugal para a prosperidade delas, mas ao se pesquisar o local do seu surgimento vê-se que ela se situava inicialmente a partir da produção econômica colonial. Esta parte, então, do sustento das escolas vinha da própria Colônia e, nada originava-se da Metrópole. Sendo assim, para as escolas, Portugal permaneceu não dando verbas, ao contrário do que ocorria com as atividades missionárias. Apenas o mecanismo burocratizador por onde percorria a economia é que oferecia a interpretação dos colégios como sendo dotados pelo rei de Portugal¹¹¹.

A burocracia do rei de Portugal, alguma vez, como no ano de 1674, nem ao menos permitiu que os colégios tivessem os meios de sustento tidos como régios. Conforme Serafim Leite em atitude de infidelidade aos princípios reinóis, os funcionários da administração pública colonial resolveram por si, nos meandros da burocracia, que não agiriam conforme a norma de isenção dos impostos sobre as mercadorias e as propriedades dos jesuítas. Este reclamo dos funcionários demonstrou-se

¹¹⁰ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.285-288, 323.

¹¹¹ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.285-288, 323.

de maneira prática, ou seja, simplesmente os padres enfrentaram a falta de dotação régia que tinham direito. Não era do desejo dos funcionários que os padres a recebessem, além do que, achavam por bem cobrar-lhes. Pelo que percebi, os colégios não foram radicalmente afetados, por conta da lei, em específico, ser mais vigorante do que o funcionalismo, que deveria apenas servir e realizar tarefas, sem fins de posicionamento político¹¹².

É cabível observar atentamente no texto do historiador, objeto de nossa pesquisa, a situação da Vice-Província quando foi criada em 1727, referente à natureza financeira de suas escolas. A diferenciação é interessante ser feita em comparação com o Brasil, porque mesmo com a divisão política, o ensino no Maranhão e Pará permaneceu ainda mais precário, em termos de verbas. E ao se referir aos privilégios que os jesuítas do Brasil detinham, posso indicar que a realidade do Maranhão e Grão-Pará era oposta. Os jesuítas de lá recebiam uma cobrança de impostos veemente da parte dos funcionários públicos. Descreve Serafim Leite que estabeleceu o rei de Portugal uma partição de terras aos padres, subdivididas entre aquelas que eram seus dotes, portanto, não tinham o ônus do imposto e, outras terras em relação às quais deveriam saldar as cobranças feitas. No entanto, no momento do pagamento de todas as contas, os jesuítas eram forçados a pagar os dízimos da totalidade das propriedades, por coerção dos funcionários públicos locais e do governador. O argumento desses funcionários era o de que como as propriedades da Companhia de Jesus eram relativamente extensas, o erário público do Maranhão e Grão-Pará acabava sendo prejudicado, por não receber o imposto cobrado sobre os jesuítas. Traduzindo o comportamento dos padres quanto a estas cobranças, Serafim Leite afirma que a situação por que passavam originava conflitos com o capitão-mór. A inexistência de normas reguladoras e exatas para o

¹¹² Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.285-288, 323.

estabelecimento de impostos à Ordem Jesuítica maranhense ocasionava este tipo de problema. Ao mesmo tempo, observei que houve um apoio relativo dado pelo rei de Portugal à causa jesuítica, pois mostrava-se favorável a ela, porém, não elaborava leis que resolvessem o problema. As decisões provenientes de locais distintos faziam com que os padres não pagassem pelo dízimo cobrado, resultando legalmente o pagamento de tal cobrança apenas mediante ações sofridas em litígio¹¹³.

Dada a falta de uma política financeira para o empreendimento educacional dos jesuítas no Maranhão e no Pará, a Companhia de Jesus buscou uma solução um tanto complicada à sua moralidade, para que o ensino chegasse, no que fosse possível, extensivo à população nos graus iniciais e, de modo gratuito; é assim que Serafim Leite nos informa sobre outros meios dos jesuítas se sustentarem. No terreno econômico não havia milagres! Com esta expressão quero dar a significar que os jesuítas não inventaram fórmulas extraordinárias de se ganhar os meios de sobrevivência, ainda mais que para o sustento dos colégios uma vida estável era desejável, criada pela iniciativa local dos padres, devido ao fato do rei de Portugal não ter concedido ao Maranhão e Grão-Pará qualquer dotação ou redízima. A razão que Serafim Leite dá para a falta de incentivo financeiro e político da Metrópole na Vice-Província, é explicada pelo grau de importância bem menor do que o Brasil e, ademais, porque começou a se desenvolver muito depois estando já o Brasil estruturado economicamente e, com condições favoráveis à implementação de escolas¹¹⁴.

O cultivo da borracha, do cravo e do cacau era o demonstrativo da forte atividade econômica do Maranhão e do Grão-Pará. Desta produção natural, isto é, sem esforço humano, conforme indica Serafim Leite, todos que a recolhiam enviavam dez por

¹¹³ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.291-294, 296-298.

¹¹⁴ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.298-299, 338-339, 298-299.

cento diretamente para o rei de Portugal, acrescentando-se a igual quantia calculada sobre as terras dos colonos, onde se produziam outros gêneros de mercadorias. Portanto, eram dois os impostos: um sobre a circulação de mercadorias; outro incidia sobre as propriedades. Além de Portugal receber estes dízimos, detinha o monopólio do comércio com o Maranhão e Grão-Pará, sendo que estes se viam cercados pelos impostos e leis de mercado fechadas de acordo com o meu entendimento sobre o assunto. Em tal atividade, cuja margem de lucro não devia ser enorme, pois quem ganhava era realmente o Colonizador, envolveram-se os jesuítas com a pretensão de se tornarem comerciantes comuns. Para isso, eles deixavam os princípios religiosos, em troca da manutenção de suas atividades de ensino. Pode-se dizer que ao se tratar da vida financeira, os padres eram mais reais do que espirituais. Se no Brasil os padres tentaram conciliar ambas facetas, no Maranhão e no Grão-Pará, dadas as dificuldades financeiras da não ajuda do rei e da economia em desenvolvimento lento, a atividade religiosa não se coadunava com as vias de se ganhar o sustento¹¹⁵.

Na lei real em vigor, válida somente para o Maranhão e Grão-Pará, os índios eram coagidos a ser escravizados integralmente pelos colonos em suas terras, ou tinham de trabalhar nas extensivas propriedades particulares do rei de Portugal. O cacau, a borracha e o cravo como estavam à disposição de quem fosse recolher, os jesuítas não tiveram dúvidas a partir de 1678, em utilizar os índios exclusivos do rei, para a colheita desses produtos extrativos, que se encaminhavam para o Colégio do Pará, destinados para o comércio, em troca de roupas para pobres, remédios aos doentes que se encontravam na enfermaria do Colégio e, para a compra de utensílios de trabalho utilizados pelos índios¹¹⁶.

¹¹⁵ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.292-294, 297.

¹¹⁶ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.292-294, 297.

Detectei na Obra de Serafim Leite que havia desvio de índios, de autoria dos padres jesuítas, sem a prévia autorização do rei. A atitude dos padres causou enormes discordâncias com o Pe. Geral e o P. Visitador do Maranhão, Antonio Vieira, que se respaldavam no Direito Canônico, que proibia qualquer atividade comercial lucrativa pelos integrantes da Companhia de Jesus e, mais, como os padres retiravam os índios do domínio das terras do rei para uso próprio, eles não possuíam uma vida moral adequada à de religiosos, devido à prática ilícita de utilização de mão-de-obra alheia, tida desta forma pelos colonos. O historiador da Companhia de Jesus desculpa os jesuítas do Maranhão ao argumentar que para quem estava distante da realidade vivenciada pelos padres, conseguia elaborar um discurso consoante aos princípios religiosos. Porém, os padres detinham uma razão bem mais plausível: a de falta de apoio financeiro de quem os acusava, levando-os, a procurar por si fazer com que os colégios não dotadamente extensivos à população se tornassem naquilo que originalmente não foram. Os jesuítas ao objetivarem tornar o ensino em algo acessível à população queriam transparecer a bondade própria de uma concepção religiosa de educação, que se combinava com o fato da prática institucionalizada da educação lhes oferecer um apoio e prestígio sociais fundamentais, para se firmarem no Maranhão e Pará em atividades também missionárias. Provém daí a defesa de uma escolaridade gratuita, portanto, buscando ser propagadora dos ideais jesuíticos¹¹⁷.

¹¹⁷ Cf. *Op.cit.*, t.VII, p.292-294, 297.

CAPÍTULO III

A EXPANSÃO DO ENSINO: ASPECTOS ESPECÍFICOS DE CADA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Ao se percorrer o tratamento extenso dado à expansão do ensino jesuítico na Colônia, ainda vai se exigir do leitor um passeio árduo, pois o histórico particular e até mesmo cotidiano de cada instituição de ensino ainda não foi explorado, quer sendo colégio, seminário, quer se manifestando na forma de casa. Mas não é somente a descrição do espaço interno dessas escolas que falta; este aspecto será importante, porém, minoritário em relação à conjugação da característica descritiva de cada qual com os vínculos políticos e econômicos e com os acontecimentos particularizados que tornaram uma instituição diferente da outra. Na apresentação das escolas jesuíticas ter-se-á sempre o cuidado de articular as características delas e dos locais onde se inseriam com o quadro amplo, desenvolvido anteriormente, no qual são traçadas as condições fundamentais para o entendimento claro da parte que prosseguirá segue.

Farei a abordagem das instituições escolares conforme Serafim Leite as divide geograficamente, ou seja, pelas seguintes regiões: Bahia, representando a parte central, nordeste com sede administrativa em Pernambuco, a região Oeste, o Rio de Janeiro e demais capitanias do sul, e, o Norte, formado, basicamente pelo Maranhão e Grão-Pará. Esta divisão, feita pelo historiador que estamos estudando, refere-se aos séculos XVII e XVIII. Como já foi objeto de estudo anterior, no século XVI Serafim Leite distribui os colégios entre Rio de Janeiro, Espírito Santo e as capitanias do sul, a Bahia e mais capitanias centrais; e Pernambuco como centro da região Norte.

Comparando estas duas divisões geográficas estabelecidas por Serafim Leite podemos perceber algumas diferenças. A região do Rio de Janeiro se manteve, fundamentalmente, e a Bahia também. Surgiu, no entanto, a região oeste, composta por Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e, Pernambuco não é mais sede da região Norte e, sim da região Nordeste. Isto se explica porque Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte que formavam a região Norte, no século XVI, nos séculos seguintes passaram a compor a região Nordeste, ficando com a menção de Norte o Maranhão, Pará, Amazonas e Piauí, que anteriormente não aparecem na descrição que Serafim Leite faz dos jesuítas na Colônia¹.

Seguirei, portanto, para descrever as escolas, esta divisão geográfica feita por Serafim Leite para os séculos XVII e XVIII, porque não é assunto central do meu trabalho introduzir outras organizações administrativas que, porventura, tenham existido na época da Colônia. Quanto aos critérios que levaram Serafim Leite a situar os colégios de acordo com as regiões mencionadas, posso afirmar que ele não oferece justificativa de como elaborou estas regiões, pois elas aparecem já desta forma na "História da Companhia de Jesus no Brasil". Resta apenas um pequeno trecho de seu texto, sobre o século XVI, em que ele nos indica que a sua divisão obedeceu aos critérios da Companhia de Jesus no estabelecimento das regiões administrativas dos colégios, na Colônia:

"Cada Colégio tinha o seu âmbito de actividade bem determinado, formando cada qual uma zona geográfica, económica e missionária. A Capitania do Espírito Santo e as demais, ao sul, pertenciam à órbita do Rio de Janeiro; as Capitanias do centro, à Baía; a Pernambuco, as Capitanias do norte. Isto, no século XVI. A fundação de novos Colégios modificaria depois esta estrutura"².

¹ Cf. *Op. cit.*, t.II, p.457, t.X, p.271-297.

² *Op. cit.*, t.II, p.457.

O texto de Serafim Leite, citado, é importante para que o leitor perceba que a divisão dos colégios nas referidas regiões pode não ter sido a mesma que a Colônia tinha, pois se o critério para tal divisão se deu em função dos colégios que existiam e, que ela se modificou com a fundação de novas instituições escolares, pode-se concluir que a Companhia de Jesus, talvez tenha tido uma organização da Colônia, por regiões, de modo diverso da divisão administrativa. Sendo assim, este é um motivo suficiente para que eu prossiga a exposição das instituições escolares de acordo com o esquema colocado por Serafim Leite.

Serafim Leite no trecho que citei de sua Obra, adianta que nos séculos XVII e XVIII a Companhia de Jesus no Brasil modificou as regiões em consequência da existência de outros colégios. Demonstrei esta mudança um pouco anteriormente, a partir da observação que fiz do índice geral da "História da Companhia de Jesus no Brasil", onde consta o índice específico de cada tomo, em suas divisões por séculos e regiões. Desse modo, para a divisão regional da Companhia de Jesus na Colônia e, assim, dos colégios, fiz uma listagem das regiões relativas aos séculos da expansão do ensino e, cheguei à conclusão da modificação administrativa da Companhia de Jesus.

O texto que segue, com a descrição das instituições de ensino estará dividido nas regiões conforme me indicaram os tomos da Obra de Serafim Leite. Além das regiões que englobavam toda a Colônia, tenho a precisar que para a Companhia de Jesus havia uma subdivisão da Colônia em Província do Brasil e Missão do Maranhão e Grão-Pará, dependente da Província do Brasil. Esta Missão abarcava também o Amazonas, o Piauí e, algum tempo contemplou o Ceará. Entre a Província do Brasil e a Missão do Norte o leitor verá que houve melhores condições financeiras do Brasil desenvolver a educação escolar, por causa do desenvolvimento econômico desta parte da Colônia, enquanto que a educação escolar na Missão do Maranhão e Grão-Pará foi um pouco mais precária em face de sua colonização tardia. Esta subdivisão aparecerá no

meu texto secundariamente no interior das próprias regiões, pois não teve uma importância extrema, a ponto de se proceder à divisão entre Estado do Brasil e Estado do Maranhão, mesmo porque esta divisão administrativa do Brasil não se relacionou com a divisão entre Província do Brasil e Missão do Norte devido ao fato de que a Companhia de Jesus desde que chegou à Colônia estabeleceu tal divisão, sendo que a separação da Colônia em dois Estados deu-se só em 1621³.

Ao longo da minha exposição, o leitor terá a oportunidade de ir percebendo como cada instituição educacional se comportou frente a várias influências e aspectos e poderá também estabelecer o desenrolar da educação escolar no Maranhão e Grão-Pará e no Brasil. Dar-se-á princípio a este estudo pela mesma ordem seguida no século XVI, para que também se observe o crescimento das escolas deste século para os séculos seguintes.

1. BAHIA

Serafim Leite ao dar importância para a constituição arquitetônica da educação escolar descreve o Colégio da Bahia em sua primeira etapa, na fase em que foi Casa de Meninos e, passando por condições de funcionamento precário, já não mais como Casa de Meninos e sim como colégio propriamente, dado que ele teve de ser instalado em casas impróprias, entretanto, esta situação reverteu-se com a passagem do século XVI para o XVII, com a finalização de um prédio escolar adequado ao porte que então exigia a capital da Colônia. Segundo Serafim Leite este novo prédio do Colégio da

³ Cf. *Op. cit.*, t.X, p.271-297.

Bahia era sinônimo de melhor organização, por conta das necessidades básicas do Colégio estarem dadas: já havia uma enfermaria em pleno funcionamento, uma biblioteca e, quanto ao ensino, todos os graus já existiam. Analisando-se internamente a estrutura e o funcionamento do Colégio conforme expõe Serafim Leite, nos séculos XVII e XVIII não se tem muito a acrescentar, com exceção da Faculdade de Matemática⁴.

Observei na Obra de Serafim Leite que os padres realizavam as aulas de acordo com o mesmo conteúdo programático do século XVI, desenvolvido em um extenso tempo, pois os alunos tinham aulas de leitura e escrita da língua portuguesa e de rudimentos do contar. O curso de Humanidades continuou a se fundamentar nos Clássicos Antigos, sendo as disciplinas quase as mesmas, ou seja, Gramática Latina, Humanidades e Retórica; na primeira disciplina conforme esta ordem, havia o detalhamento do que os alunos aprendiam: Construção, Composição, Sintaxe, Sílabas, Figuras, Medida dos Versos, Nominativos, Linguagem, Gêneros e Pretéritos da Língua Latina, como demonstração, penso, do quanto o ensino do Latim se centrava na memorização de regras e conceitos gramaticais, de acordo com uma ênfase formalista, que provavelmente não oferecia maiores oportunidades do uso daquilo que se aprendia, na fluidez da língua. A introdução feita pelos padres das línguas grega e hebraica alargou o campo cultural do alunado, passando a ter acesso a leituras nestas línguas⁵.

De acordo com a minha leitura do que Serafim Leite escreve, no grau superior, o curso de Filosofia não apresentou alteração, inclusive a seletividade incidente sobre os alunos ao longo da frequência das disciplinas permanecia. A Teologia Moral, bem como a Especulativa, as noções da Sagrada Escritura e o Direito Canônico compunham nos séculos XVII e XVIII o curso completo de Teologia. Estas matérias de

⁴ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.92, 69, 71.

⁵ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.70-71, 74-75.

ensino estendiam-se na forma de tempo integral, para que os alunos pudessem assimilá-las com bastante calma e de maneira eficaz, tendo cotidianamente um horário com o professor para a resolução de dúvidas não solucionadas no tempo da aula⁶.

Ainda continuando o tratamento referente à organização das aulas não só quanto à sua duração como também quanto ao local onde elas ocorriam, achei interessante observar que as dependências internas do Colégio eram de uso privilegiado dos alunos internos, numa combinação de melhores chances da utilização dos recursos da instituição com a proximidade dos padres jesuítas, pois afinal, os alunos jesuítas tinham de viver à moda das autoridades e, nada melhor do que a geografia escolar para propiciar um ambiente amoldável da personalidade do alunado. Tenho a acrescentar que os alunos externos situavam-se fora do prédio escolar, quer dizer, eles tinham as aulas distantemente dos alunos internos, justamente para que não se misturassem e, porventura, pudesse ocorrer algum desvirtuamento do comportamento dos alunos que se encaminhavam para a carreira sacerdotal. Vejo que a Companhia de Jesus sustentava um tipo de vida zelosa artificial e, esta orientação, provavelmente, originava um conflito de ordem pessoal, quando os alunos já formados tinham de viver nos aldeamentos⁷. Serafim Leite concorda com esta posição de isolar os alunos internos da vida comum:

"Havia aulas para alunos internos e aulas para externos. As Escolas dos alunos externos ficavam fora do Colégio propriamente dito, entre êle e a Sé. Assim era em 1575; assim era em 1655, ano em que se descreve o 'Pátio dos Estudos, bem distante do Colégio', na 'Resão do Acôrdo sôbre o sítio da Igreja nova'. Depois da remodelação, as **Aulas dos Gerais** situaram-se ao lado direito da Igreja nova, olhando do mar, com uma rua entre ela e os mesmos Gerais; ..." ⁸.

⁶ Cf. Op. cit., t.V, p.70-71, 74-75.

⁷ Cf. Op. cit., t.V, p.96, 99-101.

⁸ Op. cit., t.V, p.96.

Considero que as aulas constituíam a razão de ser do Colégio, no entanto, não se afirmavam com exclusividade enquanto atividade desenvolvida pelos padres no interior da instituição; percebeu-se até que as aulas para os externos davam-se fora de suas dependências. Mais importante do que oferecer ensino a esses alunos em salas do colégio, eram as relações de poder e prestígio; assim é que, além da enfermaria, dormitórios foram construídos para o abrigo de políticos e autoridades eclesiásticas, ao invés de se ter feito mais salas de aula. Os respectivos aposentos eram motivo de um relacionamento próximo com políticos portugueses destinados à Colônia e, que antes de se iniciarem nos seus cargos ficavam por alguns dias no Colégio da Bahia. Prova mais contundente de tal confiança era o receberem dos padres o documento sucessório, que lhes garantia a governabilidade em face de servir o Colégio como uma espécie de cofre de segurança, unicamente certo na Bahia. Ademais, como a capital da Colônia era a região geográfica de caminho entre a Metrópole e a Índia, China e África, os padres portugueses que se encaminhavam a essas missões, paravam no Colégio da Bahia para um descanso. A riqueza dessa informação de Serafim Leite consiste no estreitamento de laços de influência desses jesuítas para com os padres do Colégio; sugiro que talvez algumas idéias e princípios pedagógicos instituídos na Colônia tenham se originado do Oriente, desse contato com os padres provenientes de tão longe. Contudo, este meu texto deixa apenas um indicador, pois Serafim Leite não escreve sobre influências pedagógicas desses padres⁹.

O Colégio da Bahia não recebeu apenas interferências externas no campo pedagógico. Serafim Leite expõe que no período de existência deste Colégio havia a presença dos chamados "oficiais mecânicos", que se organizavam em uma confraria, que

⁹ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.96, 99-101.

me parece tinha um misto de preocupação profissional e, sobremaneira, religiosa. É oportuno eu explicar que esses profissionais diferenciavam-se dos senhores de engenho, por não deterem os meios-de-produção e, foi exatamente através do assalariamento que eles se adequaram ao trabalho de construção do edifício do Colégio e à sua manutenção. A Confraria dos Oficiais Mecânicos significava uma tentativa de categoria profissional, claramente divergente das funções do senhor de engenho e do trabalho escravo. O senhor de engenho não era de maneira alguma recebido na Confraria porque não era tido como trabalhador prático; tinham os oficiais mecânicos a percepção de que as origens sociais dele eram outras¹⁰.

Tenho a destacar que na Ordem Jesuítica fizeram-se firmes tanto a propriedade particular de fazendas pelos padres, como a escravização negra e indígena e, o trabalho assalariado. Descreve Serafim Leite que quanto às propriedades do Colégio da Bahia, as mais comuns localizavam-se perto de Camamu, local pertencente à capitania de Ilhéus, mas próximo da cidade da Bahia. A história delas deu-se a partir de 1563, por sesmária de Mem de Sá, passando-as os padres em arrendamento, ficando pendente esta situação até 1614, ano em que se decidiu, de fato, tal rumo, devido à garantia de aluguel certo, além de não se precisar investir financeiramente nas mesmas, situação ideal para quem não tinha meios. Não fazendo parte do arrendamento um engenho, tiveram os padres o seu usufruto direto até 1640, momento em que os holandeses o destruíram. Em substituição a este, foi adquirido outro, em local diferente, em 1642 e, devido à pouca lucratividade que se tinha e por causa de colonos invasores, os padres estabeleceram regras fixas de funcionamento e produtividade¹¹.

¹⁰ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.10-11.

¹¹ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.10-11, 243, 246-251, 199-200, 255, 256, 201, 257-258.

Ainda de acordo com o historiador, em igualdade de condições administração esteve uma fazenda, a de Santa Inês, situada em território baiano, com objetivo de oferecer os alimentos básicos à cozinha do Colégio. A partir daí é que entende porquê as outras fazendas eram arrendadas, e esta destinava-se aos jesuítas justamente para sustentar o empreendimento educacional da cidade da Bahia, mediante cultivo de legumes, arroz, milho, farinha, cacau e canela. Faziam-se tijolos para possíveis construções ou reparos no Colégio. Quase com os mesmos gêneros alimentícios existia Fazenda de São Cristóvão, encostada à "Quinta do Tanque", esta também chamada Casa Suburbana de São Cristóvão. Soube que esta Quinta, sendo a que serviu a propósitos de zelo religioso e de recreação aos alunos no século XVI, não se modificou nos séculos XVII e XVIII¹².

Mesmo existindo duas fazendas a fim de darem conta da subsistência alunos e jesuítas do Colégio, Serafim Leite ainda destaca uma casa de pedra, localizada perto do mar para armazenagem de produtos que vinham de fora, numa demonstração falta de suficiência do que era viável de se fazer com as terras¹³.

Em termos dos trabalhadores, não os escravos e sim os assalariados do Colégio, importa chamar-se a atenção para o convívio dos jesuítas com eles. Um parágrafo da Obra de Serafim Leite avança um início de conflito dos senhores de engenho com os oficiais mecânicos¹⁴:

'E começando pela nova **Confraria dos Oficiais Mecânicos**, que pouco se instituiu em êste Colégio e no de Pernambuco, em ambos te bons princípios e vai com igual aumento, ainda que o Diabo parece começou logo a prever ou sentir já o bem de tal obra, e, por meio de ger

¹² Cf. *Op. cit.*, t.V, p.203, 213, 161-162.

¹³ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.163.

¹⁴ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.10-11.

pouco considerada, a quis encontrar, desautorizando-a com título de confraria de vilãos ruins; porém saíu-lhe ao revés sua pretensão, que isso mesmo excitou a muitos a a aceitarem e virem pedir com instância, antes não faltaram, dos mais honrados, alguns que fizessem muita por serem admitidos, e vendo se lhes fechavam as portas com dizer era confraria sòmente de oficiais, replicaram que também o eram, alegando por si serem Senhores de Engenho, ...¹⁵.

Observei que a presença dos oficiais mecânicos no Colégio da Bahia foi um marco constante em seu cotidiano. Também, a constância esteve em sua enfermaria e, acima disso, na farmácia então formada em 1694, dentro do Colégio, sendo que a duração dela não excedeu muito tempo porque a busca de remédios por uma enormidade de pobres e ricos não era adequada para uma instituição escolar confessional, que prezava o silêncio e a disciplina. O movimento dessas pessoas pelo Colégio levou os jesuítas a transferirem esta farmácia para fora do prédio escolar, no ano de 1731. O atendimento à população sofisticou-se com a instalação da farmácia, na medida em que os padres passaram a cobrar mais pelos remédios vendidos aos ricos, para em compensação oferecerem a gratuidade aos pobres e, implementarem a enfermaria. Em caso de epidemias, pobres e ricos tinham direito à gratuidade na medicação. Em conclusão, o crescimento do Colégio concorreu para o desenvolvimento de seu assistencialismo¹⁶.

Parece-me que os colonos dispunham de discernimento quando se referiam à defesa de seus interesses e, para isso, não dimensionavam a ajuda médica dos jesuítas do Colégio, que muitas vezes recebiam. Por conseguinte, o leitor seguindo ainda o assistencialismo jesuítico, só que desta vez relacionado ao problema da escravização indígena, o conflito entre padres e colonos atingia a forma de trabalho instituída pelos

¹⁵ Op. cit., t.V, p.10-11.

¹⁶ Cf. Op. cit., t.V, p.87-89.

colonos, contestada em parte pelos princípios religiosos da Companhia de Jesus. Os colonos escravizavam os índios no trabalho da terra, enquanto que os padres intencionavam a tutela dos índios em aldeamentos, em troca de algum pagamento a esses tutelados, estabelecido pelos próprios padres quando esses índios se encaminhavam para as terras dos colonos. A lei de 1609 que prescrevia a tutela indígena encarregada aos jesuítas, provocou a invasão dos colonos sobre o Colégio da Bahia, com a presença de um vereador local, sob a alegação dos padres terem tomado para si a exclusividade na escravidão dos índios. No próprio Colégio ambas as partes discutiam acerca deste assunto, e Serafim Leite enfatiza que os padres sustentavam o argumento de que apenas defendiam os índios de quaisquer estratégias de escravização. Ao finalizar este assunto, o historiador descritivamente expõe que o rei de Portugal determina em 1611, outra lei diferente da anterior, por conter o dispositivo da escravização indígena nos casos dos conflitos serem desencadeados pelos índios¹⁷.

Avalio que a Companhia de Jesus garantia a colonização portuguesa na Bahia, na tentativa, nem sempre realizável, de assegurar os índios em lugares determinados, buscando abafar as suas revoltas. A Obra de Serafim Leite, porém, deixa escapar alguns dados que tratam da insuficiência dos padres para com os índios como garantia segura da colonização portuguesa, dadas as constantes penetrações holandesas no território baiano entre 1623 e 1654, devido à criação da Companhia das Índias Ocidentais, organização holandesa com fins de promover saques nas colônias da América Ocidental e, sobretudo, de dominá-las politicamente. Explica Serafim Leite que neste tempo, o Colégio da Bahia viveu momentos difíceis, tendo que combinar este problema externo, com o andamento das atividades educacionais, não sendo possível sempre esta conjugação. Este historiador elogia a atuação dos padres no combate à

¹⁷ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.3-8.

presença dos holandeses por ter sido fundamental para a derrota dos mesmos, no sentido de que a Companhia de Jesus realizou um trabalho ideológico forte sobre os soldados portugueses, espanhóis e índios que tratavam o conflito com os holandeses e, sou de opinião de que mais importante do que isto, houve um trabalho extenso junto à população buscando convencê-la de que os ideais religiosos protestantes dos holandeses não tinham consistência. Sendo assim, os padres realizavam serviços em três frentes: no Colégio, no encorajamento dos soldados e junto à ameaça política e religiosa dos holandeses¹⁸.

Diante da gravidade do perigo evidenciado por Serafim Leite, o Colégio da Bahia, como centro formador da elite intelectual e sacerdotal da Colônia, mostrou-se preparado para esmerar-se contra as tentativas da colonização holandesa:

"No Brasil, às tentativas do século XVI, de saque transitório, ia suceder o período de guerras de conquista, aguçada pela riqueza crescente do açúcar. Foi a 'Guerra dos Trinta Anos' brasileira, de 1624 a 1654"¹⁹.

"Desde o princípio voltou a Companhia as suas atenções para o Brasil, procurando lucros de preferência no despôjo de navios apresados e no saque de cidades assaltadas e vencidas. Era como se fôsse uma companhia de salteadores, com os olhos postos nos domínios portugueses"²⁰.

No instante do choque entre os colonizadores:

¹⁸ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.25-30, 34, 37, 57-59.

¹⁹ *Op. cit.*, t.V, p.26.

²⁰ *Op. cit.*, t.V, p.26.

"Saíram com a mesma pressa os nossos Padres pelas ruas, casas e fortalezas, a animar e confessar os soldados e o mesmo fizeram muitos dos outros Religiosos. Prepararam-se com não menor cuidado as almas para a morte que os corpos para a guerra"²¹.

"Assim andaremos por êstes matos, acudindo do modo que pudermos a esta pobre gente para que se não meta com os hereges, ..." ²².

Como os holandeses estavam atingindo grandemente a Bahia, os jesuítas acharam por bem encerrar temporariamente todo e qualquer funcionamento do Colégio da Bahia, por medida de segurança, conforme o parecer de Serafim Leite. A princípio, eles e os estudantes internos foram morar na casa de lazer e devoção utilizada por eles mesmos nos feriados e férias; era a "Quinta do Tanque". Ela se situava bastante próxima do local do conflito, por isso, ficou inviável a permanência nela por longo tempo. O jeito encontrado pelos padres consistiu na divisão do grupo de pessoas em dois: a maior parte encaminhou-se para as aldeias de São João e Espírito Santo, em Porto Seguro. A proximidade destas aldeias permitiu a instalação das aulas na aldeia do Espírito Santo, no entanto, é uma pena que Serafim Leite não informe como este ensino funcionou e o que os padres ministravam. Um número menor de padres e noviços direcionou-se para Sergipe e para Camamu. Ao destacar o trabalho dos jesuítas neste conflito, Serafim Leite dá a entender que eles, realmente, mostravam-se firmes nos objetivos que haviam estabelecido, pois nem um período de guerra conseguiu bloquear o intento de ensinar e doutrinar os alunos. Mesmo nessas condições, eles tinham presente que era possível atingir aquilo que desejavam²³.

²¹ Op. cit., t.V, p.29.

²² Op. cit., t.V, p.34.

²³ Cf. Op. cit., t.V, p.30-32, 35, 59, 80, 106, 240, 261.

Aliado ao empenho político, os jesuítas asseguraram o seu sustento e o de seus índios em batalha, através do trabalho dos negros, residentes nas fazendas da Companhia de Jesus. Por causa deste trabalho escravo, os jesuítas tiveram condições de atuar em frentes diversificadas nessa época de guerra, inclusive o de averiguar a fidelidade dos índios para o lado português. Deduzo que os holandeses incomodaram os portugueses do Brasil a partir de 1623, e em 1624 os conflitos se acirraram, finalizando-se em 1625. Estas datas traduzem o fato de que o Colégio foi fechado durante o ano de 1624. Os padres e os alunos internos neste ano tiveram uma vida mais apertada, não só por causa da mudança do Colégio e do trabalho com os combatentes e a população, mas porque eles permaneceram na Bahia em quantia menor, pois alguns deles foram aprisionados e levados à Holanda, inclusive o Pe. Provincial, a fim dos holandeses exercerem pressão sobre os portugueses para negociações. O prejuízo para a Companhia de Jesus no Brasil foi mais imediato com a estada dos jesuítas na Holanda do que com a volta deles para o Brasil, ou seja, a Bahia reconquistou o que havia perdido, não dando margem para que os holandeses fizessem uso dos cativos para algum tipo de troca. Culpa Serafim Leite a rapidez de Portugal em conseguir novamente as terras baianas, a permanência dos jesuítas por mais um ano na Holanda, em funções da Companhia de Jesus dos Países Baixos. Segundo a visão do autor, esta foi uma atitude de vingança dos holandeses para com o feito português, mas vou além disso ao achar que o ocorrido foi uma demonstração do descuido das autoridades políticas de Portugal e da Colônia quanto às conseqüências que a permanência dos jesuítas na Holanda traria para as atividades de ensino na Bahia. Tive a impressão de que uma vez reconquistada a Bahia, sobretudo, com a ajuda dos jesuítas, eles não eram mais importantes para a vida colonial. É claro que o rei de Portugal e demais políticos coloniais tiveram pressa em incluir os padres em todas as frentes de atuação no momento do perigo holandês, mas passado este susto, eles ficaram entregues às suas próprias forças. Esta forma de trato dos políticos com os jesuítas demonstra ao leitor o limite da atuação da Companhia de Jesus na Colônia. A

respectiva Ordem Religiosa ficou sem os seus padres na Bahia e, ainda, teve de trabalhar em todas as suas atividades, de modo, então, excessivamente acumulado. Destaco que após 1626 esta leva de padres chega à Colônia e traz a experiência de ter vivido em território holandês. Entretanto, Serafim Leite não informa sobre as influências sofridas por estes padres na Holanda²⁴.

Referindo-se ao aspecto físico do Colégio da Bahia, quando da ausência de muitos padres de lá, Serafim Leite lamenta que os inimigos tenham prejudicado a sua arquitetura ao ocuparem-no inadequadamente, adaptando improvisadamente as salas de aula para dormitórios, além de destruírem objetos religiosos caracteristicamente católicos. Isto sugere que os holandeses seriam capazes de substituir estes objetos dos jesuítas por elementos protestantes. Os poucos jesuítas que ficaram no Colégio para garantir, na medida do viável, a ordem no prédio, tiveram que assistir passivamente os estragos feitos nada podendo fazer. A instituição educacional, útil sob vários aspectos em momentos de estabilidade política, recebeu mais uma incumbência um tanto diferente das que comumente tivera: a sua construção sólida e grande transmitia segurança aos soldados portugueses, em confronto com os de igual condição do lado holandês. Serafim Leite pensa que o Colégio, até então tido como tal pelos portugueses, descaracterizou-se nas mentes dos capitães da Bahia e, mais grave, do rei da Coroa Ibérica (Portugal e Espanha), que ordenou a ocupação do Colégio pelos soldados, restando aos poucos padres o seu isolamento em alguns quartos, para se precaverem de um comportamento de guerra, não sendo poupados das condições precárias de religiosidade. A situação delicada do Colégio em 1624 teve o seguinte retrato minucioso²⁵:

²⁴ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.55, 58, 33-34, 46-50, 56.

²⁵ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.42-43, 59.

"Desenganados os holandeses que nem os seculares nem os religiosos queriam tornar a habitar com êles na Cidade, profanaram impiamente todos seus templos, quebrando todos os altares, retábulos, imagens, usando depois dêles em usos profanos (...). Da Igreja do nosso Colégio fizeram adega em que recolheram muitas das pipas de vinho, que na Cidade acharam; (...) No restante do Colégio se agasalharam os mercadores principais de tôda a armada, que no mesmo Colégio meteram, assim a fazenda, que trouxeram de Flandres, como muita parte da que tomaram na Cidade, de modo que o Colégio, que dantes servia de casa de oração, está feito uma pública lógia e oficina de contratação, ..."26

"Também os nossos capitães e oficiais da Fazenda Real, que no Colégio se achavam depois dos holandeses, nos deram bem enfadamento, por nos tomarem a metade do Colégio e nos meterem, aonde nós morávamos, guardas com grande tumulto e inquietação. Mas fêz-nos Deus mercê que, por bom modo, os fomos arrumando todos para uma parte do Colégio e, com paus de madeira postos nos corredores, nos separamos, de maneira que ficamos com quietação e clausura religiosa acomodada ao tempo27.

Serafim Leite chama a atenção para o fato de que os efeitos da invasão holandesa na Bahia foram para o Colégio catastróficos, tanto é que ele teve de ser reconstruído por completo juntamente com a igreja. A biblioteca desta instituição, com o maior acervo da Colônia, localizada no seu interior, por causa do estabelecimento dos holandeses nas salas de aula e por todo o Colégio, ela perdeu exemplares dos livros e materiais importantes, utilizados no estudo dos padres, na preparação de aulas e pelos alunos. Esta parte fundamental do Colégio voltou a funcionar quando o novo prédio estava pronto, e os padres reorganizaram, no que conseguiram, os livros perdidos ou roubados pelos holandeses. Ao adquirirem os padres um saldo negativo com o rei de Portugal que lhes havia emprestado dinheiro para a reconstrução do Colégio, não sobraram verbas para que a igreja, anexa a ele, fosse reerguida. Serafim Leite dá a entender que o Colégio foi refeito logo após a retirada dos holandeses já que poderia

26 *Op. cit.*, t.V, p.42-43.

27 *Cf. Op. cit.*, t.V, p.59.

haver o culto religioso na instituição escolar, mas o ensino seria difícil de se desenvolver na igreja; daí a prioridade na construção do Colégio²⁸.

Expulsos, os holandeses tornaram a voltar à Bahia em 1638, de maneira mais forte porque desta vez o seu comandante, Maurício de Nassau, viera para dominar com presteza a Bahia, local estratégico por ser a capital da Colônia; pensava o comandante que expulsos os portugueses de lá, a dominação holandesa estaria certa por toda a Colônia. Em contrapartida, Serafim Leite demonstra que a Companhia de Jesus encontrava-se muito mais acordada em relação à ocupação anterior, demonstrando-se estar habilitada, desta vez, para participar da batalha, corpo-a-corpo, com os holandeses. Evidentemente sua organização militar particular não colocou os jesuítas diretamente nas atividades de guerra, mas foi capaz de inserir os alunos, tanto internos como externos, parte como soldados, parte como ajudantes de catequese e aos feridos portugueses. Considerando tal exposição concluí que a educação para a guerra era feita em tempo próprio, ocasião em que os alunos se esqueciam um pouco da rotina rígida dos estudos do Colégio para enquadrar-se num ritmo mais rigoroso²⁹.

É interessante observar que serviam as instalações do Colégio, principalmente a enfermaria e a botica, para o socorro e cuidados dos soldados portugueses, traduzindo a realidade de que os holandeses não destruíram estas instalações da instituição escolar sendo possível a manutenção de tais auxílios. Informa Serafim Leite que os padres, então, dispoem de condições de planejamento do que precisavam atender, puderam oferecer carne aos soldados e a toda a população baiana, retirada de suas fazendas não atingidas, pois havia um cerco em que os portugueses não conseguiam receber alimentos advindos de outras origens. Fizeram igualmente parte das doações dos

²⁸ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.92, 106-114, 128, 163-164.

²⁹ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.60-63, 89.

padres, dinheiro, ferramentas e madeiras úteis ao trabalho de construção de fortificações e de trincheiras, algumas vezes feitas por padres estudados, como tem Serafim Leite o prazer de relatar. Ainda este historiador transmite uma idéia da extrema capacidade de suficiência do Colégio com a seguinte informação: os holandeses, não se contentando em invadir a Bahia, penetraram as terras de Pernambuco, sendo este mais um problema parcialmente solucionado pelo Colégio da Bahia, que se sentiu com a responsabilidade de enviar carne aos soldados da cidade sitiada pelos holandeses, por terem maiores chances financeiras de ajuda em relação às escolas pernambucanas³⁰.

Tranqüilizadas por algum tempo as tentativas holandesas de tomada da Bahia, os holandeses não descansavam quanto ao firme propósito de dominarem as colônias de Portugal, é o que assegura Serafim Leite. Por causa de uma incursão em Angola, sendo utilizada a mesma estratégia de negociação feita com os padres do Brasil, os holandeses mandaram em exílio jesuítas daquela Colônia para o Colégio da Bahia. Este contou então com o trabalho desses jesuítas enquanto Angola sofria os atentados holandeses, depois de fracassar na colonização do Brasil. Mas, Serafim Leite não se preocupa em evidenciar o tipo de prática desses jesuítas angolanos. Fica claro nos escritos do Pe. Serafim Leite o seu parecer quanto às invasões holandesas na Bahia, ainda mais que destruiu grante parte da atividade econômica da região, ou seja, engenhos são destruídos incluindo-se aqueles que pertenciam aos jesuítas do Colégio. Nas plantações de cana-de-açúcar das fazendas do Colégio da Bahia já existia o contrato de trabalhadores especializados a fim de coordenarem tecnicamente as plantações feitas pelos escravos. Uma vez estabelecido o contrato, os padres tinham de arcar com o ônus do salário desses trabalhadores. Dada a situação de destruição de um engenho, mesmo assim, o pagamento do que se estabelecera teve de ser feito, possível apenas porque o

³⁰ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.63, 60-62, 89.

Colégio do Rio de Janeiro arcou com esta responsabilidade. Mesmo com a falta de condições financeiras do Colégio da Bahia os jesuítas não deixaram de providenciar recursos externos³¹.

O que posso entender da atuação dos jesuítas é que eles, tomando para si o esforço colonizador português, solicitaram ao rei de Portugal, através das consideradas autoridades dos padres Antônio Vieira e Filipe Franco, que ele assumisse a manutenção da batalha com as forças holandesas. Este fato veio a demonstrar que a Companhia de Jesus, sem meios de sustento, não detinha tanto poder sozinha. Ela se impunha na medida em que possuía uma economia forte. Estando estas condições destruídas, a Companhia de Jesus era obrigada a se colocar em situação de vassalagem em relação ao rei de Portugal. Há um trecho, escrito por Serafim Leite, que nos dá margem para compreendermos a Companhia de Jesus, como expus³²:

"Apenas os holandeses se apoderaram de Itaparica, partira para Lisboa o P. Filipe Franco a informar El-Rei e Pedir socorro. O que se passou em Lisboa à sua chegada e como D. João IV mandou chamar o P. Antônio Vieira, à Quinta de Carcavelos, onde êle se achava, é página célebre, e já a vimos no decorrer desta **História**. Com os 300.000 cruzados, que angariou o P. Vieira, organizou-se a esquadra libertadora. O holandês, avisado de Pernambuco, não esperou porém a chegada dela: a 15 de Dezembro de 1647 retirou-se de Itaparica, último acto da guerra holandesa na Baía³³.

Vemos, portanto, que partiu dos padres jesuítas o trabalho de organização do fortalecimento da colonização definitiva da Bahia, pelos portugueses, tornando-se evidente o sucesso do empenho deles aliado ao incentivo do rei português. A destruição

³¹ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.64-66.

³² Cf. *Op. cit.*, t.V, p.64-66.

³³ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.64-66.

das fazendas jesuíticas pelos holandeses oferece dados para que Serafim Leite entenda que de nada adiantou os holandeses terem destruído as propriedades, sem terem acabado com as vidas dos padres³⁴.

Escrevi anteriormente que em 1624 o prédio do Colégio praticamente foi destruído, tendo que ser reconstruído. Por causa de seus custos, ficou pendente a construção da sua igreja, também destruída pelos holandeses. Expõe Serafim Leite que mesmo com a expulsão total em 1647 dos holandeses, que prejudicaram o andamento da educação escolar e religiosa, a igreja não é ainda refeita, pois os padres resolveram esperar até 1654, para terem certeza de que não havia realmente perigo. Mediante estudo do que Serafim Leite escreve posso dizer que a realização de construções na área educacional que envolvessem um montante razoável de meios financeiros era sempre pensada com lentidão pelos padres, em contraste com a objetividade na busca de verbas. Eles conversavam acerca de onde proviriam as verbas e o jeito econômico de colocar em prática o que planejavam. Para isso, a Companhia de Jesus entra em relação com os nobres, que eram os proprietários das fazendas, incluindo-se neles o capitão local, com o objetivo de angariar donativos. Antes disso, para uma segurança mínima de verbas, recursos próprios do Colégio foram empregados na edificação de casas próximas, a fim de serem alugadas a particulares. A aliança religiosa-financeira desenvolvida em função da construção da igreja consubstanciou-se mediante a doação de dinheiro ou do produto do açúcar mesmo, conforme o lucro da produção. Em troca missas foram rezadas aos doadores em vida e em morte, além da vantagem de constarem como benfeitores da Igreja nas sepulturas que ganharam, junto ao cemitério da Igreja. Isto era feito não apenas como agradecimento dos padres a seus benfeitores mas, acima de tudo, tinham o objetivo de ampliar o recebimento do dinheiro com o crescimento dos doadores. Apesar

³⁴ Op. cit., t.V, p.65-66.

dessa troca não ser reconhecida enquanto indulgência, fundamentalmente era. Esta é uma afirmação minha, pois Serafim Leite enquanto padre defensor da Companhia de Jesus jamais reconheceria que as orações em favor de doadores constituíram uma forma sutil de indulgência. Até mesmo os padres tiveram receio de estar muito evidente uma troca de favores entre eles, e os doadores e é por isso que eles estando em dúvida quanto a essas resoluções, ao fazerem uma consulta com o Pe. Geral para saberem se estavam agindo de acordo com as leis da Companhia de Jesus, as respostas obtidas chocaram-se um pouco com o que se havia estabelecido, ou seja, as missas deveriam se dar aos mortos, não dispondo deste privilégio os doadores em vida e, a posse da sepultura era somente para o núcleo familiar. Percebo que os problemas se deram no plano dos costumes; em se tratando das doações, o Pe. Geral não colocou empecilhos a qualquer acordo³⁵.

A leitura da Obra de Serafim Leite me leva a pensar que o longo processo de elaboração da nova igreja e da ampliação do arejamento dos aposentos dos padres, no Colégio, iniciou-se em 1657 e findou em 1684, sendo que os primeiros anos pertenceram ao serviço pesado dos escravos, ficando o último ano por conta de irmãos jesuítas que realizaram a finalização artística do revestimento da igreja e dos quartos do Colégio. Neste tempo, a igreja servia de escola prática, pois o trabalho dos irmãos jesuítas uniu-se ao ensino intuitivo por eles oferecido, de marceneiros e entalhadores, para moços que não se interessavam pelas letras. A classificação de quem eram esses moços aparece junto à listagem que Serafim Leite faz dos profissionais trabalhando no Colégio³⁶:

"1683: - Fazem-se as obras de casco de tartaruga, da Sacristia, durante o Reitorado do P. Alexandre de Gusmão, que acabou o mandato em 1684.

³⁵ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.106-114, 128, 163-164, 111, 115-117, 128.

³⁶ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.120-124, 139, 106-114, 128, 163-164.

Trabalharam nelas os Irmãos da Companhia, ajudados por alguns moços de habilidade"³⁷:

"Belchior Paulo (1587-1619), Inácio Lagott (1619-?), Domingos Rodrigues (1657-1706), Carlos Belville (1708-1730), Francisco Coelho (1720-1759), que são os marcos e chefes de oficina, entre outros, que aparecem aqui e além, e aos quais se agregavam moços da terra. Entre o próprio pessoal do Colégio da Baía, e da sua servidão, antes de terminar o século XVII, já havia todo o género de artífices, pedreiros, serralheiros, marceneiros, torneiros, que são os correlativos a estas obras. Para as obras miúdas do torneiro, os Índios revelaram sempre dotes particulares, ..."38.

A partir do texto mencionado, duas considerações podem ser feitas. A primeira diz respeito à divisão hierárquica de trabalho estabelecida, que como bem retrata o texto, os irmãos jesuítas permaneciam no comando do trabalho, a ser aprendido e executado pelos índios. A outra consideração merece atenção acurada, sendo as palavras "dotes particulares" pertinentes para o entendimento de que os jesuítas se utilizaram do trabalho artístico delicado, inerente à origem indígena, para as obras do Colégio e da Igreja.

Tendo em vista a enormidade do Colégio da Bahia, o leitor pode avaliar que a Bahia se dava por satisfeita com a educação escolar abrangente oferecida por esta instituição. Tal raciocínio é enganoso porque a população baiana demandou outras escolas, que se tornaram reais. Depois da existência solidificada do Colégio e do conseqüente emaranhado de relações entre alunos internos e externos convivendo no mesmo instituto, porém, em compartimentos estanques até por volta de 1704, no ano seguinte, a fim de se separarem os alunos encaminhados para preparos diferentes, não se misturando mais, com a aprovação do Pe. Geral e do rei de Portugal, os jesuítas começam a planejar a existência de um seminário de padres, a começar do noviciado na

³⁷ Op. cit., t.V, p.124.

³⁸ Op. cit., t.V, p.139.

Praia de Giquitaia, próxima da capital baiana, com um plano arquitetônico feito por um padre jesuíta recém vindo da China³⁹.

Iniciando os jesuítas a construção do noviciado em 1709 e, dando fim a ela apenas em 1728, pode-se concluir que esta demora deveu-se a dois fatores, como expõe Serafim Leite, isto é, os padres não tiveram verbas seguras e imediatas para o financiamento da obra e, também, porque o processo de acabamento do prédio foi demorado, por causa da exigência de que a estética do prédio fosse perfeita. Assim é que o noviciado, chamado de "Anunciada", ficou à mercê de um ex-capitão da Bahia já falecido e, que doara aos jesuítas os seus bens, mas sobre os quais deviam pagar dízimos, pois somente havia isenção quando se adquiriam propriedades do rei de Portugal, por sesmarias ou por compra. Mesmo assim, os padres asseguraram para si o que ganharam do capitão, mostrando-se bons na administração das terras, porque as fizeram proveitosas para a alimentação dos integrantes do seminário, sobrando até mesmo para o Colégio da Bahia⁴⁰.

No ano de 1728 ao se transferirem os noviços para o Noviciado da Anunciada, o Colégio da Bahia ficou provisoriamente a formar alunos externos, destinados aos estudos gerais e teológicos, para o prosseguimento em carreiras liberais e públicas. Ficou claro para mim, em função do que li de Serafim Leite, que o Colégio não deixou de educar jesuítas para o sacerdócio, mesmo porque o noviciado somente oferecia o curso elementar, não havendo nele o curso de Humanidades, nem o superior de Teologia. Ele apenas garantia a reclusão dos pretendentes ao sacerdócio nos anos iniciais dos estudos, justamente na idade em que os meninos vacilavam em termos de comportamento moral e, ainda não estavam firmemente doutrinados pelos princípios

³⁹ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.87-89, 141-145.

⁴⁰ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.141-145, 146-148.

jesuíticos. Esta casa de noviços evidentemente tutelava os alunos mediante a presença do Pe. Mestre, existente exclusivamente nos locais em que meninos, prováveis jesuítas, se encontravam. A função dele correspondia ao papel de cuidar e, sobretudo, de corrigir a moral e introduzir os valores religiosos nos meninos, desde tenra idade, para se inserirem nos padrões de conduta idealizados pela Companhia de Jesus. Este comportamento adequado significava a medida de aprovação ou rejeição dos candidatos à Ordem Jesuítica. Sendo assim, em dado instante relevante era o comportamento em relação à carga de conhecimentos do alunado. O Pe. Mestre efetivamente se incumbia por completo da educação dos meninos e, para tanto, contava com a administração do Noviciado por um outro padre, desvencilhando-se das atividades administrativas. O reforço dos objetivos dos padres sobre os internos ocorria na Igreja, construída em 1736, localizada perto do centro formador dos noviços. O conhecimento de irmãos jesuítas artífices, que realizaram o acabamento da igreja era um fato que merece destaque, por eles serem ao mesmo tempo teólogos e trabalhadores práticos, principalmente exercendo ofícios de entalhadores e pintores. Porém, faziam, como eu disse, um serviço artístico, não devendo ser confundido com trabalho braçal. O quadro dentro do qual se desenvolvia a educação dos noviços tinha a seguinte justificativa dada por Serafim Leite⁴¹:

"Inútil repetir o que significam para uma instituição religiosa as Casas de Formação, e como em todos os países civilizados e livres, se cultivam e amparam. Sem noviços não há Padres, nem Colégios, nem Universidades, nem Missões, nem Companhia. E da sua solidez e virtude depende tudo o mais. Além do Padre Mestre, encarregado especialmente da boa criação dos noviços, havia outro, que governava a casa, com o nome de Reitor, ...⁴².

⁴¹ Cf. *Op. cit.*, t.II, p.300, 393-395, 401-402, t.V, p.147, 141-148.

⁴² *Op. cit.*, t.V, p.148.

Para finalizar, não devo deixar de tratar de onde provinham os meios de manutenção do noviciado, que propiciavam a dedicação exclusiva de seus padres e alunos no âmbito educacional. Da produção de açúcar nas fazendas de doação daquele mesmo capitão tirava-se uma boa quantia de sustento, sendo incrementada pela voluntariedade de colégios espalhados pela Colônia, de mais duas fazendas não de açúcar e sim de criação de gado e, mais uma de mandioca em Ilhéus, precisamente em Camamu, porque os jesuítas diversificavam a produção, obtendo dela melhores resultados e garantidamente acertados. Um outro modo menos lucrativo do que as fazendas, foi o aluguel de casas⁴³.

Na Companhia de Jesus da Colônia, e Serafim Leite vem a reforçar, percebi que o termo "seminário" assumiu significados diversos: podia ser noviciado como acabou-se de ver; cabia também em tal conceito a formação completa dos padres, desde o noviciado até o grau superior, bem como um outro tipo de instituição, encarregada de exercer doutrinação insistente sobre os índios. Enquadrou-se nesta última atribuição de seminário um plano dos padres baianos, de 1622, para caracterizar a Bahia como centro não só de ensino, como também de catequese junto aos índios. Descreve Serafim Leite que ao invadirem os holandeses a Bahia no mesmo ano em que os padres planejaram o seminário e, como em 1701 o rei de Portugal desaprova a idéia de seu funcionamento o seminário é substituído em seu conceito original, passando a existir, não se sabe se no Colégio da Bahia em 1747, ou em casas improvisadas na cidade da Bahia, sendo mais provável neste último local. O historiador garante que em 1756 o Seminário teve lugar próprio na chamada "Rua do Maciel" sob o nome de Nossa Senhora da Conceição", onde os alunos internos, que não eram índios e, sim, de famílias nobres, residiam e realizavam as tarefas estudantis e, as aulas as tinham no Colégio da Bahia, de

⁴³ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.213, 220-221, 148.

Filosofia e Teologia. Este seminário era tipicamente de formação de sacerdotes, e é importante afirmar que foi aprovado pelo rei de Portugal e ajudado financeiramente por ele, o que comprova a ênfase que Portugal concedia à preparação de padres catequistas. Isto traduz o fato de que a educação indígena não sofreu um processo de elitização, como aconteceu com a educação escolar. As mudanças de significados e definições da palavra seminário encontram-se nos textos de Serafim Leite a seguir, no plano de tutela indígena, depois como centro de formação sacerdotal⁴⁴:

"D. João de Lencastro, lembrando a El-Rei a erecção de um Seminário para meninos índios (**Colomins**) e para meninas índias (**Cunhantãins**). A 12 de Março de 1701, El-Rei louva o zêlo, mas diz que a essa iniciativa obstem motivos de ordem prática; e 'que, entretanto, se fôssem catequizando nas Aldeias"⁴⁵.

"Não se tratava, neste caso, de Seminário para a formação do Clero, mas para facilitar e resguardar a educação cristã"⁴⁶.

"Os alunos moravam e estudavam, no Seminário, dirigidos por aquêles Padres; mas as aulas eram nas Escolas Gerais do Colégio. Era **Seminário Maior** (não Menor, ou de Preparatórios). 'O Seminário da Baía, já há muito é inaugurado, para a educação da juventude estudiosa que se destina a seguir o Curso de Filosofia e Teologia, chegou ao seu desejado têrmo neste ano de 1757, e começou a ser freqüentado com a entrada de nobres adolescentes"⁴⁷.

O componente principal do então seminário consistia em sua composição por alunos nobres, conforme dá importância Serafim Leite e, sendo internos à Companhia de Jesus, pagavam o que hoje chamamos de mensalidade escolar, mas que

⁴⁴ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.151, 153-155.

⁴⁵ *Op. cit.*, t.V, p.151.

⁴⁶ *Op. cit.*, t.V, p.151.

⁴⁷ *Op. cit.*, t.V, p.154.

para a época era comumente conhecida como pensão estudantil que era quantitativamente irrisória; contudo, era útil na identidade entre a Companhia de Jesus e os senhores latifundiários. Esta verba servia a este fim, mesmo porque os jesuítas não precisavam de grande volume dela, pois eles também eram fazendeiros. Com efeito, as informações disponíveis indicam que a Companhia de Jesus possuía inúmeras propriedades. A base financeira do Seminário não era então de origem diversa sendo, além disso, recheada de ajuda real e de aluguel em casas da capital colonial⁴⁸.

Por escassez de dados ou por não ter dado muita importância ao assunto, Serafim Leite refere-se de forma breve a uma instituição que reputo de grande relevância. Trata-se do Colégio Feminino da Soledade, iniciativa de considero avançada para a época e local onde funcionou. A menção de Serafim Leite de que este Colégio era recolhimento, convento, asilo, casa religiosa e mosteiro, me sugere a sua caracterização como uma instituição assistencialista e religiosa. Importa destacar que as moças que viviam nesse Colégio em tempo integral não eram selecionadas de acordo com a categoria social, pois tanto as nobres como as servas e escravas tinham aceitação, desde que tivessem comportamento desregrado e lá entrassem para receber correção, ficando em clausura, reforçada por se situar num monte, a fim de se modificarem, ou então, de se tornarem religiosas. Das famílias dessas nobres moças é que provieram verbas para a fundação do recolhimento na região suburbana da cidade da Bahia, ao lado de uma igreja. Passando a funcionar em 1739 com a proposta de corrigir moças erradas, o conceito jesuítico de formação de mulheres foi mais além, no decorrer do tempo, e teve a consequência de abrir as portas do convento para moças corretas, com provável receio de se influenciarem pelo ambiente colonial. Da correção o Colégio passou a cuidar também da prevenção, incidindo quase que exclusivamente na educação dos costumes das

⁴⁸ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.151, 153-155.

mulheres, sem a presença visível de instrução letrada, nem ao menos de rudimentos da alfabetização⁴⁹:

"Os que se referem a esta fundação falam de Recolhimento para moças, em particular moças 'erradas'. E a vista de tantas infelizes, como então havia, deve ter sugerido a obra. Mas o pensamento evoluiu rapidamente do 'depois para o 'antes', e que antes de cuidar das 'erradas' era melhor educar as outras para que não viessem a 'errar'⁵⁰.

"Parecer: E sendo como é a obrigação de ensino no Colégio das Ursulinas, a principal e essencial, não cabe nem tem lugar nesta terra, por se conservar o mulhério dela, sem embargo dos contínuos clamores dos Prelados, Missionários, Confessores e Prêgadores, com tal reclusão, que parece impossível o conseguir que os pais e parentes consintam que suas filhas e mais obrigações saiam da casa à missa, nem a outra alguma função, o que geralmente se pratica não só para com as donzelas brancas, mais ainda com as pardas e pretas, chamadas crioulas"⁵¹.

Acrescenta Serafim Leite que o Pe. Malagrida, jesuíta convicto e muito respeitado na Companhia de Jesus, fora incumbido de promover a expansão de seminários na América Portuguesa e a Casa de Formação de Mulheres fazia parte deste projeto. A participação dos jesuítas na existência do convento limitou-se ao âmbito da atuação do Pe. Malagrida, que preparou tudo para a licença favorável do rei de Portugal para esta instituição e, no ato de sua inauguração entregou a Casa sob os cuidados de religiosas ursulinas, em obediência às normas de Inácio de Loiola, que não permitiam aos jesuítas o cuidado com moças, dado o perigo tentador do trabalho junto a mulheres, ainda mais sendo "erradas". Ao transmitir a função de educação das moças à superiora do Recolhimento, Sórora Beatriz Maria de Jesus, o Pe. Malagrida deu por satisfeita a

⁴⁹ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.152, 156-161.

⁵⁰ *Op. cit.*, t.V, p.158.

⁵¹ *Op. cit.*, t.V, p.160.

atuação da Companhia de Jesus para com as mulheres baianas. A posse da Casa de Formação pelo Instituto Ursulino foi movimentada por problemas quanto ao reconhecimento das ursulinas enquanto responsáveis pelo Colégio Feminino, pois antes delas se firmarem lá, a propriedade na qual constituiu-se o Instituto pertencera a uma Irmandade que havia se mostrado doadora do terreno. Mas em 1751 a Superiora da Casa solicita a confirmação ao rei de Portugal de serem as ursulinas as responsáveis pelas moças, porque não havendo registro de mudança de Irmandade para Casa das Ursulinas ou Malagridas, a Irmandade viu-se com o direito de tomar das ursulinas a posse administrativa da Casa. A resposta da consulta da Sórora com o bispo da Bahia veio ao encontro do que ela pretendia: não esqueceram os jesuítas de incluir na documentação da Companhia de Jesus a posse do Instituto pelas ursulinas⁵².

Por impressionante que seja para nós à primeira vista, o Recolhimento de mulheres na cidade da Bahia existiu, abarcando toda e qualquer categoria social; talvez isto tenha ocorrido porque os jesuítas agrupavam as mulheres apenas com o distintivo de perigosas. Para os moços, a mesma regra não teve validade; a diferenciação social tornou-se presente quando da instituição do Seminário de Belém da Cachoeira. Observei que de comum com o Seminário de Nossa Senhora da Conceição, o de Belém da Cachoeira teve o projeto inicial de se voltar para o caráter formativo e, não sacerdotal, de alunos provenientes do sertão, para que ali se destinassem a estudar primeiras letras, latim e música, com a possibilidade de serem aproveitados pela Companhia de Jesus. Novamente, o rei de Portugal não quis auxiliar financeiramente um seminário de formação, destinado a pessoas pobres, deixando a cargo dos nobres baianos a tarefa de mantê-lo, em função de mais tarde serem úteis professores de seus filhos abastados. A justificativa do rei para os nobres ricos não lhes deu estímulo para manterem moços

⁵² Cf. *Op. cit.*, t.V, p.151, 157-161.

pobres no Seminário, pela razão prática da preferência em garantir o sustento de seus próprios filhos no Seminário, como solução direta para o problema da falta de padres e de professores habilitados. Com clareza, os ricos que Serafim Leite menciona eram fazendeiros e funcionários públicos, que preferiram residir mais ao sertão, onde o seminário se situava, mais precisamente no recôncavo baiano. A parcela diminuta de alunos pobres era constituída por aqueles que moravam muito perto do local. O custeio dos alunos ricos pelos seus pais era sanado através do pagamento em dinheiro, farinha ou carne, relativo aos gastos dos alunos⁵³.

Como o Seminário não podia se limitar ao tipo de pagamento efetuado pelos pais dos alunos, compreendi da Obra de Serafim Leite que a alternativa de haver benfeitores foi muito bem aceita pelos padres, que assumiam a função de cuidarem das pessoas doadoras no findar de suas vidas, em quartos existentes no Seminário, pois não tinha o idoso da Colônia quaisquer cuidados da parte do rei de Portugal. Assim, sendo geralmente fazendeiros, que possuíam filhos em idade escolar, doavam algumas de suas propriedades aos jesuítas, e, como conseqüência, recebiam a respectiva assistência. Em se tratando de benfeitores, com filhos estudando no Seminário, eles garantiam o sustento dos próprios filhos. No que se referia aos pobres, o benfeitor não tendo filhos, elegia o pobre a quem conferiria o sustento completo. Serafim Leite não fornece dados acerca da trajetória escolar desses alunos pobres para sabermos até que grau educacional eles chegavam e se o fato de terem estudado lhes garantia uma vida financeira promissora. Menos ainda consta no texto do historiador os problemas enfrentados por eles devido à permanência constante no Seminário, em um ambiente social desprovido de características de origem pobre⁵⁴. Relevo que o Seminário permaneceu com o intuito

⁵³ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.182, 179, 167-169.

⁵⁴ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.170-180, 191.

inicial de ser casa de formação, de primeiras letras e Humanidades, porém, com destinação marcadamente elitista, pois quem era pobre tinha de conseguir manutenção externa, por ser Seminário interno, com moradia no local e exigindo dedicação exclusiva dos alunos. É necessário o leitor perceber a "abertura moral" dos jesuítas no caso do casamento de tio com sobrinha, desde que eles doassem propriedades ao Seminário, com a concessão do Pe. Geral. Para amainar uma certa culpa desses padres e do Pe. Geral, rezava-se o exagero de mil missas pelo casamento impróprio, mas não se deixava de ganhar as terras! Em termos numéricos elas representavam cinco fazendas de gado, perto do Seminário, além de nelas se produzir gêneros alimentícios. Acrescento à perspicácia dos padres em angariar verbas, a audácia de se colocarem à vista fotos dos benfeitores do Seminário para serem apreciadas e reconhecidas, o que dá a entender que nesse momento histórico o valor pessoal estava relacionado à riqueza⁵⁵.

Esclareço que juntamente com os alunos ricos e com os pobres que dependiam das verbas mencionadas, existiam aqueles que, por falta de escolas em suas ordens religiosas, acabavam por freqüentar o Seminário jesuítico. Era condição imprescindível para o aluno vir a ser jesuíta, e para ser religioso, no caso dessas outras ordens religiosas, fazer o curso elementar e o de Humanidades em seminário de tal estilo; no entanto, esta instituição não era obrigatoriamente direcionada à formação sacerdotal; daí a freqüência de alunos desejosos de cultura geral, para se tornarem, no futuro, profissionais liberais ou políticos, completando sua formação profissional em Portugal⁵⁶.

Tenho a registrar ainda que o Seminário de Belém da Cachoeira, constituiu-se em 1686, caracterizando-se especialmente pela inovação de ser internato que reuniu nas mesmas dependências alunos internos (prováveis jesuítas) e externos.

⁵⁵ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.172-176, 170-180, 191.

⁵⁶ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.170-180, 191.

Deste ponto de referência retirado do texto de Serafim Leite, explico porquê a respectiva instituição dispunha de um regimento interno, não existente nos outros seminários⁵⁷.

Fundamentalmente, resumindo a longa exposição de Serafim Leite, este regulamento versava sobre a admissão dos alunos, através de uma seleção rigorosa que excluía judeus, índios, negros, mulatos e mestiços e os que tinham mais de treze anos de idade, restando a uma parte de brancos a freqüência ao Seminário porque não poderia se formar de nascidos na Bahia, nem de moradores, salvo algumas exceções, em função de tal instituição ter existido para alunos de toda a Colônia, sobretudo, aos do sertão baiano. Critérios com o conhecimento e perseverança intelectual não aparecem no Regulamento, pois o carácter racista era exclusivo na admissão. Pelo que vimos no texto de Serafim Leite, pude concluir que a seletividade tinha continuidade ao longo da permanência do alunado na instituição educacional através de exigências, aos alunos internos e externos difíceis de serem cumpridas por aqueles que não queriam seguir o sacerdócio: a castidade constituía norma geral do Seminário porque se exceção fosse feita aos alunos externos os internos não suportariam privar-se do prazer sexual, condenado veementemente pela Companhia de Jesus. O assunto era tão sério que havia expulsão para os alunos que burlassem tal norma, então submetida ao diretor do Seminário, que por sua vez, obedecia ao reitor do Colégio da Bahia, por ser o principal da Colônia, e ao Pe. Provincial. Os jesuítas ainda iam além da castidade, ao condenarem o cultivo da vaidade; por isso, os alunos eram obrigados a se vestirem dentro de um padrão determinado e uniformizado, de tal forma que não houvesse diferença de uns para com outros. Penso que a igualdade na vestimenta visava evitar a identificação de alunos mais ou menos vistosos. O uso de rendas, saltos e cabelos chamativos, arrumados de acordo

⁵⁷ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.170-180, 191.

com o gosto pessoal, era proibido⁵⁸.

Os costumes assim mencionados, podem ser encontrados na seguinte passagem da *Obra de Serafim Leite*, com a sua total aprovação:

'14. Qualquer escândalo grave em matéria de castidade, como também a contumácia de quem não quiser obedecer, e o ferir deliberadamente ou afrontar a outrem não puerilmente, mas para injuriar, será castigado com pena de expulsão do Seminário, com consentimento do Padre Provincial, ou, êle ausente, do Padre Reitor do Colégio da Baía, precedente a consulta⁵⁹.

'16. O vestido dos seminaristas há-de ser roupeta de estamemha parda, ou coisa equivalente (nem se permita cauda, que arraste), beca e barrete preto, que usarão nos públicos, com breve volta branca sem renda, nem se permita sêda ou sendais de retrós, senão uma correia, ou coisa semelhante, nem saltos demasiados, nem gadelhas, nem cabeleiras, para que se costumem a fugir à vaidade, com que alguns Pais criam a seus filhos, e quanto fôr possível, andem todos uniformes no hábito, assim como o são na mesa e habitação⁶⁰.

Não bastando a limitação da vaidade e a inclusão da castidade, com o objetivo de criar-se o homem total, exigia-se que os alunos em uma parte do dia exercessem, aliado aos estudos, o ofício de sacristão e porteiro além de arrumar os quartos diariamente. No estabelecimento destas ordenações e na sua não concretização que a fragilidade do regulamento do Seminário fica patente, não conseguindo transpor os limites da educação intelectualista que oferecia em consonância com a origem nobre da maioria dos alunos. Com efeito a tendência normal dos serviços cotidianos que a instituição requeria, logicamente, era que fossem reservados aos escravos que

⁵⁸ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.182-184, 179.

⁵⁹ *Op. cit.*, t.V, p.183.

⁶⁰ *Op. cit.*, t.V, p.183.

provavelmente sentiam o peso da exploração do seu trabalho, somado ao fato de não poderem estudar; assim, ainda que os alunos fossem coagidos para trabalhar, o próprio Serafim Leite tira a conclusão de que os escravos acabavam fazendo o serviço⁶¹.

A constatação do não trabalho manual da parte dos alunos foi a que mais se evidenciou no arrolamento que Serafim Leite fez das atividades executadas na rotina diária deles, onde a realização de serviços práticos não aparece. Em resumo, oito horas de sono diário eram permitidas para os alunos, não mais do que isto. Ao acordar, eles rezavam e assistiam à missa, estudavam em seus quartos e tinham aulas; depois podiam conversar mas, logo, iam almoçar, repousavam uma hora e, posteriormente, rezavam e estudavam em seus quartos até às três horas, com o detalhe de não poderem se comunicar. Às três horas iam para a aula, tinham daí um horário rígido e estabelecido para se comunicarem e, depois, aprendiam música. Terminada a aula de música, os alunos ficavam prontos para a recreação programada com jogos e, após recebiam o lanche da tarde. Depois do lanche, os jesuítas encaminharam os alunos para o culto realizado através da reza da Ave Maria, sob a forma de ladainha. Aí sim iam jantar, seguindo com repouso, ouviam uma mensagem religiosa e, de acordo com esta lição encaminhavam-se para a igreja do Seminário, onde examinavam as suas consciências, ou seja, detectavam pecados pessoais e, assim, rezavam para dormir, sem rumores de conversas, fatalmente perceptíveis quando um aluno avançava em quarto alheio, sendo um ato terminantemente proibido. Por acharem mais produtivo o descanso semanal escolar às quartas ou quintas-feiras e aos domingos e não em dois dias consecutivos, ele ocorria incompletamente, pois tiravam-se as aulas, mas os estudos tinham de ser feitos durante uma hora em cada um desses dias⁶².

⁶¹ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.182-184, 179.

⁶² Cf. *Op. cit.*, t.V, p.189, 188, 187.

De acordo com meu entendimento, o aproveitamento de cada hora no Seminário era relevante, estando tudo pré-estabelecido para os alunos. Com isso, criavam-se sem que cultivassem espontaneamente a vida cotidiana. Não havendo auto-disciplina, a coerção externa evidenciava-se. Por isso, as ordenações possuíam um detalhamento em que as situações mais possíveis estavam normatizadas. Era o caso das missas, momento em que havia mulheres na igreja, podendo os alunos conversar com elas mediante liberação do reitor. Quanto a visitas de parentes, o controle fazia-se ainda maior, porque o primeiro passo para que o aluno pudesse conversar com os interessados era pedir licença ao reitor, existindo o oferecimento de dados dessas pessoas pelo porteiro à mesma autoridade, favoráveis ou não à presença dos estranhos⁶³.

Na descrição de Serafim Leite consta que, não mais na Bahia, mas perto dela, proximamente a Camamu já na capitania de Ilhéus, os jesuítas não registraram sequer uma escola; havia apenas a presença de uma fazenda do Noviciado de Giquitaia. No entanto, importa registrar o fato do Colégio de Santo Antão de Lisboa, da Companhia de Jesus de Portugal, ter ali um engenho, para adquirir fundos para a construção de uma outra igreja, a ser anexa ao respectivo colégio. Não consta na documentação do Pe. Serafim Leite o desenvolvimento de atividade educacional neste engenho, acredito, pois que os jesuítas de Portugal o viam com o intuito exclusivo de obtenção de lucratividade, a fim de satisfazerem os seus desejos religiosos⁶⁴.

Lembro o leitor que em Ilhéus os jesuítas tinham uma casa para o ensino elementar e de Humanidades desde o século XVI. Apesar da continuidade dos incômodos suscitados por índios aimorés no local, a casa manteve-se firme, pois era princípio jesuítico não desistir facilmente das atividades por eles mesmos iniciadas, por

⁶³ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.189.

⁶⁴ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.213, 220-221.

causa da pressão psicológica que sofriam do Pe. Geral, caso fechassem alguma instituição de ensino; eles tinham que agüentar os problemas até não poderem mais. Para a manutenção desta escola havia poucas terras e a partir dos que trabalhavam em sua lavoura é que pude saber a origem dos alunos da referida instituição educacional. Se os índios adultos, de uma aldeia próxima do local, trabalhavam nessas terras jesuíticas e, se Serafim Leite não afirma que seus filhos eram alunos, podemos concluir que o ensino era oferecido apenas para filhos de colonos e de funcionários públicos, servindo os índios apenas para o trabalho na lavoura, e, de acordo com o que ocorria provavelmente no século XVI, talvez os indiozinhos não foram misturados com os brancos, tendo aulas ou não na própria aldeia. É importante o leitor ter em mente que os séculos XVII e XVIII representaram a separação definitiva entre índios e brancos, em termos de diferenciação na instrução. Essas terras como eram exclusivamente destinadas para a subsistência da casa, delas não se tiravam fundos para os serviços de reforma de seu prédio porque não havia excedente na produção das lavouras. Serafim Leite ofereceu a informação de que em 1736, dada a necessidade de serem introduzidas algumas remodelações na construção da casa, o Colégio do Rio de Janeiro, com a categoria que lhe era conferida de independente financeiramente, custeou essas obras. Em se tratando de depender economicamente, para um eventual gasto extra, a Casa de Ilhéus era atrelada continuamente ao Colégio da Bahia, daí dispor do estatuto jurídico de Casa e, não de colégio propriamente. Qualquer casa da Companhia de Jesus, antes de querer vir a ser Colégio tinha de passar por um processo jurídico junto à Companhia de Jesus de Roma, além de ficar à mercê da aprovação do rei de Portugal, pois era ele quem conferia a licença para a existência de colégio. Já a casa não precisava de licença, por depender de algum colégio e, principalmente, porque não representava uma ameaça para a ordem

imposta por Portugal na Colônia, dado o fato de não oferecer instrução de grau elevado. Esta era a condição da Casa de Ilhéus⁶⁵.

Porto Seguro teve casa de ensino de primeiras letras e de catequese, no século XVI sob a forma de casa de meninos e, depois na qualidade de casa de ensino de primeiras letras e, não mais como de catequese, numa primeira tentativa de separar a catequese indígena do ensino para os filhos de colonos conforme dá a entender Serafim Leite, achando tal separação necessária. Dessa maneira a Casa de Porto Seguro existiu até 1602, ano que finalizou, temporariamente, o trabalho de ensino, em conseqüência de ameaças de índios aimorés, não convencidos pelo discurso jesuítico, pelo contrário, eram muito reativos à presença dos padres em Porto Seguro. Pensaram os padres também que ao não terem constância no local, teriam a possibilidade de atuar em regiões da Colônia que tinham carência de padres e foi o que aconteceu a princípio. Em atividades missionárias descontínuas os jesuítas não foram capazes de satisfazer os moradores que se mostravam desejosos de que a casa de ensino voltasse a funcionar, mesmo porque, segundo eles, os índios aimorés estavam ainda mais revoltosos, havendo a ameaça de terem os portugueses que sair de Porto Seguro⁶⁶.

Descreve ainda Serafim Leite que diante desses argumentos o Pe. Geral resolveu ouvir e ser solícito para com os moradores de Porto Seguro, providenciando imediatamente o desembarque de padres de Portugal, pois no restante do Brasil não havia a disponibilidade demais sacerdotes. A condição proposta para os padres vindos era que eles somente aceitariam morar e trabalhar no local se fossem integralmente sustentados por quem queria o ensino jesuítico para os filhos e, ainda com o respaldo e aprovação completa do capitão. Em 1622 a Casa começa a funcionar com o oferecimento

⁶⁵ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.216-217.

⁶⁶ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.227-232.

dos cursos de ensino elementar e de Humanidades, com o distintivo de Casa de "Salvador", como passou a ser conhecida. Desta Casa, os padres saíam para missionar junto aos índios. Por conseguinte, eles atuavam em duas frentes: a catequética e a escolar, ambas com o incentivo moral e financeiro dos moradores, da Câmara de Vereadores e do capitão⁶⁷.

A forma de manter-se desta Casa era por meio de donativos de uma fazenda, mediante o trabalho de servos que cultivavam hortaliças, farinha, pescavam, trabalhavam como ferreiros, além da posse de outras terras, já que a fazenda não conseguia cobrir todos os gastos da Casa. Teve sucesso também a combinação entre esta instituição e o Noviciado de Giquitaia quanto ao uso da Fazenda de Santa Ana. Mesmo com tal aparato financeiro, favorável à instalação de um colégio, Porto Seguro permaneceu contente com a Casa, dada a escassez de alunos na frequência às aulas, não precisando então de uma escola maior⁶⁸.

Sergipe fazia parte da região baiana. Lá não tendo existido escola, no local, no século XVI, a partir de 1620, os jesuítas planejam a construção de uma casa de ensino elementar e de catequese, para servir de doutrinação não para índios e, sim a filhos de fazendeiros e moradores de um modo geral. Vemos que em local pequeno, a atividade de ensinar ainda se restringia às primeiras letras e à catequese, por mais que não incluísse os índios na instituição. O modelo de educação e de curriculação era praticamente o mesmo de quando os índios freqüentavam tais escolas, só que eles não mais tinham acesso a elas. Esta permanência de tal tipo de escola devia-se ao pouco desenvolvimento econômico do lugar, que não permitia a constituição de um colégio. No caso de Sergipe, invasões holandesas contribuíram para que o ensino ficasse estagnado.

⁶⁷ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.227-233, 236-238, 213.

⁶⁸ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.232-233, 236-238, 213.

A Casa sendo criada em 1631, por vontade dos jesuitas e dos moradores, continuou enquanto tal, mesmo tendo a Câmara de Vereadores de Sergipe, em 1684, insistido com o rei de Portugal na licença para a abertura de um colégio e o seu auxílio financeiro, através do que se chamava de "dote". Na verdade, digo que este dote não se originava do rei de Portugal, ele apenas o dava ou não aos interessados, transparecendo que era dádiva sua, quando o fundo para isso provinha de uma parte dos dízimos da produção econômica do Brasil que ia diretamente para a Coroa Portuguesa. O emaranhado de relações da Companhia de Jesus com o rei de Portugal demonstra o quanto os padres eram dependentes das decisões políticas da Coroa Portuguesa por mais que quisessem viver por conta própria⁶⁹. Prestemos atenção nas entrelinhas do texto de Serafim Leite:

"Enfim de 1631 diz-se que já se tinha começado a Residência fixa e estavam nela o P. Sebastião Vaz, Superior, com o Ir. Gaspar de Almeida. Mas era Residência precária, não tanto por si-mesma, como pelas perturbações da invasão holandesa que se aproximava do Rio de S. Francisco e não deixaria em paz a própria Capitania de Sergipe e o Rio Real. E assim só mais tarde se retomaria, além das Casas das Fazendas, a idéia de Residência na Cidade. E com a nota de que os Sergipanos queriam não apenas Residência, mas Colégio. A idéia surgiu por volta de 1681, ano em que entrou na Companhia de Jesus, o P. Ângelo dos Reis, nascido no Rio Real. A 4 de Julho de 1684 a Câmara da Cidade do Sergipe escreve a El-Rei, e pede-lhe auxílio, para concluir a matriz, e a renda de 2.000 cruzados para fundar um Colégio. Acordou-se no Conselho Ultramarino que não se poderia deferir, enquanto não constasse que El-Rei era obrigado a dotá-lo⁷⁰.

⁶⁹ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.316-318.

⁷⁰ *Op. cit.*, t.V, p.316-317.

2. NORDESTE

Na Obra de Serafim Leite, Sergipe representa a última capitania da circunscrição administrativa da Bahia; Pernambuco, localizado próximo de Sergipe não se integrava na região baiana e sim compunha-se como o centro administrativo do nordeste, por dispor de colégios de grande porte. Em Olinda, onde os jesuítas começaram as atividades de ensino em uma casa de meninos logo que chegaram ao Brasil, por não poder mais vigorar este tipo de instituição educacional, nas próprias dependências da casa de meninos, em 1568 passa a existir o Colégio de Olinda com o ensino de primeiras letras, sendo que dois anos depois o curso de Humanidades é criado e, em 1576 a Teologia Moral. É interessante registrar que neste Colégio de Olinda quem dava as aulas de primeira letras e de latim não possuía o curso de Teologia concluído, quer dizer, esses professores eram ainda alunos do curso superior, o que certamente contribuía para uma possível queda da qualidade do ensino. Vale lembrar que os alunos provavelmente sofriam com o mau preparo dos professores no momento em que se submetiam ao rigoroso processo de avaliação do rendimento escolar. No século XVII, este Colégio permaneceu com os cursos que estava acostumado a oferecer e, quanto ao ensino de Filosofia, não se tem certeza, mas parece que ele existiu antes da invasão holandesa de 1635. Dado este acontecimento, os cursos do Colégio de Olinda ainda não se deram de maneira regular de 1635 até 1654, período conflituoso entre os portugueses e holandeses em Pernambuco. Penso que a instabilidade na ministração dos cursos devia-se à própria situação da guerra, com a provável desocupação do prédio escolar e a disposição dos jesuítas professores no auxílio religioso e assistencial junto aos soldados portugueses. Devido à existência irregular do ensino, passado o perigo de uma invasão holandesa, os cursos do Colégio tiveram de ser novamente confirmados, pois haviam perdido o caráter de permanência, conforme descreve Serafim Leite. Foi então que em 1673 a Câmara de

Vereadores de Olinda, em nome dos nobres da região que tinham filhos no Colégio, escreve ao Pe. Geral de Roma uma carta de pedido de licença para o funcionamento dos cursos, incluindo-se o curso de Filosofia e o de Teologia Dogmática⁷¹.

Certifico que o vínculo entre a Companhia de Jesus e os nobres pernambucanos confirmou-se mediante a aprovação dos cursos do Colégio de Olinda pelo Pe. Geral, sendo reforçado em 1687 com a equivalência validade temporária do curso de Filosofia do então colégio com o curso ministrado em Coimbra. O referido curso se destina a formação de alunos que fossem seguir carreiras liberais no interior da própria administração política de Pernambuco, como também a preparar catequistas, a fim de suprir a falta de sacerdotes no local. Portanto, o Colégio de Olinda tinha a característica de ser instituição educacional para alunos externos que buscavam formação geral e, para internos, que se tornassem jesuítas, pois não havia em Pernambuco seminário à parte para a formação sacerdotal. O texto de Serafim Leite demonstra a solicitação feita ao Pe. Geral pelos nobres pernambucanos⁷²:

"Em 1673 lia-se o segundo **Curso de Artes** e é dêste ano uma representação da Câmara ao P. Geral, pedindo a continuação dêle e mais o de Teologia Dogmática ou Especulativa:..."⁷³

'Além de que pedimos a Vossa Reverendíssima que suposto o Padre Afonso Martins está ensinando actualmente a **Filosofia** a nossos filhos, neste Colégio de Pernambuco, e lhe falta ainda um ano, para acabar de coroar o seu trabalho, se digne Vossa Reverendíssima conceder-lhe faculdade para poder a seus mesmos discípulos, ensinar-lhes a **Sagrada Teologia**, para que formados êles com uma e outra doutrina, assim **Filosófica** como **Teológica**, possam povoar as Religiões, ocupar os púlpitos, e opor-se às Igrejas desta diocese. O Amor, que temos à

⁷¹ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.343-344, 346-347, 378, 384, 392-393, 383, 385-388, 332-333, 407, 412-413, 408, 414-415, 434-435, 432-433.

⁷² Cf. *Op. cit.*, t.V, p.432-435.

⁷³ *Op. cit.*, t.V, p.432.

Companhia, nos dá segura confiança para pedirmos o que muito desejamos; e a obrigação, que reconhecemos dever a Vossa Reverendíssima, nos funda certas esperanças de conseguirmos o efeito de uma e outra petição.⁷⁴

Pelo visto, as solicitações para o funcionamento de ensino superior no Colégio de Olinda foram atendidas:

"Deve ter sido concedido o pedido da nobreza pernambucana, porque o P. Afonso Martins foi de-facto Professor de Teologia Especulativa e Moral no Colégio de Olinda"⁷⁵.

Como descreve Serafim Leite, o Colégio de Pernambuco entre 1635 e 1654, período de invasão holandesa, viu-se tomado pelo contexto do conflito, a começar da ida obrigatória de grande parte de seus padres para Amsterdã, em exílio, numa tentativa da Holanda de conseguir alguma negociação que lhe fosse favorável em troca da devolução dos padres. Ocorreu que após o término do conflito, apenas alguns padres voltaram a missionar no Brasil, devido à morte de alguns deles ou por causa de permanecerem lá. O historiador lamenta e ao mesmo tempo elogia tal situação quando diz que além do exílio destes padres, provocando a falta do trabalho deles com os índios para que ficassem do lado português, pode-se destacar por outro lado, a forte atuação dos poucos padres que ficaram em Pernambuco para reconquistá-lo, principalmente, do Pe. Antonio Vieira. Serafim Leite dá a impressão que pelo fato dos jesuítas terem de agir em número reduzido, a sua atuação foi mais precisa e direta. Antonio Vieira foi o autor da proposta junto ao rei de Portugal de criação da Companhia de Comércio das Índias Ocidentais, que sustentou o trono português, mediante a aliança financeira com os

⁷⁴ Op. cit., t.V, p.433.

⁷⁵ Op. cit., t.V, p.433.

judeus, dando condições dos portugueses reconquistarem Pernambuco. É importante observarmos que a Holanda também criou uma Companhia das Índias do Ocidente que não deve ser confundida com a Companhia fundada pelos portugueses. O predomínio português em Pernambuco segundo Serafim Leite foi possível graças a uma trégua com a Holanda para que não se aliasse aos espanhóis, que pretendiam ainda manter o domínio sobre Portugal. Serafim Leite coloca que o rei português conseguiu reconquistar Pernambuco com a proposta enganosa de Vieira de colocar para os holandeses a venda do local. Sendo assim, enquanto a Holanda pensava nesta compra, oferecida pelo Pe. Vieira na Europa, em Pernambuco os portugueses tratavam de reconquistar o que estavam perdendo, através de um conflito corpo-a-corpo, vencendo os portugueses em 1647, sendo que em 1654, considerando-se que a Grã-Bretanha possuía autoridade econômica sobre Portugal, o Tratado de Paz desta potência com o rei de Portugal reconhece o domínio português sobre Pernambuco⁷⁶.

Vejamos agora as informações, por mim trabalhadas, da Obra de Serafim Leite e que interessam à educação escolar em Pernambuco. Os alunos do Colégio de Olinda participaram diretamente da oposição à presença holandesa e, para tanto formaram uma companhia de estudantes, destinada a angariar e a organizar alunos a fim de atuarem como soldados de guerra. Os padres, além de colocarem os alunos do Colégio à disposição conforme a disponibilidade e vontade de cada aluno, enviaram os seus índios e escravos negros para o combate, enquanto realizavam o trabalho de reanimação dos soldados portugueses, preparando-os para o conflito por meio de uma pregação religiosa de cunho colonizador e de defesa da Colônia. Os soldados eram preparados para a morte, tendo que se confessar, como mostra de que não se acreditava com convicção que Portugal poderia derrotar os holandeses. O discurso colonizador dos jesuítas também

⁷⁶ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.343-344, 346-347, 378, 384, 392-393, 383, 385-388, 406, 409, 393, 394, 401, 405-406, 407, 412-413, 408, 415, 414.

era veiculado na catequese realizada sobre a população, já com idéias protestantes consideradas hereges pela Companhia de Jesus, que veio ao Brasil justamente para não deixar que elas penetrassem na Colônia. Quanto ao Colégio, a sua destruição não conseguiu ser evitada, mesmo com a tentativa de proteção dos soldados portugueses, tendo que ser erguido novamente no ano de 1666. O combate ao Protestantismo assim como a defesa da política colonial de Portugal pelos padres jesuítas foram destacados pelo Pe. Serafim Leite do seguinte modo⁷⁷:

"Ao dar-se a invasão, o principal edifício de Olinda era o Colégio da Companhia de Jesus. Na iminência do perigo licenciaram-se os alunos, empunhando as armas os que tinham idade para elas (...) O Reitor, Leonardo Mercúrio, colocou-se à disposição de Matias de Albuquerque e deu facilidades para que os demais Padres e Irmãos servissem nesta emergência. Tratando eu, diz Matias de Albuquerque, da fortificação desta praça, os ditos Padres me ajudaram com suas pessoas, escravos, e índios de suas doutrinas, o pouco tempo que houve até o inimigo vir com uma Armada de 70 naus e 13000 homens sôbre esta Capitania, a que logo acudiram todos os Padres do Colégio, animando, confessando e exortando a que todos fizessem o que deviam na defesa desta Praça."⁷⁸

"..., a disciplina militar impusera-se. A actividade dos Jesuítas retomara o seu aspecto moral, de mantenedores da resistência político-religiosa, com brancos, índios e negros. São mostras dêste espírito as Cartas de Camarão, modelos de religiosidade, fidelidade à causa da pátria comum, em que o herói nativo procura despertar a consciência dalguns índios mancomunados com os invasores"⁷⁹.

Considero que um acontecimento marcante ocorreu com o Colégio de Olinda no início do século XVIII, fazendo com que os jesuítas se envolvessem

⁷⁷ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.348-351, 400, 403, 416-417, 371, 378, 392.

⁷⁸ *Op. cit.*, t.V, p.348.

⁷⁹ *Op. cit.*, t.V, p.403.

fortemente com a população local, como ocorrera com a invasão holandesa no século anterior. Trata-se da "Guerra dos Mascates, entre olindenses e recifenses, de caráter político e econômico, quer dizer, Olinda se caracterizava pela sua economia agrária, construída por pessoas nobres; de outro lado, Recife era identificada pelo seu comércio intenso, porém, como ainda não era vila, dependia politicamente de Olinda, que concentrava os impostos tanto das atividades agrícolas dos olindenses como do comércio dos recifenses. Por volta de 1710, os recifenses decidem não mais pagar estes impostos, uma vez que não eram convertidos para o empreendimento de seu comércio e, sim para o desenvolvimento agrário de Olinda. Os recifenses ao não valorizarem mais a sua dependência em relação a Olinda, tornam, por atitude própria, Recife em vila, com o apoio do rei de Portugal, pois mantinham laços de amizade com ele⁸⁰.

Anunciada a independência do Recife, os olindenses não concordaram com a decisão e, não havendo retornos, o conflito entre as vilas principiou, tomando os padres o cuidado de se manter, o mais possível, imparciais por receio de represálias tanto para o Colégio de Pernambuco ou Olinda como para o Colégio de Recife ainda mais que em ambos havia confrarias de senhores de engenho, ou melhor, de "Nobres" como era chamada pela organização dos Oficiais Mecânicos, também existente nos dois colégios. Parece que Serafim Leite vê com simpatia esta imparcialidade dos jesuítas, quer dizer o autor força o seu texto no sentido de não fazer aflorar o posicionamento dos jesuítas, procurando demonstrar que se mantinham a serviço tanto dos olindenses como dos recifenses. É claro que estas duas facções apareceram melhor no momento do conflito entre recifenses e olindenses, pois mesmo havendo Confraria dos Oficiais Mecânicos e Confraria dos Nobres nos colégios do Recife e de Olinda, elas tornaram-se predominantes conforme a economia local de cada vila. A Confraria dos Oficiais

⁸⁰ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.450-459.

Mecânicos era composta de trabalhadores, em oposição aos nobres fazendeiros considerados como não trabalhadores e, formava-se majoritariamente por comerciantes seguidos de lavradores, caçadores, soldados, marinheiros, cirurgiões, tecelões e ferreiros. Conformados com a independência do Recife, depois de conflitos, os senhores de engenho de Olinda passaram até mesmo a querer se integrar nas Confrarias dos Mecânicos, como demonstração de que as atividades comerciais estavam em ascensão. Entretanto, os integrantes de tal organização estabeleceram como condição de admissão de nobres o pagamento dobrado das verbas de sustentação da Confraria, impedindo de modo prático a participação desses interessados, justamente por serem senhores de engenho. O funcionamento de ambas confrarias se dava por meio de missas religiosas e de encontros sociais nas dependências dos colégios. Estas organizações de base profissional e política se originaram nos colégios. Vejamos, primeiramente, o Colégio de Pernambuco e, depois o do Recife⁸¹:

"No Colégio, havia duas Congregações: a de Nossa Senhora da Conceição dos homens 'nobres', e a de Nossa Senhora da Paz, dos 'plebeus' ou mercadores. A separação, que à primeira vista pareceria desprimorosa para os mercadores era precisamente o contrário. Contra a nobreza do sangue prevalecia a do trabalho ou do dinheiro: e ambicionavam entrar nela os nobres. Os mercadores porém só aceitavam os nobres mediante contribuição em 'dôbro' da quota associativa"⁸².

"As Congregações Marianas, com a sua significação essencial de piedade, envolviam então outra, de importância social na vida das populações do Brasil. No caso do Recife marca, além da classe agrícola, o ascendente da classe mercantil"⁸³.

⁸¹ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.469, 421, 472, 452, 470, 474, 451, 450-459.

⁸² *Op. cit.*, t.V, p.451-452.

⁸³ *Op. cit.*, t.V, p.452.

Pelas informações que Serafim Leite oferece substancialmente, durante o momento do conflito entre olindenses e recifenses os jesuítas não se posicionaram com evidência se preferiam a liberdade de Recife ou a sua dependência. Mas, havia indícios de que existia, da parte deles, uma simpatia pela criação da vila de Recife devido ao incremento que daria ao seu colégio. E foi o que de fato ocorreu, passando até mesmo a ter mais prestígio e consideração a instrução dada no colégio do Recife, depois de terminado o conflito em 1714. No âmbito escolar, tanto para este colégio como para o de Olinda concluí que antes, durante e depois da "Guerra dos Mascates" a educação escolar jesuítica não estava desvinculada da vida política e econômica de Pernambuco; os jesuítas só serviram a nobres e a oficiais, não adotaram um e outro partido, pois foram mais astutos com a escolha de proporcionar a existência de nobres e de mercadores nos colégios, além da freqüência de seus filhos nas atividades de ensino. Nesta junção, não se sabe como estudantes nobres e de origem comercial conviviam. O que posso sugerir é que os padres tiraram um bom proveito de tais categorias, na medida em que o Colégio de Olinda se mantinha a partir da iniciativa dos senhores de engenho e o Colégio do Recife se beneficiou com o desenvolvimento comercial e político; tanto isto foi verdade que a documentação sucessória dos governadores de Pernambuco, que no século XVII ficava no Colégio de Olinda, no século seguinte passou a permanecer no Colégio do Recife, dada a maior importância deste se comparado àquele colégio⁸⁴.

A partir da Obra de Serafim Leite observo que em épocas de tranquilidade política e econômica, os jesuítas do Colégio de Olinda realizavam a catequese corriqueira e o assistencialismo junto a presos, doentes e pobres. A doutrina cristã também era assistida pelos índios, escravos negros e colonos. Para trabalhos um pouco distantes da vila de Olinda, esses jesuítas se agrupavam com os jesuítas do Colégio de Recife, para

⁸⁴ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.450-459, 483, 436-437, 469, 421, 472, 452, 470, 474, 451.

atuarem na região pernambucana, como medida de reforço da religiosidade precária do interior que contava com capelães seculares, portanto, sem formação teológica e de preparo moral para serem sacerdotes. Acho que de certa forma, os padres jesuítas quando chegavam a esses locais assumiam a função de professores, ou melhor, educadores dos capelães; só que a educação doutrinária dada aos seculares não envolvia aulas teóricas acerca de questões teológicas, mas com certeza ocorriam improvisadamente, através da observação que tais educandos faziam da pregação e do modo de ser dos jesuítas. Neste contexto, a prática dos jesuítas tornava-se o único método didático utilizado para que os capelães assimilassem o que os jesuítas faziam, como confissões, comunhões e reconciliações entre pessoas. Isto significa que os padres percorriam as fazendas interioranas, atuando nelas e, exerciam uma nítida influência não só sobre os capelães que se encontravam nesses lugares, como também em todo o direcionamento religioso e colonizador dado aos escravos negros e aos índios que trabalhavam nas lavouras⁸⁵.

Para a manutenção do Colégio de Olinda e para os trabalhos de catequese dos padres desta instituição, precisava-se de um respaldo financeiro sólido como bem enfatiza Serafim Leite. Este aspecto fundamental da catequese e da instrução foi caracterizado a meu ver por um dado interessante. O fato do rei de Portugal conceder para o Colégio um montante de açúcar estimulou o desenvolvimento de sua comercialização pelos próprios jesuítas, que ao se tornarem comerciantes perceberam que o trabalho com vendas dava grande margem de lucro. Por conseguinte, para terem mais açúcar para vender, pois a quantidade ganha do rei de Portugal não era o bastante, os jesuítas começaram a possuir engenhos em Pernambuco, sendo que deste modo, a produção de açúcar era feita por completo, desde a sua confecção até à venda. A divisão

⁸⁵ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.438-441, 443, 331-332, 335, 333, 427.

deste trabalho existia, ficando os padres com a parte de vendas e os escravos e os índios com o serviço pesado da plantação da cana-de-açúcar e da sua transformação em produto final. Com o pensamento de que não era errado moralmente vender, os padres acreditavam que produzir também não tinha implicações, se se considerar que tais estímulos se originaram do rei de Portugal, que concedia a permissão para a Companhia de Jesus no Brasil se envolver com atividades comerciais. As ordenações proibitivas do Pe. Geral versando sobre o envolvimento dos jesuítas no comércio não aparecem na Obra de Serafim Leite quando construíram o engenho de Monjope, em 1666, localizado perto de Olinda, nem o de Cotunguba teve problemas. Talvez o Pe. Geral não impediu a venda do açúcar pelos padres porque tinha conhecimento das dificuldades de se manter a catequese e o ensino de outra maneira. Desse jeito, a Companhia de Jesus em Pernambuco sendo independente economicamente não incomodava o Pe. Geral de Roma na solicitação de verbas. A política do silêncio se fazia presente nestas circunstâncias, entre o relacionamento de padres da Colônia e os de Roma e Portugal Vejamos o que podemos interpretar do texto de Serafim Leite⁸⁶:

"O Colégio de Olinda tinha o título de Real, por ser fundação de El-Rei, como os da Baía e Rio de Janeiro. O pagamento da 'fundação' real do Colégio de Olinda era feito em açúcar. Ficando aos Padres o encargo de o vender, como se fôsse produto de terras próprias, abriu-se o caminho à produção directa dêle, como qualquer outro produto agrícola que as suas terras produzissem e se julgasse conveniente ao desenvolvimento do Colégio. Algumas hesitações e consultas concluíram finalmente pela liceidade dessa produção"⁸⁷.

⁸⁶ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.423, 427, 424.

⁸⁷ *Op. cit.*, t.V, p.423

Penso que a insegurança dos padres quanto à produtividade do açúcar, mesmo sendo na prática rendoso, os fez investir, da mesma forma, em fazendas de gado. Essas fazendas propiciavam o abastecimento de carne, sendo que as verbas conseguidas com a venda do açúcar podiam, então, ser utilizadas na compra de outros alimentos ou de outros produtos necessários ao bom andamento das atividades do Colégio. Os períodos de seca nessas quatro fazendas eram reais, mas como garantia de sobrevivência, os jesuítas contavam é claro com a comercialização do açúcar e, mais, com o aluguel de casas na vila de Olinda, de arrendamento de outras fazendas que não eram do uso do Colégio mas pertenciam a ele com o propósito de se ter um ganho certo de aluguel, a farmácia existente nas dependências da instituição escolar representava também uma parte dos fundos que se conseguia, sendo bastante estável porque sempre havia doentes ricos em condições de pagar por remédios e tratamentos. A intenção de auto-suficiência dos jesuítas é percebida mediante a posse de uma olaria destinada a suprir os consertos, construções do Colégio, bem como fazia as louças a serem usadas no Colégio e nas suas propriedades; a oficina de curtume rendia pouco e, por isso, foi desativada⁸⁸.

O Colégio de Olinda, sendo criado em 1568 enfrentou o conflito entre holandeses e portugueses entre 1635 e 1654. Mostrarei que a instrução em Recife também sofreu alguns transtornos, ocasionados pelo mesmo problema da invasão holandesa. De acordo com Serafim Leite Recife não dispunha de desenvolvimento econômico forte, por isso, a população era escassa, não precisando de escola, pois o Colégio de Olinda conseguia admitir alunos que viessem de lá. Com os empreendimentos comerciais, no local, no início do século XVII, deixando o Recife de ser simples entreposto comercial de Olinda, a população começa a crescer e o Colégio de Olinda não supre mais as necessidades educacionais da população recifense. Surge,

⁸⁸ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.425-427.

então, a idéia de se fundar uma casa de ensino de primeiras letras, em 1610. Este projeto vingou temporariamente, com o apoio político e financeiro do capitão local, mediante a aprovação da abertura da escola pelo governador geral do Brasil e Pe. Geral. Como o ensino só havia existido em Olinda, os jesuítas do Colégio é que tomam a iniciativa da autoria da criação da escola em Recife, por volta de 1619. Mesmo com o crescimento do Recife, a instrução ainda não estava consolidada, motivo que fez com que a escola dependesse do Colégio de Olinda, de acordo com a ordenação do Pe. Geral. A norma de hierarquizar Casa de ensino com Colégio foi seguida pelos jesuítas do Colégio de Olinda, na qualidade de principio fundamental para se obter resultados positivos. No entanto, a esperança de se prosperar a educação escolar no Recife não foi adiante naquele momento, pois o Pe. provincial ordenou o fechamento da instituição por causa da existência de uma escola de franciscanos perto da escola jesuítica e também porque considerava o Colégio de Olinda suficiente para a região de todo o Pernambuco⁸⁹.

Compreendi da Obra de Serafim Leite que a aprovação do ensino no Recife por parte das autoridades políticas e religiosas não serviu de motivo para que a escola continuasse a funcionar. O Pe. Provincial nem deu ouvidos aos implementadores de tal proposta, nem para a Congregação Provincial, que foi a responsável pela solicitação de abertura da escola ao Pe. Geral. É pertinente notar que as autoridades políticas e religiosas, superiores em relação ao Pe. Provincial não manifestaram qualquer sentimento de contrariedade à atitude autoritária do Pe. Provincial, talvez porque Serafim Leite não tenha registrado, ou mais provável do que isto, com certeza, as invasões holandesas interferiram na educação escolar em Recife, ajudando de certa maneira, a impedir a continuidade da escola, conforme desejava o Pe. Provincial; não que este padre quisesse os holandeses em Pernambuco, é que ironicamente os respectivos estrangeiros

⁸⁹ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.460-462, 484-485.

colocaram em prática os intuitos dele. Enquanto isto, o pequeno prédio escolar foi utilizado por padres, também jesuítas, para moradia catequética⁹⁰.

Parece-me que a urgência de se fundar um colégio foi um traço marcante dos jesuítas na vila de Recife, pois no mesmo ano da expulsão dos holandeses, em 1654, providências foram tomadas para a instalação, a princípio, de uma casa de ler e escrever. Esta casa veio a funcionar a partir de 1659, e contava com o aluguel de duas casas em Recife, como auxílio para o seu sustento, sendo adquiridas por doação de um colono, dispendo da particularidade de terem sido feitas por holandeses no tempo das invasões. Percebendo a necessidade de haver um colégio de fato, com todos os graus de ensino, os moradores passam a reclamar por isso ao Pe. Visitador, que não estava pretendendo conceder licença para a existência de um prédio escolar de maior porte, usando como o Pe. Provincial, o argumento de que Olinda ficava muito próxima de Recife e que os moradores deveriam ter acesso ao Colégio de lá. Contra esta justificativa, os moradores continuavam a afirmar que era custoso o transporte de seus filhos para Olinda. A licença de funcionamento do Colégio havia sido dada pelo rei de Portugal desde 1655, mas por causa das discussões em torno da criação desta instituição, somente em 1678 é que o pedido dos moradores foi atendido, desta vez com a licença dos padres superiores que antes não queriam que este outro colégio fosse aberto em Pernambuco. Observei que foi só o capitão local assumir o sustento financeiro do Colégio do Recife que o Pe. Visitador aceitou a sua criação. Isto demonstra ao leitor que este padre não revelou o motivo verdadeiro de ter sido contra a instrução no Recife. Para se desincumbir da tarefa de buscar fundos de manutenção ao então Colégio o Visitador fez valer um motivo secundário. Sendo assim, não mais com tal ônus resolveu aprovar o funcionamento da

⁹⁰ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.460-462, 484-485.

instrução no Recife⁹¹.

Tenho a afirmar que a ajuda financeira prestada por nobres colonos e pelos capitães de Recife ofereceu ao Colégio um sólido aparato econômico, considerando-se que não contava com qualquer auxílio régio. Das doações destaco casas de aluguel, fazendas de gado e engenhos e fazendas para arrendamento. Ainda o Colégio possuía em seu interior uma farmácia bastante lucrativa. Dentre os capitães, o doador mais generoso deu tantas propriedades à Companhia de Jesus no Recife, que elas possibilitaram a construção de uma igreja anexa ao Colégio, sendo que em troca, muitas missas os jesuítas rezaram em favor da alma desse capitão. O texto de Serafim Leite que segue nos oferece a oportunidade de perceber a relação da política local com a representação sagrada do edifício da Igreja⁹²:

"O Capitão António Fernandes de Matos foi o fundador da Igreja. A primeira pedra lançou-se no dia de Nossa Senhora do Ó (18 de Dezembro) de 1686. E as obras não pararam mais. Três anos depois inscrevia-se-lhe no frontispício a data de 1689"⁹³.

"Para mostrar a gratidão da Companhia de Jesus a homem tão benemérito, o P. Manuel Correia ordenou que em tôda a Província cada Padre dissesse por êle 3 missas, e cada irmão 3 coroas. E pediu ao Geral mandasse também celebrar outras missas em tôda a Companhia, pois êle se constituía dessa forma autêntico 'fundador' da Igreja"⁹⁴.

Com o Colégio, Recife podia ostentar, a partir de 1678 os cursos de Teologia Moral, Filosofia, Humanidades, primeiras letras e de doutrina. Esta doutrina era

⁹¹ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.461-462, 484-485.

⁹² Cf. *Op. cit.*, t.V, p.464, 462, 477-479, 467.

⁹³ *Op. cit.*, t.V, p.464.

⁹⁴ *Op. cit.*, t.V, p.467.

ministrada em aulas para os alunos e, diferentemente para os negros angolanos das fazendas pernambucanas, de uma maneira menos sistematizada, sob a forma de pregação. Vê-se que a doutrina era oferecida, em termos de metodologia, conforme os objetivos estabelecidos pelos jesuítas. No que se referia ao curso de Filosofia até 1721 o seu funcionamento foi irregular, mas com a igual importância do Colégio do Recife em relação ao Colégio de Olinda, todos os cursos passaram a se dar constantemente, sem interrupção. Pelo que pude ver, a competição entre olindenses e recifenses no âmbito da economia, estendeu-se para as instituições escolares, ao se concluir que os recifenses tinham a intenção de tornar Recife o centro educacional de Pernambuco ao invés de Olinda. Realmente, os recifenses tanto pretenderam este desejo que conseguiram fazer do Colégio do Recife a referência máxima de instrução escolar da região⁹⁵:

"Com a preponderância do Recife, o seu Colégio revestiu com o tempo as mesmas características de confiança régia e particular, que assinalam a de outros grandes Colégios, que fôssem sedes de Governo, como a Baía e o Rio de Janeiro. As **Vias de sucessão**, que se guardavam no Colégio de Olinda, passaram a guardar-se no do Recife, se não sempre, algumas vezes; e a posição central do Colégio e a qualidade, segura e acessível do seu famoso cais, tornava-o como o pórtico majestoso da Cidade. Era costume hospedarem-se no Colégio os novos Bispos e Governadores, antes de seguirem para Olinda"⁹⁶.

"...fundando-se Colégio propriamente dito em 1677, embora por disposição dos fundadores sem encargo ou obrigação de ensinar, logo se pensou em ampliar a Escola, ainda que a proximidade do Colégio de Olinda não favorecia o desenvolvimento de novo Colégio, a tão pouca distância um do outro. Em todo o caso, a própria emulação dos Recifenses com os Olindenses refletia-se também no Colégio do Recife, que com o tempo veio a ter sete cursos: ..."97

⁹⁵ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.461-462, 484-485.

⁹⁶ *Op. cit.*, t.V, p.483-484.

⁹⁷ *Op. cit.*, t.V, p.484.

Uma instituição que considero importante não pelo seu tamanho e, sim por causa de sua finalidade foi o recolhimento do Sagrado Coração de Jesus, localizado em Iguaraçu, distante dos centros urbanos de Olinda e Recife. Nesta região rural, no ano de 1742, o Pe. Malagrida, encarregado de fundar casas de educação para moças e seminários sacerdotais, tem a iniciativa de construir um recolhimento para a educação preventiva e corretiva de moças, que por um motivo ou por outro, passaram da idade de se casar, servindo também para abrigar aquelas mulheres que estavam vivendo com homens já casados e, como os jesuítas pregavam contra tal tipo de prática considerada adúltera, para que elas se desvencilhassem dos seus companheiros passou a existir a casa-recolhimento. Por estar localizada em uma região rural de Pernambuco o acesso ao recolhimento dava-se a moças pobres e nobres, que porventura, pela falta de terem onde morar ou por cometerem algum prejuízo moral para a sociedade que deveria ser encoberto, terminavam morando neste tipo de instituição. Por conseguinte, o nome de "madalenas arrependidas", como eram chamadas as mulheres que iam para lá, caracteriza com precisão o objetivo do recolhimento, sem fins de instrução, mas mostrava-se claramente como asilo, dando a entender que abrigava as mulheres para coagi-las a seguir normas de conduta cristãs. O caráter assistencialista do recolhimento encontra-se no seu funcionamento⁹⁸:

"Êste fervor urbano era acompanhado de fervor rural, como se viu no Capítulo precedente. Mas, às vezes, as missões transformavam-se em construções e foi o que sucedeu em Iguaraçu com o P. Gabriel Malagrida, (...) Em Iguaraçu promoveu a construção de um Recolhimento do Sagrado Coração de Jesus para regeneração e preservação de raparigas. Ajudou-o o

⁹⁸ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.475-476.

virtuoso Padre Miguel Rodrigues de Sepúlveda, que ficou seu Capelão, e uma Senhora caridosa, Antónia Maria de Jesus"⁹⁹.

Segundo Serafim Leite além do capelão, o Recolhimento teve o privilégio de receber o reforço religioso de um padre jesuíta cego, que possivelmente por não lhe darem ocupação no Colégio do Recife, onde residia, direcionou os seus trabalhos para o Recolhimento¹⁰⁰.

A Paraíba, compondo assim como Pernambuco, a região nordestina, sofreu com as incursões holandesas conforme expõe o historiador que estamos estudando. Por causa de tais interferências, os jesuítas até 1654 realizaram trabalhos esporádicos de catequese e, quanto ao ensino, não aparecem evidências de qualquer entusiasmo. Depois de não existir mais a presença holandesa, os jesuítas do Colégio de Olinda começam a catequizar a população local. Ao lado deste trabalho possuíam três engenhos os quais estimularam a ida esporádica dos padres que aproveitavam a visita aos engenhos para missionar. A permanência deles não era possível porque, além de estarem ocupados com o Colégio de Olinda, tinham que se adentrar no Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão, como colonizadores portugueses destes locais, para garantirem o domínio de Portugal em todo o território colonial; estas partes da Colônia mencionadas ficaram sob a responsabilidade dos jesuítas do Colégio de Olinda, sendo este o motivo que não permitiu a implementação do ensino na Paraíba no princípio do século XVII. A fundação de uma casa de ensino em 1683 foi um tanto complicada do ponto de vista financeiro; com isto quero dizer que Serafim Leite diz que não sabe se a doação de algumas terras por pessoas particulares foi aprovada pelo Pe. Geral de Roma. Serafim Leite acha que este Padre não as aceitou e, também não tem conhecimento das razões da

⁹⁹ Op. cit., t.V, p.475.

¹⁰⁰ Cf. Op. cit., t.V, p.475-476.

rejeição dessas terras. A confirmação que tive de que os doadores não puderam oferecer o que tinham aos jesuítas se encontra no fato de que a casa de ensino não adquiriu prédio próprio, funcionando em uma igreja localizada na periferia da cidade, lugar de difícil acesso para os alunos chegarem¹⁰¹.

O funcionamento da escola em local inadequado ocasionou uma tomada de decisão por parte do capitão local. Naquela época, esta autoridade política já concebeu a educação escolar enquanto prevenção das mazelas sociais no momento em que as verbas que tinha para a construção do presídio da cidade foram desviadas para a elaboração da casa de ensino. Sendo assim, cadeia não existiu na Paraíba e sim escola. A concepção de educação como redentora dos problemas sociais foi entendida da seguinte forma pelo capitão local¹⁰²:

"Não tardaram a iniciar-se os estudos. Todavia, os moradores, que tinham prometido fazer casa apropriada, protelaram a execução. Surgindo a ameaça de se retirarem os Padres, o Capitão-mor Manuel Nunes Leitão tomou o caso a peito e a verba destinada à Cadeia aplicou-se à construção da Escola"¹⁰³.

Serafim Leite em seu texto dá indicações aprovando o pensamento norteador do capitão referente à função da educação que se definia pela resolução de que abrir uma escola significa fechar uma cadeia. Outros doadores particulares, chamados de benfeitores, deixaram para esta "Casa de São Gonçalo" inúmeras propriedades, garantindo a ela uma situação financeira tranqüila, como foi o caso de um padre de outra ordem religiosa, que não tendo herdeiros, doou as suas propriedades para a casa de

¹⁰¹ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.491-493.

¹⁰² Cf. *Op. cit.*, t.V, p.494-496, 500-501.

¹⁰³ *Op. cit.*, t.V, p.494.

ensino dos jesuítas. Uma maneira diferente de auxiliar a manutenção da obra educacional da Companhia de Jesus na Paraíba consistiu na doação de dinheiro, destinado para a subsistência dos padres, bem como para a construção de uma igreja e para a compra de casas para alugar. O restante do dinheiro era aplicado em festas religiosas da igreja e em doações a pobres. Pelo que percebo, havia uma espécie de sistema bancário, pois a sobra do dinheiro também permanecia a juros de 5%. Todas essas maneiras de se ganhar dinheiro e de fazer prosperar os empreendimentos educacionais na Paraíba mostraram para mim que os jesuítas se preocupavam com o aspecto econômico, por saberem que se não tivessem muita clareza no trato com as verbas, não tinham como buscar auxílios de outrem. De certa maneira, a instabilidade econômica que amedrontava os padres por causa da falta de garantia de seu sustento pela Coroa Portuguesa, os fez dar ênfase ao estabelecimento de um aparato financeiro sólido e muito bem planejado. Tal receio exagerado acabava por garantir aos integrantes da Casa de Ensino de São Gonçalo uma vida próspera, quando se percebe que só esta instituição almejou e teve três fazendas, com centros de missão e, quatro sítios, sendo que um deles servia, além de suas funções próprias, como casa de lazer para os estudantes¹⁰⁴.

Embora a Casa de São Gonçalo fosse tida enquanto casa, a considero como Colégio; a menção a que se fazia de casa parece ter sido uma tradição e costume de se chamar o Colégio de Casa. Com características de Colégio, a Casa da Paraíba oferecia ensino elementar, de Humanidades, de Filosofia e Teologia para alunos internos e externos. Apesar dos estudos serem úteis para fins diferentes devido ao fato de se ministrarem a alunos internos e externos, a separação em classes distintas deu-se apenas a partir de 1757, quase já no momento da expulsão dos jesuítas; durante todo o tempo, os alunos que queriam seguir a carreira sacerdotal na Companhia de Jesus, tinham aulas

¹⁰⁴ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.494-496, 500-501.

juntamente com os alunos que consideravam a Casa de São Gonçalo para fins de sua formação geral, isto porque esta escola era a única a formar padres para a catequese na Paraíba. No ano de 1757, os alunos se submetem a uma divisão, entre internos e externos, contudo a *Obra de Serafim Leite* não indica se as aulas eram dadas em separado, mas acredito ter sido provável que os alunos internos morassem num edifício à parte, anexo ao Colégio e assistissem às aulas com os alunos externos¹⁰⁵.

Tenho a considerar que ao contrário da Paraíba, no Rio Grande do Norte os moradores locais não tinham o privilégio de estudar, em função da inexistência da escola por causa de um problema político entre o capitão local e o Governador de Pernambuco. Por volta desta época, em 1729, e antes mesmo, Serafim Leite esclarece que Pernambuco centralizava as decisões administrativas e políticas do nordeste, devido ao fato de ser o seu centro regional. Esta centralização chegou ao ápice quanto à instrução no Rio Grande, que para se querer criar em tal local uma escola a Câmara de Vereadores da cidade fez o pedido ao capitão local que o aceitou, no entanto, a instância superior do governo de Pernambuco negou a licença. O conflito se estabeleceu entre estes políticos, pois o capitão ficou inconformado com a decisão do governador, considerando-se que esta autoridade não residia no Rio Grande do Norte e, não conhecia as suas necessidades. Na verdade, penso que a própria centralização do poder político irritava o capitão, sendo de opinião que cada cidade deveria dispor de autonomia no que se referia às prioridades do local. O plano, de fundação de uma escola de rudimentos, pedido pela Câmara de Vereadores, negado pelo governo e aceito pelo capitão, não se colocou em prática, por conta do motivo que expus¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.496-497, 503.

¹⁰⁶ Cf. *Op. cit.*, t.V, p.523.

3. OESTE

Descreve Serafim Leite que o oeste da Colônia era formado por Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, sendo que a presença dos jesuítas evidenciou-se exclusivamente nas atividades de catequese em Mato Grosso e Goiás, reservando-se a Minas Gerais o desempenho da educação escolar, além da catequese. Minas Gerais sendo colonizada e transformada em capitania em 1709, não contou de início com os trabalhos de educação escolar, apenas ocorreram anteriormente iniciativas voltadas para a catequese indígena. A origem destes jesuítas era o Colégio de Santiago da Vila de Vitória, no Espírito Santo, que em Minas Gerais realizavam missões junto aos índios, a fim de assegurar a colonização desta parte importante do Brasil, onde o ouro existia em abundância. A aproximação de tribos diferentes era fundamental para que os próprios jesuítas buscassem ouro e para que colonos vindos de São Paulo se enriquecessem. Isto foi possível a partir de 1624, com o reforço militar e político do capitão local e do governador geral, a mandado do rei de Portugal, que não tinha despesas, pois era de opinião que os jesuítas dispunham de recursos suficientes para se sustentarem nas Minas Gerais, ainda mais que iriam se dedicar a explorar as riquezas que por lá havia. Sendo assim, a partir da leitura do texto de Serafim Leite concluo que os padres eram funcionários públicos úteis, eficientes e gratuitos para a Coroa Portuguesa, nada mais do que ideal ao rei de Portugal. Fracassando a procura do ouro por parte deles, pois não o encontraram, em 1679, eles chegam à conclusão que ir embora de lá seria a alternativa acertada, porque financeiramente não tinham como sobreviver e a Companhia de Jesus precisava de um reforço junto aos índios na costa, na Bahia e em Pernambuco, por causa da tentativa de

invasão holandesa. Minas Gerais permanece, então, durante alguns anos sem a catequese jesuítica e sem a perspectiva de abertura de uma escola de ensino elementar¹⁰⁷.

O historiador da Companhia de Jesus no Brasil justifica a atitude dos jesuítas descrevendo que além do forte motivo da falta de condições de permanência em Minas Gerais, os jesuítas tinham a desculpa de que o local via-se suficientemente coberto por missionários de outras ordens religiosas e de que a prática de mineração não era favorável moralmente para o estabelecimento deles em aldeamentos indígenas, devido às enormes brigas entre índios e colonos, ou seja, por um lado, os colonos escravizavam os índios, por outro, estes reagiam. No meio de tal conflito, os jesuítas defendiam a liberdade indígena, mas se indispunham com os colonos, não podendo daí explorar o ouro dos seus inimigos. Não havendo a fixação dos padres em Minas Gerais, logicamente, escola não existiu, até que em 1717, depois de passado algum tempo sem que os jesuítas voltassem a Minas Gerais, os padres não mais de Vitória, mas do Rio de Janeiro e de São Paulo abriram uma casa de missão, sem o caráter expresso de ensino elementar. Trata-se, no caso da casa da **Vila do Ribeirão do Carmo**, criada com o objetivo de se promover a catequese junto aos meninos pobres e a escravos, sem o receio que os jesuítas do Espírito Santo possuíam, de que uma casa de catequese não cabia no meio da atividade mineradora, pelo contrário, o fato de haver um trabalho no local, envolvendo muita riqueza era um motivo convincente para se estabelecer a doutrina jesuítica. Este pensamento foi o norteador da origem da casa da Vila do Ribeirão do Carmo. Na realidade, sou de parecer que os jesuítas do Espírito Santo se desinteressaram pelos trabalhos nas Minas Gerais quando perceberam que a extração do ouro era um pouco difícil, enquanto que os jesuítas do Rio de Janeiro e de São Paulo, não dispondo do intuito de praticar a busca ao ouro tiveram ânimo para permanecerem. Eles nem ao menos aceitavam dos mineradores o ouro, provando

¹⁰⁷ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p. 134, 178, 160, 144, 143, 146, 149, 161, 147-148, 167, 168-169, 185, 191, 188-190, 177, 159, 166, 183-184.

atitude que houve finalidades opostas entre os jesuítas do Espírito Santo e do Rio de Janeiro e São Paulo, no interior de uma mesma Ordem Religiosa, quanto à sua presença nas Minas Gerais. Os jesuítas do Espírito Santo assim se posicionaram¹⁰⁸:

"Certo que a natureza da mineração não permitia a criação de Aldeias de Índios; por outro lado, a falta de preocupação escolar nos primeiros povoadores não impunha a presença de um Instituto, cuja tradição e actividade no Brasil, dadas as circunstâncias da sua formação, girava à roda destes dois elementos principais: catequese dos Índios e ensino dos colonos"¹⁰⁹

"Marcos de Azeredo descobriu as 'esmeraldas', em Minas, no ano de 1611. Algumas, enviadas a Portugal, foram reconhecidas como tais, 'não mui finas'. Julgavam os lapidários que cavando mais fundo as finas apareceriam. Marcos de Azeredo tratou de novo de 'êste descobrimento que não teve efeito com sua morte'"¹¹⁰.

"Tais entradas não deram frutos senão de pedras verdes, que uns diziam ser esmeraldas, outros não"¹¹¹.

Até então não saberia afirmar se houve a ministração de instrução elementar na Vila de Ribeirão do Carmo. Mas em 1750, segundo a descrição de Serafim Leite, os jesuítas do Colégio do Rio de Janeiro criaram um seminário, destinado a educar os filhos de mineiros. Este seminário, pelo jeito era pequeno, pois dispunha de apenas um padre para dar as aulas de primeiras letras e de bons costumes, além de cuidar da administração da instituição. A criação do então seminário estava associada à passagem da Vila para cidade de Mariana, em 1745 com o fim de ali se estabelecer sede episcopal a

¹⁰⁸ Cf. **Op. cit.**, t. VI, p.160, 167, 168-169, 185, 191, 186, 188-190, 177, 159, 161, 166, 178, 183-184, 192-193, 198.

¹⁰⁹ **Op. cit.**, t. VI, p.183-184.

¹¹⁰ **Op. cit.**, t. VI, p.185.

¹¹¹ **Op. cit.**, t. VI, p.188.

mandado do rei de Portugal. Entretanto, Serafim Leite não esclarece e nem dá indicações de porquê em Mariana o rei de Portugal ordenou a criação de uma sede episcopal; por conseguinte também não sei explicar a razão de vir a existir a respectiva sede. Ao longo de um certo tempo, os filhos de mineiros dispunham, em Mariana só de educação elementar, tendo o incômodo de serem obrigados a se dirigirem para centros da Colônia onde tinham a possibilidade de prosseguir os estudos. A vinculação entre instabilidade moral da atividade mineradora e a falta de ensino superior parece que se fez presente, ao menos no texto de Serafim Leite. Este autor expõe que a instrução no local era tímida devido à situação moral ocasionada pelo tipo de economia existente. Apenas no ano de 1753 e nos subseqüentes, dada a insistência da Câmara de Vereadores da cidade é que o rei de Portugal concede licença para a instituição dos cursos de Filosofia e Teologia, no seminário, o que me ofereceu a interpretação de que os jesuítas tiveram a possibilidade de formar sacerdotes para a missão¹¹².

Ainda tenho a expor, sem saber os motivos, que o rei de Portugal limitou, para a cidade de Mariana, a presença de religiosos estrangeiros de outras ordens religiosas que não tivessem vários estabelecimentos no território colonial. Penso a respeito, que este cuidado talvez fazia sentido se se considerar que Mariana dispunha de intensa atividade econômica lucrativa aos cofres reais e, que a presença de religiosos estrangeiros era ameaçadora, pois poderia significar uma espécie de representação de metrópoles colonizadoras indesejáveis¹¹³.

Perto dali, em Vila Rica, no início do século XVIII, informa o historiador da Companhia de Jesus no Brasil que os jesuítas da Vila de Ribeirão do Carmo tentam amainar um conflito dos mineiros com as casas de fundição, ou seja, a meu ver, a situação

¹¹² Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.196, 198, 199, 200-201.

¹¹³ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.196, 198, 200-201.

traduzia-se no fato de que os mineiros para poderem obter algum lucro sobre o seu trabalho eram obrigados, por força das circunstâncias, a burlar o imposto que incidia sobre o ouro, proveniente das casas de fundição. O agravamento do problema ocorreu quando esses mineiros conseguiram prender os vereadores da Vila. A função dos padres neste conflito foi marcada pela característica de pacificação e tentativa de acordo entre os mineiros e vereadores, estes com a responsabilidade política de implemento dos impostos em Mariana. Os jesuítas atuaram exatamente conforme as ordenações do capitão local, ao proporem que os mineradores elegeassem seus procuradores (representantes) para estabelecerem um diálogo com os vereadores. Porém, o esforço jesuítico não teve efeito, pois os conflitos se arrastaram, não dando Serafim Leite uma seqüência em seu texto de como este episódio continuou. Este historiador, quando faz referência à situação dos impostos, afirma que a educação escolar jesuítica era muito bem aceita pelos referidos mineradores. De certa forma é interessante prestar atenção ao fato de que ao mesmo tempo em que os mineiros não se submeteram à pacificação dos jesuítas, eram a favor da atuação deles no âmbito do ensino, para seus filhos, devido à realidade de acharem pertinente a educação para os bons costumes e voltada para a religiosidade¹¹⁴.

4. SUL

Passando da região oeste, assim considerada por Serafim Leite, descrevo a seguir a região sul, que segundo o historiador que estamos estudando, tinha como sede regional o Rio de Janeiro, sendo constituída pelo Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa

¹¹⁴ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.193-195.

Catarina, Missão dos Patos, Rio Grande do Sul, Rio da Prata e os Sete Povos das Missões. Portanto, ainda tenho uma longa exposição a fazer, considerando-se que esta região sul abarcava todas essas capitâneas ou lugares¹¹⁵.

A cidade do Rio de Janeiro sendo fundada em 1565, em 1567 os jesuítas têm a iniciativa de construir um colégio, com o ensino de primeiras letras, bons costumes e latim para alunos internos e externos. Com o desenvolvimento citadino e devido ao crescimento populacional, o Rio de Janeiro começou a representar uma região próspera em termos econômicos, ao lado da Bahia. Sendo assim, este crescimento, de acordo com o Pe. Serafim Leite a partir de 1639 repercutiu na esfera educacional, fazendo com que o Colégio implementasse o simples curso de latim em Humanidades, não se ministrando, portanto, apenas as aulas de latim neste grau de ensino, como também Português, Rudimentos Gerais, Gramática e Retórica, disciplinas que compunham o curso de Humanidades¹¹⁶.

Continua descrevendo Serafim Leite que um ano antes, em 1638, começou a funcionar o curso de Filosofia também para alunos internos e externos. Sem maiores detalhes este autor se refere a um exame que os alunos, ao findar o bacharelado, tinham de prestar para conseguirem aprovação e conseqüente permissão para o recebimento do título de mestre em Filosofia. Além dos alunos externos, este Colégio tinha de dar conta de receber os alunos internos de toda a Colônia, pois em Filosofia esta instituição era a central se se observar que o Colégio da Bahia ficou um determinado tempo sem ministrar este curso para esses alunos; quanto a isto, Serafim Leite não indica em que época o Colégio da Bahia deixou de oferecer Filosofia para os alunos internos e, quando o Colégio do Rio de Janeiro dispôs de exclusividade. Quanto aos motivos de se tentar estabelecer o curso de

¹¹⁵ Cf. *Op. cit.*, t.X, p.289-294.

¹¹⁶ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.3-4.

Filosofia apenas no Colégio do Rio de Janeiro, eles foram de ordem financeira, quer dizer, os jesuítas, com a preocupação sempre de racionalizar as suas contas, experimentaram manter este curso no Colégio da Bahia, somente para externos a fim de que se concentrassem os alunos internos nos mesmos aposentos, sob os cuidados dos padres apenas do Colégio do Rio de Janeiro, pois a Companhia de Jesus na Colônia assim pensava que haveria uma diminuição dos gastos com esses alunos. A meu ver, a experiência de fazer do Colégio do Rio de Janeiro o centro formador de internos em Filosofia não foi para frente devido ao fato do Colégio da Bahia ter voltado a oferecer este curso¹¹⁷.

A distribuição dos cursos entre o Colégio do Rio de Janeiro e o da Bahia permaneceu, de acordo com o que expõe Serafim Leite, ao se constatar que o curso de Teologia Especulativa se dava regularmente no Colégio da Bahia, servindo para completar a formação dos alunos do Rio de Janeiro, que terminando o curso de Teologia Moral se encaminhavam para lá; no entanto, nas ocasiões em que por um motivo ou outro não se tinha a possibilidade de enviar os alunos, o curso de Teologia Especulativa funcionava na forma de aulas particulares e, existia só quando havia número suficiente de alunos. A intenção de vir a existir o respectivo curso, de maneira regular, foi formulada antes de 1711, mas ele demorou um pouco para ser concretizado devido às interferências provocadas pela invasão francesa na capitania, nesta data. Pela leitura que fiz da Obra de Serafim Leite pude compreender que em 1725, o desejo dos jesuítas se realizou mesmo com a resposta negativa do rei de Portugal. Sendo assim, o Colégio do Rio de Janeiro passou a dispor de todos os graus de ensino e, para tanto, os jesuítas não obedeceram às ordenações proibitivas do rei de Portugal. Eles simplesmente instituíram o curso de Teologia Especulativa por conta própria, sendo que Serafim Leite não coloca o parecer do

¹¹⁷ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.4-5.

Pe. Geral quanto a isto. Este historiador confirma a existência do respectivo curso ao escrever que apesar de:¹¹⁸

"Indeferido por El-Rei, tomaram os Padres o assunto à sua conta. E assim em 1725 abriu-se Aula de Teologia para externos, e da Baía transitaram para o Rio 12 Estudantes por ser o Rio já mais apto para os sustentar; e noticia-se em 1727 que se aumentaram os Estudos com o Curso de Teologia **Especulativa**, e que em breve se acrescentaria também um terceiro Curso de Humanidades: ..."119.

Além do fato interessante dos padres terem criado o curso de Especulação sem a licença do rei de Portugal, considero o pedido do prelado da cidade para que este curso existisse como informação importante que Serafim Leite nos oferece, pois este religioso não era jesuíta e, ainda mais, colocou para todos os religiosos a obrigação de fazerem a Teologia Moral no Colégio. Penso que esta imposição revela a predominância da educação escolar em relação à formação ainda mais precária das outras ordens religiosas, tendo a Companhia de Jesus a oportunidade de influenciar esses religiosos, que não sendo jesuítas, na prática, provavelmente, adquiriam uma formação teológica igual à de um jesuíta e, na realidade possivelmente tinham uma atuação semelhante à que a Companhia de Jesus desejava para seus religiosos. Vejamos o que informa Serafim Leite acerca desta minha exposição¹²⁰:

"Na Cidade os estudos do Colégio eram estimados e pedidos. E o zeloso Prelado D. Francisco de S. Jerónimo, para promover a cultura do seu Clero Diocesano, determinou em Pastoral sua que não admitiria ao sacerdócio nenhum candidato, sem ter cursado antes dois anos de Teologia Moral no

¹¹⁸ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.4-6.

¹¹⁹ *Op.cit.*, t. VI, p.6.

¹²⁰ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.5-6.

Colégio, mediante 'certidão do Mestre de Moral da Companhia de Jesus'¹²¹.

O leitor pode ter observado que, no texto que citei, aparece a Teologia Moral como condição para que os religiosos pudessem atuar e não a Teologia Especulativa, porque esta ainda estava sendo criada e, mesmo depois de existir, como já se sabe, poucos religiosos tinham a possibilidade de frequentá-la, dada a necessidade de atuarem¹²².

Serafim Leite ao tratar do prédio escolar diz que as suas dependências no século XVII ficaram apertadas, devido ao crescente número de alunos. A solução encontrada em 1648 para este problema foi a de ampliar a quantidade de salas de aulas e, acresce-se a isto, a construção de casas à parte para o abrigo de políticos e de pessoas importantes que vinham de outros lugares e, que antes se hospedavam no interior do Colégio. Cabe destacar a presença de missionários da China no ano de 1726 nesses alojamentos, por causa do Rio de Janeiro ter sido um local de passagem para a China. Estes missionários moraram próximo do Colégio durante cinco meses, pois a viagem a navio tinha de ter época certa. O financiamento de tal ampliação proveio dos próprios recursos do Colégio, ou seja, de suas fazendas, bem como de donativos de pessoas ricas da cidade. O Colégio por se situar no Morro do Castelo, pois neste local é que a cidade começou, teve que ajustar o seu local, de difícil acesso, na medida em que os moradores começaram a se estabelecer ao redor do Morro e na praia. Para tanto, como iria ficar onerosa a destruição e uma nova construção do prédio num outro local mais acessível, os jesuítas fizeram os cálculos e chegaram à conclusão de que construir um guindaste na praia seria mais barato. E de fato este guindaste veio a funcionar em 1643 no transporte de

¹²¹ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.5.

¹²² Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.5-6.

peças do Colégio para a cidade e vice-versa, como demonstração de aplicação da tecnologia que conheciam¹²³.

Dando ênfase para o aspecto físico da instituição escolar, o historiador da Companhia de Jesus trata de sua farmácia e enfermaria. A farmácia, a meu ver, era uma espécie de central de distribuição de medicamentos para outras farmácias existentes no Rio de Janeiro, sendo assistidas também as aldeias e as fazendas da região. Como era comum, pobres tinham o atendimento gratuito e os ricos tinham este privilégio em epidemias. Notei de interessante, que quanto à enfermaria ela se dividia entre o cuidado dos padres em um compartimento separado e o recebimento de pessoas de fora da Companhia de Jesus que precisavam de assistência, como a presença muito comum de escravos, por se machucarem muito nos serviços pesados das fazendas jesuíticas ou de colonos. Este compartimento, os jesuítas ainda o dividiram em ala feminina e ala masculina, para não haver risco de contato entre homens e mulheres, assim como se mantinham distantes das pessoas, ao serem atendidas em separado. De acordo com Serafim Leite seria até mais pertinente fazer menção a esta enfermaria como hospital, que dispunha de tantos recursos e era extensa em termos de tamanho, que tinha condições financeiras de medicar pobres e de pagar a passagem deles para Portugal, uma vez que na Colônia não tinham como conseguir alguma ocupação rendosa. Mais do que isto, sugiro que os jesuítas viam com um certo preconceito estes pobres, pois estes mostravam que pior do que ser escravo, era não ter nem ao menos esta condição. Por vergonha e pena, quem sabe, os jesuítas estimulavam a ida deles para a Metrópole¹²⁴.

Tenho a escrever que o Colégio enquanto instituição confessional não poderia deixar de dispor de uma igreja. É nela que os alunos se agrupavam na forma de

¹²³ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.6, 13-14, 20.

¹²⁴ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.14-16, 19.

congregação, destinada, principalmente, para o cultivo religioso, mas que através dela eles acrescentavam algumas festas de fundo também religioso, talvez como desculpa para se encontrarem para conversar e espairecer, fugindo um pouco do esquema de vida regrado do Colégio, apesar de serem dirigidos e controlados por um padre orador. A utilidade desta igreja era mais importante nas missas que promovia para a população, principalmente quando se tratava de membros ricos, que ao confessarem os seus pecados eram automaticamente induzidos a dar dinheiro para as obras de caridade e de assistencialismo junto a pobres. Um fato particular me resta a acrescentar, como parte da história de vida desta igreja. A presença do governador local nas missas o fez adotar duas moças pobres, o que estimulou a criação de um Recolhimento, ou melhor, convento de mulheres sem amparo. Uma parte da igreja era separada para se enterrar governadores locais e padres destacados que atuaram no Colégio, numa atitude de seletividade de pessoas no âmbito da própria religiosidade. Não bastando as atividades desenvolvidas no interior da igreja, o Colégio tinha uma casa específica para o que os jesuítas chamavam de santificação, onde estudantes, homens da cidade e os membros da Companhia de Jesus praticavam os "Exercícios Espirituais" de Inácio de Loyola, enquanto inculcação das normas e valores da Ordem Religiosa¹²⁵.

A biblioteca representava, no meu entendimento, a área de influência literária e intelectual do Colégio para com os moradores, em função deles poderem retirar livros. Esses se adquiriam mediante compra ou ganho, e eram de origem européia ou portuguesa, sendo também de uso dos padres e dos alunos. Para estes dois últimos, havia uma gráfica no Colégio que imprimia alguns livros ou materiais didáticos fundamentais para o aprendizado. Na exposição de Serafim Leite a respeito desta biblioteca os livros não me chamaram tanto a atenção como a gráfica, que sem dúvida, representava um avanço

¹²⁵ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.17, 19, 25.

para a época e, fundamentalmente, pelo fato do Rio de Janeiro constituir parte de uma Colônia. Entretanto, este avanço era limitado porque todo o material que ia para a impressão passava por um crivo rigoroso da Companhia de Jesus. Os livros tanto de Portugal, como da Europa tinham como temas: Ciências Sacras e Profanas, História, Direito Civil e Canônico, Oratória, biografias, Letras, Humanidades, Matemática e Filosofia. Por autores podemos presenciar livros de Aristóteles, Platão, Plínio, Virgílio, os conimbricenses, Newton, Boscovich, Clávio e Kircher. Livros de autoria de Francisco Soares, de origem portuguesa, que eram encontrados nesta biblioteca possuíam idéias um pouco profanas no entender dos padres e, por isso, foram deixados de ler e providenciou-se a ida deles para a Inconfidência Portuguesa. Dos jesuítas franceses, os padres do Colégio do Rio de Janeiro tinham acesso ao "Journal de Treboux"¹²⁶.

Serafim Leite dedica uma parte de seu texto para a descrição das pessoas que viviam permanentemente no Colégio. Era o caso dos professores, que constam em 1743 como sendo de naturalidade da Colônia, o que entendo que comprova o fato da escassez de padres de Portugal, não tendo provavelmente esses jesuítas a formação completa em Teologia para darem as aulas. Os reitores, pelo visto, tinham uma formação melhor, por serem provenientes do cargo de provincial, que ao encerrarem os seus mandatos se tornavam diretores desta instituição escolar. Esta também oferecia uma melhora no currículo destes padres, que se não foram provinciais anteriormente, tinham então a chance de se tornarem, após terem exercido o reitorado no Colégio do Rio de Janeiro. Completava o quadro de pessoal constante do Colégio, os artífices e os escravos negros, sendo estes pedreiros, alvanéis, canteiros, que ao trabalharem ouviam a catequese por parte de uns padres que pregavam para eles na língua angolana. Não sendo suficiente a

¹²⁶ Cf. **Op.cit.**, t. VI, p.25-27.

pregação, esses escravos se submetiam a um mestre de obras que era padre¹²⁷.

Apresento especialmente a informação de que o Colégio tinha em sua parede externa afixado um relógio muito grande, para que os habitantes da cidade se regulassem pelo horário cronometrado, conforme o modo de viver europeu. Esta inovação queria dizer que uma nova ordem de disciplinamento e de trabalho estava sendo instituída, ao lado do ensino sistematizado e da catequese, se se considerar que antes da colonização portuguesa, não havia horário rigidamente estabelecido, nem colégio e catequese. Serafim Leite vê vantagens na instalação deste relógio:

"No mastro do Colégio erguiam os Padres, para o anunciar à cidade, o sinal de navio na barra, quando algum apontava nela. E pela sua posição central, o relógio da torre do Colégio, de exactidão proverbial, era o relógio da Cidade. As horas ouviam-se de noite, a distância, e associou-se às canções do povo"¹²⁸.

A influência dos jesuítas do Colégio do Rio de Janeiro ocorria, como vimos, na educação escolarizada, no desenvolvimento de tecnologia, no atendimento assistencialista, nas missas, na abertura da biblioteca aos moradores e no controle de suas vidas mediante a instalação de um relógio na cidade. Tenho a acrescentar que os padres do Colégio não atuaram apenas na instrução, pois realizaram um processo efetivo de catequese com os presos da cadeia pública. Sistemáticamente, aos domingos, de acordo com Serafim Leite, os presos recebiam comida, pregação da doutrina e os padres realizavam o trabalho de defesa deles quando eram de opinião que os presos estavam na cadeia injustamente. Pelo que li na "História da Companhia de Jesus" acho interessante relatar um acontecimento que se deu de 1743 a 1745. Aconteceu que os presos fugiram da

¹²⁷ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.16, 23, 108, 7-8.

¹²⁸ *Op.cit.*, t. VI, p.29.

cadeia e quiseram se alojar nas dependências do Colégio, entretanto a lei proibia qualquer respaldo a presos por parte de pessoas de fora da cadeia, ainda mais em se tratando dos jesuítas. A solução encontrada pelo reitor do Colégio foi a de auxiliar a fuga desses presos, devido à consideração da parte de tal jesuíta de que os presos estavam na cadeia por causa de uma justiça muito falha. O leitor perceberá que Serafim Leite interpreta a atitude deste reitor como caridade religiosa, não discordando dele por ter desobedecido a uma lei régia¹²⁹:

"A *Ânua* de 1743-1745 conta que os detidos no Calabouço arrombaram as portas, e 50 presos acolheram-se ao Colégio, procurando asilo. Havia um decreto régio que proibia o asilo por mais de três dias. O Reitor mandou-os embora e em liberdade, dando-lhes antes de comer a todos êles, e dinheiro, resolvendo desta forma o caso de nem violar as leis nem faltar à caridade constante do Colégio para com os presos, encarcerados e doentes"¹³⁰.

Assim como os presos, os jesuítas catequizavam os índios e os negros que trabalhavam nas fazendas da redondeza. Distante do Rio de Janeiro esses padres iam missionar no Espírito Santo, Santos, São Paulo, Laguna e no Rio da Prata, ou seja, em quase toda a região sul, dado que o Colégio do Rio de Janeiro tinha a incumbência de ser a central dos trabalhos jesuíticos nessas partes da Colônia¹³¹.

Serafim Leite fazendo uma descrição do envolvimento dos padres do Colégio com os problemas enfrentados pela cidade expõe a tentativa de invasão holandesa em 1624. A participação da Companhia de Jesus consistiu na construção de uma trincheira perto do Colégio para não se ter o perigo de invasão; no envio de comida para a Bahia, que

¹²⁹ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.14-16, 19.

¹³⁰ *Op.cit.*, t. VI, p.16.

¹³¹ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.21.

nesta época estava sitiada e, em 1640 em função do perigo maior de tomada da cidade do Rio de Janeiro, soldados foram preparados religiosamente e, a meu ver, de maneira ideológica para um possível enfrentamento com os holandeses, além de padres agruparem os índios que trabalhavam em suas fazendas para servirem como soldados em caso de necessidade. Serafim Leite, no entanto, não informa se os holandeses invadiram o local, pareceu-me que não. No mesmo ano de ameaça holandesa, no Guaíra, local fronteiro entre os territórios de Portugal e da Espanha, um conflito muito sério envolveu jesuítas castelhanos com colonos portugueses do Rio de Janeiro, que foram para lá a fim de escravizar os índios e levá-los como escravos para o Rio de Janeiro para a sua comercialização. Isto só foi possível após terem acabado com as instalações dos padres jesuítas castelhanos, em razão deles serem contra a escravidão. Continua descrevendo Serafim Leite sobre este fato dizendo que como os jesuítas do Colégio do Rio de Janeiro se direcionavam, de vez em quando, para trabalharem na catequese indígena naquela região, quando tal problema veio a existir, eles se sentiram empenhados na defesa da liberdade indígena em relação à tentativa de se escravizarem os índios. Neste momento, esta defesa foi incentivada e respaldada pela chamada publicação do "Breve de Urbano VIII" que versava a respeito da proibição da escravização indígena e, atribuía aos jesuítas a tarefa de transmiti-la aos colonos escravizadores. Sem se esperar pela licença do rei de Portugal, tamanha era a pressa de divulgação, o Breve foi comunicado pelo Colégio do Rio de Janeiro para o Guaíra, onde o conflito estava aflorado, em Santos e em São Paulo¹³².

A partir do texto de Serafim Leite, destaquei algumas reações dos colonos dos locais onde o Breve passou a vigorar. Em Santos, os jesuítas do Colégio do Rio de

¹³² Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.95-96, 103-105, 29, 32-36, 40. É muito oportuno o leitor tentar perceber que a liberdade indígena era defendida pelos jesuítas somente em relação as tentativas de sua escravização pelos colonos. Quanto aos padres quero deixar claro que eles também praticavam a escravização indígena, pois não pagavam pelo seu trabalho e, sim concediam alimentos e remédios. Eles chamavam esta troca de pagamento, que na época era conhecida como "estipêndio".

Janeiro conseguiram provocar, mediante o envio do "Breve" uma revolta que reuniu moradores e Câmara de Vereadores, que fizeram uma manifestação com a intenção de que tal norma não viesse a efeito. No Rio de Janeiro também os vereadores, políticos, letrados, os moradores e, ainda os religiosos de outras ordens se posicionaram contra a medida do "Breve". O conflito chegou ao ápice no momento em que os próprios políticos da cidade, posicionados contra os jesuítas, ofereceram soldados para que fechassem o Colégio e saíssem rapidamente de lá, dadas a constantes ameaças de se botar fogo na instituição escolar. A rejeição formal dos moradores da cidade em relação aos jesuítas deu-se com a carta que escreveram, sendo enviada ao rei de Portugal e à capitania de São Vicente, ficando conhecida como "Libelo Infamatório" assim tida pelos jesuítas. Estes para não saírem do Rio de Janeiro e para os jesuítas de São Vicente não serem expulsos de lá, a população do Rio de Janeiro propôs um acordo aos padres. Tal acordo também recebeu um nome, o de "Concerto", que depois de firmado foi enviado para São Vicente, ficando tratado entre os moradores e os padres, que estes podiam ficar na cidade desde que não contassem para o rei de Portugal as revoltas cometidas contra o Colégio, bem como não poderiam apresentar as acusações que tinham a respeito da revolta¹³³.

Antes do acordo mencionado, os padres chegaram a enviar ao rei de Portugal uma argumentação contrária ao Libelo Infamatório, em que colocaram os acontecimentos prejudiciais ao Colégio, de acordo com Serafim Leite. Penso que esta situação se contemporizou através do "Concerto" mas acima de tudo mediante a necessidade política do rei de Portugal em manter os jesuítas do Colégio do Rio de Janeiro no local. A Coroa Portuguesa acabava de se restabelecer e se tornar independente da Espanha e, para que se fortalecesse, a Colônia tinha que estar em perfeitas condições políticas; não poderia haver conflitos de ordem política. Com isso, os padres

¹³³ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.32-36, 40, 37, 39-40.

permaneceram no Rio de Janeiro e, a defesa da liberdade indígena ficou esquecida, em razão da predominância dos assuntos relativos à restauração do trono português. Para se sustentar, o rei de Portugal deu todo o respaldo aos jesuítas do Colégio, sendo que as suas dependências voltaram a ser freqüentadas por vereadores, prelado, vigários de outras ordens religiosas, pelo capitão e por nobres senhores de terras. O motivo da freqüência foi justamente para que no Colégio houvesse uma solenidade de reconhecimento do rei de Portugal. Para a sua preparação, eles se reuniram na biblioteca junto com os jesuítas e, para tanto, o governador local conversou com eles para que o ato de reconhecimento fosse unânime, pois todos os votos tinham de ser favoráveis ao rei, do contrário, o governo em Portugal não teria o respaldo imprescindível contra a Espanha. O pedido do governador se concretizou e, podemos compreender que houve uma composição política entre os jesuítas e os políticos locais para que a Colônia continuasse sob o domínio da Metrópole Portuguesa. Esta confirmação do trono português, que aconteceu na igreja do Colégio, vem a demonstrar também que os jesuítas estavam firmes no propósito de promover a colonização portuguesa no âmbito educacional. É interessante retirarmos do texto de Serafim Leite a importância que o Colégio voltou a ter com este ato de reconhecimento do rei de Portugal e, vemos como os estudantes se envolveram neste acontecimento¹³⁴:

"Obtidos desta maneira os votos individuais, mandou o Governador entrar todos juntos na Livraria. Expôs-lhes em comum a grande nova. O vereador mais velho da Câmara levantou-se e respondeu por si e pelos mais oficiais: 'que se a eleição havia sido tão aprovada do céu e tão aplaudida de todo o Reino, e prosseguida, na Baía, cabeça do Estado, êles deviam de seguir aos maiores e fazer a mesma aclamação e juramento, reconhecendo por verdadeiro rei e Senhor de Portugal ao Senhor Rei D. João o IV dêste nome'"¹³⁵.

¹³⁴ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.41-44.

¹³⁵ *Op.cit.*, t. VI, p.43.

"Foram os Estudantes do Pátio do Colégio que encerraram as manifestações públicas de regozijo: rematou-se a festa (...) com um alardo que os Estudantes a segunda-feira ordenaram, dando mostras de que também, quando fôsse necessário em serviço de Sua Majestade, saberiam disparar tão bem o arcabuz como construir os livros"¹³⁶.

Aparece na Obra de Serafim Leite o governador local do Rio de Janeiro comunicando para São Vicente a solenidade ocorrida no Colégio com a recomendação de que lá se fizesse o mesmo¹³⁷.

Alguns anos depois da aclamação do rei de Portugal no Colégio do Rio de Janeiro, em 1648 aproximadamente, conforme nos indica Serafim Leite, a cidade foi ameaçada por incursões francesas, que não prosseguiram porque os moradores se reuniram e se vestiram de militares, conseguindo então intimidar os invasores. Mas em 1710 os franceses voltam com mais vontade e conseguem se adentrar na cidade. Neste acontecimento, tenho a escrever, que como era comum, os jesuítas do Colégio e os seus estudantes participaram no conflito, sendo que esses primeiros fizeram o trabalho de animação religiosa e patriótica com os soldados contra os intentos dos franceses, além de atender aos socorros dos feridos e de fornecerem a manutenção alimentar. Vencendo os portugueses o conflito, os jesuítas ficaram livres para assistir os soldados franceses em cativeiro, com medicamentos e alimentação, uma vez que a dominação portuguesa estava novamente garantida e, para os padres o que restara foi esta atitude de tutela e assistência¹³⁸.

No que concerne aos estudantes, Serafim Leite mostra-se orgulhoso ao expor que eles formaram uma companhia militar sob a liderança de um capitão, como se

¹³⁶ Op.cit., t. VI, p.44.

¹³⁷ Cf. Op.cit., t. VI, p.44.

¹³⁸ Cf. Op.cit., t. VI, p.42-45, 46-47, 49.

fosse organização independente dos soldados. Sendo o serviço obrigatório só em ocasiões de guerra, os estudantes nestas épocas não estudavam, para poderem se dedicar à causa da colonização, de acordo com a minha compreensão. Reforçava-se então, o pensamento colonizador associado a conflitos com invasões estrangeiras¹³⁹.

Lamenta Serafim Leite que os franceses prejudicaram a situação financeira da instituição escolar, pois destruíram em parte as fazendas jesuíticas que se localizavam perto. Houve uma troca entre os portugueses e os franceses, que estabeleceu a volta do domínio português sobre o Rio de Janeiro desde que o vencedor desse aos franceses dinheiro, bois e arrobas de açúcar e, como os jesuítas detinham muitas terras que cuidavam deste tipo de produção, fora o dinheiro dado pelo governador, o restante ficou por conta das fazendas jesuíticas. Quanto ao Colégio, os franceses não o incendiaram, mas por algum tempo os jesuítas foram obrigados a se retirarem de suas dependências, que já haviam sido roubadas, tendo que se abrigar em fazendas que possuíam longe da cidade, assim como todos os moradores¹⁴⁰.

Podemos pensar que as dificuldades financeiras do Colégio do Rio de Janeiro foram passageiras, quer dizer, se deram um pouco após a invasão francesa porque tantas terras os jesuítas dispunham para o sustento da educação escolar que o acontecido não lhes rendeu maiores complicações. Para este aspecto do Colégio, Serafim Leite dedica uma longa descrição da qual aproveitei as partes principais. Tenho a concluir que como o ensino neste colégio se expandiu, foi preciso uma garantia mais ampla de sua manutenção e é por isso que a fazenda de Santa Cruz, existente desde o século XVI, foi aumentada com a compra de terras ao seu redor, a partir de 1616, dispondo de registro legal para se evitar a posse por parte de colonos que porventura considerassem essas terras como sendo suas.

¹³⁹ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.47-49, 52-53.

¹⁴⁰ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.50-51, 53, 47-49, 52-53.

Para o leitor ter clareza da extensão de tal fazenda, nela havia residência para os padres que iam lá missionar; igreja, moradia e escola de primeiras letras e catequese para os filhos dos índios que ali trabalhavam, tendo até uma pequena biblioteca, com livros de Camões e de Antonio Vieira. Livros também existiam no hospital desta fazenda para consulta de ministração de remédios e tratamento, ainda mais que os jesuítas eram médicos amadores¹⁴¹.

É uma pena que Serafim Leite não entra em detalhes sobre a existência de uma cadeia na respectiva fazenda; ela apenas é mencionada junto com oficinas de ferraria, tecelagem, carpintaria, olaria, casa de cal, de farinha, de arroz, de curtume, de aguardente, engenho e estaleiro para a fabricação de canoas. A produção desta fazenda se dividia entre a mandioca, o feijão e o algodão e podemos considerar que as modalidades de trabalho mencionadas, não relacionadas à produção destes gêneros alimentícios, destinavam-se a suprir o Colégio de maneira integral, principalmente nas reformas de seu prédio e na manutenção dos padres em termos de vestimenta. Para toda a produção mais pesada havia setecentos negros trabalhando, sem contar os índios e nem as escravas; sabiam os jesuítas que, pela própria educação feminina, as mulheres faziam melhor serviços delicados, por isso, elas foram colocadas para o cuidado dos legumes e para a fabricação de farinha, que eram mandadas para o Colégio em pequenos navios. O fato desta fazenda dispor de inúmeras atividades produtivas nos revela o modo pelo qual os jesuítas concebiam e geravam o sustento financeiro da educação escolar, significando que procuraram se garantir economicamente o mais possível, por saberem que o ensino, para ser eficaz, tinha que funcionar com regularidade¹⁴².

¹⁴¹ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.47-49, 52-53, 54-55, 57-58, 76, 59-60.

¹⁴² Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.54-55, 57-58, 76, 59-60, 57, 67.

Temos mais uma indicação de Serafim Leite a respeito da extensão dos trabalhos da Fazenda de Santa Cruz, ou seja, a instalação de duzentas e trinta e duas senzalas, onde moravam os escravos negros, chamando-os Serafim Leite de servos, para não assumir que os jesuítas tinham escravos. Pela leitura de sua Obra percebi que esta palavra que ele utiliza é sinônimo de escravo. Os índios também compunham a massa de trabalhadores, no entanto viviam na aldeia, localizada no interior da fazenda, apenas para se dissimular a condição escrava deles. Consta na Obra de Serafim Leite somente a regulamentação do cotidiano dos negros, talvez porque quanto aos índios o aldeamento seguia normas gerais e comuns aos outros aldeamentos da Colônia. Sendo assim, é interessante constatar que os escravos podiam se casar entre si, sendo o casamento de uma escrava com um branco pouco permitido, porque tornava-a livre. Serafim Leite aproveita para elogiar a Companhia de Jesus ao se referir a esta fazenda como mais condescendente com os seus trabalhadores negros, pois permitia a eles que fizessem festas aos sábados e domingos. Mas, é preciso atentarmos para o controle que os padres exerciam sobre eles mediante a música. Nestes dias, os escravos eram levados a formarem grupos musicais dirigidos por um padre. Além disso esses dias eram utilizados também para um espaço de tempo maior para a doutrina. Como os negros trabalhavam constantemente durante a semana e parte nos finais de semana, os padres instituíram no Rio de Janeiro mais feriados santos e estimulavam os fazendeiros da região a fazerem o mesmo, para que assim os padres exercessem uma influência religiosa e doutrinária a um maior número de negros. Penso que talvez os negros de outras fazendas não eram submetidos a esses dias, para a doutrina. Serafim Leite vê como privilégio a posse de alguns gados para uso próprio dos negros e a liberação de tempo para pescarem para si¹⁴³.

¹⁴³ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.54-55, 57-58, 76, 59-60.

Na fazenda a criação de gados compunha, juntamente com os outros alimentos já mencionados, o sustento dos jesuítas, alunos e funcionários do Colégio, da própria fazenda e de outras fazendas desse Colégio sendo o eventual excedente colocado à venda, conforme demonstra Serafim Leite¹⁴⁴.

"Algumas vezes, em ocasiões de crise da venda do gado, o Colégio abria transitòriamente açougue para a venda de carnes verdes. (...) Para sustento dos Padres do Colégio tiram-se anualmente 500 reses além das que eventualmente se gastam nos trabalhos das fazendas. O gado vendido rendia a soma anual de 4000 escudos romanos, que em sua maior parte se remetiam para Lisboa em pagamento do que de lá vinha, vestuário e as mil coisas indispensáveis à vida do Colégio, que não havia na terra e tinham de vir de fora"¹⁴⁵.

O que inferimos da citação é que a criação de gado era intensa na fazenda e nem sempre existiam compradores para ela; isto fazia com que o Colégio, dentre as funções que já assumia, servisse de açougue, cobrindo um problema econômico da produção da fazenda. Quanto às informações contidas no determinado trecho da Obra de Serafim Leite, elas permitem a conclusão de que o ensino no Colégio funcionava em meio a esta atividade comercial, além da enfermaria e da farmácia, que não tinham relação direta com a instrução. Deste modo, o Colégio era utilizado, de acordo com as necessidades dos jesuítas, que tinham a instituição escolar como um chamativo para conseguirem obter ganho e prestígio social nesses serviços paralelos. Tenho ainda a acrescentar que mesmo com o esforço dos jesuítas de terem a fazenda de Santa Cruz, com sua produção diversificada, a fim de que ela suprisse sua subsistência, eles tinham de depender do comércio com Portugal.

¹⁴⁴ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.57, 67.

¹⁴⁵ *Op.cit.*, t. VI, p.57.

Interessa-nos saber acerca de produtos de outras fazendas jesuíticas do Colégio do Rio de Janeiro, com o açúcar, legumes, cereais e frutas, além da criação de gado, produzidos em menor escala se comparados com a Fazenda de Santa Cruz. A origem da posse destas terras pelos jesuítas é complexa: uma parte proveio de uma sesmaria, de Estácio de Sá e outras partes foram compradas ou recebidas como doação. Entre essas fazendas Serafim Leite enfatiza as terras chamadas de São Cristóvão, pelo fato de terem sido invadidas, em parte, por um colono em 1655 e, como não se teve jeito de expulsá-lo de lá, os jesuítas passaram a receber o que se conhecia como "enfiteuse", que significava um aluguel pago anualmente. Com a gastura do uso dessas terras por parte do colono, que não possuía a tecnologia dos jesuítas de preservação de solo, elas foram vendidas e ficou o restante da outra parte dessas terras de São Cristóvão para os estudantes do Colégio irem nas férias e feriados semanais, onde se distraíam com jogos de bola e bilhar, como era de costume na Europa. Esta parte não vendida da respectiva fazenda era subdividida entre este espaço para os estudantes e em pequenos pedaços de terra para particulares, na forma de aluguel, pois a experiência de aluguel em "enfiteuse" lhes mostrou que era pouco rendoso o aluguel de uma propriedade de grande porte para um único colono. Ademais três delas, de posse do Colégio, seguiam o esquema de pequenas terras alugadas para moradia a particulares¹⁴⁶.

O leitor pode perceber que o predomínio dos jesuítas em se tratando da posse de terras no Rio de Janeiro era elevado. Esta interpretação é reforçada com a informação de que a Companhia de Jesus, portanto o Colégio do Rio de Janeiro, foi responsável a partir de 1652 pelo cuidado das terras do governador local, concentrando dentro do Colégio a administração delas, considerando-se que não havia padres para s

¹⁴⁶ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.67-74.

distribuírem entre elas. Em troca, os padres tinham direito de ficar com a metade da criação de gado dessas terras¹⁴⁷.

Em Angra dos Reis, situada perto da cidade do Rio de Janeiro, os padres do Colégio desejaram criar um colégio e obtiveram as licenças do Pe. Geral e do rei de Portugal através da intermediação do Prelado e governador local do Rio de Janeiro. Porém, esclareço que neste local havia muitos índios e poucos colonos, sendo que a catequese indígena foi julgada como suficiente. Como os jesuítas conheciam bem os propósitos catequéticos e os do ensino, o colégio não existiu, por conta da falta de alunos para este tipo de educação¹⁴⁸.

Como nos informa Serafim Leite, na capitania do Espírito Santo uma casa-seminário existiu desde 1551, chamada de Casa de Santiago, onde os jesuítas davam aulas de primeiras letras e de latim para alguns alunos; este último curso ocorria sob a forma de aulas particulares, pois não havia número suficiente de alunos. No século XVII, em 1647, devido ao desenvolvimento de Vitória e à situação financeira da Casa de Santiago para que fosse elevada a Colégio, o reitor do Colégio do Rio de Janeiro, como representante da região sul, faz o pedido formal ao Pe. Geral para que operasse tal modificação e que a princípio dependeria do Colégio do Rio de Janeiro. Esta proposta se efetivou em 1654 mantendo-se a idéia do Colégio ficar atrelado ao maior colégio da região. Mas, pelo que li de Serafim Leite, esta dependência não tinha razão de existir, pois o Colégio de Santiago dispunha de condições financeiras suficientes e, em se tratando de juridicamente constar como Colégio lhe dava motivo para não depender mais do Colégio do Rio de Janeiro, sendo que em termos legais nem podia, de acordo com as normas gerais da Companhia de Jesus. Não sei transmitir ao leitor como este problema foi solucionado porque Serafim

¹⁴⁷ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.83-88.

¹⁴⁸ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.117-118.

Leite não oferece informações a respeito. No entanto, penso que o Colégio de Santiago se tornou independente, senão este historiador nos daria maiores detalhes sobre o assunto¹⁴⁹.

As características deste Colégio são pouco mencionadas por Serafim Leite. Conseguiu apenas retirar de sua Obra a informação de que o ensino elementar se mantinha e, o curso de latim passou a compor parte do ensino de Humanidades. Os estudantes desta instituição, além da frequência às aulas se organizavam em uma Congregação, para fins religiosos, de lazer e, talvez em função de reuniões para conversarem a respeito do ensino¹⁵⁰.

Quanto à relação entre o Colégio e os problemas locais da Vila de Vitória, a participação dos seus jesuítas se fez presente em 1625 e em 1640 quando os moradores enfrentaram os holandeses. Estes foram derrotados pelos portugueses graças ao empenho dos padres junto aos soldados, mediante a animação patriótica que esses religiosos exerceram e Serafim Leite ao expor este conflito, logicamente, concorda com o comportamento dos jesuítas. Além dos soldados oficiais da Colônia, os índios aldeados do Colégio de Santiago deram uma ajuda significativa para a derrota holandesa, considerando-se que já eram doutrinados pelos jesuítas. O Colégio, nessas investidas holandesas foi utilizado para abrigar soldados feridos, transformando-se as dependências desta instituição numa espécie de hospital e, em restaurante para aqueles que estavam combatendo em favor da reconquista do Espírito Santo. Ainda, na igreja anexa ao Colégio, muitos soldados mortos foram enterrados lá. Podemos inferir, que com tudo isso, a utilidade do Colégio era variada em épocas de guerra, ficando o ensino um pouco esquecido. Esta variedade é compreensível na medida em que pensarmos que o ensino existia, em grande parte, para desenvolver uma mentalidade colonizadora nos alunos e

¹⁴⁹ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.133-135.

¹⁵⁰ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.134.

quando a própria colonização não estava mais garantida havia de se opor às incursões estrangeiras, o que justificava esta ênfase em detrimento dos cursos ministrados no Colégio. Por conseguinte, a transformação da instituição escolar em hospital e em enfermaria era tida pelos jesuítas e alunos como um fato necessário à situação¹⁵¹.

Na Obra de Serafim Leite as epidemias são referidas com um certo destaque, para demonstrar que foram controladas pelos jesuítas, através das enfermarias e das farmácias dos colégios. Os moradores do Espírito Santo passaram pela experiência de seguir as orientações de cuidados quanto às bexigas que os atingiram em cheio em 1666 e 1699, levando-nos a acreditar que estas ocasiões geravam na população um sentimento de afeição pelos padres, claramente provocado por eles. Sendo assim, moradores que não tinham contato com a Companhia de Jesus eram levados a ter, do contrário permaneceriam com o seu estado de saúde precário. Imagino que quando os colonos abonados iam até o Colégio buscar gratuitamente o mesmo tratamento, isto acabava por dar prestígio aos jesuítas. Vemos que os padres não perdiam a oportunidade para divulgar os seus valores e o trabalho que faziam, pois pretendiam sempre que a educação escolar assumisse destaque no local em que se situava e que a catequese abarcasse um maior número de índios¹⁵².

Considero que deva ser mencionado um fato ocorrido entre o Colégio de Santiago e os seus aldeamentos indígenas. Em tempos de férias, os estudantes internos estagiavam nesses aldeamentos para começarem a se relacionar com os índios e também para se familiarizarem com a língua tupi. Descreve Serafim Leite que por volta de 1742 os estudantes entraram em desacordo com os índios provocando a retirada de tal estágio e o encaminhamento de alguns índios para outros aldeamentos, atuando os padres como

¹⁵¹ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.138-139.

¹⁵² Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.139-141, 178, 160, 144, 143, 146, 149, 161, 147, 148.

solucionadores assim do problema. Resta-nos saber porquê um conflito se deu entre os estudantes e os índios. Se o leitor se detiver na leitura da Obra de Serafim Leite para obter resposta provavelmente não a encontrará, dado que este escritor descreve os fatos, sem muitas vezes, explicá-los. Levemente dá a entender, é claro, que o conflito ocorreu por causa de um "comportamento selvagem" dos índios. A conclusão plausível que tenho para a razão do conflito é a de que os alunos internos, sendo educados no interior do Colégio, dentro de um esquema preciso de vida, ao entrarem em contato com o mundo dos aldeamentos, a formação por eles recebida não lhes concedia o mínimo de preparo para a convivência nos aldeamentos, tanto é que possuía a mesma curriculação dos colégios jesuíticos de Portugal e, por outro lado, os índios não aceitavam facilmente a doutrina¹⁵³.

Serafim Leite não se esquece de retratar as fontes de manutenção do Colégio de Santiago, descrevendo que este estabelecimento escolar se sustentava da herança de pessoas particulares. Sendo elas ricas, doaram para o Colégio três fazendas, que produziam açúcar, frutas, legumes e farinha e, mais tarde, tiveram olarias para as reformas do Colégio. Até 1739, posso dizer, essas terras promoviam uma cultura de sustento exclusivo à instituição escolar, exceto, talvez, o açúcar. Mas a partir da data exposta, percebi nitidamente na Obra de Serafim Leite que os jesuítas particularizaram a produção por fazenda para se tornarem mais rendosas e fáceis de administrar¹⁵⁴:

"A evolução económica da terra veio a aconselhar a concentração de tôdas as fazendas em três grupos, cada qual com a sua actividade especializada: criação de gado (Muribeca); engenho de açúcar (Araçatiba); fábrica de farinha (Itapoca)"¹⁵⁵.

¹⁵³ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.178, 160, 144, 143, 146, 149, 161, 147-148.

¹⁵⁴ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.151-156.

¹⁵⁵ *Op.cit.*, t. VI, p.152.

Como o leitor pôde ter percebido, neste texto, ora me alongo na análise de uma instituição escolar, ora faço uma apresentação breve de outra escola. Esta instabilidade na forma de exposição se deve à ênfase que Serafim Leite dá para algumas escolas em detrimento de outras. O que pude perceber na Obra dele sobre este problema é que ele oferece maiores dados acerca dos colégios centrais, talvez porque tenha encontrado mais informações, mas acredito que a importância dada por ele aos colégios é explicada pelo fato de tê-los achado relevantes em relação às casas de ensino, por terem sido motivo de maior destaque na época da Colônia. Tal ênfase a meu ver, tem a intenção de fazer transparecer ao leitor uma certa "grandiosidade" da pedagogia jesuítica, ainda mais se somarmos a extensão dos seus escritos acerca do financiamento da educação, que reforça sobremaneira a impressão que pretende nos oferecer. É o caso do Colégio de São Paulo, ao qual Serafim Leite dedica inúmeras páginas de sua Obra. Desta sua longa exposição retirei as informações essenciais, porém, ao se estudar internamente uma Obra como a de Serafim Leite não se tem como omitir a exposição dele; e, conseqüência meu texto também se estende na descrição dos colégios e, quanto às casas de ensino, o tratamento dado é restrito, pois trabalho em cima do que Serafim Leite me oferece.

Serafim Leite se refere brevemente ao Colégio de São Paulo quando da sua existência no século XVI, a partir de 1554. Até então, este autor somente escreve que o Colégio se originou porque os jesuítas não tinham mais condições de sustentar o Colégio de São Vicente e, por causa de São Paulo se situar proximamente, a instituição escolar passou a funcionar lá. Expõe Serafim Leite que na verdade este Colégio era uma casa, de acordo com o que mandara estabelecer o Pe. Nóbrega, funcionando ao lado de uma igreja e, mesmo sendo substituída um pouco depois por um outro prédio, esta instituição continuou com a menção de Casa de São Paulo ou de "Santo Inácio". A instrução em Piratininga não foi contínua, pois em 1585, por causa de problemas financeiros e, principalmente em conseqüência das invasões inglesas, os padres deixaram o local. Consta

na Obra de Serafim Leite que eles retornaram a São Paulo por volta de 1600, portanto, no século que nos interessa estudar¹⁵⁶.

A reconstrução da Casa de Santo Inácio foi envolvida de início em problemas de ordem financeira, um tanto complicados. De acordo com Serafim Leite, havia dois fundadores, ou melhor, benfeitores para o financiamento desta reconstrução, que não cumpriram à risca o que haviam prometido em dinheiro. Um deles ficara de conseguir ouro nas Minas Gerais e, com o resultado da sua venda iria dar um montante razoável de dinheiro aos jesuítas de São Paulo para ficar com o título de fundador da Casa. Mas os padres receberam a metade do dinheiro prometido porque a última metade foi oferecida a eles na forma de título de dívidas a ser cobrado das pessoas que deviam ao doador. Mesmo com todos esses limitados auxílios, este doador acabou ficando com o título de fundador como queria, mas penso que por falta de outro benfeitor. O outro pretendido benfeitor resolveu não doar as suas propriedades para a Casa, preferindo dá-las para uma capela em Araçariguama. Por causa destas complicações o novo prédio escolar demorou para ficar pronto, o que ocorreu só em 1724; podemos pois concluir que a Casa de Santo Inácio funcionou mais de um século no prédio velho, um tanto destruído pelas invasões inglesas e pela falta de cuidado, por conta do seu abandono pelos jesuítas no período de sua retirada da capitania¹⁵⁷.

Durante os primeiros quarenta anos do século XVII, São Paulo de Piratininga possuía ensino de rudimentos do português e o curso de Humanidades, em que eram estudados Cícero, Virgílio e Ovídio. O alunado se constituía, em grande parte, por externos, sendo reduzido o número de internos. Penso que é por isso que a Casa de São

¹⁵⁶ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.394-398.

¹⁵⁷ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.395-398.

Paulo era acometida por constantes brincadeiras, tagarelices e folias, como faz questão de enfatizar Serafim Leite, no momento em que faz menção aos estudantes¹⁵⁸:

"... e com a modéstia e regularidade devida, usavam das máscaras para melhor disfarçarem a galantaria dos bandos, danças e entremeses e alardes, em que por muitos dias antecedentes ao da Festa das Santas Virgens costumavam andar pelas ruas"¹⁵⁹.

"Outras festas celebravam os Estudantes desde a 'Procissão das Rosas' até às grandes festas das beatificações e canonizações como a de Santo Inácio e S. Francisco Xavier. Esta celebrou-se em Santos e em Piratininga com tal grandeza que até o governador, em fogo prêso e de artifício, 'gastou tanta pólvora que mal se pode acreditar'"¹⁶⁰.

Considero como uma informação extremamente importante as palavras ditas por Antonio Vieira em 1694, que sugerem os fins da Casa juntamente com a origem dos alunos. Em pleno século XVII dizia ele que o ensino elementar da Casa de São Paulo deveria seguir o objetivo de unir, mediante a língua portuguesa, índios e portugueses, atendendo também ao propósito da moralização desses seus integrantes. O leitor há de convir que este discurso era mais comumente proferido no século XVI, quando os jesuítas chegaram ao Brasil com a preocupação inicial de colonizá-lo. Passada esta preocupação, os jesuítas passaram a se direcionar para a instituição e ampliação do ensino superior, promovendo uma certa separação do ensino e da catequese. Parece, então, que a Casa de São Paulo não se modificou totalmente quanto aos fins da educação escolar. Podemos dizer que este seu intento de unir índios e portugueses ainda no século XVII constituiu uma exceção, pois nos outros colégios da Colônia, não existia mais tal união. No entanto, a leitura que Serafim Leite oferece a respeito não nos permite saber a razão da

¹⁵⁸ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.399, 402-404.

¹⁵⁹ *Op.cit.*, t. VI, p.402-404.

¹⁶⁰ *Op.cit.*, t. VI, p.403.

continuidade dos propósitos educacionais típicos do tempo em que os jesuítas chegaram ao Brasil. Vejamos o que ele transcreve do discurso de Antonio Vieira¹⁶¹:

"A importância da escola de Português infere-se do que diz Vieira e já se viu no **Voto sobre a Administração dos Índios**, em 1694: 'As famílias dos Portugueses e Índios, em S. Paulo, estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua, que nas ditas famílias se fala, é a dos Índios; e a Portuguesa a vão os meninos aprender à Escola'"¹⁶².

O vínculo entre índios e portugueses no âmbito do ensino de rudimentos, entretanto, não permanecia no ensino de Humanidades, ao que me pareceu, pois a este grau de ensino Serafim Leite dá a entender que os seus freqüentadores se destinavam para a uma formação geral a fim de prosseguir os estudos no grau superior, tornando-se futuramente altos funcionários do governo. Ao voltar a pensar no ensino elementar, tenho a esclarecer que o objetivo de unir índios e portugueses vigorou até, pelo menos, à data em que Vieira fez o seu pronunciamento. Por conseguinte, este propósito perdurou, mesmo com o fechamento temporário da Casa em 1585 e em 1640. Antes de tratar do motivo da saída dos jesuítas de São Vicente nesta última data mencionada, preciso evidenciar que em 1631 a Casa de São Paulo até então dependente do Colégio do Rio de Janeiro, recebeu o atributo de Colégio, tornando-se juridicamente independente¹⁶³.

De acordo com Serafim Leite o ano de 1640 marcou os jesuítas não só do Colégio do Rio de Janeiro, como também os do Colégio de Santo Inácio. Esta instituição escolar recebeu o comunicado dos padres do Rio de Janeiro, incidindo sobre a proibição da

¹⁶¹ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.402-404, 399.

¹⁶² *Op.cit.*, t. VI, p.399.

¹⁶³ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.402-404, 399.

escravização indígena; era o que se conhecia como "Breve". Os jesuítas do Rio de Janeiro mantiveram o seu Colégio porque o rei de Portugal precisava de apoio político para restabelecer totalmente o trono português. Percebi que desta sorte não gozaram os padres do Colégio de São Paulo, tendo que se retirar de São Vicente, por algum tempo, dada a decisão da Câmara de Vereadores da capitania de se posicionar contra a iniciativa dos jesuítas de publicação do "Breve" e, mais, por conta das ameaças recebidas de tomada do prédio escolar. Para não serem atingidos, os padres contaram com o respaldo de estudantes, mulheres e religiosos das ordens de São Francisco e do Carmo. Na tentativa de aliviar o comportamento escravagista dos portugueses, Serafim Leite culpa os castelhanos residentes em São Vicente de serem os escravizadores dos índios e, de comporem a maioria dos vereadores da capitania, através do partido dos "Camargos", em oposição aos "Garcias", que compunham representação política minoritária e se constituíam pelos portugueses. Os "Camargos" além de serem contra a liberdade indígena, não queriam a restauração do trono de Portugal. Assim sendo, por causa dos jesuítas se posicionarem do lado do trono português e da liberdade indígena foram expulsos pela maioria dos vereadores de São Paulo em 1640, ficando as dependências do Colégio sob os cuidados de todos os vereadores do local, tanto da parte dos Camargos como dos Garcias, o que não dava garantia de que o prédio ficaria imune a depredações. Com a falta dos jesuítas, o ensino se limitou a aulas particulares de ensino elementar e de latim, conforme a curriculação do Colégio de São Paulo. Sendo assim, escritvães e padres de outras ordens religiosas atuavam como professores dos alunos do Colégio, que, repentinamente ficaram sem os professores jesuítas¹⁶⁴.

Descreve o estudioso a que estamos sempre nos referindo que em termos imediatos, os jesuítas do Colégio de Santo Inácio foram se abrigar na Casa de Santos,

¹⁶⁴ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.248, 268, 251-255, 272, 294, 298, 260, 402. 412-413.

também pertencente à Companhia de Jesus. Contudo, os jesuítas desta Casa receberam uma intimação de expulsão da mesma forma que os abrigados de São Paulo. Para tanto, a idéia encontrada por esses padres das duas instituições de ensino foi a viagem para o Colégio do Rio de Janeiro, por ser este o responsável pela administração regional da Companhia de Jesus. Pois bem, é extremamente pertinente observarmos atentamente a trama envolvida pelos jesuítas para que permanecessem na capitania de São Vicente¹⁶⁵. Vejamos a descrição do acontecido pelo Superior da Casa de São Miguel de Santos:

"Enfim, colocado Santo Inácio no dito altar, me fui com os demais Religiosos para a canoa, onde estavam os demais Padres desterrados do Colégio de São Paulo, na qual nos embarcou o povo. E assim ficando os oficiais da Câmara senhores de nossas chaves, Casa, Igreja e mais bens, nos fomos todos a casa de um homem, que nos ofereceu sua fazenda, na qual estivemos cinco dias. E como nos faltasse o povo com embarcação para nos irmos para o Rio de Janeiro, com parecer de todos, busquei duas canoas nas quais nos metemos, e às onze horas da noite entramos pela cêrca do mar, abri as portas e achei as chaves tôdas da Casa, tirando a da portaria, e finalmente nos metemos em nossa Casa¹⁶⁶.

Retrata Serafim Leite que seguidamente à volta dos padres para a Casa de Santos, a Câmara de Vereadores local conseguiu roubar de lá a chave e os prendeu no interior do prédio, enquanto decidia pela nova expulsão desses padres de São Paulo e de Santos. Depois de terem sido expulsos, os padres da Companhia de Jesus são aceitos novamente na capitania em 1653, depois de negociações dos colonos escravizadores com eles. Uma composição amigável, assim definida por Serafim Leite, foi necessária para o restabelecimento dos padres da Colônia. Esta composição que, na realidade, era o conhecido "concerto" existente no Rio de Janeiro, concedia aos jesuítas a reabertura do

¹⁶⁵ Cf. *Op.cit.*, t. VI, p.255-263, 265, 277, 266.

¹⁶⁶ *Op. cit.*, t. VI, p.259-260.

ensino em Santos e em São Paulo, mas com a condição de que o "Breve" não fosse publicado, quer dizer, desde que os jesuítas não interferissem no cativoiro dos índios. A escravidão indígena não poderia, então, ser combatida pela Companhia de Jesus¹⁶⁷.

Serafim Leite ao expor o conteúdo referente ao "concerto" e à aceitação dele pelos jesuítas, nos transmite a idéia de que este acordo era necessário para que o ensino voltasse a funcionar na capitania. Podemos depreender deste entendimento de Serafim Leite que este autor se conforma com a escravização indígena permitida pelos padres. Além do mais a educação escolar foi considerada mais importante do que a catequese jesuítica, se pensarmos que os colégios de São Vicente e de Santos foram de fato reabertos em 1653 e que a catequese se limitou a meras visitas dos padres aos aldeamentos, pois a presença constante deles não era permitida, para se evitar conflitos com os colonos¹⁶⁸.

Entendo que a composição amigável dos jesuítas com os colonos foi apoiada pelo rei D. João IV, recém-aclamado rei de Portugal, para reforçar a oposição à tentativa dos espanhóis de permanência do vínculo desta Coroa com a Coroa da Espanha, dada a necessidade de se colocar novamente em funcionamento os colégios jesuíticos, na qualidade de representantes do ensino de Portugal na Colônia. O retorno da Coroa Portuguesa repercutiu em São Vicente mediante a existência dos vereadores locais, de maioria portuguesa, portanto integrantes do Partido dos Garcias, sendo que os Camargos que dispunham anteriormente de força política, se enfraqueceram. Como prova da constituição minoritária do Partido dos Camargos foi o fato das eleições para a Câmara de Vereadores ter se realizado com a manipulação dos votos pelos Garcias, através da condição imposta aos Camargos para que aceitassem os jesuítas na capitania. A predominância dos Garcias na Câmara desagradou os Camargos, sendo que estes se

¹⁶⁷ Cf. *Op. cit.*, t.VI, p.276-279, 287, 282, 272-273, 275, 280, 285, 286, 288, 298-301, 306.

¹⁶⁸ Cf. *Op. cit.*, t.VI, p.278-280, 285-286, 278, 288, 298-301, 306, 276-277, 287, 279, 282, 272-273, 275, 297, 283, 291-292.

revoltaram e, para abrandar um possível conflito, os representantes dos dois partidos foram obrigados, pelo Pe. Visitador da Companhia de Jesus, a se encaminharem para o Colégio de São Paulo, a fim de que combinassem novas eleições para a Câmara, dada a dúvida dos Camargos em relação aos Garcias, de terem aumentado votos na contagem das eleições¹⁶⁹.

Ainda quanto ao "concerto" penso que Serafim Leite comete a seguinte contradição: em sua exposição consta que o Partido dos Garcias era composto por portugueses que defendiam a presença dos jesuítas e a liberdade indígena; no entanto, em 1653, para que os jesuítas pudessem voltar para a capitania, foi da iniciativa deste Partido a proposta de que os jesuítas poderiam voltar desde que não defendessem a liberdade indígena. Isto vem nos demonstrar que tanto portugueses como espanhóis escravizavam os índios com a aceitação dos padres porque, na verdade, também eram escravizadores. Vejamos a posição clara dos Garcias a respeito deste assunto, numa nota do Pe. Serafim Leite, sendo interessante observar que este historiador não vê como problemática a proposição do "concerto" pelos Garcias:

"Nos Camargos predominava então o elemento castelhano, nos Garcias ou Pires o elemento português. E, sem dúvida, já muitos dos que tinham assentido em S. Paulo, à saída dos Padres, cuidando fôsse o único meio de evitar as censuras do Breve Pontificio, ao verem, em Santos, pelo exemplo do Rio, que não era essa a única solução, mas que eram possíveis concertos, preferiam os concertos e por eles lutavam. E as lutas subiram logo para o Planalto, e nêle continuaram, até os Garcias ou Pires obterem, como obtiveram, o desejado concôrto e a volta dos Padres"¹⁷⁰.

¹⁶⁹ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.278-280, 285-286, 278, 288, 298-301, 306.

¹⁷⁰ *Op. cit.*, t. VI, p.261.

Por este próprio texto de Serafim Leite vemos que a tentativa dele de expor que os Garcias defendiam a liberdade indígena não tem fundamento e que a ênfase que ele dá, no decorrer de toda a sua Obra, na afirmação de que os jesuítas proibiam a escravização dos índios, não tem sentido!

Com a "composição amigável", em troca dos padres não colocarem em prática o "Breve", eles receberam dos colonos auxílio financeiro, ou seja, de Garcias e Camargos, desejosos de que seus filhos tivessem acesso à instrução rudimentar e de Humanidades no Colégio de São Paulo. A forma de gratidão por este incentivo econômico ficou simbolizada através da concessão de sepulturas, localizadas especialmente no interior da igreja do Colégio, para os seus benfeitores¹⁷¹.

Tenho a acrescentar que o rei de Portugal estando firmado em seu trono, a ameaça espanhola de tomada de sua Coroa não se fazia mais presente. Em 1640 o Breve não foi cumprido pelos jesuítas por causa da urgência que o rei de Portugal tinha de mantê-los em São Vicente. Não havendo mais a necessidade de um apoio político imediato, em 1677 ele impõe aos colonos a proibição da escravização indígena. A reação destes deu-se no Colégio de São Paulo, por acreditar-se que os jesuítas eram os mentores da viabilidade da proposta do rei, sendo que novamente houve uma ameaça de expulsão dos padres do Colégio. Estes, condizentes com as normas do "concerto", respondem àqueles que queriam invadir o Colégio que não estavam envolvidos na decisão de ir contra o processo de escravização dos índios. Foi desta maneira que os jesuítas conseguiram permanecer em São Vicente, não obedecendo às ordenações do rei de Portugal, constituindo este fator o argumento principal dos colonos para continuarem escravizando os índios. A meu ver, de nada, portanto, adiantava os jesuítas realizarem um trabalho de

¹⁷¹ Cf. *Op. cit.*, t.VI, p.287-288, 297, 283, 291-292, 293, 301.

convencimento junto a esses escravizadores para que não tomassem os índios como escravos¹⁷².

Apesar de Serafim Leite não esclarecer, sou de opinião que o rei de Portugal insistia numa certa "liberdade indígena" porque sabia que sem ela, os índios ameaçariam a colonização portuguesa, ficando do lado dos espanhóis, talvez por conta de uma promessa ilusória da parte destes, quanto ao retorno da posse total da Colônia aos índios. Era preciso então amainar a crescente escravidão dos naturais da terra, para se evitar uma revolta em massa. Penso que a carta régia, datada de 1680, veio ao encontro de se preservar um pouco a "liberdade indígena", ao entregar aos jesuítas a administração política e religiosa das aldeias, pois até então os colonos é quem dirigiam os índios. Com a respectiva lei régia, cria-se um impasse com os jesuítas, por não estarem dispostos a enfrentar a agressão dos colonos e, uma repetida invasão ao Colégio de Santo Inácio. Descreve Serafim Leite que em 1682 há uma manifestação contundente de moradores com o apoio da Câmara de Vereadores, contra a lei real. A idéia dos jesuítas de fecharem o Colégio e deixarem a Vila de São Paulo é reforçada pelos padres Provincial Antonio de Oliveira e Antonio Vieira, devido ao fato de acharem que com a permanência da Companhia de Jesus corria-se um grande risco de se desenvolver um conflito com os colonos. Pareceu-me, a partir do que li na Obra de Serafim Leite, que o Pe. Geral por ser um tanto avesso a fechamento de instituições de ensino, não ficou sabendo desta tomada de decisão dos jesuítas. Para ele, esses dois padres líderes da saída dos jesuítas utilizaram o motivo de se acabar com o ensino no local em face da urgência dos padres do Colégio no trabalho missionário e educacional na Colônia do Sacramento, em Paranaguá, em São Francisco, no Rio Grande do Norte e na Amazônia¹⁷³.

¹⁷² Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.304, 306-309.

¹⁷³ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.304, 306-307, 309-310, 315.

Enquanto que os mencionados jesuítas eram de parecer um tanto contrário à escravização indígena, o novo provincial Alexandre de Gusmão, por ser condizente com a prática dos colonos sobre os índios, ordenou que os jesuítas não fechassem o Colégio de Santo Inácio. Pois bem, ele buscou um "meio termo" para a questão dos índios e percebeu que aceitou a escravização deles pelos colonos, com a condição de que fossem liberados para assistirem às missas promovidas pelo Colégio. Vemos, portanto, que mais uma vez a "composição amigável" ou o "concerto" vigorou no trato entre colonos e padres do Colégio, a fim de que esta instituição continuasse a ministrar as suas aulas. Tudo se ajustou para que a escravização existisse, assim como o ensino, sendo os mais beneficiados desta situação os colonos¹⁷⁴.

Temporariamente, o Colégio quase se viu invadido pelos colonos, com a mudança, em 1688 de Provincial e com a passagem do cargo de Visitador do Brasil para o Pe. Antonio Vieira. Além de suas posições referentes à escravização indígena, diferentes das de Alexandre de Gusmão, os padres Provincial e Antonio Vieira instituíram a obrigatoriedade do aprendizado da língua tupi aos alunos internos de toda a Colônia. Esta exigência, de acordo com a descrição de Serafim Leite, desagradou alguns padres que por não saberem a respectiva língua, não desejavam ter que estudá-la. Pareceu-me que o conhecimento do tupi era problemático e difícil para esses jesuítas, tanto é que por causa disso Antonio Vieira não continuou no cargo de Visitador e Alexandre de Gusmão retorna a ser provincial em 1693. Esta volta de Alexandre de Gusmão veio acompanhada das suas propostas de se realizar o "concerto" entre índios e colonos, sendo que no âmbito do ensino o Colégio de Santo Inácio não teve de ser fechado¹⁷⁵.

¹⁷⁴ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.311, 342, 317, 312-315, 318.

¹⁷⁵ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.320-323.

Ao estudarmos o texto de Serafim Leite podemos concluir que o Colégio de Santo Inácio não sofrendo mais interrupções, teve a possibilidade de ampliar os seus graus de ensino. O ensino elementar e de Humanidades acompanhou sempre as aberturas e os fechamentos da instituição. Consta na Obra de Serafim Leite o uso de livros didáticos pelos alunos de Humanidades, dentre os quais o livro de um jesuíta radicado na Colônia, qual seja, do Pe. Antonio Maria Bonucci, datado de 1701, com impressão em Lisboa, cujo título era "Epítome cronológico, genealógico e histórico". O ensino superior de Filosofia e Teologia significou o estabelecimento, de fato, contínuo do Colégio. Serafim Leite não precisa a data em que o curso de Filosofia passou a funcionar, mas diz que em 1746 existia para alunos internos e externos em caráter excepcional, por causa da existência de poucos alunos, ocasionando, quando o número deles não permitia a constituição de uma turma, a ida deles para os Colégios do Rio de Janeiro ou Bahia para completarem os estudos. Com o tempo e a crescente demanda por este curso, os moradores tanto de Santos como de São Paulo obtiveram do Pe. Geral a devida licença para terem acesso ao curso de Filosofia no Colégio de Santo Inácio, dada a apresentação de uma lista de alunos, em número suficiente, que queriam cursar este grau de ensino. Serafim Leite se importa muito com a utilidade que teve tal curso para a formação de capitães, bandeirantes das minas e de filhos de famílias consideradas importantes na sociedade paulista. A base desses estudos filosóficos se dava sobre os tratados a partir de uma apostila elaborada pelo Pe. Nicolau Tavares, jesuíta proveniente do Colégio do Recife. O pedido feito em 1708 pelos moradores para que houvesse curso de Teologia foi atendido em 1757 e, por funcionar em prédio à parte foi chamado de Seminário de São Paulo, destinado a alunos internos, com apoio financeiro do rei de Portugal e de colonos; mesmo assim esses alunos jesuítas pagavam uma pensão¹⁷⁶.

¹⁷⁶ Cf. *Op. cit.*, t.VI, p.412-413, 400-403.

Ademais, acrescento que em tempos de tranqüilidade política entre colonos e índios e até em meio a conflitos, estando os jesuítas presentes na capitania, trabalhos de catequese e de fundo assistencialista eram por eles realizados cotidianamente. Na visão do Pe. Serafim Leite a admissão de trabalhadores pobres nas fazendas jesuíticas da referida instituição de ensino representava uma atitude caridosa para com essas pessoas que precisavam sobreviver. A exposição deste autor leva o leitor a pensar que o fato dos padres abrirem a licença de uso da biblioteca a esses trabalhadores constituía um privilégio e mais um motivo de honradez à atitude dos jesuítas do Colégio. No entanto, não sabemos o tipo de literatura retirada pelos trabalhadores e, nem se chegavam realmente a lê-la, se considerarmos que esses trabalhadores não tinham acesso à alfabetização nas escolas. Por outro lado, a retirada de livro por parte deles talvez nos possa apontar a probabilidade de saberem ler e escrever¹⁷⁷:

"Nas Cartas Ânua surge ainda de vez em quando a menção de S. Paulo. A de 1723 reza assim: 'Os Pobres apregoavam a grande caridade do Colégio; aumentaram os trabalhadores das fazendas; deram entrada na Biblioteca alguns volumes'"¹⁷⁸.

Continua Serafim Leite narrando que alguns dos que foram reitores do Colégio fizeram amizade com políticos e aconselharam decisões de ordem política a capitães locais. Um reitor, juntamente com o governador local e o vigário conseguiram do rei de Portugal concessão, em 1710, para a mudança de São Paulo, de vila para cidade, como de fato veio a acontecer. Penso que outros padres, não muito preparados para relações políticas, dedicavam-se à catequese junto aos escravos negros, principalmente, àqueles que pertenciam a propriedades da Companhia de Jesus. Eles também foram os

¹⁷⁷ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.402-403, 405, 409, 408, 410-411, 413-414.

¹⁷⁸ *Op. cit.*, t. VI, p.403.

responsáveis pela administração e projeto de construção da ponte da Vila de São Paulo, feita por índios. A pobres tidos como indigentes, portanto diferentes dos pobres trabalhadores das fazendas, os jesuítas davam alimentos, todos os dias, na porta do Colégio. Em caso de doenças, estes tinham direito a remédios gratuitamente da farmácia do Colégio¹⁷⁹.

Parte considerável de seu texto Serafim Leite dedica à exposição do sustento financeiro do Colégio de São Paulo. É nela que vamos encontrar a comprovação de que os jesuítas defendiam a liberdade indígena apenas em termos verbais, pois nas suas fazendas percebemos uma nítida escravização dos índios. Na região, o Colégio dispunha de algumas fazendas, adquiridas de herança de pessoas particulares, sendo que nelas os padres constituíram os aldeamentos indígenas, ficando próximo para os índios o seu local de trabalho. Penso que com a proximidade entre aldeamento e fazenda, os jesuítas tinham a possibilidade de instituir os índios numa rotina de trabalho e de vida religiosa. Em Carapicuíba, Itapeirica e em Itaquaquecetuba, a Companhia de Jesus realizou este tipo de união¹⁸⁰.

Quanto à forma de trabalho dos índios considero que eles eram escravizados por receberem, em troca do que realizavam o que se chamava de "estipêndio". Este "estipêndio" era uma espécie de pagamento em espécie, ou seja, os índios ao trabalharem obtinham alimentos e medicamentos dos jesuítas, que consideravam esta maneira de pagamento como salário e, não escravização. Serafim Leite endossa este posicionamento, pois defende em seu texto que o "estipêndio" era diferente da escravização. Os jesuítas ao efetuarem tal tipo de prática ainda diziam estar abrigando os índios em suas fazendas, para que assim os colonos não pudessem escravizá-los. O trabalho realizado nas terras jesuíticas

¹⁷⁹ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.402-403, 405, 408-409, 410-411, 413-414.

¹⁸⁰ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.355-364, 368-369, 348.

permitia a produção e cultivo de gêneros alimentícios e de uso imediato como: mandioca, trigo, legumes, algodão, madeira, telhas e ladrilhos o que comprova que os índios ao trabalharem nesta produção e ganharem dela mesma, estavam sendo escravizados, pois os jesuítas não tinham gastos com mão-de-Obra. Por pouco tempo o pagamento aos índios das fazendas jesuítas se deu sob a forma de dinheiro, em consequência do estímulo na sua circulação, provocado pelo enriquecimento dos colonos na busca de ouro em Minas Gerais. Entretanto, no mesmo ano, isto é, em 1700, por causa deste pagamento, como os jesuítas não queriam ter despesa alguma, propuseram até mesmo que o Colégio não existisse mais, que passasse a ser simples casa de ensino, para não precisar ter propriedades e, principalmente, a despesa com os índios que nelas trabalhavam. A solução histórica para o Colégio de São Paulo foi de substituir, em parte, o trabalho indígena pelo dos negros¹⁸¹.

Como as terras de produção alimentícia e de produtos de primeiras necessidade eram suficientes, outras propriedades foram divididas pelos jesuítas em pequenos lotes para o aluguel a pessoas particulares, sendo esta divisão de terras comum nas terras da Companhia de Jesus, para delas se adquirir um aluguel mais lucrativo. Foi o caso de terras em Cubatão e em Pacaembu e, de modo pensado a parte de Cubatão onde o porto funcionava, sendo de propriedade do Colégio, não era alugado, pois dele os padres tinham o privilégio de conseguir transporte. Observemos na Obra de Serafim Leite o envolvimento dos jesuítas com este porto¹⁸²:

"Merece atenção particular a Fazenda que os Jesuítas possuíam na raiz da **Serra do Cubatão**, que veio a ter importância por ser pôrto e passagem entre a terra firme e a Ilha e pôrto de Santos. Tendo-se incorporado à Coroa tôdas as 'passagens', ventilou-se na segunda década do século XVIII a situação desta. Os Jesuítas traziam-na arrendada. Verificou-se que êles não arrendavam a 'passagem', mas 'só a sua Fazenda, em que está o pôrto de

¹⁸¹ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.355-364, 346-347, 349, 351-353.

¹⁸² Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.365-366.

Cubatão, aonde se embarcam as pessoas que dela vêm para a Vila'. E não se tratava de cobrar direitos de passagem, mas de serviços prestados, em canoa e remadores, ..."183.

Parece, que deste pôrto, o Colégio contava com algum rendimento:

"Nas informações económicas do Colégio de S. Paulo menciona-se sempre, o 'arrendamento do pôrto de Cubatão', cujo rédito em 1694 era de 120 e em 1757 de 400 escudos romanos, conta redonda"184.

Uma mostra do vínculo dos jesuítas do Colégio de Santo Inácio com a política local encontrei no texto de Serafim Leite quando este trata da posse de uma fazenda pelos jesuítas em Araçariguama. Um desses padres era filho do capitão local, e, assim sendo, doou a determinada terra com a condição de que a capela que nela existia fosse enfeitada com detalhes dourados pelos jesuítas, enquanto símbolo, a meu ver, do sagrado unido à posse da terra. Nesta fazenda havia a produção de milho, feijão, trigo, amendoim, marmelos, algodão, vinho, aguardente de cana, açúcar e arroz. Vemos que existia uma grande diversificação do cultivo de alimentos¹⁸⁵.

Descreve Serafim Leite que em Paranapanema os jesuítas se empenharam na criação de gado sem resultados porque não dispunham de escravos negros que trabalhassem em suas fazendas. Terras em Botucatu e em Guarú foram ganhas de particulares e de capitães para o mesmo tipo de criação e tiveram sucesso devido ao trabalho escravo negro, tendo-se a finalidade de empregar as verbas ali obtidas na igreja

183 *Op. cit.*, t.VI, p.365-366.

184 *Op. cit.*, t.VI, p.366.

185 *Cf. Op. cit.*, t.VI, p.370-371.

situada perto do Colégio e o que restasse na manutenção da instituição escolar¹⁸⁶.

Expõe o historiador dos jesuítas no Brasil que em Pacaembu além dos jesuítas alugarem terras, foi lá que tiveram a sua maior fazenda, em comparação com as outras propriedades que o Colégio possuía. Justamente esta fazenda se localizava no interior da Vila, sendo que as demais terras situavam-se nos arredores de São Paulo ou na região. Os jesuítas tinham somente esta fazenda na Vila porque moradores de Santo André precisaram residir em São Paulo, tendo prioridade na posse das terras próximas. Para se ter uma idéia da produção dessa fazenda, denominada Santa Ana, basta dizer que havia cento e quarenta escravos trabalhando no plantio de mandioca, legumes e frutas, além do cuidado na criação de bovinos. No local existiam casas para a moradia desses escravos, uma casa em separado para o estabelecimento fixo de alguns padres e uma igreja. Havia também carpintaria, ferraria, ralador de mandiocas, casa para o descasque do algodão, depósitos, arados, instrumentos para o cultivo da terra, carros, roda de água, pilões, fornos e ferramentas. Estes utensílios e lugares apropriados para a entrega de produtos nos fazem pensar que esta fazenda tinha totais condições de fazer com que o Colégio se sustentasse¹⁸⁷.

Em Itu, os jesuítas do mesmo Colégio ao terem de supervisionar algumas de suas terras de criação de gado, aproveitaram para ali realizar atividades missionárias. O plano de fundarem uma casa de ensino não veio a efeito, devido à morte de colonos ricos que a iriam financiar¹⁸⁸.

Ao acompanharmos a descrição de Serafim Leite, temos a ressaltar que a Casa de Santos ou de São Miguel existiu desde o século XVI. Segundo Serafim Leite, no

¹⁸⁶ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.372-374.

¹⁸⁷ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.375-377.

¹⁸⁸ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.377-380.

século seguinte, em 1653, esta Casa passou para a categoria de Colégio, em consequência de um período de incertezas quanto à reabertura do Colégio de São Paulo, por causa das repercussões da publicação do "Breve". Sendo assim, quando a Casa de São Miguel modificou-se para Colégio, o Colégio de Santo Inácio voltou a funcionar no mesmo ano da emergência do Colégio em Santos. Este não funcionou antes, em substituição ao Colégio de São Paulo, porque os jesuítas de Santos foram expulsos da mesma forma que os de São Paulo. Tornando-se em Colégio, a Casa que antes dependia juridicamente do Colégio do Rio de Janeiro, tornou-se independente. Os jesuítas ao esperarem pelo sustento do governo do Rio de Janeiro, de Salvador Correia de Sá e Benevides, envolveram-se em dificuldades financeiras, pois as casas de aluguel dadas ao Colégio por este governador não tinham valor por estarem impróprias para o aluguel, em condições ruins de funcionamento. Ademais, o Colégio de Santos tinha fazendas, entretanto, sem lucratividade, por falta de escravos negros. Mesmo assim, é pertinente concluirmos então que a expulsão dos jesuítas tanto de São Paulo como de Santos, ocasionada por problemas quanto à liberdade indígena, acabou por gerar mais um colégio, ficando a capitania de São Vicente com dois colégios. Por conseguinte, esta é a razão que podemos dar para a existência dessas instituições, com tal atributo¹⁸⁹.

Por causa dos problemas financeiros apontados por Serafim Leite, o Colégio de Santos ocupava uma parte das terras da Casa de Paranaguá, situada em Curitiba e que tinha a criação de gado como o ganho principal. Este empréstimo acrescido da ajuda dos moradores santistas, da farmácia do Colégio e da colocação de escravos negros nas fazendas permitiu o funcionamento do ensino de Humanidades e a manutenção do curso elementar, para alunos internos e externos¹⁹⁰.

¹⁸⁹ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p. 415-416, 422-423, 421, 424, 426, 418-421, 427-428, 275-279, 287, 282, 272-273.

¹⁹⁰ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p. 428, 432.

Uma casa de ensino em Paranaguá veio a se concretizar em função das visitas esporádicas que os jesuítas do Colégio de Santos faziam aos índios no Paraná. Neste caso, a catequese impulsionou o desenvolvimento da educação escolar. Vendo os moradores locais que os padres missionavam, começaram a pedir a eles a instituição de uma casa de primeiras letras e de doutrina. O pedido foi feito pela Câmara de Vereadores ao Pe. Geral em 1682, com o argumento de que ficava muito custoso manter os filhos nos colégios de Santos, Rio de Janeiro e São Paulo. Alega Serafim Leite que a respectiva Casa foi fundada somente em 1708 por causa da falta de condições financeiras para a construção do prédio escolar e para o sustento da própria atividade educativa. No entanto, apesar da insistência dos moradores e do seu auxílio econômico, os padres não faziam desta casa uma escola de fato, pois iam para lá esporadicamente a fim de realizarem missões junto aos índios, servindo as suas dependências como dormitório¹⁹¹. Podemos pensar, mediante a análise deste fato, que os jesuítas agiram com astúcia na medida em que permitiram a construção da casa, com o ônus dos colonos, e não a utilizaram para o fim que tinham se proposto.

Na descrição que Serafim Leite faz a respeito da Casa de Paranaguá constam informações de que os moradores ao insistirem com os padres conseguiram fazer com que eles se estabelecessem em definitivo em Paranaguá, viabilizando assim a instrução de primeiras letras para filhos de colonos. Observei no texto de Serafim Leite que esta conquista foi envolvida em alguns problemas. A começar do desejo dos moradores de instalarem um colégio e não simplesmente uma Casa, por acharem que com a permanência da Casa, os jesuítas jamais se fixariam no local, sendo que o estabelecimento de um colégio já daria a esses moradores a garantia de continuidade da instrução. Ressalto que o argumento principal da parte dos moradores para se criar o colégio não era de fundo

¹⁹¹ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.437, 441-448, 451.

escolar, e sim catequético. Colocavam eles que o Colégio viria a "civilizar" e apaziguar os índios porque a instabilidade da missão não assegurava uma doutrinação eficaz. Secundariamente, os moradores destacaram como finalidade da escola a formação de sacerdotes, também para atuarem na catequese local. Tais intenções foram entregues em 1711 ao governador do Rio de Janeiro, como representante político da região, dada a influência pessoal junto ao rei de Portugal, em face da necessidade de licença desta autoridade máxima para o funcionamento do colégio¹⁹².

Tenho a expor que a demora na licença do Colégio não foi motivo de impedimento para a existência da instrução elementar na Casa de Paranaguá. Este ensino tornou-se viável porque os moradores assumiram a manutenção dos padres, ao doarem para eles um sítio, com a produção de mandioca e outros alimentos, onde trabalhadores escravos também eram mantidos pelos pais que tinham filhos freqüentando as aulas na Casa. Esta, com tal característica, dependia juridicamente do Colégio de Santos¹⁹³.

Quanto à fundação do Colégio, era o Ouvidor Geral de São Paulo o avaliador da quantidade e qualidade dos bens para a licença ou não da criação de um estabelecimento de ensino maior. Ocorreu que este avaliador ao fazer a análise das terras dos jesuítas de Paranaguá as trocou por outras terras que não tinham condições de produtividade, tornando então pendente a fundação do colégio. Além do mais, ele pretendeu taxar impostos sobre essas terras. No mesmo ano desta troca indevida, em 1723, os moradores reagem contra esta medida através da Câmara de Vereadores, que levou a reclamação ao Pe. Provincial e ao Pe. Geral, por perceberem os meios utilizados pelo Ouvidor para que não houvesse colégio em Paranaguá. Serafim Leite nos diz que o Ouvidor pretendia dificultar a licença de criação do Colégio por entender que a função dos

¹⁹² Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.443, 448, 451.

¹⁹³ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.443-448, 451.

jesuítas não era instrutiva, mas a de promover, meramente, o povoamento e a colonização. Os jesuítas não discordavam de tal proposição, mas pensavam ser possível unir colonização, povoamento e educação escolar. O Ouvidor, por outro lado, era de parecer que a educação escolar envolvia os jesuítas quase que por completo, ficando o povoamento e a colonização à mercê da relação com o estabelecimento do ensino. Podemos concluir deste confronto que o Ouvidor estava ainda prescrevendo aos padres a colonização, que de certa forma não fazia sentido para os jesuítas, dado o fato de que o Brasil estava firmado como Colônia de Portugal¹⁹⁴:

"Portanto, para património do Colégio de Paranaguá, propunha o Ouvidor Geral Pardino que se lhe desse uma ou duas datas de sesmaria do Campo nos terrenos da Vila de Curitiba, nas que ainda há devolutos, para nêles poderem alargar os seus gados e currais, que tem no dito têrmo, entre a Ribeira do Pitangui e Itaicoca; e ainda no têrmo e recôncavo da baía desta Vila lhes podia fazer mercê de uma ou duas datas de sesmaria, nas terras que ainda estão **desertas e despovoadas**, ..."195.

Vejamos a opinião do Pe. Serafim Leite sobre as ordenações do Ouvidor aos jesuítas:

"A função dos Padres não era pròpriamente povoar e valorizar desertos. No entanto também isso fizeram, porque eram pouco menos que desertos as primeiras propriedades que legalmente possuíam. Mas se dezenas de anos depois, já valorizadas, em vez de propor a confirmação da posse, dispõe delas o Ouvidor para outras entidades, e em troca, lhes oferece terras desertas, em que tudo era a recomear, onde lhes ficaria aos Jesuítas gente, meios e tempo para as suas atividades específicas de missionários e mestres?

¹⁹⁴ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.446, 448-450, 452.

¹⁹⁵ *Op. cit.*, t. VI, p.449.

Contra estas dilatações reagiram os Paranagüenses e logo a 5 de Outubro de 1722, se dirige a Câmara ao Provincial, mas com enderêço para o Geral, pedindo a fundação:..."¹⁹⁶.

Enquanto o Ouvidor tentava impedir a existência do Colégio, o provincial procurava resolver a sua fundação conversando com o Pe. Geral e, acima de tudo, com o rei de Portugal. Podemos concluir que a demora burocrática para o funcionamento do Colégio, fez com que os padres prosseguissem, ensinando primeiras letras e latim na Casa e, conforme a intenção dos moradores, o trabalho de moralização dos indígenas era feito em Paranaguá, em Curitiba e em Pitangui. Esta Casa que oferecia ensino geral, não sendo inicialmente internato, a partir de 1730, por solicitação de alunos que moravam longe, em fazendas, a Casa de Paranaguá passa a ser seminário, entendido enquanto escola de formação geral para alunos externos que viviam na Casa na forma de internato, não objetivando este ensino, necessariamente, a formação futura de sacerdotes. Mesmo mudando para Seminário, os moradores ainda queriam a fundação de um colégio. Pelo que se pode compreender do historiador que estamos estudando, o Colégio não se efetivou porque a Casa permaneceu com as mesmas características¹⁹⁷.

Penso que com o incremento do ensino houve um aumento de propriedades da Casa de Paranaguá, em produções específicas, como: em duas delas criavam-se cavalos e gados; em outras duas fazia-se farinha, produziam-se legumes e realizavam-se atividades de pesca; em uma quinta fazenda escravos negros trabalhavam na mineração de ouro¹⁹⁸.

Rapidamente o Pe. Leite trata da instrução na Vila do Desterro. Escreve ele que alguns jesuítas do Colégio do Rio de Janeiro se estabeleceram definitivamente lá em

¹⁹⁶ *Op. cit.*, t. VI, p.449.

¹⁹⁷ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.451, 446, 452, 449, 453, 458, 460, 454, 455-456.

¹⁹⁸ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.455.

1748, devido ao favorecimento do seu povoamento por portugueses e açorianos, que foram enviados de Portugal a mandado do rei de Portugal. Assim sendo, a ordenação real incidiu igualmente sobre os jesuítas, para que ensinassem primeiras letras e doutrina cristã para os filhos desses portugueses e, também para que aldeassem os índios, pois do contrário, os açorianos não permaneceriam no Desterro. Para isso os padres receberam o sustento do rei e, do governo de Santa Catarina obtiveram dinheiro, alimentação, um escravo para os serviços domésticos e uma casa para morarem e promoverem o ensino e a catequese. Em 1751, de acordo com licença do rei de Portugal, a Casa do Desterro passa para a categoria de Colégio, mas o ensino permanece o mesmo, com o curso de primeiras letras e de doutrina cristã¹⁹⁹.

É de autoria dos padres do Rio de Janeiro, segundo Serafim, a penetração no Rio Grande de São Pedro e, assim sendo, foram até o Rio da Prata, em 1635, conforme as ordens do rei de Portugal e mediante verbas conseguidas do governo do Rio de Janeiro, numa tentativa de colonizar aquelas terras, ocupadas pelos espanhóis. Naquele local havia a presença de jesuítas espanhóis, sendo que em se tratando de defender a colonização para a sua Metrópole, bem como os jesuítas de Portugal, tanto os da Espanha como os de Portugal tornavam-se defensores pátrios, embora fizessem parte da mesma Ordem Religiosa, ainda mais que os portugueses viam nas conquistas do Rio da Prata um comércio lucrativo de pedras valiosas e, de que a Espanha estava tirando o maior proveito. Para tanto, em 1678 um regimento do rei de Portugal envia para o Governo do Rio de Janeiro ordens que o Rio Grande de São Pedro fosse povoado, devendo missionar no local padres jesuítas, nascidos na Colônia ou em Portugal, isto porque, era preciso fidelidade ao rei. A casa de ensino ficaria dependente do Colégio do Rio de Janeiro, sendo que em 1680

¹⁹⁹ Cf. *Op. cit.*, t. VI, p.468-471.

é que passou a existir²⁰⁰.

Continua descrevendo Serafim Leite que o funcionamento da Casa na Colônia do Sacramento se via ameaçado devido ao fato da ordenação de retirada dos portugueses pelos espanhóis, por estes considerarem como o limite de Portugal apenas até Santa Catarina. Serafim Leite ao defender a ocupação do local pelos padres jesuítas portugueses enfatiza que o Tratado de Tordesilhas, estabelecido em 1494 entre Castela e Portugal não era mais obedecido, pois a posse e ocupação efetiva do solo é que garantia a colonização. Como as Filipinas pertenciam aos espanhóis desde a Convenção de Saragoça em 1523, a Portugal reservou-se a região de Laguna até a Colônia do Sacramento. Apesar do trato, em 1704 o rei da Espanha declara guerra a Portugal e os índios pertencentes aos espanhóis são incitados por esta autoridade, de tal maneira que colocam fogo na Casa de ensino elementar da Colônia do Sacramento, sendo que os jesuítas deixam o local. Anos depois, por causa do Tratado de Utrecht ter concedido o local novamente para Portugal, os jesuítas portugueses reabrem a Casa de ensino em 1717, que ficou conhecida como Casa de São Francisco Xavier, ficando dependente do Colégio do Rio de Janeiro. Nela ministravam os jesuítas primeiras letras e bons costumes para os alunos e, de lá os padres saíam, para catequizar negros, índios e, soldados que protegiam militarmente toda a região. Esta Casa contava com o respaldo de manutenção do rei de Portugal. Vemos que, em território fronteiriço, com ameaças estrangeiras, o rei de Portugal fez questão de assumir os encargos financeiros para manter os jesuítas no local, auxiliando secundariamente os colonos²⁰¹.

Em 1736 novamente a Colônia do Sacramento é atacada pelo governo espanhol, ocasionando a destruição da Casa dos jesuítas portugueses. Resultou deste ato, a

²⁰⁰ Cf. *Op. cit.*, t.VI, p.470, 473-495, 505, 509, 515, 517, 508, 524-525, 549, 533-538, 541, 557.

²⁰¹ Cf. *Op. cit.*, t.VI, p.533, 536-546.

diminuição do número de padres atuando no local, para a contenção de despesas. É lamentável que Serafim Leite não dê prosseguimento à descrição da referida Casa e, por isso, ficamos sem saber se foi reconstruída e se o ensino continuou. O que Serafim Leite nos dá a conhecer é que em 1750 a Colônia do Sacramento fica sob o domínio definitivo da Espanha. Segundo o que escreve o historiador da Companhia de Jesus no Brasil, uma fazenda que pertencia aos padres do Brasil, não foi tomada pelos espanhóis após a conquista da Espanha destas partes. Quanto ao ensino, podemos deduzir que se ele existiu até 1750, depois desta data com certeza os jesuítas portugueses não ministraram mais aulas na Casa, pois os padres espanhóis é que tiveram totais direitos sobre a direção religiosa²⁰².

5. NORTE

O estudo da Obra de Serafim Leite nos oferece uma extensa quantidade de informações, como o leitor deve ter percebido ao longo de minha exposição. Até então fiz a exposição das instituições escolares que integravam a Província do Brasil. Elas compõem a grande parte do que Serafim Leite descreve sobre a educação escolar nos séculos XVII e XVIII. Esta extensão, o historiador não mantém quando passa a descrever as escolas da Missão do Maranhão e Grão-Pará, região assim denominada desde a chegada dos jesuítas à Colônia em 1549 e, que nos séculos XVII e XVIII compreendeu o Amazonas, Piauí, Ceará e, logicamente, o Maranhão e o Pará. Quero com isto dizer que há uma descrição pequena de toda esta região acerca da educação escolar, penso que justificada pelo fato

²⁰² Cf. *Op.cit.*, t.VI, p.547-548, 554, 551.

dela não ter sido foco de atenção dos jesuítas em termos de instrução, por ter se caracterizado enquanto região missionária. Enquanto missão a catequese representou a atuação predominante da Companhia de Jesus. Além do mais, lá havia uma presença significativa de índios se comparados aos colonos, estes localizados dispersivamente e em pequena quantidade. Acrescento ainda que a colonização do Norte se deu tardiamente e, os jesuítas como servidores públicos do rei de Portugal, esperavam a iniciativa deste para auxiliarem o processo de aculturação daquelas partes da Colônia; tal empenho da Coroa Portuguesa aconteceu apenas a partir do século XVII. Enfim, esses motivos, expostos de maneira subentendida por Serafim Leite, explicam porquê os jesuítas não deram incremento à educação escolar na mencionada região. Sendo assim, vejamos o que o historiador nos apresenta.

O plano de se fundar um hospício no Ceará provém de sua necessidade e, principalmente, do conceito inicial que os padres deram a ele, o de uma casa central para servir de dormitório ou lugar permanente de estada dos jesuítas que não estivessem residindo em uma aldeia específica, mas que se destinassem a peregrinações catequéticas; também era útil para aqueles que porventura ficassem doentes ou cansados pela idade. Expõe Serafim Leite que posteriormente o hospício significou, sobretudo, o projeto de criação de um seminário com o curso de latim. Para tal efeito, o rei de Portugal se comprometia a sustentar os padres por seis anos, mas isto não chegou ao plano prático e o seminário não foi instalado em Ibiapaba, lugar próximo do Ceará. Persistindo a idéia de um hospício-seminário, os padres, em Fortaleza, constituíram ensino fundamental e o curso de latim para meninos e que também era morada dos missionários. Dadas as pequenas condições de seu espaço esta casa que foi construída em 1723, passa em 1727 para Aquirás por ter um coronel doado aos padres um sítio, bem mais confortável do que a casa de Fortaleza. Ao Geral, eles pediram a permissão para ali construírem o hospício,

além do que rezavam missa em favor do coronel, como sinônimo de gratidão pelas terras adquiridas²⁰³.

A diferença entre os cursos criados anteriormente em Fortaleza e em Aquirás, era de que se colocava a inovação de um seminário não só de caráter geral, de formação de meninos catequizados; acrescenta-se a formação sacerdotal dos alunos internos, além do que permaneciam no local os missionários e padres doentes, como de origem, separando-se o Hospício de assistência e moradia, do que era propriamente seminário, mas ambos funcionavam ao lado um do outro. Na construção de suas dependências contribuíram a fazenda real e o dinheiro vindo das multas judiciais do Ceará e Piauí, dinheiro que não chegou com facilidade às mãos dos padres, pois em 1732 ele não tinha ainda aparecido. Mesmo assim, o seminário foi construído e funcionou²⁰⁴.

Tratando das instituições escolares da Companhia de Jesus na cidade de São Luiz, no Maranhão, Serafim Leite destaca a criação do Colégio de Nossa Senhora da Luz por volta de 1622; mas antes, em 1612 o lugar do colégio constituía uma igreja de barbadinhos franceses, onde com a conquista da cidade e vindo os jesuítas, foi construído um colégio e uma igreja. O Colégio, além de oferecer os cursos de Teologia, Filosofia, Humanidades e ensino fundamental, tinha moradia para os padres, cozinha, carpintaria, oficinas de pintura e estatuária, onde se construíam imagens de santos para a ornamentação da igreja anexa ao colégio e da capela interna deste instituto de educação. A igreja revestia-se de caráter religioso, em ocasião das missas, de abrigo para famílias portuguesas quando houve invasões holandesas e, a sua torre serviu de relógio e de reduto de ataque ao estrangeiro²⁰⁵.

²⁰³ Cf. *Op. cit.*, t.III, p.73-80.

²⁰⁴ Cf. *Op. cit.*, t.III, p.80-83.

²⁰⁵ Cf. *Op. cit.*, t.III, p.117-122, t.IV, p.263-265.

Com o objetivo de apressar ainda mais a vinda de escravos negros, além da Companhia de Comércio, o governador do Maranhão, para conseguir dinheiro mais rápido e, portanto, a imediatez na chegada dos escravos, estabeleceu o preço de alguns produtos aos colonos (o "estanco"), que por causa disso se rebelaram em oposição ao governador e à Companhia de Jesus, o que culminou na insistência dos colonos quanto à expulsão dos jesuítas do Maranhão, por impedirem a escravização indígena, bem como por estarem administrando politicamente as aldeias. Tal mandato de expulsão foi transmitido aos jesuítas mediante a representação dos colonos, no Colégio de Nossa Senhora da Luz no Maranhão, garantindo o governador a segurança militar da área para que os jesuítas não fossem atacados pelos colonos, que rodeavam o colégio²⁰⁶.

A situação dos colonos com o governador e os jesuítas ficou tão insustentável, que os padres tiveram que ir embora em 1684 do Maranhão, para Pernambuco e Bahia. Serafim Leite dá a entender que os estudos no Colégio do Maranhão se encerraram, pois estudantes internos foram encaminhados para terminar a sua formação, na Universidade de Coimbra. Referente ao governador, o povo o depôs e formou um governo próprio, com o aprisionamento dos políticos que discordavam do ocorrido. Por conseguinte, a situação não permaneceu enquanto tal; o novo governador, colocado pelo rei de Portugal para restabelecer a ordem, usou a pena de morte, prevista em lei, aos líderes do respectivo movimento, sendo que os padres jesuítas ao retornarem ao Maranhão procuraram aliviá-los disso, contudo para os que morreram restou aos padres a oração²⁰⁷.

Aliado ao problema do Maranhão e Grão-Pará serem vice-província estava a idéia de criação de um noviciado no Norte, por causa da falta de padres que quisessem trabalhar na vice-província. Pensava-se enquanto projeto que o noviciado funcionaria no

²⁰⁶ Cf. *Op. cit.*, t.IV, p.72, 76, 79, 125.

²⁰⁷ Cf. *Op. cit.*, t.IV, p.80-84.

Colégio do Maranhão, dando-se preferência à admissão de moços nativos, por causa do conveniente de saberem a língua tupi, conhecimento a ser avaliado como mais importante do que a própria Teologia. Com menor valor, poderiam ser aceitos meninos de Portugal, contudo os bloqueios com a língua tupi e com os costumes locais teriam que ser enfrentados, segundo o padre Vieira²⁰⁸.

Sendo Vieira o implementador de um projeto de instalação de um noviciado no Maranhão, o Visitador Francisco Gonçalves o combateu, possuindo a convicção de que os índios não serviam para o sacerdócio no Norte, que jesuítas já com sólida formação e prática de longo tempo é que deveriam ir para lá. O padre Vieira procura então conseguir licença em Portugal para a criação do noviciado e ouve resposta negativa, porque ao terem o Maranhão e o Grão-Pará um noviciado, a vice-província teria as condições de se tornar província independente do Brasil e, também, deixaria de se pensar na catequese, por causa da existência da formação de uma intelectualidade própria dos cursos sacerdotais, mesmo porque as necessidades da missão não precisavam disso²⁰⁹.

As discussões em torno do noviciado começaram em 1657 e em 1730 esta instituição não havia sido criada, pelo seu caráter conflitante e também por causa de um motim (o do "estanco", já exposto em momento anterior) que levou os padres a saírem do Maranhão. Noviços do Maranhão que tinham ido estudar em Portugal por conta da vice-província num seminário que preparava sacerdotes para as Índias, serviram de exemplo para se evitar a criação de mais um seminário na Colônia. Mas o Padre Geral, em 1733 impedia a entrada para o noviciado em Portugal, de nascidos no Maranhão e Grão-Pará, pelos motivos que Serafim Leite não explicita, tanto é que meninos de Portugal

²⁰⁸ Cf. *Op. cit.*, t.IV, p.233.

²⁰⁹ Cf. *Op. cit.*, t.IV, p.233-235.

permaneceram como preferência para virem ao Maranhão e Grão-Pará²¹⁰.

O Seminário do Maranhão foi outra instituição educacional fundada pelos jesuítas que recebeu apoio do padre Malagrida, incumbido de instalar seminários por todo o Brasil, com a intenção de suprir a falta de sacerdotes na Colônia, no século XVIII. Pelo visto o Maranhão recebeu este apoio a partir de 1753, data em que passou a funcionar o Seminário, em decorrência de doações de bens por algum particular e da ajuda do rei de Portugal. É curioso notar que alguns bispos do Brasil tinham bens e que quando morriam, mesmo não sendo jesuítas, doavam-nos para as escolas jesuíticas, como foi o caso do Seminário do Maranhão. Como medida econômica, ele funcionava na forma de semi-pensionato, para meninos que se sujeitassem à educação jesuítica e ao futuro apostolado²¹¹.

O início do Recolhimento para moças em 1752, na mesma cidade do Seminário para moços, teve o apoio e fundação dos jesuítas que providenciaram religiosas que cuidassem o tempo todo de moças em regime de internato em um mosteiro sob o hábito do Instituto de Santa Úrsula²¹².

A Companhia de Jesus no Maranhão tinha condições financeiras mais do que boas, pois destinava uma casa de campo para os professores, padres e alunos do Colégio de Nossa Senhora da Luz para lazer e para a realização dos Exercícios Espirituais de Inácio de Loyola. Esta casa veio a chamar-se de "Quinta da Madre de Deus", sendo juridicamente ligada ao colégio e autônoma no que se referia ao uso de seus bens. Descreve Serafim Leite que com a existência de alunos no Colégio do Maranhão não poderia deixar de acontecer festas em homenagem a padroeiros. Entretanto, em 1706 elas

²¹⁰ Cf. *Op. cit.*, t.IV, p.233, 236-237.

²¹¹ Cf. *Op. cit.*, t.III, p.122-124.

²¹² Cf. *Op. cit.*, t.III, p.124-125.

foram proibidas, pelo mau comportamento dos alunos nessas ocasiões; mas os estudantes não se sujeitando a tal proibição, realizaram festas no colégio, ocasionando o fechamento desta instituição educacional pelo prefeito de estudos. Reaberta a escola, os alunos responsáveis pelas atitudes não condizentes com os festejos para santos, não poderiam ser readmitidos, aconselhando o Padre Geral que a escola não mais se fechasse por causa desses incidentes, pois prejudicava-se o andamento regular dos alunos internos; deveriam os padres e o governador controlar os estudantes externos, na sua maioria pardos. Além das festas dos padroeiros dos colégios, aconteciam as de caráter acadêmico, em função das defesas de teses dos cursos de Filosofia e Teologia e da colação de graus. As titulações de bacharel, licenciado, mestre e doutor foram alcançadas no Colégio do Maranhão por estudantes internos (a partir de 1713) e por alunos externos (a partir de 1730)²¹³.

Para a sustentação de toda a Obra dos padres jesuítas no Maranhão, eles tinham fazendas situadas em torno da Ilha de São Luiz, lugar em que aproveitavam o trabalho indígena para a lavoura, bem como realizavam ali os padres a sua catequização. Sendo assim, unia-se trabalho indígena nas fazendas dos jesuítas com catequese e conseqüente sustento da missão e dos colégios, morando os padres na cidade ou melhor nas próprias escolas, o que revela a preponderância do ensino sobre a catequese, ou seja, parece que no Maranhão os padres deram mais incremento às atividades de ensino do que às de catequese. As fazendas da Companhia de Jesus foram doadas por pessoas interessadas em ajudar o desenvolvimento do ensino jesuítico. Outras terras foram compradas para o cultivo de banana, laranja e, também para a produção de sal (salinas), para olaria visando ao incremento de prédios na cidade, mas a fazenda de Nossa Senhora da Vitória era a de maior porte, com lugar para a moradia de religiosos, dotada de engenho, oficinas de ferreiro, de tecelões, de carpintaria para a construção de canoas; tinha

²¹³ Cf. *Op. cit.*, t.III, p.126-127, t.IV, p.265-267, 269.

um ralador de mandioca, produção de arroz, algodão, milho, feijão e, como trabalhadores vinte homens e vinte e duas mulheres, no regime de servidão (suponho que fossem índios escravizados, porque Serafim Leite não diz sobre os seus pagamentos)²¹⁴.

Atuaram também os jesuítas no Rio Mearim, localizado no Maranhão, a partir da posse de uma sesmária doada pelo governador em 1663, que se destinava ao sustento do Colégio do Maranhão, tendo por principal produção a criação de gados. Entretanto, no âmbito da catequese, os padres enfrentavam o problema da falta de sacerdotes que fossem catequizar os índios no local, fato que impediu um trabalho catequético fixo. Uma chance é concedida aos jesuítas para se estabelecerem definitivamente no Rio Mearim em 1751, a mandado do rei de Portugal, mediante o governador, recebendo a Companhia de Jesus a incumbência da colonização do Rio Mearim e, tinham a ordem do rei de estabelecerem ensino elementar de português, latim para os mais aptos e, para os alunos desinteressados cabia-lhes um preparo profissional. Por conseguinte, a promessa do rei de Portugal de sustentar os padres não se realizava na prática, pois o pagamento não chegava até eles. Dadas essas condições, os padres faziam o possível para manter a missão frente aos índios "Gamelas", que exigia dedicação exclusiva e prudência²¹⁵. É interessante observarmos a cobrança dos jesuítas feita ao rei de Portugal pelo não cumprimento de sua promessa:

'Eu bem compreendi, que esta sua tardança , e nem sequer vir algum pedir ferramenta, coisa que tanto estimam, era causada de alguma desconfiança do gentio; mas como não tinha asas, não podia voar. Esperava por algum socorro do Maranhão, de farinha, ou dinheiro, para a comprar, mas os Snrs. ministros da fazenda real, nem farinha, nem dinheiro, nem coisa alguma das que ficaram de dar, davam, tomando muitos pretextos para não cumprir as

²¹⁴ Cf. *Op. cit.*, t.III, p.135-140.

²¹⁵ Cf. *Op. cit.*, t.III, p.169-170, 173, 174, 180-181, 183.

repetidas ordens de Sua Majestade, que Deus guarde, as do Sr. General...²¹⁶.

Na Vila de Tapuitapera, na capitania de Cumã, os jesuítas realizaram atividade de ensino e de catequese, sendo a primeira mais relevante do que a segunda. Chegando a esta vila em 1713, que ficava perto da cidade de São Luiz, o padre Visitador Luiz de Morim recebeu convite insistente dos moradores para ali fundar uma casa de instrução elementar, de doutrina e de latim, para seus filhos. Porém, o donatário da então capitania não solícito com a idéia mandou que os moradores esperassem por algum tempo, com o apoio do rei de Portugal. Convencido o donatário pelos moradores, o rei de Portugal também aprovou em 1716 a construção de uma casa de educação em Tapuitapera, através de pedido oficial da Câmara de Vereadores. Desse modo, uma escola foi construída no local com os graus de ensino solicitados. A passagem de casa de ensino para colégio foi impossível, pois a Companhia de Jesus em Tapuitapera, apesar de possuir quatro fazendas de criação de gado, não dispunha de condições financeiras próprias para porte de colégio, condições estas que as Constituições colocavam como pré-requisito²¹⁷.

A parte que tocava à catequese relacionava-se com a manutenção da casa de ensinar, isto é, na medida em que os índios trabalhavam na lavoura das fazendas jesuíticas e residiam em uma aldeia próxima à casa de ensino, os padres realizavam a sua atividade doutrinária sobre eles²¹⁸.

Os padres Malagrida e João Tavares, com a ajuda política do governador João de Maia da Gama, na aldeia Pequena, garantiram a ida de colonos e outros para o interior do Piauí, por ser caminho de passagem. Um pouco mais distante do rio Itapicuru

²¹⁶ *Op. cit.*, III, p.174.

²¹⁷ Cf. *Op. cit.*, t.III, p.199-200.

²¹⁸ Cf. *Op. cit.*, t.III, p.200-202.

achava-se uma aldeia a mais, chamada de Aldeias Altas e sua relevância se deve ao estabelecimento de outro seminário em terras aldeadas do Maranhão, que se denominava Guanaré, constituindo-se em casa de instrução, livraria, moradia e em ensino religioso para meninos índios do Itapicuru, e que ficava no Maranhão, bem como para os do Piauí e Goiás. Esta casa funcionou realmente até 1760, por meio da produção de louças e telhas em uma roça e, de criação de gados em duas fazendas²¹⁹.

Mediante a solicitação de um capitão que queria garantir a colonização portuguesa no Pará, o rei de Portugal em 1621 autoriza a ida de jesuítas do Maranhão com ele. Havendo em Belém o procurador do povo, (pessoa que defendia os interesses dos moradores) ele não aceitou ali padres jesuítas, por pre ver que eles criariam obstáculos à escravização indígena, realizada com freqüência. Mas parece que este fator não foi impeditivo à ida dos padres em missões volantes. O estabelecimento estável deles ocorreu em 1652 quando foram para Belém com o capitão Inácio do Rego Barreto, muito afeito à obra da Companhia de Jesus. Acresce-se ao apoio do capitão, a ajuda dos religiosos das Mercês que lhes emprestaram moradas. A moradia fixa dos jesuítas juntamente com uma casa de ensino de doutrina e latim, conseguiu-se no ano de 1653, sob a autorização da Câmara de Vereadores, órgão representativo dos moradores que colocou como regra a ser seguida e assinada em documento pelos padres, o não envolvimento com a escravidão negra e indígena, praticada pelos colonos. Como os padres se submeteram a tal norma, eles puderam ficar em Belém num sítio útil para residência e para a ministração do ensino, que posteriormente veio a formar o Colégio de Santo Alexandre, o maior do Pará²²⁰.

Da mesma forma que o Colégio do Maranhão principiou-se para fins mais catequéticos do que acadêmicos, o Colégio do Pará, fundado em 1681 teve origem

²¹⁹ Cf. *Op. cit.*, t.III, p.153-154.

²²⁰ Cf. *Op. cit.*, t.III, p.205-210.

semelhante, tanto é que a princípio não tinha professores com formação completa e, às vezes não eram nem padres. Tal instituição objetivava ensinar a ler e escrever e a doutrinar meninos índios. Como o colégio funcionou, no início, enquanto instituição catequética, aos alunos não residentes nos aldeamentos cabia o estudo das primeiras letras em particular ou em casa, sem o auxílio direto e constante dos jesuítas. Com características não mais catequéticas e, sim acadêmicas (não se sabe desde quando) o Colégio do Pará funciona em Belém com o curso de Humanidades para filhos de colonos, do governador e para religiosos das Mercês, graças a um dinheiro que a Câmara de Vereadores concedeu para o sustento do Colégio, que antes via-se ameaçado de extinção²²¹.

Ainda que a construção do Colégio deixou os padres endividados, ele foi construído, tendo vários compartimentos. Um deles, o mais curioso, foi a parte reservada às oficinas de encadernação de livros, de escultura e pintura, em que o ensino técnico estava presente através da instrução por um irmão a meninos aprendizes. Todas essas atividades foram interrompidas quando o Pe. Vieira sai do Maranhão e se direciona para este Colégio do Pará, por pensar que a catequese fosse possível, e por engano seu, ao chegar no lugar proposto, ou seja, no Colégio de Santo Alexandre em 1661, não dando resultado positivo as conversações que teve com a Câmara de Vereadores quanto à liberdade dos índios, a população se revoltou e invadiu as dependências do colégio, que ficou fechado durante um ano, tendo que se retirar de lá padres e demais pessoas. Por outro motivo, em 1695 o Colégio do Pará, chamado também de Santo Alexandre, foi fechado porque o governador quis que um aluno prestasse o serviço militar, sendo sobrinho do capitão local, fato que se sobrepôs às ordenações da Companhia de Jesus, que no acontecido não foi respeitada, pois segundo as Constituições, só poderiam receber este tipo de punição alunos indisciplinados, o que não era a característica do sobrinho do capitão.

²²¹ Cf. *Op. cit.*, t.IV, p.271-273.

Não ouvindo o governador o reitor do colégio quanto à discordância deste com relação ao serviço militar para este aluno, o diretor desta instituição escolar fechou o colégio, em atitude de protesto contra os abusos das autoridades políticas sobre os alunos. O Colégio do Pará foi reaberto em breve e em 1735 já dispunha de cursos de grego e hebreu, novidade curricular se se considerar que estas línguas anteriormente foram trocadas pelo ensino do tupi. Os cursos superiores eram de Filosofia e Teologia Moral. O curso de Filosofia funcionou de 1695 a 1698, vigorando logo depois somente no Maranhão. Em 1711 voltou a ser aberto no Pará em dois lugares: no colégio e no Seminário de Nossa Senhora das Missões. Em troca do estabelecimento exclusivo e definitivo do curso de Filosofia no Pará, o curso de Teologia Moral, que funcionou por algum tempo no Colégio e o de Dogmas no Gurupi, passaram totalmente para as dependências do Colégio do Maranhão²²².

Vemos ainda no Pará a fundação de um seminário que visava a reunião de meninos índios dispersos pelos arredores e tentados a se envolverem com índias. A idéia de criação de um seminário para índios tendo-se originado de padres locais em 1679 funcionou, como se prescreveu, a partir de 1749, dado o impulso do padre Malagrida de conseguir fundos de pessoas particulares e do rei de Portugal para a sustentação de tal obra, realizada na cidade de Belém²²³:

"A importância e utilidade do Seminário do Pará, para a educação e instrução de mocidade, é óbvia. Escreve João Daniel: Os Jesuítas da cidade davam estudos gerais aos menores, com um muito numeroso seminário de meninos em que ordinariamente havia para cima de 30 ou 40, obra das mais úteis de tão magnífica cidade para evitar os inconvenientes que antes padeciam os moradores, que de ordinário assistem nos seus sítios, muito distantes da cidade; e para que os seus filhos estudassem lhes tinham na

²²² Cf. *Op. cit.*, t.III, p.212-214, 220, t.IV, p.53, 57-61, 71, 102, 105, 272-273, 274-275.

²²³ Cf. *Op. cit.*, t.III, p.223-229.

Cidade ao menos um servo para pescador, outro para o acompanhar, e uma ama para tratar dêle, além da assistência que de seus sítios lhes faziam com as frutas, farinhas, e outros víveres, cujos gastos cercearam e evitaram com a ereição do Seminário, além da doutrina e estudo, que aprendem os seus filhos²²⁴.

Poucas informações oferece Serafim Leite quanto ao desejo de Malagrida de fundar um recolhimento no Pará para moças; sabe-se que a sua idéia não foi totalmente aplicada, mas ao mesmo tempo uma escola de meninas funcionou no século XVIII sob a direção dos jesuítas²²⁵.

Na Vila da Vigia, no Pará a partir de 1653, a Companhia de Jesus prestava-se a visitas aos moradores e, trabalhos fixos ocorreram quando houve a criação de uma casa de ensino de leitura e escrita em 1731 e no ano seguinte abriu-se um curso de latim; ambos os cursos foram abertos mediante pedido dos moradores. A Casa de Ensino da Vila da Vigia começou a ser levantada em 1729, antes da licença do rei de Portugal para a sua existência, que foi concedida em 1731. Apesar dos moradores quererem ali um colégio, dadas as escassas rendas para a sua edificação, eles tiveram que se conformar com uma casa de ensino, dependente financeiramente do Colégio de Santo Alexandre até 1740, além de precisarem os padres desta instituição educacional buscar cacau nos arredores e, do auxílio dos moradores em dinheiro. Posteriormente, em razão de suprimentos próprios, ou seja, através da posse de terrenos, a Casa da Vigia ficou independente do Colégio do Pará, apesar de não ter sido transformada em colégio²²⁶.

Ainda no Pará, os jesuítas foram os colonizadores pioneiros do Rio Tapajós quando em 1659 Antonio Vieira esteve lá e, em 1661 mandou que dois padres

²²⁴ Op. cit., t.III, p.228.

²²⁵ Cf. Op. cit., t.III, p.226.

²²⁶ Cf. Op. cit., t.III, p.299, 279-283.

residissem na aldeia dos índios Tapajós e, eles, tiveram planos de fundar no local um recolhimento (o de Madalena) para prevenção e conservação de moças índias; mas parece que este recolhimento não veio a existir. Com certeza, havia ensino de leitura, escrita e de cantos, para os meninos índios, tendo D. Pedro II a idéia de transformar esta casa de ensino em colégio, dada a enormidade da aldeia, que poderia se constituir em vila, o que facilitaria o acesso e caminho dos portugueses para os rios Solimões e Negro. Permanecendo, porém, como aldeia e não sendo construído ali um colégio, o que restou de modificação foi a construção de uma fortaleza²²⁷.

6. A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS DA COLÔNIA: AS REPERCUSSÕES PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA VISÃO DE SERAFIM LEITE

Na exposição dos motivos que culminaram com a expulsão dos jesuítas da Colônia em 1759 percebemos uma nítida defesa de Serafim Leite para com os jesuítas. Atribuo à parte de seu texto que se dedica a este assunto, o retrato mais evidente de seu posicionamento em favor da Companhia de Jesus.

Por conseguinte, as razões apontadas pelo historiador jesuíta são explicadas a partir de um panorama histórico, que considero bastante diminuto. Em resumo, ele argumenta da seguinte maneira: nem somente por Portugal a expulsão se justifica por si, muito menos pelo Brasil e Maranhão. A situação da Companhia de Jesus quando foi expulsa dos domínios de Portugal residia, no caso de Portugal, nas influências exercidas por seus padres como confessores do rei de Portugal e, como professores nos colégios.

²²⁷ Cf. *Op. cit.*, t.III, p.357-362.

Enquanto isso, os jansenistas achavam-se em Roma e mantinham contatos com Voltaire e com incrédulos, sendo que se manifestavam contrários à Companhia de Jesus. Ao mesmo tempo começou a vigorar o Regalismo, Despotismo ou Absolutismo em que os reis achavam que possuíam o poder absoluto de Deus e, em nome Dele podiam governar como desejassem. Foi então que em Portugal, o ministro régio Marquês de Pombal, voltou-se contra os jesuítas e, portanto, os expulsou dos domínios de Portugal, na qualidade de rei absoluto, que recebera influências jansenistas de um médico imperial quando esteve na Corte de Viena, na Áustria; isto antes de se tornar ministro²²⁸.

Ainda, os jesuítas foram acusados de participar de um atentado contra Marquês de Pombal em 1758, não sendo-lhes dado o direito de se defenderem contra as acusações. Serafim Leite é de parecer que os padres não tomaram parte no atentado. Além do mais, o autor demonstra as manifestações da população em apoio aos jesuítas, por observar que com a sua expulsão ficariam sem o Colégio do Maranhão e o Colégio de Santo Alexandre no Pará, mesmo porque o governador anterior ao irmão do ministro Pombal, demorou a deixar o seu cargo, conseguindo assim então legalizar os bens da Companhia de Jesus daquele Estado em seu nome e os distribuiu para amigos, atrasando assim a posse do novo governador, irmão do ministro. Por outro lado, as Câmaras de Vereadores não podiam protestar contra a expulsão dos jesuítas, por ser isto crime de lesa-majestade. Serafim Leite chama estas acusações de "falsos testemunhos e insinuações malévolas", pois o irmão de Marquês de Pombal, então governador do Maranhão e Pará, não enviou provas suficientes das acusações, no entanto o rei fez abuso do seu poder ao passar as acusações como verdadeiras²²⁹.

²²⁸ Cf. *Op. cit.*, t. VII, p.335, 336, 355, 337, 338.

²²⁹ Cf. *Op. cit.*, t.VII, p.343, 345, 346, 347, 349-350, 351.

A partir de 1750 os padres foram acusados de terem adquirido bens sem licença régia, mas segundo Serafim Leite esta acusação não tinha motivos de ter existido, porém, correspondeu ao início da perseguição aos jesuítas, mediante as chamadas "Instruções Secretas" e outras de ordem pública, que começaram a vigorar no Maranhão, Pará e no Brasil a partir de sua assinatura em 1751. As "Instruções Públicas" tinham um caráter acusativo menos grave à Companhia de Jesus, enquanto que as "Instruções Secretas" versavam sobre problemas mais graves na Companhia de Jesus com o rei de Portugal, como a acusação deste de que os jesuítas teriam o problema, já visto, da licença régia para o funcionamento de seus estabelecimentos e, a segunda instrução consistia na abolição do "Regimento das Missões" e na criação do Diretório"²³⁰.

Expõe Serafim Leite que o governador e, o bispo (jansenista e inimigo dos jesuítas) ordenaram aos jesuítas que levassem consigo somente pertences pessoais e que deixassem as casas e colégios conforme se encontravam com seus objetos; quer dizer, os bens da Companhia de Jesus ficaram alienados a clérigos e ao bispo. Mesmo depois desta ordenação, os missionários retiraram alguns objetos das igrejas. Argumentavam os jesuítas contra a medida do bispo de alienar as propriedades da Companhia de Jesus, mediante a inovação de os terem adquirido pelo trabalho e direito de propriedade. Também afirmavam que o bispo não podia transformar as suas propriedades em paróquias, porque não eram dele, mencionando que o rei de Portugal não tiraria terras de quem era seu vassalo, como a Companhia de Jesus. Portanto, os jesuítas pensavam que a sua expulsão devia-se ao bispo (como reformador) e ao governador e, não ao rei de Portugal porque as ordenações reais para privá-los dos seus direitos não estavam ao alcance de seu conhecimento, por serem secretas, dissimuladas, para não terem como acusar o rei de Portugal, restando aos padres a queixa ao governador. No entanto, posteriormente, os

²³⁰ Cf. *Op. cit.*, t. VII, p.298, 299, 338, 339.

jesuítas descobriram que o governador do então Estado do Maranhão e Pará era o irmão do Marquês de Pombal²³¹.

Depois de expulsos, os padres relacionados aos domínios de Portugal foram os únicos que ao mesmo tempo tiveram exílio e encarceramento, pois na Espanha ocorreu somente o exílio, sendo que nos demais países os jesuítas não enfrentaram exílio nem prisão. Os padres do Maranhão e Grão-Pará por terem sido exilados antes da expulsão geral da Companhia de Jesus dos domínios de Portugal, ficaram em Portugal até 1759. Em 1762 estes jesuítas da Vice-Província são presos na Fortaleza de S. Julião, perto de Lisboa. Quanto ao Brasil, os seus jesuítas foram em grande parte para a Itália e, um ou outro foi para a África. Tais padres, em Roma, residiram em palácios, isto é, em residências do exílio da Companhia de Jesus, onde alguns deles foram os superiores das mesmas. Os alunos internos que não tinham terminado os estudos, continuaram a estudar na Itália, sendo que depois de formados permaneceram lá como professores, confessores, pregadores, e escritores da Companhia de Jesus até a supressão geral desta Ordem pelo Papa²³².

²³¹ Cf. *Op. cit.*, t. VII, p.326, 324, 322, 345, 348, 339.

²³² Cf. *Op. cit.*, t. VII, p.353, 357, 358, 359.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da Obra mais importante que Serafim Leite escreveu a respeito da Companhia de Jesus no Brasil-Colônia nos proporcionou um conhecimento vasto do trabalho dos jesuítas. Após termos desenvolvido um quadro geral acerca da educação escolar jesuítica é interessante extraírmos os assuntos e as temáticas que pudemos encontrar ao longo dos capítulos, a fim de que tenhamos uma compreensão clara da História da Educação em suas origens.

Procuramos expor o conteúdo da Obra de Serafim Leite deixando evidente o pensamento deste historiador, que ora oscila entre um excesso de descrição e ora se mostra apologético, tornando-se incoerente com a sua proposta de apresentar uma história sem vínculos interpretativos. No caso, a sua interpretação é a própria apologia, o que oportuniza ao leitor a identificação das relações de Serafim Leite com políticos, intelectuais e jesuítas quando escreveu a "História da Companhia de Jesus no Brasil". Por conseguinte, o que Serafim Leite elogia, nós criticamos, com o objetivo de esclarecer a forma de exposição do historiador e a interpretação que fizemos de suas informações.

É possível entendermos que a Companhia de Jesus foi influenciada pelos princípios militares quanto à rígida disciplina hierárquica, com a concentração da autoridade religiosa no Pe. Geral, nos provinciais e, no âmbito pedagógico, os reitores dos colégios eram os responsáveis pelo andamento eficaz da instituição escolar, sendo-lhes obedientes os padres professores, os funcionários e os alunos. Esses professores atendiam ao propósito de colonização portuguesa do Brasil, sendo que o ensino não se limitava ao âmbito exclusivamente instrutivo. Vimos que a necessidade dos padres auxiliarem o processo de colonização direcionou o início da educação escolar na Colônia, a partir de 1549 e, é isso que explica o funcionamento conjunto das escolas elementares e

de doutrina para índios e colonos. A princípio, não houve, portanto, uma separação entre o ensino para índios e para colonos, dado o fato de que esta união era importante, na medida em que os filhos dos colonos atuaram como agentes do processo de aculturação dos índios. Foi a partir da criação da Província do Brasil em 1553 que a Província de Portugal não precisou mais comandar diretamente a atuação dos jesuítas da Colônia; claro estava que as ordenações gerais da Companhia tinham de ser seguidas, além do que o rei de Portugal não concedeu total liberdade de ação aos jesuítas, pois, a fundação dos colégios dependia de sua licença. Os problemas da distância e da falta de comunicação é que ocasionaram a existência da Província do Brasil. Vimos que a criação desta possibilitou um plano de educação escolar mais intenso, tanto é que a catequese subordinou-se ao ensino na medida em que os reitores dos principais colégios eram os supervisores das atividades realizadas na doutrinação com os índios.

Tão logo a Companhia de Jesus de Roma suprimiu as casas de educação para esses meninos órfãos, por causa de seu alto custo, não condizente com o princípio de economia da Ordem Religiosa, colégios foram instituídos na Colônia. É adequado pensarmos que a divisão do ensino para índios e colonos se fez presente e, a partir de então, os primeiros continuaram a receber uma instrução elementar precária, mas fortemente doutrinária, ao passo que os colonos tiveram acesso à educação escolar dos graus de ensino subseqüentes, mediante os cursos de Humanidades, Filosofia e Teologia, jamais atingidos pelos índios. Desse modo, pode-se perceber a nítida distinção dos fins educacionais da educação escolar catequética e da educação escolar dada nos colégios. A instrução elementar era útil aos índios somente para que aprendessem a ler as músicas e os preceitos religiosos da Companhia de Jesus, enquanto instrumental necessário para a inserção desses índios no universo cultural português dominante, como sinônimo de "civilidade", contra os costumes considerados "selvagens" dos naturais da Colônia. Os colégios e grande parte das casas de ensino atendiam apenas aos filhos de colonos, que se destinavam para a carreira liberal, política ou sacerdotal, objetivando-se com a sua

formação a constituição de uma elite dirigente na Colônia, uma vez que Portugal não dispunha de pessoas para assumirem tais encargos. Em algumas casas de ensino não havia, no entanto, rejeição aos índios, pois, correspondiam à instrução elementar e, sobretudo, doutrinária; os filhos de colonos que estudassem nelas prosseguiram os estudos nos colégios centrais, sendo que os índios eram encaminhados para o trabalho nas fazendas desses colégios, para que sustentassem o tempo livre de estudo dos professores e dos alunos. Nessas casas, o princípio de contenção de verbas também foi válido, ao percebermos que o prédio escolar sempre estava localizado perto dos aldeamentos. Desta forma, os padres ensinavam e realizavam as suas atividades em tais aldeamentos, o que gerava uma economia de verbas e de jesuítas, se se pensar que eram poucos em função do que planejaram fazer na Colônia.

A temática do financiamento é principal na Obra de Serafim Leite no que se refere à manutenção das instituições escolares. O Padre Geral, por conta da falta de meios financeiros na Colônia, fez uma exceção aos padres desta, ao permitir a posse de terras para a obtenção de lucros na produção de cana-de-açúcar, criação de gado e de gêneros alimentícios, como forma de garantir a continuidade da educação escolar. Para tanto, além de índios, os jesuítas tinham escravos negros em grande quantidade, trabalhando nas fazendas dos colégios e, Serafim Leite justifica esta atitude, apresentando a escravização negra como motivo de sua "humanização" pela Companhia de Jesus. O não funcionamento sistemático da redízima foi, talvez, o fator fundamental para que os jesuítas possuíssem terras de cultivo, pois novamente os funcionários públicos não a efetuavam. Esta redízima pode não ter funcionado constantemente, no entanto, ela foi proveitosa para o rei de Portugal porque conferia a ele o título de fundador dos maiores colégios da Colônia, enquanto tradução de uma política propagadora dos ideais metropolitanos e de poder político.

Os jesuítas não ficaram imunes ao monopólio econômico de Portugal sobre o Brasil porque compravam produtos vindos de Portugal com um preço elevado,

enquanto que dos gêneros típicos do Brasil existentes nas fazendas jesuítas não se conseguia um bom lucro.

A contradição entre o voto de pobreza e a posse de bens pela Companhia de Jesus era resolvida mediante a argumentação de que a Companhia de Jesus destinava-se à prestação de serviços à população sendo os recursos utilizados nas atividades de catequese e de ensino. O recebimento de terras doadas pela classe senhorial demonstra que os colégios jesuíticos tinham fortes vínculos com tal camada social, além de ministrar o ensino à mesma. A partir desta constatação podemos concluir que os jesuítas, com certeza secundarizavam a instrução dos indígenas dando prioridade à educação escolar dos filhos dos colonos.

Ao apresentar as características de cada instituição educacional observamos que na Obra de Serafim Leite há sempre assuntos que não dizem respeito ao ensino. Assim sendo, além do financiamento dessas escolas, aparece, com ênfase, a descrição dos prédios escolares, como representantes de demonstração de destaque social no local geográfico. Quanto ao funcionamento interno dos colégios, a enfermaria e a biblioteca significam que os jesuítas exerciam, através da escola, o assistencialismo religioso.

Quanto ao ensino, os seus graus correspondiam à instrução elementar, que funcionou com licença especial, ao curso de Humanidades e aos cursos superiores de Filosofia e Teologia. É interessante destacar que o primeiro curso que se abria quando se criava uma instituição escolar era sempre de primeiras letras ou ensino elementar, seguindo-se, é claro, a abertura dos demais cursos. Mesmo que o grau de ensino introdutório não tenha recebido atenção dos jesuítas depois que os outros graus de ensino se expandiram, talvez ele serviu como o grau primeiro por causa da sua inexistência na Colônia ou porque as poucas aulas particulares que existiam nas fazendas fossem ainda mais precárias do que o seu funcionamento nas escolas, tanto é que dispunha de um maior número de alunos. Os ensinos de Humanidades, Filosofia e Teologia foram

marcantemente seletivos, assumindo a avaliação do rendimento escolar um peso significativo, sendo que Serafim Leite atribui tal exigência à excelência do ensino jesuítico.

A "Questão dos moços pardos" significou o ápice do processo de exclusão efetuado no interior dos colégios dos jesuítas refletindo-se também no impedimento da criação da Universidade do Brasil que afetou não apenas os pardos, mas todos os alunos da Colônia, assim como a falta de equiparação dos títulos acadêmicos. Esta seletividade é descrita quando Serafim Leite expõe o Colégio da Bahia, mas a colocamos como um traço comum entre todos os colégios.

Em termos também da pedagogia jesuítica não podemos nos esquecer do "lazer" controlado, para os alunos jesuítas, com a finalidade de que, não se distanciassem do contato com os padres nas férias. Para isso eles auxiliavam os padres na catequese e, realizavam os "Exercícios Espirituais" de Inácio de Loiola nas casas de campo pertencentes aos colégios. Os alunos não destinados para a carreira sacerdotal passavam as férias em suas casas, sendo que os jesuítas enviavam orientação de sua conduta aos pais. As atividades lúdicas no processo de avaliação do rendimento escolar constituíam em outro tipo de controle, pois, os alunos ao competirem entre si nas sabatinas se tornavam mais estudiosos, com a finalidade de vencerem os campeonatos literários. Ademais, as festas solenes de formatura dos alunos dos cursos de Filosofia e Teologia representavam um desafio para os alunos dos Cursos elementares e de Humanidades, em razão de haver um forte processo seletivo pela frente.

A presença de padres jesuítas estrangeiros era um fato notório nos colégios jesuíticos da Colônia. No decorrer do meu texto procurei expor a estada desses padres nos aposentos das instituições escolares, enquanto esperavam a época certa para poderem seguir viagem. Geralmente, os padres que se encontravam nesta situação eram os que vinham de Portugal e se direcionavam para o Oriente e vice-versa. Por conta do método expositivo de Serafim Leite, não consegui detectar as influências desses padres

sobre a educação escolar cabendo a nós um estudo mais profundo desses estrangeiros através do estudo de outras fontes. Por outro lado, os padres estrangeiros que se estabeleceram no Brasil tiveram uma atuação clara em termos dos seus objetivos. No capítulo II desta dissertação concluímos que a atuação deles no âmbito do ensino superior ocasionou uma seletividade de alunos ainda maior, dada a utilização direta de critérios avaliativos tipicamente europeus.

A partir do estudo da Obra de Serafim Leite os textos de Maria L. Ribeiro e de Luiz A. Cunha me suscitaram algumas indagações por conterem informações que divergem do que o historiador dos jesuítas do Brasil coloca. Vejamos o que a historiadora escreve a respeito do ensino elementar em uma nota de rodapé:

"4. O que realmente foi organizado no Brasil foi o curso de humanidades, isto é, os estudos menores, que se compunham de quatro séries de gramática (assegurar expressão clara e exata), uma de humanidades (assegurar expressão rica e elegante) e uma de retórica (assegurar expressão poderosa e convincente).

A escola de ler e escrever existia excepcionalmente nos colégios como ocasião de que alguns alunos fossem introduzidos nessas técnicas indispensáveis ao acompanhamento do curso de humanidades. O característico da época era que elas fossem adquiridas dentro das próprias famílias dos senhores de engenho, geralmente com os tios letrados"¹.

E quanto ao texto de L. A. Cunha observemos o seguinte com relação à ministração de castigos aos alunos:

"Admitia, também, a possibilidade de um estudante ser nomeado corretor, o encarregado de aplicar castigos físicos aos colegas, por determinação dos superiores"².

¹ Op. cit., p.28

² Op. cit., p.27.

Tanto a informação de Maria L. Ribeiro como a de Luiz A. Cunha não são encontradas na "História da Companhia de Jesus no Brasil", pelo contrário, segundo Serafim Leite o ensino elementar existiu efetivamente nos colégios jesuíticos. E, no que diz respeito aos castigos físicos, o que nos consta é que tanto jesuítas como alunos eram terminantemente proibidos de aplicar castigos em outros alunos, havendo para isso a figura do "corretor", pessoa de fora, sem envolvimento efetivo com os jesuítas, para que esses não fossem acusados de maus tratos em sua instituição escolar.

Se considerássemos a Obra de Serafim Leite como verdade histórica dos jesuítas no Brasil pensaríamos que os textos dos autores citados não são precisos. No entanto, ao fazermos o estudo da "História da Companhia de Jesus no Brasil" não tivemos a intenção de incorporá-lo desta forma. Os dados diferentes colocados por Ribeiro e por Cunha nos estimulam, sim, a relativizarmos os escritos de Serafim Leite, e nos levam a ampliarmos o universo contextual dos empreendimentos educacionais dos jesuítas no Brasil-Colônia.

Por fim, cumpre registrar que esta dissertação se propôs a um objetivo bem delimitado e modesto: ordenar a visão de educação escolar que oferece de forma difusa ao longo dos sete volumes da obra "História da Companhia de Jesus no Brasil" do Pe. Serafim Leite. Ainda resta uma extensa pesquisa a fazer com o objetivo de situar os colégios jesuíticos no interior do contexto histórico em que se desenvolveram estabelecendo, a partir de outras fontes, o contraponto com a obra de Serafim Leite. É nessa direção que se encaminham meus próximos estudos.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, F. de. **A Cultura Brasileira**. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1964.

BAÊTA NEVES, L. F. **O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios** (Colonialismo e Repressão Cultural). Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978.

CARVALHO, L. R. de. **As Reformas Pombalinas da Instrução Pública**. São Paulo, Ed. Saraiva e EDUSP, 1978.

_____. "Ação Missionária e Educação". In: **História Geral da Civilização Brasileira**, v.1. São Paulo, DIFEL, 1985.

CUNHA, L. A. **A Universidade Temporã: o Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas**. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1980.

FERREIRA, T. L. **História da Educação Lusobrasileira**. São Paulo, Saraiva, 1966.

LINS, A. M. M. **A Burguesia sem Disfarce: a Defesa da Ignorância versus as Lições do Capital**. UNICAMP, 1992.

OLIVEIRA, B. **As Reformas Pombalinas e a Educação no Brasil**. Universidade Federal de São Carlos, 1973.

PAIVA, J. M. de. **Colonização e Catequese**. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1982.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: a Organização Escolar**. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1987.

SERAFIM LEITE, S. I. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa e Rio de Janeiro, Liv. Portugal e Civ. Brasileira, t.I-X, 1938-1949.